

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	9
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	10
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	14
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	15
3.7 - Nível de Endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras Informações Relevantes	18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	34
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	38
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	47
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	48
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	49
4.7 - Outras Contingências Relevantes	51
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	52

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	53
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	57
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	60
5.4 - Programa de Integridade	61
5.5 - Alterações significativas	65
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	66

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	67
6.3 - Breve Histórico	68
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	70
6.6 - Outras Informações Relevantes	71

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	72
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	79
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	80
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	81
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	83
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	84
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	85
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	86
7.8 - Políticas Socioambientais	87
7.9 - Outras Informações Relevantes	89

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	102
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	103
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	104

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	105
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	106
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	107
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	108
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	109
9.2 - Outras Informações Relevantes	110
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	111
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	137
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	144
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	145
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	149
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	150
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	151
10.8 - Plano de Negócios	152
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	154
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	155
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	156
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	157
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	160
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	161
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	162
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	163
12.7/8 - Composição Dos Comitês	168

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	169
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	170
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	171
12.12 - Outras informações relevantes	172

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	173
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	174
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	178
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	179
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	180
13.6 - Opções em Aberto	181
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	182
13.8 - Precificação Das Ações/opções	183
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	184
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	185
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	186
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	187
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	188
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	189
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	190
13.16 - Outras Informações Relevantes	192

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	193
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	194
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	195

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	196
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	197
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	198
15.3 - Distribuição de Capital	207
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	208
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	211
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	212
15.7 - Principais Operações Societárias	213
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	215
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	216
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	217
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	252
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	254
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	255
17.2 - Aumentos do Capital Social	256
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	257
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	258
17.5 - Outras Informações Relevantes	259
18. Valores Mobiliários	
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	260
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	261
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	262

Índice

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	263
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	268
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	269
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	270
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	271
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	272
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	273
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	275
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	276
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	309
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	310
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	311
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	313
20.2 - Outras Informações Relevantes	314
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	316
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	317
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	318
21.4 - Outras Informações Relevantes	319

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Yuehui Pan

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Zamboni Neto

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

1.1 Declaração individual do Diretor Presidente devidamente assinada, atestando que (a) reviu o formulário de referência; (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos:

Carlos Zamboni Neto, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade RG nº 11.637.864-5, expedido pela SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 081.496.848-16, com escritório localizado na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 parte, Jardim Professora Tarcília 13087-397, Campinas, Estado de São Paulo, Brasil na qualidade de Diretor Presidente da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Companhia" ou "CPFL Piratininga") atesta que:

(a) reviu o formulário de referência;

(b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

(c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da CPFL Piratininga e dos riscos inerentes às atividades da Companhia e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Carlos Zamboni Neto
Diretor Presidente

1.1 Declaração individual do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinada, atestando que (a) reviu o formulário de referência; (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos:

YUEHUI PAN, chinês, casado, contador, portador da cédula de identidade RNE nº V739928-Q (CGPI/DIREX/DPF), inscrito no CPF/MF sob o nº 061.539.517-16, com escritório localizado na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 parte, Jardim Professora Tarcília 13087-397, Campinas, Estado de São Paulo, Brasil na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Companhia" ou "CPFL Piratininga") atesta que:

(a) reviu o formulário de referência;

(b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

(c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	20/01/2017
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras anuais societárias e revisão limitada das informações trimestrais societárias; auditoria das demonstrações financeiras anuais regulatórias; e auditoria de controles internos para Compliance Sox para os exercícios findos em 31/12/2017, 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2020 e 31/12/2021.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes foi de R\$ 483 mil referentes à auditoria societária, regulatória e de controles internos Sox para o exercício findo em 31/12/2018, e R\$ 213 mil para outros serviços prestados.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
MARCIO JOSÉ DOS SANTOS	01/01/2017	253.206.858-23	Av. Coronel Silva Telles, 977, 10º Andar, Cambui, Campinas, SP, Brasil, CEP 13024-001, Telefone (019) 31986708, Fax (19) 31986001, e-mail: marciosantos@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes buscam certificar que não haja conflito de interesses, perda de independência e de objetividade dos referidos prestadores de serviços. Para tanto, foram estabelecidos procedimentos específicos para a contratação desses serviços, dentre os quais: (i) a competência do Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia para opinar ao Conselho de Administração da Companhia sobre a contratação, substituição e remuneração dos auditores independentes, assim como para manifestar-se sobre a contratação de auditores independentes para a prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de pré-aprovação pelo Conselho de Administração da CPFL Energia; e (ii) a competência do Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberar ao Conselho de Administração da Companhia sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia.

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Piratininga para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("Instrução CVM 381/03"), informamos que a KPMG prestou, em 2018, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e *Sox*).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de *Sox*, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	01/09/2017	24 meses
Procedimentos previamente acordados - Retificações tributárias de anos anteriores	03/05/2018 e 05/07/2018	12 meses
Treinamento IFRS	14/09/2018	Inferior a 1 ano

Contratamos um total de R\$ 213 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a 44% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de *Sox* referentes ao exercício social de 2018 da CPFL Piratininga.

A contratação dos auditores independentes, conforme Estatuto Social é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, as prestações dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)

Exercício social (31/12/2018)

Exercício social (31/12/2017)

Exercício social (31/12/2016)

3.2 - Medições Não Contábeis

**(Valores apresentados em milhares de reais a partir desta seção,
exceto quando indicado de outra forma)**

3.2 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis;

Os montantes de EBITDA (LAJIDA), observando os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527/12"), foram R\$ 422.308 R\$ 421.785, e R\$ 317.096 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 respectivamente.

O Endividamento Total representa a soma das dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos, debêntures), e apresentou o valor total de R\$2.137.561, R\$1.770.200 e R\$1.686.845 em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, respectivamente.

O Endividamento Bruto representa a soma das dívidas financeiras da Companhia (empréstimos e financiamentos, debêntures e a posição líquida de derivativos), e apresentou o valor total de R\$ 1.937.084, R\$ 1.621.371 e R\$1.576.419 em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 respectivamente.

O Endividamento Líquido representa o montante total de dívidas financeiras da Companhia (endividamento bruto), líquido da posição de caixa e equivalentes de caixa em cada data-base, e apresentou o valor total de R\$ 1.845.314, R\$ 1.246.912, e R\$ 792.602 em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 respectivamente.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido contábil	182.654	152.080	68.114
Impostos sobre o lucro	90.875	72.741	49.442
Resultado financeiro	48.548	100.626	106.879
Amortização	100.231	96.338	92.661
EBITDA	422.308	421.785	317.096

3.2 - Medições Não Contábeis

	2018	2017	2016
Empréstimos, financiamentos e encargos	1.278.683	1.167.936	1.321.198
Debêntures e encargos	858.878	602.264	365.647
Endividamento Total	2.137.561	1.770.200	1.686.845
Derivativos	(200.477)	(148.829)	(110.426)
Endividamento bruto	1.937.084	1.621.371	1.576.419
Caixa e Equivalentes de Caixa	(91.770)	(374.459)	(783.818)
Endividamento líquido	1.845.314	1.246.912	792.602

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA é calculado utilizando-se o lucro líquido ou prejuízo do exercício, acrescido pelo imposto sobre o lucro, resultado financeiro, e da amortização. O EBITDA fornece uma medida gerencial útil do desempenho da Companhia e a definição de EBITDA utilizada pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas. Ressalta-se que o EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e está sendo apresentado de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador interessante para analisar o desempenho econômico operacional da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

A Administração da Companhia entende que é importante apresentar a medição não contábil de Endividamento Total, Endividamento Bruto e Endividamento Líquido, pois (i) tanto os saldos de debêntures, como os de empréstimos e financiamentos constituem-se de dívidas financeiras, com características semelhantes entre si, e (ii) as operações de derivativos são majoritariamente contratadas para proteção cambial e de juros destas mesmas operações, de forma que os valores devem ser analisados em conjunto. Ademais, os conceitos de Endividamento Bruto e de Endividamento Líquido são utilizados com frequência para o estabelecimento de cláusulas restritivas financeiras de contratos de empréstimos, financiamentos e de debêntures.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
<p>a) Regras sobre retenção de lucros</p>	<p>De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:</p> <p>a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;</p> <p>b) pagamento de dividendo obrigatório;</p> <p>c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.</p> <p>A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.</p> <p>Em caso de prejuízo, as reservas constituídas poderão ser utilizadas para absorver o prejuízo remanescente, sendo a reserva legal a última a ser absorvida.</p> <p>Em 2018, por meio de Assembleia Geral</p>	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:</p> <p>a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;</p> <p>b) pagamento de dividendo obrigatório;</p> <p>c) constituição de Reserva de Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão, mensalmente ou em outra periodicidade definida pela Companhia, com o ganho ou perda correspondente à variação da expectativa de fluxo de caixa do Ativo Financeiro da Concessão contabilizado no resultado do período, líquido dos efeitos tributários. O valor a ser destinado para a constituição dessa reserva será limitado ao saldo da conta "Lucro ou Prejuízo Acumulado", após a eventual constituição das Reservas para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar:</p> <p>(c.i) a realização da Reserva de Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão ocorrerá ao final do período de concessão da Companhia, quando do pagamento da indenização pelo Poder Concedente, bem como pela baixa do Ativo Financeiro da Concessão decorrente de alienação ou reestruturação societária, e resultará na reversão dos respectivos valores para "Lucros ou Prejuízos</p>	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:</p> <p>a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;</p> <p>b) pagamento de dividendo obrigatório;</p> <p>c) constituição de Reserva de Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão, mensalmente ou em outra periodicidade definida pela Companhia, com o ganho ou perda correspondente à variação da expectativa de fluxo de caixa do Ativo Financeiro da Concessão contabilizado no resultado do período, líquido dos efeitos tributários. O valor a ser destinado para a constituição dessa reserva será limitado ao saldo da conta "Lucro ou Prejuízo Acumulado", após a eventual constituição das Reservas para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar:</p> <p>(c.i) a realização da Reserva de Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão ocorrerá ao final do período de concessão da Companhia, quando do pagamento da indenização pelo Poder Concedente, bem como pela baixa do Ativo Financeiro da Concessão decorrente de alienação ou reestruturação societária, e resultará na reversão dos respectivos valores para "Lucros ou Prejuízos</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	<p>Extraordinária, a Companhia extinguiu a Reserva Estatutária – Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão, e seu saldo acumulado foi transferido para a conta de Lucros Acumulados, compondo o valor total a ser distribuído no ano de 2018.</p> <p>Em 2018, amparada na Lei das Sociedades por Ações, e considerando o atual cenário econômico adverso, a Companhia constituiu Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro.</p>	<p>Acumulados".</p> <p>(c.ii) o saldo da Reserva de Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão não poderá exceder o saldo do Ativo Financeiro da Concessão registrado nas Demonstrações Financeiras da Companhia;</p> <p>d) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.</p> <p>A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.</p> <p>Em caso de prejuízo, as reservas constituídas poderão ser utilizadas para absorver o prejuízo remanescente, sendo a reserva de ajustes do ativo da concessão e a reserva legal, nesta ordem, as últimas a serem absorvidas.</p> <p>Em 2017, amparada no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia constituiu Reserva Estatutária – Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão com a finalidade de adequar o fluxo de caixa proveniente do recebimento da indenização, pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão da Companhia, com o resultado acumulado nas alterações da expectativa dos fluxos de caixa desses</p>	<p>Acumulados".</p> <p>(c.ii) o saldo da Reserva de Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão não poderá exceder o saldo do Ativo Financeiro da Concessão registrado nas Demonstrações Financeiras da Companhia;</p> <p>d) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.</p> <p>A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.</p> <p>Em caso de prejuízo, as reservas constituídas poderão ser utilizadas para absorver o prejuízo remanescente, sendo a reserva de ajustes do ativo da concessão e a reserva legal, nesta ordem, as últimas a serem absorvidas.</p> <p>Em 2016, amparada no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia constituiu Reserva Estatutária – Ajustes do Ativo Financeiro da Concessão com a finalidade de adequar o fluxo de caixa proveniente do recebimento da indenização, pelo Poder Concedente, ao final do prazo de concessão da Companhia, com o resultado acumulado nas alterações da expectativa dos fluxos de caixa desses</p>
--	---	---	---

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

		ativos financeiros. Em 2017, amparada na Lei das Sociedades por Ações, e considerando o atual cenário econômico adverso e as incertezas quanto às projeções de mercado das distribuidoras, a Companhia constituiu a Reserva Estatutária – reforço de capital de giro.	ativos financeiros.
a.1) Valores das Retenções de Lucros	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29.04.2019, foi aprovada a seguinte destinação de lucro líquido para o exercício social encerrado em 31.12.2018:(i) Reserva estatutária – reforço de capital de giro: R\$ 312.706.831,94. Reserva legal: R\$8.534.044,86.	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27.04.2018, foi aprovada a seguinte destinação de lucro líquido para o exercício social encerrado em 31.12.2017: (i) Reserva estatutária – ajustes do ativo financeiro da concessão: constituição de R\$ 14.500.975,56 e recomposição da reserva estatutária R\$ 12.164.205,15 saldo final de R\$ 200.309.523,46 (a AGOE de 27/04/2018 extinguiu do estatuto social essa reserva estatutária e seu saldo foi revertido para conta de lucros acumulados). Reserva estatutária – reforço de capital de giro: R\$ 43.789.334,93. Reserva legal: R\$7.604.012,40.	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04.04.2017, foi aprovada a seguinte destinação de lucro líquido para o exercício social encerrado em 31.12.2016: (i) Reserva estatutária – ajustes do ativo financeiro da concessão: constituição de R\$ 8.198.277,15 e Absorção de prejuízo com reserva R\$ -12.164.205,15 saldo final de R\$ 173.644.342,75.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. As regras sobre a distribuição de dividendos apresentadas referem-se aos três exercícios sociais.		
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	O Estatuto Social da Companhia estabelece que o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório, se houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente. Ressaltamos que cabe ao nosso Conselho de Administração a prerrogativa de declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados no balanço semestral ou, observadas as disposições legais, apurado em períodos menores que o semestre, ou, ainda, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O Conselho de Administração poderá, também, declarar juros sobre		

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	<p>o capital próprio e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, devem ser pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.</p> <p>A periodicidade das distribuições de dividendos apresentada refere-se aos três exercícios sociais</p>
<p>d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>A Companhia está sujeita a restrições de distribuição de dividendos em função de alguns empréstimos, mais especificamente empréstimos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES.</p> <p>A regra geral versa que a Companhia pode distribuir dividendos se atendidas (i) integralmente as obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (ii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente. Exemplos destes parâmetros podem ser: endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA e endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o patrimônio líquido, entre outros.</p> <p>Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia, conforme aplicável suspendam a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em qualquer exercício social, caso o Conselho Administração da Companhia ou o respectivo órgão competente informe aos acionistas sobre a incompatibilidade de tal distribuição com a situação financeira da Companhia. Nesta hipótese, os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.</p>
<p>e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Não há uma política específica de distribuição de dividendos. Os dividendos são distribuídos considerando as regras previstas em lei, respeitando o Estatuto Social da Companhia.</p>

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	3.394.170.000,00	Índice de Endividamento	6,57485923	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		52.087.000,00	106.071.000,00	61.359.000,00	94.735.000,00	314.252.000,00
Financiamento	Quirografárias		4.007.000,00	0,00	0,00	0,00	4.007.000,00
Títulos de dívida	Quirografárias		60.508.000,00	412.829.000,00	153.070.000,00	232.471.000,00	858.878.000,00
Empréstimo	Quirografárias		416.863.000,00	543.561.000,00	0,00	0,00	960.424.000,00
Total			533.465.000,00	1.062.461.000,00	214.429.000,00	327.206.000,00	2.137.561.000,00

Observação

A separação dos valores das obrigações do emissor em função das garantias atreladas utilizaram as categorias garantia real, garantia fluante e quirografária, bem como outro tipo de garantia ou privilégio:

Garantias reais: referem-se a recebíveis, vinculação de receitas, direitos creditórios, vinculação de bens próprios, alienação fiduciária, cessão fiduciária e penhor de quotas;

Garantias fluantes: são aquelas que asseguram privilégio geral sobre o ativo da Companhia, mas não impedem a negociação dos bens que compõem esse ativo. A Companhia não possui obrigações com esta categoria de garantias;

Quirografárias: contemplam também as garantias fidejussórias que são as fianças e avais corporativos dados pela controladora, assim como os demais passivos sem garantia específica.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS

A Companhia é parte em processo judicial em andamento envolvendo a Receita Federal do Brasil com o objetivo de se obter (i) o reconhecimento da exclusão dos montantes de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS devidos pela Companhia sobre seu faturamento, bem como (ii) o direito de reaver os valores de PIS e COFINS anteriormente pagos a maior.

Baseado em opiniões legais de seus assessores externos, a Companhia entende que os montantes a serem eventualmente recebidos pela Companhia como créditos fiscais teriam de ser reembolsados aos consumidores finais, assim que a Receita Federal aprovar a compensação de tais créditos. A Companhia permanece analisando com seus assessores legais o período relevante aplicável para devolução destes créditos de PIS e COFINS aos consumidores finais, diante da discussão de aplicabilidade de prazo de três, cinco ou dez anos. Atualmente, ainda é possível que o valor total desses créditos tenha que ser devolvido aos consumidores.

Nenhum registro contábil foi realizado em relação aos processos judiciais da Companhia, uma vez que ainda se aguardam decisões finais em tal processo. Baseado em opiniões legais de seus assessores externos e sua melhor e mais atual estimativa.

Abaixo encontram-se os montantes estimados de PIS e COFINS pagos a maior, até abril 2019 pela Companhia, relacionados à inclusão na sua base de cálculo do valor de ICMS, segregados em "tributos a compensar", "outras contas a pagar – consumidores" e "deduções da receita operacional – PIS e COFINS". Os montantes apresentados na tabela abaixo são meramente ilustrativos e permanecem integralmente sujeitos a revisão e eventual alteração até a decisão final com relação a cada processo em curso em que a Companhia é parte.

Adicionalmente, em razão das interpretações subjetivas, das incertezas inerentes às estimativas e considerando que estas estimativas estão sujeitas a várias premissas, que estão por sua vez sujeitas a incertezas e contingências fora de nosso controle, não é possível assegurar que estas estimativas ou conclusões delas advindas se concretizarão. Note, também, que a confirmação dos valores de crédito fiscal dependerá essencialmente da existência e apresentação dos documentos apropriados para se confirmar os valores de PIS e COFINS pagos a maior, e sujeitos ao reembolso.

Os valores de PIS e COFINS efetivamente recuperados podem ser significativamente inferiores às nossas estimativas. Em nenhuma circunstância as estimativas aqui apresentadas devem ser recebidas como declarações, garantias ou previsão de que alcançaremos ou provavelmente alcançaremos qualquer resultado específico futuro, de maneira que o investidor não deve se basear nestas estimativas. Não há qualquer garantia de que nossos resultados futuros ou estimativas não variarão significativamente em relação ao apresentado abaixo.

Empresa	Tipo	Data ajuizamento ação	Potencial benefício à CPFL ("deduções da receita operacional – PIS e COFINS") – R\$ mil	Potencial devolução aos consumidores R\$ mil	Potencial valor total de PIS/COFINS pago a maior ("tributos a compensar") - R\$ mil
CPFL Piratininga	Distribuidora	07/06/2010	337.781	996.379	1.344.160

Para maiores informações, veja também o fator de risco "Alterações na legislação tributária e contábil, incentivos e benefícios fiscais, diferentes interpretações das legislações fiscais ou jurisprudência podem prejudicar os nossos resultados operacionais" no item 4.1 do nosso Formulário de Referência.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Não pretendemos atualizar ou revisar estas estimativas para refletir eventuais eventos ocorridos após a data do Formulário de Referência. Estas projeções não constituem garantia de que teremos êxito nas ações judiciais e nos beneficiaremos dos valores apresentados na tabela acima. Em razão destas circunstâncias, o investidor não deve se basear exclusivamente nestas estimativas para realizar qualquer decisão de investir nas ações da Companhia, devendo analisar com cuidado todas as informações constantes do nosso Formulário de Referência.

Informações complementares ao item 3.8

- (i) Financiamentos com garantia quirografária referem-se essencialmente aos montantes apresentados como mensuradas ao custo Pré-fixadas, Empréstimos – Linhas de crédito – FINAME, na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018;
- (ii) Financiamentos com garantia real referem-se essencialmente aos montantes apresentados como Empréstimos mensurados ao custo – Linhas de crédito FINEM, e custos com captação, na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018;
- (iii) Empréstimos com garantia quirografária referem-se aos demais contratos de empréstimos em moeda estrangeira, bem como os valores de marcação a mercado, apresentados na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018;
- (iv) Título de dívidas com garantia quirografária referem-se essencialmente aos montantes apresentados como Debêntures na nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4. Fatores de risco

4.1 Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, poderá nos afetar negativamente. Riscos adicionais atualmente desconhecidos por nós ou que atualmente são julgados irrelevantes por nós também podem afetar nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa, nossos negócios futuros.

Nesta seção, quando nós afirmamos que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou terá um efeito adverso ou negativo sobre nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderia ou poderá afetar adversa ou negativamente nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais, nosso fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros. Expressões similares incluídas nesta seção "4.1. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

As referências constantes deste item 4.1 à "nós" devem ser interpretadas como a controladora CPFL Energia S.A. e suas respectivas controladas (exceto se o contexto exigir de outra maneira).

a. ao emissor;

Nosso negócio está sujeito a ciberataques e violações de segurança e privacidade.

O nosso negócio envolve a coleta, armazenamento, processamento e transmissão de dados pessoais ou confidenciais de clientes, fornecedores e empregados. Nós também utilizamos os sistemas chave de tecnologia da informação para controle das operações comerciais de energia, administrativas e financeiras. Um crescente número de organizações, incluindo grandes empresas, instituições financeiras e instituições governamentais, vem divulgando violações de seus sistemas de tecnologia da informação e segurança da informação, algumas delas envolvendo ataques sofisticados e alvos altamente selecionados, incluindo em partes de seus websites ou infraestrutura.

As técnicas usadas para obter acesso não autorizado, impróprio ou ilegal a nossos sistemas, dados ou dados de nossos clientes, para desligar ou deteriorar serviços ou sabotar sistemas, podem não ser detectadas rapidamente, e não ser reconhecidas até serem lançadas contra um alvo. Partes não autorizadas podem tentar obter acesso a nossos sistemas ou instalações por diversos meios, incluindo, entre outros, a invasão de nossos sistemas ou de nossos clientes, parceiros ou fornecedores, ou tentar, de modo fraudulento, induzir nossos empregados, parceiros, fornecedores ou outros usuários de nossos sistemas a divulgar nomes de usuários, senhas, informações sobre cartões de pagamento, ou outras informações confidenciais, que por sua vez, podem ser utilizadas para acessar os nossos sistemas de tecnologia da informação. Alguns esforços podem ser suportados por recursos financeiros e tecnológicos significativos, tornando-os ainda mais sofisticados e difíceis de serem detectados.

A nossa tecnologia da informação e infraestrutura podem ser vulneráveis a ciberataques ou violações de segurança, assim terceiros poderão acessar os dados pessoais ou exclusivos de nossos clientes, fornecedores e empregados que estiverem armazenados ou acessíveis através desses sistemas. Nossas medidas de segurança podem também ser violadas por falha humana, atos ilícitos, erros ou vulnerabilidades de sistema, ou outras irregularidades. Qualquer violação, efetiva ou percebida, pode interromper nossas operações, resultar na indisponibilidade de nossos sistemas ou serviços, na divulgação imprópria de dados, prejudicar de maneira relevante a nossa reputação e marca, resultar em uma exposição jurídica e financeira relevante, levar à perda de confiança do cliente ou queda no uso de nossos produtos e serviços, com impacto adverso sobre nosso negócio e resultados operacionais. Ademais, quaisquer violações da segurança da rede ou de dados de nossos clientes ou fornecedores, incluindo o data center, pode ter efeitos adversos semelhantes. As vulnerabilidades ou violações de dados, reais ou percebidas, pode dar origem a ações contra a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente nós não mantemos seguros específicos para ciberataques e nossas atuais apólices podem não ser adequadas para nos ressarcir pelas perdas causadas por quaisquer violações de segurança, e podemos não conseguir um reembolso integral, ou qualquer reembolso, nos termos de tais apólices. Nós não podemos garantir que as proteções que possuímos para os sistemas de tecnologia operacional e de tecnologia da informação são suficientes para proteção contra ciberataques e violações de privacidade.

Incidentes de segurança envolvendo nossos bancos de dados, que contêm dados pessoais dos nossos clientes, fornecedores e funcionários, assim como a entrada em vigor, em agosto de 2020, da Lei Geral de Proteção de Dados, ou LGPD, e outros acontecimentos envolvendo o cenário legal de proteção e privacidade de dados pessoais poderia ter um efeito prejudicial no nosso negócio, condição financeira ou resultados operacionais.

Mantemos um banco de dados de informações sobre os nossos clientes, no qual podemos incluir principalmente (mas não apenas) dados coletados quando os clientes assinam nossos serviços e também através de nossos aplicativos de dispositivos móveis. Uma violação dos nossos sistemas pode afetar a integridade do nosso banco de dados. Dúvidas ou receios sobre a segurança ou proteção dos dados dos nossos clientes armazenados em nossos sistemas ou de outra forma tratados por nós podem afetar nossa reputação e, portanto, ter impacto negativo nos nossos resultados. Acesso não autorizado a dados pessoais dos nossos clientes ou qualquer percepção pública de que esses dados tenham sido divulgados de forma indevida, poderá nos sujeitar a processos administrativos ou judiciais, resultando em possíveis compensações financeiras, multas e danos à nossa reputação sobretudo quando da entrada da lei da LGPD (conforme definido e descrito abaixo).

Atualmente, o processamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma série de regras, como, por exemplo, a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet. Esforços para proteger os dados pessoais lançados e/ou disponibilizados em nossos sistemas podem não garantir que essas proteções sejam adequadas e que cumpram as regras estipuladas pela atual legislação. O não cumprimento de determinadas disposições da lei aplicável, especialmente com relação a (i) fornecimento de informações claras sobre operações de tratamento de dados pessoais realizadas por nós; (ii) respeito à finalidade original da coleta de dados; (iii) prazos legais para armazenagem e exclusão de dados pessoais de usuários; e (iv) adoção de normas de segurança exigidas por lei para preservação e inviolabilidade dos dados pessoais tratados, podem resultar em penalidades, como multas e até mesmo suspensão temporária ou proibição das nossas atividades de tratamento de dados pessoais.

Não podemos garantir que teremos recursos financeiros suficientes para cumprir quaisquer novos regulamentos ou nos manter competitivos no que diz respeito às práticas de proteção de dados, no contexto de um ambiente regulatório em constante mudança.

Em 2018, foi publicada a Lei nº 13.709/2018, a LGPD, conforme alterada pela Medida Provisória nº 869/2019, ou MP nº 869/2019, que entrará em vigor em agosto de 2020. A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

A LGPD traz profundas mudanças na regulamentação do tratamento de dados pessoais no Brasil, com um conjunto de regras a serem observadas em atividades como coleta, processamento, armazenamento, uso, transferência, compartilhamento e eliminação de informações sobre pessoas físicas identificadas ou identificáveis no Brasil, inclusive no que diz respeito aos dados pessoais dos nossos clientes, fornecedores e funcionários. A LGPD estabelece, entre outras coisas, princípios, requisitos e deveres impostos aos controladores de dados e aos processadores de dados, uma série de direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, exigências para se obter o consentimento dos titulares de dados, obrigações e exigências relativos a incidentes de segurança, obrigações relacionadas à transferência internacional de dados pessoais, obrigação de nomear um responsável pela proteção de dados, práticas de governança corporativa e regime de responsabilidade civil e penalidades em caso de violação das disposições. A MP nº 869/2019 trouxe ainda a autorização para criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, será responsável por (i) investigar, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

Podemos ter dificuldade em nos adaptar à nova legislação, assim como no caso de não cumprimento da LGPD, podemos estar sujeitos a penalidades que incluem a publicização da infração, eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração e multa.

A LGPD e leis e regulamentos similares que possam ser aprovados no futuro podem ser interpretados e aplicados de maneiras diferentes com o passar do tempo e de jurisdição para jurisdição, sendo possível que sejam interpretados e aplicados de maneira que afetarão o nosso negócio de forma substancial e prejudicial. Qualquer não cumprimento, real ou percebido, de nossa parte de quaisquer normas relativas à proteção de dados pessoais em vigor ou quaisquer exigências ou decisões administrativas ou judiciais ou outras leis e regulamentos federais, estaduais ou internacionais relativos à proteção de dados pessoais poderão afetar o nosso negócio de maneira substancial e prejudicial.

Podemos ser afetados substancialmente por violações ao nosso Código de Conduta Ética, à Lei Anticorrupção e leis semelhantes.

O não cumprimento por nossos diretores, administradores e colaboradores, do nosso Código de Conduta Ética e da legislação anticorrupção aplicável pode nos expor a sanções previstas em legislação aplicável nos referidos normativos. Dessa forma, as nossas diretrizes de *Compliance* podem não ser suficientes para prevenir ou detectar práticas inapropriadas, fraudes ou violações à lei por qualquer colaborador ou por qualquer terceiro que atue em nome de tais partes, interesse ou benefício e poderemos, no futuro, descobrir algum caso no qual tenha ocorrido falha no cumprimento às leis, regulações ou controles internos aplicáveis, o que poderá resultar em multas e/ou outras sanções e afetar negativamente a nossa reputação, nossa condição financeira e os nossos objetivos estratégicos.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“Lei Anticorrupção”) introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à Foreign Corrupt Practice Act dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo nos afetar de modo adverso relevante. Não podemos garantir que nossas diretrizes de *Compliance* sejam suficientes para prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações à Lei Anticorrupção e leis semelhantes por qualquer de nossos administradores, colaboradores ou representantes.

Nossos controles internos poderão ser insuficientes para evitar ou detectar todas as violações da legislação aplicável ou de nossas políticas internas.

Nossos controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos colaboradores e membros de nossa administração. Caso nossos colaboradores ou outras pessoas relacionadas à nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, nós poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente os nossos negócios e a nossa imagem.

Somos obrigados a prever a demanda por energia no mercado. Se a demanda efetiva for diferente daquela por nós prevista, podemos ser forçados a comprar ou vender energia no mercado spot a preços que podem gerar custos adicionais, que podemos não ser capazes de repassar integralmente aos consumidores.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, um distribuidor de energia elétrica está obrigado a contratar antecipadamente, por meio de licitações públicas, 100% da energia elétrica que foi prevista para as suas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

respectivas áreas de concessão e está autorizado a repassar até 105% do custo desta energia aos consumidores. A demanda superestimada ou subestimada pode gerar impactos adversos. Se subestimarmos a demanda e comprarmos antecipadamente energia elétrica em quantidade menor do que as nossas necessidades, de forma que venhamos a ser considerados responsáveis nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e da legislação aplicável, podemos ser forçados a comprar energia adicional no mercado *spot* a preços voláteis e que podem ser substancialmente maiores do que aqueles previstos em contratos de compra de longo prazo. Poderemos ser impedidos de repassar integralmente esses custos adicionais aos consumidores e ficaríamos também sujeitos a penalidades, nos termos da regulamentação aplicável. Por outro lado, se superestimarmos a demanda e comprarmos energia elétrica em quantidade maior do que as nossas necessidades (por exemplo, se uma parcela significativa dos nossos Consumidores Livres Potenciais migrar para a compra de energia no Mercado Livre), podemos ser obrigados a vender a energia excedente a preços substancialmente menores do que aqueles nos termos de nossas concessões. Em qualquer uma das circunstâncias, se houver diferenças significativas entre as nossas necessidades previstas e a demanda real de energia, nossos resultados das operações podem ser afetados negativamente. Desde agosto de 2017, o Decreto nº 9.143/17 permite que as companhias de distribuição negociem o excedente de energia com Consumidores Livres e outros agentes do Mercado Livre (geradoras, comercializadoras e autoprodutoras).

A ANEEL está revisando o regulamento sobre tarifas líquidas de metragem e distribuição e tais revisões poderiam afetar de maneira adversa nossa distribuição.

Estabelecida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 482, de 17 de abril de 2012, a regulamentação sobre medição líquida permite que os Consumidores Cativos gerem energia e injetem qualquer excedente de energia no sistema de distribuição, em troca de créditos de energia que podem ser usados para compensar o consumo futuro nos próximos 60 meses. Esta resolução foi aditada em 2015 para permitir a geração compartilhada de energia, segundo a qual um grupo de consumidores poderia gerar energia em um local remoto dentro da mesma área de concessão de distribuição e dividir os créditos de energia entre os seus membros. No momento, a ANEEL está realizando audiências públicas para revisar a Resolução Normativa ANEEL Nº 482, de 17 de abril de 2012, em especial em relação às taxas de distribuição a serem pagas às concessionárias de distribuição sobre os valores líquidos da energia. A regulamentação revisada deve entrar em vigor em 2020. Se a ANEEL revisar o regulamento de uma maneira que seja desfavorável para nós, nossos resultados de operações poderão ser afetados de maneira adversa.

Além disso, Consumidores Cativos classificados como Grupo B estão sujeitos atualmente ao pagamento de tarifas de distribuição que incluem o consumo de energia e também o uso do sistema de distribuição. A ANEEL está realizando audiências públicas para avaliar os impactos regulatórios de uma possível mudança na estrutura de tarifas desses consumidores para uma estrutura binomial, que segregaria as tarifas pagas pelo consumo de energia e as tarifas pagas pelo uso do sistema de distribuição. Se essa estrutura binomial for implementada de uma maneira que seja desfavorável para nós, nossos resultados de operações poderão ser afetados de maneira adversa.

As tarifas que cobramos pelo fornecimento de energia elétrica a Consumidores Cativos, e as tarifas de uso do sistema de distribuição que cobramos de Consumidores Livres e Especiais são determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em conformidade com contratos de concessão celebrados com o governo brasileiro, podendo afetar adversamente a nossa receita operacional caso a ANEEL estabeleça tarifas de maneira que não nos seja favorável.

Nossas tarifas são determinadas de acordo com contrato de concessão celebrado com o governo brasileiro e em conformidade com os regulamentos e decisões da ANEEL, sendo estas determinadas discricionariamente pela ANEEL, conforme estabelecido no contrato de concessão e na legislação vigente.

Nosso contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo que admite três tipos de reajustes tarifários: (i) reajuste tarifário anual, ou RTA; (ii) revisão tarifária periódica, ou RTP e (iii) revisão tarifária extraordinária, ou RTE.

Temos o direito de requerer a cada ano o reajuste anual, que é destinado a compensar certos efeitos da inflação sobre as tarifas e repassar aos consumidores certas alterações de nossa estrutura de custos que estão fora do

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nosso controle, tais como o custo da energia elétrica que compramos e certos encargos regulatórios, incluindo encargos do uso da rede de distribuição.

Ademais, a ANEEL costuma realizar a revisão tarifária periódica a cada quatro anos. Dessa forma, ela visa identificar a variação dos nossos custos, bem como determinar um fator de redução baseado em nossa eficiência operacional que será aplicado em comparação com o índice dos nossos reajustes tarifários anuais correntes.

As revisões extraordinárias das nossas tarifas podem ser realizadas a qualquer tempo, ou podem ser pleiteadas por nós. As revisões extraordinárias podem afetar negativamente os nossos resultados operacionais ou posição financeira.

Outrora, todas as revisões das metodologias eram abordadas em ciclos estabelecidos, tais como as ocorridas em 2008-2010 e 2010-2014. Em 2015 a ANEEL alterou esse procedimento, para possibilitar a revisão das metodologias aplicáveis ao setor elétrico de tempos em tempos, item por item. Não podemos prever se a ANEEL estabelecerá tarifas que nos beneficiem. Além disso, atualmente possuímos processos judiciais em andamento que discutem a revisão tarifária. Um eventual resultado desfavorável destes processos pode resultar na alteração das tarifas atualmente aplicadas, tendo um impacto adverso nos nossos negócios e nos resultados de nossas operações.

Nosso negócio pode ser necessário para reembolsar clientes por até dez anos no caso de cobranças imprecisas.

As regulamentações aplicáveis a cobranças incorretas, especialmente aqueles referentes a períodos de prescrição, conforme estabelecido no Artigo nº 113, II, da Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010, foram 7, suspensas por liminar concedida em 18 de dezembro de 2018, e aplicada pela ANEEL em 4 de janeiro de 2019. O texto original do Artigo 113, II, limitado ao período durante o qual as companhias de Distribuição tiveram que reembolsar os consumidores, por exigência da ANEEL, em caso de cobranças incorretas de até 36 meses. O novo período de prescrição a ser aplicado pela ANEEL é de dez anos. Se a liminar continuar em vigor, teremos que reembolsar os clientes em caso de cobranças incorretas por um período de dez anos, o que poderia representar um custo significativo e afetar negativamente nossos resultados financeiros.

Podemos não ser capazes de cumprir os termos do nosso contrato de concessão, o que pode acarretar em multas, outras penalidades e, a depender da gravidade do descumprimento, no encerramento de nossa concessão bem como não podemos garantir que iremos obter, manter ou renovar todas as permissões de implantação e operação necessárias para conduzirmos o nosso negócio.

A ANEEL pode nos impor penalidades caso deixemos de cumprir qualquer disposição do nosso contrato de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades poderiam incluir:

- advertências;
- multa por inadimplemento, limitada a no máximo 2,0% da receita anual gerada no âmbito da concessão ou caso a concessão em questão não esteja operacional, a, no máximo, 2,0% do valor estimado da energia que seria gerada no período de doze meses anterior à ocorrência do inadimplemento;
- embargo às atividades de construção;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- obrigações de aportes adicionais pelos acionistas controladores da concessionária;
- suspensão temporária da participação em novas licitações, que poderá também ser estendida aos acionistas controladores da entidade sujeita à penalidade;
- intervenção da ANEEL na administração da concessionária infratora; e
- extinção da concessão.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O governo brasileiro pode ainda, extinguir a nossa concessão por meio de desapropriação caso entenda haver motivos de interesse público. Além disso, podemos ser parte em ações judiciais que eventualmente resultem em restrições para a contratação com o poder público, o que poderia nos afetar financeiramente e em aspectos reputacionais.

Não podemos garantir que não seremos penalizados pela ANEEL por descumprimentos de nosso contrato de concessão ou que nossa concessão não será revogada no futuro.

A indenização a que temos direito na ocorrência de eventual rescisão ou revogação antecipada de nossa concessão pode não ser suficiente para recuperarmos o valor integral de certos ativos. Além disso, caso o nosso contrato de concessão seja rescindido por razões que nos sejam imputáveis, o valor efetivo de indenização pelo poder concedente pode ser reduzido de maneira significativa por meio da imposição de multas ou de outras penalidades.

Por conseguinte, caso nos sejam impostas multas ou penalidades, ou caso ocorra a revogação de nossa concessão, a nossa situação financeira, os nossos resultados operacionais e nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais poderão sofrer um efeito adverso relevante.

As licenças e autorizações exigíveis e aplicáveis às nossas atividades são emitidas por órgãos públicos como prefeituras e agências ambientais e devem ser mantidas válidas. Quando necessário essas licenças e autorizações devem ser renovadas com as autoridades públicas competentes.

Nós não podemos garantir que iremos obter e/ou manter válidas e/ou renovar tempestivamente todas as autorizações, licenças imobiliárias e ambientais necessárias para o desenvolvimento das nossas atividades. A demora ou indeferimento, por parte dos órgãos licenciadores, na emissão ou na renovação de tais documentos, assim como a eventual impossibilidade de nós atendermos às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento, poderão afetar adversamente os nossos resultados operacionais. A falta de obtenção, manutenção ou renovação dessas licenças e/ou autorizações pode resultar na aplicação de multas e na interdição dos nossos estabelecimentos irregulares, com a interrupção total ou parcial de nossas atividades. Ainda, na possibilidade de fechamento ou interrupção temporária de qualquer uma de nossas unidades, os nossos negócios e resultados poderão ser afetados negativamente.

Nosso grau de endividamento e nossas obrigações de serviço de dívidas, bem como as disposições restritivas em nossos contratos financeiros (covenants) podem afetar adversamente a nossa capacidade de conduzir as nossas atividades e de realizar os pagamentos desses financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2018, tínhamos um endividamento total de R\$ 2.137.561.000,00 (circulante e não circulante dos empréstimos, financiamentos e debêntures e respectivos encargos).

Adicionalmente, poderemos incorrer em endividamentos adicionais, periodicamente, para financiar outros propósitos, sujeitos às restrições aplicáveis aos nossos financiamentos atuais.

Além disso, alguns de nossos contratos de financiamento contêm cláusulas restritivas que impõem restrições operacionais e outras restrições ao nosso negócio. Em especial, algumas dessas cláusulas nos impedem de incorrer em dívida adicional ou efetuar pagamentos restritos, incluindo a distribuição de dividendos, caso alguns índices financeiros e testes financeiros não sejam cumpridos. Esses índices e testes financeiros têm como base o atingimento de certos níveis de EBITDA ajustado (calculado de acordo com os critérios contidos em seus instrumentos de dívida), despesas de juros, endividamento total e lucro líquido. Esses índices e testes financeiros são testes de manutenção, o que significa que nós devemos cumpri-los continuamente todos os anos para não descumprirmos suas obrigações de dívida. Nossa capacidade de cumprir com esses índices e testes financeiros pode ser afetada por eventos além do nosso controle e não podemos garantir que iremos cumprir com esses índices e testes financeiros. O não cumprimento de qualquer uma dessas cláusulas poderá resultar em um evento de inadimplemento sob esses contratos e outros.

O nosso nível de endividamento e as cláusulas restritivas em nossos instrumentos de dívida podem implicar em riscos importantes, incluindo os seguintes:

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- aumento de nossa vulnerabilidade às condições econômicas, financeiras e setoriais negativas em geral; e
- necessidade de que nós dediquemos uma parte substancial de nossos fluxos de caixa das operações para o serviço da dívida, reduzindo assim a disponibilidade de nossos fluxos de caixa para o financiamento de despesas de capital.

A nossa geração de caixa decorrente de nossas operações poderá não ser suficiente para pagar o valor de principal, juros e outros valores devidos relacionados a suas dívidas atuais e futuras e, nesse caso, nós poderemos não conseguir tomar empréstimos, vender ativos ou de outra forma levantar recursos em condições aceitáveis ou até mesmo de fazê-lo para refinar sua dívida tão logo vencida ou se torne devida. Caso nós incorremos em dívidas adicionais, os riscos relacionados às nossas dívidas, incluindo a nossa inadimplência com relação aos prazos de nossas dívidas, poderão aumentar.

Na hipótese de nós estarmos inadimplentes nos termos de qualquer um de nossos contratos de financiamento, os saldos devedores nos termos desses contratos (incluindo principal, juros e quaisquer multas) poderão ser antecipados, o que poderá acionar as disposições sobre inadimplemento cruzado ou antecipação (*cross default/cross acceleration*) nos termos de nossos outros contratos de financiamento e, em vista de nosso nível significativo de endividamento, afetar substancial e negativamente a nossa situação financeira. No passado, fomos incapazes de cumprir com certas cláusulas específicas e solicitamos e obtivemos *waivers* com relação ao cumprimento de determinados *covenants* de índice de cobertura de dívida. Nós podemos, no futuro, não conseguir cumprir com tais ou outras cláusulas aplicáveis e seremos obrigados a solicitar novos *waivers*. Não podemos garantir que seremos bem sucedidos em cumprir com tais obrigações, e, caso não consigamos cumprir tais obrigações, na obtenção ou renovação de tais *waivers*.

Mais informações sobre nosso endividamento consulte o item 10.1.f deste Formulário de Referência.

A construção, ampliação e operação das nossas instalações e equipamentos de distribuição de energia elétrica envolvem riscos significativos que podem ensejar perda de receita ou aumento de despesas.

A construção, ampliação e operação de instalações e equipamentos destinados à distribuição de energia elétrica envolvem muitos riscos, incluindo:

- incapacidade de obter e/ou renovar alvarás e aprovações governamentais necessários;
- indisponibilidade de equipamentos;
- interrupções de fornecimento;
- greves;
- paralisações trabalhistas, incluindo greves;
- perturbação social;
- interferências climáticas e hidrológicas;
- problemas ambientais, regulatórios e/ou de engenharia não previstos;
- aumento nas perdas de energia elétrica, incluindo perdas técnicas e comerciais;
- atrasos operacionais e de construção, ou custos superiores ao previsto;
- incapacidade de vencer leilões do setor de energia elétrica promovidos pela ANEEL; e
- indisponibilidade de financiamento adequado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se vivenciarmos esses ou outros problemas, poderemos não ser capazes de distribuir energia elétrica em quantidades compatíveis com as nossas projeções, o que pode vir a afetar de maneira adversa a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais e nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais.

Se formos incapazes de concluir nosso programa de investimento proposto, no cronograma previsto, a operação e o desenvolvimento de nosso negócio poderão ser afetados de forma adversa.

Nossa capacidade de concluir o programa de investimento depende de uma série de fatores, inclusive da nossa capacidade de cobrar tarifas adequadas pelos nossos serviços, nosso acesso aos mercados de capitais nacionais e internacionais e uma variedade de contingências operacionais e regulatórias, dentre outras.

Não há certeza de que disporemos de recursos financeiros para concluir nosso programa de investimento proposto.

Qualquer impossibilidade de completar tal programa pode surtir efeito adverso relevante a nossa operação e no desenvolvimento dos nossos negócios, bem como afetar de maneira adversa nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais.

Nosso programa de investimento está descrito no item 10.8 deste formulário de referência.

Somos responsáveis por quaisquer perdas e danos decorrentes da não e/ou prestação inadequada de serviços de energia elétrica, e as nossas apólices de seguro contratadas podem não ser suficientes para cobrir totalmente tais perdas e danos.

Nos termos da legislação brasileira, temos responsabilidade objetiva por perdas e danos, diretos e indiretos, decorrentes da prestação inadequada de serviços de distribuição de energia elétrica. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros em decorrência de interrupções ou distúrbios no sistema de distribuição, sempre que essas interrupções ou distúrbios não forem atribuíveis a um integrante identificado do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

Podemos ser obrigados a arcar com perdas e danos resultantes da prestação inadequada de serviços de energia, o que poderá nos causar um efeito adverso em nossos resultados, bem como em nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle;

Os interesses de nossos controladores podem conflitar com os interesses dos demais titulares de valores mobiliários da emissão da Companhia.

Em 23 de janeiro de 2017, a State Grid Brazil Power Participações S.A., ou ("State Grid"), concluiu a aquisição de ações ordinárias representativas de 54,6% do capital com direito a voto da CPFL Energia, por meio da qual adquiriu o poder de controle direto da CPFL Energia e indireto da Companhia. A State Grid Brazil Power Participações S.A., é uma subsidiária indireta da State Grid Corporation of China, uma empresa estatal da República Popular da China. Em novembro de 2017, a State Grid fez uma oferta pública para aquisição das ações da CPFL Energia. Após o encerramento da referida oferta em 5 de dezembro 2017, a State Grid, juntamente com a ESC Energia S.A., detinha 964.612.351 das ações ordinárias, equivalentes a aproximadamente 94,75% do capital acionário total da CPFL Energia.

A State Grid poderá tomar medidas que podem ser contrárias aos interesses dos demais acionistas da CPFL Energia, podendo impedir outros acionistas, inclusive os demais acionistas da CPFL Energia, de bloquear essas medidas. Em particular, nosso acionista controlador indireto controla as decisões das nossas assembleias e pode eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Controladora.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O nosso acionista controlador indireto pode dirigir as ações em áreas como estratégia de negócios, financeira, distribuição, aquisição e alienação de ativos ou negócios. As decisões do nosso acionista controlador indireto quanto a estes assuntos podem divergir das expectativas ou preferências dos acionistas não controladores da nossa controladora CPFL Energia, inclusive detentores de suas ADSs. Para maiores informações sobre a aquisição da State Grid, vide "Item 15.7 deste formulário".

c. a seus acionistas;

Não houve nenhum fator de risco que se enquadrasse como preponderantemente relacionado "a seus acionistas".

d. a suas controladas e coligadas;

Não aplicável em função da Companhia não possuir empresas controladas ou coligadas.

e. a seus fornecedores;

O risco associado aos fornecedores, principalmente com relação à Usina Hidroelétrica de Itaipu, principal fornecedor da Companhia, está informado no item j, "O impacto de uma escassez de energia elétrica e do racionamento de energia elétrica dela decorrente, a exemplo do ocorrido em 2001 e 2002, pode ter um efeito adverso substancial sobre nosso negócio e resultados operacionais".

Custos de contratação podem variar de acordo com a demanda de mercado devido à limitação do número de fornecedores.

O atendimento das necessidades de manutenção da Companhia e das demandas de construção de novas obras são efetivadas por um número limitado de fornecedores. Sendo assim, a Companhia está vulnerável à oferta e demanda do mercado, principalmente em momentos em que existem grandes investimentos no setor de energia, o que pode fazer com que a Companhia pague preços elevados por esses serviços e materiais aplicados nessas obras.

A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados pela Companhia com a qualidade prevista em contrato, bem como de suprir os materiais necessários para execução desses serviços, poderá: (i) provocar inadimplemento das suas obrigações regulatórias; (ii) colocar em risco a preservação de suas centrais geradoras e das redes de transmissão e distribuição de energia elétrica; e/ou (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das suas centrais e de suas redes de transmissão e distribuição de energia elétrica. Conseqüentemente, a Companhia pode obter menor receita de vendas e ter uma possível exposição ao mercado de curto prazo, o que poderá causar um efeito adverso sobre os resultados e imagem da Companhia. Ademais, a rescisão desses contratos de fornecimento de materiais e dos serviços de construção ou operação e manutenção, ou a incapacidade de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

A Companhia depende de terceiros para o fornecimento de equipamentos utilizados em suas instalações, bem como para a realização de parte de suas operações, e falhas de um ou mais fornecedores poderão prejudicar as atividades, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia depende de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e para a prestação de serviços de engenharia e, desta forma, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores e prestadores de serviço, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais problemas poderão prejudicar as atividades da Companhia e ter um efeito adverso em seus resultados.

Além disso, em razão das especificações técnicas dos equipamentos e das obras da Companhia, existem poucos fornecedores e prestadores de serviço disponíveis. Se algum fornecedor descontinuar a produção, interromper a venda de qualquer dos equipamentos necessários às suas atividades ou a prestações dos serviços de engenharia, a Companhia poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento ou serviço com outros fornecedores nas mesmas condições de preço e prazo. Neste caso, a prestação dos serviços de transmissão e geração de energia elétrica

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pela Companhia poderá ser prejudicada de forma significativa, o que poderá impactar negativamente a sua condição financeira e os seus resultados operacionais.

Por fim, tendo em vista que a Companhia terceiriza uma parte de suas operações, caso uma ou mais das empresas prestadoras de serviços terceirizados descontinue suas atividades ou interrompa a prestação de serviços, as operações da Companhia poderão ser prejudicadas, o que acarretaria um efeito adverso em seus resultados e em sua condição financeira. Ademais, na hipótese de uma ou mais das empresas prestadoras de serviços terceirizados não cumprir com quaisquer de suas obrigações trabalhistas ou previdenciárias, a Companhia poderá ser solidária ou subsidiariamente responsabilizada por tais obrigações. Isso poderá afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

f. a seus clientes;

O nível de inadimplência dos nossos consumidores poderia afetar adversamente o nosso negócio, resultados operacionais e/ou situação financeira.

O nível de inadimplência de nossos consumidores pode ser afetado por variáveis como renda, emprego, taxa de juros, inflação e preço de energia. A atual situação macroeconômica brasileira, associada ao aumento das tarifas de energia elétrica nos últimos anos pode representar um aumento no risco de inadimplência de nossos consumidores.

Não podemos assegurar que as ações de cobrança serão suficientes e efetivas para manter o atual nível de inadimplência dos nossos clientes.

Caso o índice de inadimplência aumente, nosso negócio, resultados operacionais, condições financeiras e nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais poderão ser adversamente afetados.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue;

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa na economia brasileira. Esses envolvimento, além das condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente nosso negócio.

O governo brasileiro interfere frequentemente na economia brasileira, implementando ocasionalmente mudanças significativas em suas políticas e regulamentações. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação e outras políticas e regulamentações frequentemente envolvem, entre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, depreciações de moeda, controles de capital e limites às importações. Nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados por mudanças na política ou regulamentação em qualquer nível (federal, estadual ou municipal), que envolvam ou afetem fatores como:

- taxas de juros;
- política monetária;
- variações cambiais;
- inflação;
- liquidez dos mercados de capitais e empréstimos;
- políticas tributárias;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- alterações em leis trabalhistas;
- regulamentações ambientais em nosso setor;
- taxas de câmbio e controles e restrições sobre remessas para o exterior, como aquelas brevemente impostas em 1989 e começo de 1990; e
- outros desenvolvimentos políticos, sociais ou econômicos que afetem o Brasil.

A incerteza de que o governo brasileiro não mudará políticas ou regulamentações, que afetem esses ou outros fatores, pode contribuir para o aumento da instabilidade política e econômica no país, da volatilidade do mercado de capitais brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. A Standard & Poor's retirou o selo de bom pagador do Brasil, em 9 de setembro de 2015 e rebaixou novamente o risco Brasil, de BB para BB-, em 11 de janeiro de 2018, com perspectiva estável, bem como reconfirmou sua posição em 9 de agosto de 2018. A Fitch Ratings rebaixou o rating do Brasil de BBB- para BB+, em 16 de dezembro de 2015, e posteriormente para BB com perspectiva negativa, em 5 de maio de 2016 e depois para BB- em 23 de fevereiro de 2018, com perspectiva estável, bem como reconfirmou sua posição em 1º de agosto de 2018. A Moody's Investors Service rebaixou o risco Brasil para Ba2 em 24 de fevereiro de 2016, com perspectiva estável, bem como reconfirmou sua posição em 9 de abril de 2018. Esses rebaixamentos refletem as críticas condições econômicas, a manutenção de políticas fiscais adversas e o aumento da incerteza política no Brasil.

Não podemos garantir que o governo brasileiro manterá as políticas econômicas atuais, ou que esses ou outros eventos envolvendo a economia brasileira e/ou políticas governamentais não afetarão, direta ou indiretamente, o nosso negócio, e/ou os resultados de nossas operações.

Eventuais mudanças, pelo governo brasileiro, nas políticas econômicas atuais, em especial em relação ao setor de energia, poderão afetar adversamente nossas condições financeiras e resultados operacionais, bem como nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais.

Mais informações sobre os principais fatores de risco de mercado que afetam nosso negócio, consulte item 4.2 deste Formulário de Referência.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue;

Estamos sujeitos a ampla regulação do nosso negócio, o que fundamentalmente afeta a nossa performance financeira.

Nosso negócio está sujeito a extensa regulação de várias autoridades regulatórias brasileiras, particularmente da Agência Nacional de Energia Elétrica, ou ANEEL. A ANEEL regula e supervisiona vários aspectos do nosso negócio e estabelece nossas tarifas. Se fizermos investimentos de capital adicionais e não esperados, conforme a ordem da ANEEL e não nos for permitido reajustar nossas tarifas de maneira correspondente, ou se a ANEEL não autorizar o reembolso de todos os custos, ou ainda, se a ANEEL modificar a regulação relativa à ajustes tarifários, poderemos ser adversamente afetados.

Adicionalmente, tanto a implementação da nossa estratégia de crescimento, como a condução do nosso negócio no seu curso ordinário podem ser adversamente afetados por ações governamentais, tais como a modificação da atual legislação, o cancelamento dos programas de concessão estaduais e federais, a criação de critérios mais rígidos para qualificação em leilões públicos de energia ou o atraso na revisão e implementação de novas tarifas anuais.

Caso mudanças regulatórias exijam que nós conduzamos o nosso negócio de maneira substancialmente diferente das nossas operações atuais, as nossas operações e os nossos resultados financeiros e nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais podem ser adversamente afetados.

Não podemos assegurar a renovação da nossa concessão.

Conduzimos nossa atividade de distribuição nos termos de contrato de concessão firmados com o governo brasileiro. O alcance da duração da nossa concessão é de até 30 anos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil requer que todas as concessões relativas a serviços públicos sejam outorgadas por meio de leilão. Com base em leis e regulamentos específicos do setor de energia elétrica, o governo brasileiro pode renovar as atuais concessões por um período adicional de até 30 anos, dependendo da natureza da concessão, sem leilão, desde que a concessionária tenha alcançado determinados padrões mínimos financeiros, de desempenho, dentre outros, bem como, que a proposta seja, por outro lado, aceitável para o governo brasileiro.

O governo brasileiro possui considerável discricionariedade, nos termos da Lei nº 8.987/95 ("Lei de Concessões"), da Lei nº 9.074/95, do Decreto nº 7.805/12, da Lei nº 12.783/13, do Decreto nº 8.461/15, da Lei nº. 13.360/16, Decreto nº 9.158/17 e Decreto nº 9.187/17, bem como do contrato de concessão, com relação à renovação da concessão. Ressaltamos, ainda, que podemos estar sujeitos a novas regulamentações emitidas pelo governo brasileiro, que poderiam afetar retroativamente as normas sobre renovações de concessões.

A não renovação da nossa concessão, bem como a não renovação de nossos contratos de fornecimento de energia poderia ter um efeito adverso relevante em nossa condição financeira, em nossos resultados operacionais e em nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais.

Estamos sujeitos a regulamentação ambiental e de saúde que poderá se tornar mais rigorosa no futuro, podendo acarretar aumentos de obrigações e de investimentos.

Nossa atividade está sujeita a uma abrangente legislação federal, estadual e municipal, obtenção e manutenção de licenças, bem como regulação e fiscalização por agências governamentais brasileiras responsáveis pela implementação de leis e políticas ambientais e de saúde. Essas agências podem tomar medidas contra nós, caso não cumpramos a regulamentação aplicável e/ou deixemos de obter ou manter as nossas respectivas licenças. Essas medidas podem incluir, entre outras coisas, sanções nas esferas criminal e administrativa, tais como a imposição de multas e a revogação de licenças. As sanções dependem da intensidade da infração ou da extensão do dano causado, assim como de eventuais circunstâncias agravantes ou atenuantes aplicáveis ao agente violador. É possível que um aumento no rigor da regulamentação ambiental e de saúde nos force a aumentar ou direcionar os nossos investimentos para cumprir essa regulamentação e, conseqüentemente, desviar recursos de investimentos já planejados o que pode afetar de maneira adversa a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações.

As empresas do setor elétrico estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante à supressão de vegetação, gerenciamento de resíduos sólidos, intervenções em áreas especialmente protegidas, funcionamento de atividades potencialmente poluidoras, entre outros aspectos. Tais empresas necessitam de licenças e autorizações de agências governamentais para a instalação de seus empreendimentos e funcionamento de suas atividades.

Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, as empresas podem sofrer sanções administrativas, tais como multas, interdição de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, ou estarem sujeitas a sanções criminais (inclusive seus administradores), sem prejuízo do dever de reparar o dano ambiental causado na esfera civil. O Ministério Público poderá instaurar inquérito civil e/ou desde logo promover ação civil pública visando o ressarcimento de eventuais danos ao meio ambiente e terceiros afetados.

A legislação federal impõe responsabilidade objetiva a todos aqueles que direta ou indiretamente causarem degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente de dolo ou culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, atribuindo responsabilidade pessoal aos administradores e aos acionistas, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência poderemos ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir, ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá afetar adversamente os negócios, a reputação, as operações, e a imagem da empresa.

As agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar as empresas do setor de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

energia elétrica, incluindo a Companhia, a gastar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive obtenção de licenças ambientais para instalações e equipamentos que não necessitavam anteriormente dessas licenças ambientais.

Caso a regulamentação ambiental e de saúde se torne mais rigorosa no futuro, as nossas operações e os nossos resultados financeiros podem ser adversamente afetados, assim como nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais.

A estrutura regulatória sob a qual operamos está sujeita a contestação legal.

O governo brasileiro implementou mudanças fundamentais na regulação do setor elétrico, por meio da legislação aprovada em 2004, conhecida como a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ou Novo Marco Regulatório. Contestações quanto à constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ainda estão pendentes perante o Supremo Tribunal Federal. Não é possível estimar a data da decisão final desses processos. Se totalidade ou parte da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for declarada inconstitucional, haveria consequências incertas quanto à validade da atual regulação e quanto ao desenvolvimento da estrutura regulatória. O resultado dos processos legais pode ter um impacto adverso em todo o setor energético, incluindo nos nossos negócios e nos resultados de nossas operações.

Caso a estrutura regulatória sob a qual operamos seja revisada de modo a exigir que passemos a conduzir nosso negócio de maneira substancialmente diferente das nossas operações atuais, as nossas operações, nossos resultados financeiros e nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais podem ser adversamente afetados.

Alterações na legislação tributária e contábil, incentivos e benefícios fiscais, diferentes interpretações das legislações fiscais ou jurisprudência podem prejudicar os nossos resultados operacionais.

As mudanças nas legislações fiscais, interpretações das autoridades fiscais, jurisprudência administrativa ou judicial e de normas tributárias no Brasil podem resultar em um aumento da carga tributária sobre os nossos resultados, o que pode reduzir significativamente os seus lucros e fluxos de caixa operacionais. Além disso, os nossos resultados operacionais e nossa condição financeira podem reduzir se certos incentivos fiscais não forem mantidos ou renovados. Nós podemos falhar no recolhimento de impostos e taxas aplicáveis ou no cumprimento das legislações fiscais, o que poderá resultar em liquidações fiscais adicionais e penalidades para nós.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue.

Não aplicável, tendo em vista que nós somente atuamos em território brasileiro.

j. A questões socioambientais.

Nossos resultados operacionais dependem das condições hidrológicas existentes. As más condições hidrológicas podem afetar os nossos resultados operacionais.

Somos dependentes das condições hidrológicas existentes no Brasil. Em 2018, de acordo com dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico, ou ONS, 71,8% (69,9% em 2017) da energia elétrica consumida no Brasil foi fornecida por Usinas Hidrelétricas.

O Brasil está sujeito a condições hidrológicas imprevisíveis, com desvios não cíclicos da média do índice pluviométrico. Quando as condições hidrológicas estão em situação crítica, o ONS pode despachar Usinas Termoelétricas.

Poderá haver custos extraordinários na aquisição de energia quando o ONS despacha Usinas Termoelétricas fora da ordem de mérito, como por exemplo, Encargo de Serviço do Sistema, ("ESS"), relacionados à segurança energética. Esses custos adicionais poderão ser repassados pelas distribuidoras aos consumidores por meio de reajuste ou revisão tarifária periódicas, nos termos da legislação aplicável. Contudo, haverá uma incompatibilidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de fluxo de caixa no período intermediário, uma vez que as distribuidoras terão que arcar com estes custos imediatamente, enquanto as tarifas somente serão reajustadas anualmente.

Em janeiro de 2015, o setor elétrico começou a implementar um mecanismo de "bandeiras tarifárias" mensais, em que as faturas dos consumidores podem estar sujeitas a acréscimos tarifários mensais, quando os custos de fornecimento atingirem certos níveis, permitindo que os consumidores adaptem seu consumo aos custos de energia. As receitas cobradas sob o sistema das bandeiras tarifárias são reembolsadas às companhias distribuidoras com base no seu custo de energia relativo ao período. Devido às condições hidrológicas desfavoráveis observadas de 2013 a 2015, bandeiras tarifárias vermelhas foram aplicadas durante o ano de 2015, desde a introdução deste sistema, em janeiro de 2015.

Em 2016, devido a uma melhora nas condições hidrológicas, bandeiras tarifárias verdes foram aplicadas na maioria dos meses do ano, porém o ano de 2017 foi marcado principalmente por bandeiras tarifárias amarela e vermelha. Em novembro de 2017, a ANEEL realizou uma audiência pública para revisar a metodologia das bandeiras tarifárias. De acordo com a nova metodologia, as bandeiras tarifárias vermelhas foram aplicadas em novembro e dezembro de 2017. Em 2018, as bandeiras verdes foram aplicadas de janeiro a abril e novamente em dezembro. As amarelas foram adotadas em maio e novembro, e as vermelhas foram aplicadas de junho a outubro. Em abril de 2018, a metodologia para calcular as tarifas adicionais ocasionadas pelas bandeiras foi revisada de modo a considerar a falta de geração de energia hidroelétrica (fator GSF). De junho a outubro de 2018, a bandeira de tarifas chegou ao seu nível mais alto, cobrando um adicional de R\$50,00 por MWh consumido devido às más condições hidrológicas e aos preços elevados no mercado à vista. Embora esse mecanismo reduza, em parte, o descompasso de fluxo de caixa, pode ser insuficiente para cobrir os custos de fornecimento de energia termoelétrica e a exposição no MCP devido às más condições meteorológicas (fator GSF), sendo que a Companhia ainda enfrenta o risco de descasamento no fluxo de caixa de curto prazo.

Caso as condições hidrológicas não sejam satisfatórias ou o sistema de "bandeiras tarifárias" venha a ser alterado, as nossas operações e os nossos resultados financeiros podem ser adversamente afetados, assim como nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais.

O impacto de uma escassez de energia elétrica e do racionamento de energia elétrica dela decorrente, a exemplo do ocorrido em 2001 e 2002, pode ter um efeito adverso substancial sobre o nosso negócio e resultados operacionais.

A capacidade operacional das usinas hidrelétricas no Brasil depende fortemente dos níveis dos reservatórios e, conseqüentemente, das chuvas. Períodos de precipitação pluviométricos severa ou constantemente abaixo da média que resultem em escassez de energia elétrica podem afetar adversamente a nossa condição financeira e os nossos resultados operacionais.

As condições hidrológicas podem ser desafiadoras tanto durante o período úmido, que ocorre de dezembro a abril, quanto durante o período seco, que ocorre de maio a novembro, no Brasil. Por exemplo, durante o período de baixa precipitação pluviométrica nos anos de 2000 e 2001, o governo brasileiro instituiu o Programa de Racionamento, um programa de redução do consumo de energia elétrica que esteve em vigor de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002. O Programa de Racionamento estabeleceu limites para o consumo de energia elétrica para consumidores industriais, comerciais e residenciais, que variavam de 15,0% a 25,0% de redução no consumo de energia.

Esses programas de racionamento podem resultar na redução da demanda de energia elétrica em todo o Brasil, reduzindo assim a receita operacional bruta da Companhia. Caso o Brasil experimente outra escassez de energia elétrica (situação que pode ocorrer e sob a qual não temos possibilidade de controlar ou prever), o governo brasileiro poderá implementar políticas similares ou outras no futuro para fazer frente à escassez. Por exemplo, programas abrangentes de conservação de energia elétrica, incluindo reduções compulsórias no consumo, poderão ser implementados caso as condições hidrológicas desfavoráveis não possam ser compensadas, na prática, por outras fontes de energias, como Usinas Termelétricas, resultando, assim, em um menor suprimento de energia elétrica para o mercado brasileiro.

Caso ocorra a escassez de energia elétrica, com um menor suprimento de energia elétrica no mercado brasileiro, as nossas operações, os nossos resultados financeiros e nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais podem ser adversamente afetados.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Mercado de Energia: O negócio de distribuição de energia nos ambientes regulado e livre está sujeito ao risco de mercado associado à comercialização de energia.

Risco de sub/sobrecontratação:

A Companhia poderá sofrer perdas no repasse dos custos com aquisição de energia quando: (1) o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada por seus clientes. Neste cenário, a energia contratada acima dos 105% é vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") ao valor do preço de curto prazo ("PLD") e em cenário de PLD inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão ou (2) o volume de energia contratada for inferior a 100% da energia demandada. Neste cenário, além da Companhia ficar obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuírem garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, a Companhia fica exposta a penalidades por insuficiência de lastro contratual.

Risco regulatório:

As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Reajuste Tarifário Anual (RTA)

Em decorrência da legislação regulatória sob a qual a Companhia está sujeita, anualmente a tarifa cobrada pela Companhia é ajustada. Em 16 de outubro de 2018, por meio da Resolução Homologatória nº 2.472, a ANEEL reajustou as tarifas de energia elétrica da Companhia em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 19,25% a ser percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste foi de 7,07% e da Parcela B (Custos Operacionais, Remuneração e Depreciação) de 1,76%. O cálculo levou em consideração o Reajuste Tarifário Anual, ocorrido em 24 de outubro de 2017. As novas tarifas entraram em vigor em 23 de outubro de 2018.

Caso o reajuste tarifário anual dos anos seguintes seja menor do que os esperados pela Companhia, suas operações e seus resultados financeiros podem ser adversamente afetados, assim como sua capacidade de adimplir com suas obrigações contratuais.

Revisão Tarifária Extraordinária (RTE)

Não ocorreram revisões extraordinárias no ano de 2018.

Risco de crédito:

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de inadimplência que gera a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") impactou a Receita Operacional Líquida da Companhia no exercício de 2018 em 1,3% (R\$ 51,6 milhões), efeito total do impacto no resultado de 2018.

Caso a inadimplência dos clientes da Companhia aumente suas operações e seus resultados financeiros podem ser adversamente afetados, assim como sua capacidade de adimplir com suas obrigações contratuais.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos, debêntures e ativos e passivos financeiros setoriais.

Em 31 de dezembro de 2018, 45,5% do nosso endividamento bruto (exceto derivativos) estava denominado em Reais e atrelado a taxas do mercado financeiro brasileiro ou a índices de inflação, ou, ainda, estavam sujeitos a taxas flutuantes de juros. Em 31 de dezembro de 2018, os 54,5% restantes do nosso endividamento bruto (exceto derivativos) estavam denominados em moeda estrangeira, predominantemente, dólares norte-americanos (comparados a 54,7%, em 31 de dezembro de 2017, e 58,5%, em 31 de dezembro de 2016), embora, em grande parte, vinculados a swaps cambiais que os convertiam em reais.

Adicionalmente, compramos energia da usina Hidroelétrica de Itaipu, que é uma das nossas principais fornecedoras, cujo custo está atrelado à variação cambial do dólar norte-americano. Anualmente, no momento do reajuste tarifário, as nossas tarifas são reajustadas para contemplar os ganhos ou perdas dessas compras da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A variação dos índices de inflação, taxas flutuantes de juros e cotação do dólar norte-americano poderá afetar adversamente nossas condições financeiras, bem como nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais.

A exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era passiva em (i) R\$ 589 milhões indexados à CDI e (ii) R\$ 232 milhões à TJLP/TLP. O risco da baixa da taxa de juros é parcialmente compensado pela posição de (iii) R\$ 868 milhões indexados ao IPCA e R\$ 207 milhões indexados a SELIC.

Mais informações sobre o risco de flutuações de taxas de juros e a riscos cambiais, consulte o item 5.1 deste Formulário de Referência.

Risco inflacionário:

O Brasil conviveu no passado com taxas de inflação extremamente elevadas e, por este motivo, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas de juros reais do mundo. Entre 2009 e abril de 2019, a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC no Brasil variou entre 6,5% a.a. e 14,25% a.a.

Segundo o IPCA, a taxa de inflação foi de 3,8%, 2,9% e 6,3% em 2018, 2017 e 2016, respectivamente. Em fevereiro de 2019, a inflação acumulada no período de 12 meses imediatamente anterior foi de 3,89%. O Brasil pode passar por altos níveis de inflação no futuro e pressões inflacionárias podem levar o governo brasileiro a intervir na economia e introduzir políticas que possam afetar adversamente nossos negócios. No passado, as intervenções do governo brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros que restringiam a disponibilidade de crédito e reduziām o crescimento econômico, causando volatilidade nas taxas de juros. A taxa SELIC oscilou de 14,25% em 31 de dezembro de 2015 para 6,50% em 31 de dezembro de 2018, conforme estabelecido pelo CMN. Políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros desencadearam e podem continuar desencadeando aumentos da inflação e, conseqüentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros, que podem nos afetar negativamente e aumentar nosso endividamento.

Caso o Brasil enfrente inflação alta no futuro, talvez não possamos reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os possíveis impactos da inflação sobre nossas despesas, inclusive salários. Isso levaria a uma diminuição do lucro líquido, afetando-nos adversamente. As pressões inflacionárias também podem afetar adversamente nossa capacidade de acessar os mercados financeiros estrangeiros.

Risco de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas. A exposição líquida da Companhia é ativa de R\$ 858 milhões sob risco de alta do dólar e R\$ 102 milhões sob risco de alta do euro.

Durante as últimas décadas, o real sofreu variações frequentes e substanciais em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano foi de R\$ 3,259, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 3,308 em dezembro de 2017 e de R\$ 3,875 em 31 de dezembro de 2018. Em 22 de maio de 2019, a taxa de câmbio era de R\$ 4,022 por US\$ 1,00. O real poderá continuar a flutuar significativamente em comparação com o dólar norte-americano no futuro.

A depreciação do Real eleva o custo de serviço da nossa dívida em moeda estrangeira e os custos de aquisição de energia elétrica da Hidrelétrica de Itaipu, uma usina hidrelétrica que é uma das nossas principais fornecedoras e que corrige os preços de energia elétrica parcialmente com base em custos atrelados ao dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da dívida contraída por nós em moeda estrangeira é de R\$ 960 milhões mensurados a valor justo, bem como o saldo das contas a pagar, em decorrência do fornecimento de energia de Itaipu, que é valorado em dólar norte americano, é de R\$ 134 mil.

A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar o aumento da taxa de juros, o que pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e afetar nossa condição financeira e resultados operacionais, como também inibir o acesso aos mercados de capitais internacionais e levar o governo a intervir, inclusive com políticas governamentais de recessão. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode também levar à diminuição do consumo, pressões deflacionárias e reduzir o crescimento da economia como um todo.

Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras poderá conduzir à desvalorização de contas correntes brasileiras no exterior, bem como diminuir o crescimento impulsionado pelas exportações. Dependendo das circunstâncias, tanto a depreciação como a apreciação do real podem substancialmente e adversamente afetar o crescimento da economia brasileira e do nosso negócio, as nossas condições financeiras, os nossos resultados operacionais e a nossa capacidade de adimplir nossas obrigações contratuais.

Risco político:

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu com a queda de confiança do mercado na economia brasileira, bem como o péssimo ambiente político. Apesar da lenta recuperação econômica e ainda alta vulnerabilidade fiscal, muitas questões macroeconômicas fundamentais melhoraram em 2017 –2018. O destaque foi a desaceleração da inflação e taxas de juros historicamente baixas.

Além disso, a recente instabilidade política no Brasil contribuiu com a queda da confiança do mercado na economia brasileira. Diversas investigações envolvendo alegações de lavagem de dinheiro e corrupção estão sendo conduzidas pelo Ministério Público Federal, inclusive a maior das investigações conhecida como “Operação Lava Jato”, e têm tido impactos negativos na economia brasileira e ambiente político.

Na “Operação Lava Jato”, membros do Governo Federal e do legislativo, bem como altos executivos de grandes empresas privadas e estatais, estão sendo acusados e, em determinados casos, condenados ou, ainda, celebrando delações premiadas, com relação a crimes de corrupção política, envolvendo suborno, propinas em licitações de diversos contratos de infraestrutura, petróleo e gás e empreiteiras. O produto dessas propinas teria financiado campanhas políticas dos partidos do governo e contabilizadas em caixas dois, além de alegações de enriquecimento ilícito das pessoas que receberam esses valores, e ainda, favorecimento de empresas em contratos com o governo brasileiro. Além disso, algumas dessas empresas estão sendo investigadas e, em certos casos, condenadas pelas autoridades competentes, como a CVM, a SEC e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Algumas dessas empresas decidiram celebrar acordos de leniência com as autoridades competentes, quando possível. O potencial resultado dessas investigações, condenações, delações e acordos de leniência ainda é incerto, mas já prejudicou a

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

imagem e reputação das empresas implicadas, partidos políticos e a percepção geral do mercado com relação à economia brasileira e ambiente político. Não podemos prever se essas investigações levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se surgirão novas alegações contra servidores, executivos e/ou empresas no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado de qualquer tal investigação ou alegação, tampouco seus efeitos na economia brasileira.

Em agosto de 2016, o Senado aprovou a destituição de Dilma Rousseff, então Presidente do Brasil, após um processo jurídico e administrativo de impeachment por infringir leis orçamentárias. Michel Temer, o ex-vice-presidente, que assumiu a presidência do Brasil após o impeachment de Dilma, também está sob investigação por alegações de corrupção e foi preso em 21 de março de 2019. Além disso, outro ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, começou a cumprir, em abril de 2018, uma sentença de 12 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro.

Em 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil e assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2019. Nós não podemos prever com certeza como a vitória de Bolsonaro pode afetar a estabilidade geral, as perspectivas de crescimento e a saúde econômica e política do país.

Não há garantia de que Bolsonaro será bem-sucedido em executar suas promessas de campanha ou aprovar certas reformas favoráveis, particularmente ao confrontar um congresso fraturado. Além disso, seu Ministro da Economia, Paulo Guedes, propôs, durante a campanha presidencial, a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, o que foi recentemente reforçado em adição à manifestação de extinção dos juros sobre capital próprio, de modo que, se promulgadas, haveria um aumento das nossas despesas tributárias, o que poderia impactar a nossa capacidade de pagar e receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Ainda, eventual reforma tributária, se proposta e implementada, também pode influenciar significativamente o nosso negócio.

Além disso, Bolsonaro foi de modo geral uma figura polarizadora durante sua campanha pela presidência, especialmente em relação a certas visões sociais, e não podemos prever como um eleitorado dividido pode afetar sua presidência e sua capacidade de implantar políticas e reformas.

O Governo Federal deve propor os termos gerais de uma reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto para 2019 e anos seguintes, mas é incerto se o Governo Federal conseguirá reunir o apoio necessário no Congresso para passar qualquer proposta de reformas. Em fevereiro de 2019, o Governo Federal apresentou ao Congresso um projeto de lei que propõe uma mudança ampla e abrangente do sistema público de seguridade social. Se o Governo Federal não conseguir reduzir as despesas públicas e as reformas esperadas não forem aprovadas, o Brasil continuará a administrar um déficit orçamentário para 2019 e anos seguintes. Não podemos prever os efeitos desse déficit orçamentário na economia brasileira, nem quais políticas o Governo Federal pode adotar ou alterar, ou o efeito que tais políticas possam ter. Quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Além disso, a incerteza se o atual governo brasileiro implantará mudanças na política ou regulamentações no futuro pode contribuir com a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros.

A apuração de *covenant* prevê um limite máximo de razão 3,75 do indicador de Dívida Líquida / EBITDA e mínimo de razão 2,25 do indicador EBITDA / Resultado financeiro, apurados semestralmente na controladora CPFL Energia, sob pena de eventual aceleração da dívida em caso de descumprimento do limite. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a controladora CPFL Energia fechou a apuração do indicador de Dívida Líquida / EBITDA em 3,05 e indicador EBITDA / Resultado financeiro 7,58, permanecendo dentro dos limites estabelecidos.

A Companhia não pode garantir que continuará cumprindo com todos os índices econômico-financeiros e que, caso um descumprimento venha a ocorrer, que as suas dívidas não serão aceleradas, causando um impacto adverso negativos em seus negócios e resultados operacionais. Caso as dívidas da Companhia sejam aceleradas, suas operações e seus resultados financeiros podem ser adversamente afetados, assim como sua capacidade de adimplir com suas obrigações contratuais.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Encontram-se identificados neste Formulário de Referência todos os processos em andamento nos quais a Companhia figura como parte, classificados como não sigilosos e que são relevantes para a Companhia, com a posição atualizada até 31 de dezembro de 2018. No processo de análise de relevância, a Companhia não se deteve somente nos potenciais efeitos econômicos e financeiros de uma decisão desfavorável, considerando, também, aqueles processos que poderiam influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os processos que podem afetar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou dos seus negócios, bem como que possam gerar riscos de imagem inerentes a certas práticas da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Apresentamos a seguir os detalhes dos processos em que somos parte, que não estão sob sigilo e que consideramos relevantes para o nosso negócio em 31 de dezembro de 2018.

PROCESSOS FISCAIS

1) ICMS:

Processo Fiscal nº 0001734-86.2010.8.26.0114 – ICMS	
a) Juízo	1ª Vara da Fazenda Pública de Campinas
b) Instância	3ª Instância (judicial)
c) Data de instauração	22/05/2009
d) Partes no processo	Companhia Piratininga de Força e Luz x Fazenda do Estado de São Paulo
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$62.792
f) Principais fatos	A Companhia ajuizou uma ação de anulação de um débito fiscal de ICMS que surgiu em razão da Companhia ter dado cumprimento à decisão em uma ação movida pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo que questionava a metodologia de cálculo do tributo para o fornecimento de energia a uma cidade do Estado de São Paulo. Foi proferida sentença anulando o débito. Posteriormente, a Fazenda Pública interpôs Apelação, a qual foi parcialmente provida apenas para reduzir o valor de honorários sucumbenciais, mantendo-se a anulação do débito. Desta forma, ambas as partes apresentaram embargos declaratórios, os quais foram improvidos. Atualmente, aguarda-se análise e julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela empresa e pela Fazenda.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	Desembolso de caixa e registro no resultado contábil da Companhia no valor de R\$ 62.792, que representa 1,6% de nossa Receita Líquida, sem maiores impactos nas nossas operações.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**2) Plano de Pensão:**

Processo Fiscal nº 0014567-73.2016.4.03.6105 (10830.001019/2007-39)	
a) Juízo	5ª Vara Federal de Campinas/SP
b) Instância	1ª Instância (judicial)
c) Data de instauração	12/08/2016
d) Partes no processo	Companhia Piratininga de Força e Luz x Fazenda Nacional
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 265.319
f) Principais fatos	A Companhia recebeu uma autuação fiscal relacionada à dedutibilidade de despesas provenientes dos pagamentos previstos no acordo financeiro firmado para o equacionamento do déficit com o fundo de pensão da Fundação CESP. Foi indeferida a Impugnação apresentada pela empresa. Assim, a Companhia ingressou com Recurso Voluntário, o qual foi indeferido. A Companhia ingressou com Recurso Especial, o qual foi indeferido. Finalizada a discussão da esfera administrativa, a Companhia ingressou com Ação Anulatória, objetivando o cancelamento do débito e, paralelamente, a Fazenda ajuizou Execução Fiscal. Foi determinada a suspensão da Execução Fiscal, até que a Ação Anulatória apresentada pela CPFL seja julgada. Nesta ação anulatória, a Companhia obteve sentença favorável, porém sem a concessão do pedido de suspensão da exigibilidade do débito nesta execução e sem condenação de custas, portanto a Companhia apresentou recurso de Apelação, assim como a Fazenda, mas esta busca a reforma integral da sentença. Atualmente, aguarda-se decisão de 1ª instância.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda em esfera judicial, o impacto será de desembolso de caixa e registro no resultado contábil da Companhia no valor de R\$ 265.319, que representa 6,8% de nossa Receita Líquida, sem maiores impactos nas nossas operações.

3) INDEDUTIBILIDADE DA CSLL:

Processo Fiscal nº 0002005-38.2002.4.03.6100 – CSLL	
a) Juízo	19ª Vara Federal de São Paulo
b) Instância	1ª Instância (judicial)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

c) Data de instauração	30/01/2002
d) Partes no processo	CPFL Piratininga x Receita Federal do Brasil
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 169.125
f) Principais fatos	Mandado de Segurança com o objetivo de assegurar a Companhia o direito à dedução integral do valor da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) da base de cálculo do Imposto sobre a Renda (IR), referente ao ano-base de 2002 e nos seguintes, afastando, desta forma, o artigo 1º da Lei nº 9.316/96. O pedido foi julgado improcedente, com a denegação da ordem, ao fundamento de que o artigo 1º da Lei nº 9.136/96 não padece de inconstitucionalidade. Ingressamos com Recurso de Apelação, ao qual foi negado provimento. Apresentamos Recursos Especial e Extraordinário, aos quais foi negado seguimento. O processo transitou em julgado e, atualmente, aguardamos decisão sobre os cálculos apresentados para liquidação, sendo que R\$ 151.810 MM estão provisionados e ainda pendente de discussão R\$ 17.314 MM, estando classificado como possível.
g) Chance de perda	Provável
h) Análise do impacto em caso de perda	Desembolso de caixa da Companhia CPFL Piratininga no valor de R\$ 169.125 que representa 4,4% de nossa Receita Líquida, sem maiores impactos nas operações do grupo.

4) IRPJ e CSLL

Processo Fiscal nº 10830.727673/2014-03	
a) Juízo	Delegacia da Receita Federal
b) Instância	2ª Instância (administrativa)
c) Data de instauração	09/01/2015
d) Partes no processo	Companhia Piratininga de Força e Luz x Delegado da Receita Federal de Campinas
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 34.317
f) Principais fatos	Auto de Infração e Imposição de Multa, pelo qual houve a glosa de despesas pagas à Fundação CESP no período de 2009 a 2012 e exigência da CPFL dos valores de IRPJ e CSLL, tendo como fundamento o disposto no artigo 299 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99). A Impugnação foi julgada improcedente. Desta forma, a CPFL ingressou com Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	Desembolso de caixa e registro no resultado contábil da Companhia no valor de R\$ 34.317, que representa 0,9% de nossa Receita Líquida, sem maiores impactos nas nossas operações.

5) Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/PASEP e COFINS

Processo Fiscal nº 0025074-88.2012.8.26.0114	
a) Juízo	9ª Vara Cível de Campinas/SP
b) Instância	2ª Instância (judicial)
c) Data de instauração	18/04/2012
d) Partes no processo	Companhia Piratininga de Força e Luz x Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 29.503

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f) Principais fatos	Ação ordinária ajuizada pela Usiminas, para cessar o repasse de PIS/PASEP e da COFINS com a inclusão, em suas bases de cálculo, do ICMS-ST. Foi proferida sentença indeferindo o pleito da Usiminas. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação apresentada pela parte.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	Desembolso de caixa e registro no resultado contábil da Companhia no valor de R\$ 29.503, que representa 0,8% de nossa Receita Líquida, sem maiores impactos nas nossas operações.

Processo Fiscal nº 1003814-93.2016.8.26.0114

a) Juízo	2ª Vara da Fazenda Pública de Campinas/SP
b) Instância	3ª Instância (judicial)
c) Data de instauração	03/02/2016
d) Partes no processo	Companhia Piratininga de Força e Luz x Fazenda do Estado de São Paulo
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 22.284
f) Principais fatos	Mandado de Segurança visando o cancelamento do AIIM nº 4.039.169-3, mediante o reconhecimento da impossibilidade de tributação do ICMS-ST pelo PIS e pela COFINS. Nesse processo se discute a cobrança realizada pela Fazenda do Estado de São Paulo acerca do ICMS substituição tributária (ICMS-ST) sobre valores de PIS e de COFINS indevidamente calculados pela CPFL sobre o próprio ICMS-ST decorrente de operação de energia elétrica realizada no mercado livre entre uma empresa comercializadora e consumidores paulistas. Foi proferida sentença denegando a segurança. Apresentamos recurso de apelação, ao qual foi negado provimento. Interpusemos Recursos Especial e Extraordinário, os quais aguardam julgamento.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	Desembolso de caixa e registro no resultado contábil da Companhia no valor de R\$ 22.284, que representa 0,6% de nossa Receita Líquida, sem maiores impactos nas nossas operações.

6) PIS/COFINS**Processo Fiscal nº 10830.902367/2015-35**

a) Juízo	Delegacia da Receita Federal
b) Instância	1ª Instância (administrativa)
c) Data de instauração	22/02/2018
d) Partes no processo	Companhia Piratininga de Força e Luz x União Federal
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.068
f) Principais fatos	Trata-se de declaração de compensação que objetiva a utilização de crédito de saldo negativo de CSLL (ano-calendário 2011), para quitação de débitos de PIS e COFINS não-cumulativos, apurados em setembro/2015. Este saldo de CSLL foi gerado pela reapuração de IRPJ e CSLL em razão da alteração do regime (de competência para caixa) de contabilização das receitas e/ou despesas decorrentes de variação monetária e cambial em operações de SWAP com fins de hedge. A Fiscalização desconsiderou as DIPJs retificadoras transmitidas pela empresa, as quais eram demonstrativas do crédito, e, portanto, concluiu pela insuficiência de créditos hábeis a compensar os débitos apontados na DCOMP. Aguarda-se julgamento da

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	manifestação de inconformidade da empresa.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	Desembolso de caixa e registro no resultado contábil da Companhia no valor de R\$ 11.068, que representa 0,3% de nossa Receita Líquida, sem maiores impactos nas nossas operações.

7) Previdenciário

Processo Fiscal nº 10830.727492/2013-98	
a) Juízo	Delegacia da Receita Federal
b) Instância	2ª Instância (administrativa)
c) Data de instauração	20/12/2013
d) Partes no processo	Companhia Piratininga de Força e Luz x INSS
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.878
f) Principais fatos	Auto de infração objetivando a cobrança de contribuição previdenciária do período de 01/2009 a 12/2011, sobre: (i) retenções não destacadas de 11% sobre o valor bruto dos serviços contidos em notas fiscais/fatura/recibo, emitidas por empresas prestadoras de serviços contratadas mediante cessão/empreitada de mão-de-obra (ii) parcelas pagas aos segurados empregados a título de adicional e gratificação de férias, previdência complementar e PLR; e (iii) aviso prévio indenizado. Em 1ª Instância a impugnação da CPFL foi parcialmente procedente. Por tal motivo, apresentamos Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	Desembolso de caixa e registro no resultado contábil da Companhia no valor de R\$ 13.878, que representa 0,4% de nossa Receita Líquida, sem maiores impactos nas nossas operações.

PROCESSOS CÍVEIS**1) ABRADÉE – ANEEL**

Ação Ordinária n.º 0039494-18.2002.4.01.3400 (2002.34.00.039564-0)	
a) Juízo	3ª Vara Federal do Distrito Federal
b) Instância	2ª Instância
c) Data de instauração	12/12/2002
d) Partes no processo	ABRADÉE X ANEEL
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Neste momento, não é possível estimar os valores envolvidos no processo.
f) Principais fatos	A Companhia, bem como outras empresas brasileiras de distribuição, por meio da ABRADÉE, são autoras de um processo contra a ANEEL questionando a base para a remuneração dos ativos da concessão desde o primeiro ciclo de revisão tarifária. Após manifestação das partes sobre o laudo pericial (que constata o desequilíbrio econômico-financeiro alegado pela ABRADÉE) e apresentação de alegações finais. A sentença foi prolatada julgando improcedente os pedidos, atualmente os autos se encontram aguardando o julgamento da apelação interposto pela ABRADÉE.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	Eventual pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência arbitrados pelo tribunal, visto tratar-se de processo ativo, como rateio pela ABRADÉE. As custas processuais são definidas pelo tribunal através de tabela pública, por sua vez, os honorários de sucumbência são definidos entre o mínimo de 10% e máximo de 20% do valor da condenação, do proveito econômico ou do valor atualizado da causa, o que poderá gerar perda a Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**2) MAJORAÇÃO TARIFÁRIA**

Processo Cível nº 0614287-81.1998.8.26.0100	
a) Juízo	14ª Vara Cível/SP – Capital – Foro Central Cível
b) Instância	Execução
c) Data de instauração	11/02/1998
d) Partes no processo	Companhia Piratininga de Força e Luz x Ultrafértil S/A
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 25.878
f) Principais fatos	Trata-se de processo acerca da ilegalidade do aumento tarifário perpetrado em face da edição, aprovação e vigência das Portarias 38 e 45 de 1986, entabuladas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. Esta contrariedade entre aludidas Portarias e a "lei" advém do chamado "Plano Cruzado" (Decretos-lei nº 2283/86 e 2284/86), o qual instituiu o chamado "congelamento de preço". Processo em fase de execução.
g) Chance de perda	Provável
h) Análise do impacto em caso de perda	Nenhum, pois há depósito judicial e provisão constituída, no valor de R\$8.466, sendo que R\$ 17.412, estando classificado como remoto, que representa 0,7% de nossa Receita Líquida, sem maiores impactos nas nossas operações.

Processo Cível nº 0729983-73.1995.8.26.0100	
a) Juízo	14ª Vara Cível/SP – Capital – Foro Central Cível
b) Instância	Execução
c) Data de instauração	11/02/1998
d) Partes no processo	VISAGIS S/A INDUSTRIAS ALIMENTICIAS x Companhia Piratininga de Força e Luz
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.712
f) Principais fatos	Trata-se de processo acerca da ilegalidade do aumento tarifário perpetrado em face da edição, aprovação e vigência das Portarias 38 e 45 de 1986, entabuladas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. Esta contrariedade entre aludidas Portarias e a "lei" advém do chamado "Plano Cruzado" (Decretos-lei nº 2283/86 e 2284/86), o qual instituiu o chamado "congelamento de preço". A Autora obteve procedência de seu pedido integralmente, com trânsito em julgado e, em sede de execução, pleiteou o pagamento de restituição dos valores pagos indevidamente em período superior à vigência de referidas portarias. Em razão disso, a CPFL Piratininga ingressou com Ação Rescisória buscando limitar o período de restituição, a qual foi provida, havendo limitação do período à vigência das portarias, de modo que, com base em laudo elaborado por perito de confiança da CPFL, pleiteamos o pagamento em favor da Autora conforme o laudo e a liberação do excedente, o qual não foi combatido pela Autora Considerando que a ação rescisória transitou em julgado, considera-se possível a reversão da decisão que julgou procedente a rescisória, pela apresentação de cálculos divergentes pela Autora em continuidade à execução, por isso a separação da contingência em R\$ 21.447 classificada como POSSÍVEL e R\$ 264 como PROVÁVEL, considerando ser esse valor apurado como devido em laudo constante dos autos do processo. Atualmente aguarda-se levantamento do referido valor para arquivamento do feito.
g) Chance de perda	Provável

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h) Análise do impacto em caso de perda	Nenhum, pois há depósito judicial e provisão constituída, no valor de R\$ 264 Mil, pois trata-se do valor incontroverso.
--	--

3) AÇÃO AMBIENTAL – PARQUE DA SERRA DO MAR

Ação Civil Pública nº 0001673-23.2015.8.26.0157	
a) Juízo	3ª Vara da Comarca de Cubatão – SP
b) Instância	1ª Instância
c) Data de instauração	09/03/2015
d) Partes no processo	Ministério Público do Estado de São Paulo X CPFL Piratininga
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	Neste momento, não é possível estimar os valores envolvidos no processo.
f) Principais fatos	Ação Civil Pública Ambiental ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo que questiona as supressões de vegetação nas faixas de domínio das 10 Linhas de transmissão situadas no Parque Estadual da Serra do Mar, sob o argumento de que vegetação suprimida se caracterizaria como sendo do bioma Mata Atlântica e que a supressão de vegetação estaria em desacordo com os padrões e recomendações técnicas consideradas adequadas pelo Autor. Pretende que a CPFL seja obrigada a: (i) não realizar o corte raso para a manutenção das faixas de servidão das linhas de transmissão objeto desta ação; (ii) promover o corte seletivo de vegetação; (iii) obter licença para desmate junto à CETESB e não intervenha em APP, salvo mediante autorização do órgão ambiental; (iv) implantar estrutura para impedimento de pouso de aves, mediante a instalação de "bird flapper" a cada 10m e (v) providencie a fiscalização permanente das faixas da LTs. Processo em fase instrutória e aguarda-se a realização de prova pericial.
g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	Adotar medidas mitigadoras dos impactos ambientais supostamente causados.

2) RODOVIAS

Processo nº 0000933-68.2013.8.26.0114	
a) Juízo	6ª Vara Cível de Campinas – SP
b) Instância	1ª Instância
c) Data de Citação	16/06/2015
d) Partes no processo	Rodovia das Colinas S.A. X Companhia Piratininga de Força e Luz
e) Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 23.192
f) Principais fatos	Tratam os autos de Ação de Cobrança, por meio da qual a Rodovia das Colinas pretende a condenação da CPFL ao pagamento do valor devido em função de todas as ocupações existentes na faixa de domínio das rodovias sob a sua administração desde o início da concessão em março de 2000. Apresentadas as contestações e Réplica e, após terem as Partes sido intimadas para especificarem as provas que pretendem produzir, a autora pleiteou pela produção de prova pericial e a CPFL informou que não possui provas para produzir. Após publicação de despacho que deferiu a produção de prova pericial e concedeu o prazo de 20 dias para a apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico. No momento, aguarda-se a conclusão da perícia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g) Chance de perda	Possível
h) Análise do impacto em caso de perda	Desembolso de caixa e registro no resultado contábil da Companhia no valor de R\$ 23.192, que representa 0,6% de nossa Receita Líquida, sem maiores impactos nas nossas operações.

4.3.1 Indicar o valor provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

O valor total provisionado referente aos processos descritos no item 4.3 em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 160.542

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:

- a. juízo;**
- b. instância;**
- c. data de instauração;**
- d. partes no processo;**
- e. valores, bens ou direitos envolvidos;**
- f. principais fatos;**
- g. se a chance de perda é:**
 - i. provável;**
 - ii. possível;**
 - iii. remota;**
- h. análise do impacto em caso de perda do processo;**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

4.4.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Todos os processos relevantes foram divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

Encontram-se identificados neste item do Formulário de Referência todos os processos em andamento, nos quais a Companhia figura como parte, que não estão classificados como sigilosos e que, quando considerados em conjunto, são considerados relevantes para a Companhia, com a posição atualizada até 31 de dezembro de 2018. No processo de análise de relevância, a Companhia não se deteve somente nos potenciais efeitos econômicos e financeiros de uma decisão desfavorável, considerando, também, aqueles processos que poderiam influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os processos que podem afetar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou dos seus negócios, bem como que possam gerar riscos de imagem inerentes a certas práticas da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Apresentamos a seguir os detalhes dos processos repetitivos ou conexos em que somos parte, que não estão sob sigilo e que, quando considerados em conjunto, são relevantes para o nosso negócio em 31 de dezembro de 2018.

Trabalhistas: Terceirizadas

Valores envolvidos	R\$ 118.027 mil
Práticas do emissor ou da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de ação em que o reclamante, contratado por empresa que presta serviços à Companhia, pleiteia o recebimento de verbas decorrentes da relação de trabalho existente entre ele e a terceirizada.

Trabalhistas: Horas Extras

Valores envolvidos	R\$ 39.708 mil
Práticas do emissor ou da Companhia que causou tal contingência	Ações nas quais os reclamantes pleiteiam pagamento de horas extras, supressão de intervalo intrajornada, sobreaviso, ou diferenças decorrentes de alegado pagamento incorreto.

Trabalhistas: Equiparação Salarial

Valores envolvidos	R\$ 43.603 mil
Práticas do emissor ou da Companhia que causou tal contingência	Ações em que os autores, alegando exercício das mesmas atividades por eles e pelo paradigma apontado, que possui remuneração superior, pretende o recebimento de diferenças salariais.

Trabalhistas: Acidentes

Valores envolvidos	R\$ 42.659 mil
Práticas do emissor ou da Companhia que causou tal contingência	Ações que têm como causa de pedir acidentes de trabalho ocorridos na rede elétrica, envolvendo lesão, morte ou pagamento de pensão, bem como doenças ocupacionais equiparadas a acidente de trabalho.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Cível – (Acidentes / Eletroplessão)	
Valores envolvidos	R\$ 19.797 mil
Práticas do emissor ou da Companhia que causou tal contingência	Pleiteiam os autores o recebimento de indenização por danos materiais e morais em razão de acidentes com energia elétrica

Cíveis: Majoração Tarifária	
Valores envolvidos	R\$ 68.847 mil
Prática do emissor ou da Companhia que causou tal contingência.	Trata-se de pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38 e 45, de 1986.

4.6.1 Indicar o valor provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Natureza	Objeto	Provisão
Trabalhistas	Horas extras, Terceirizadas e Equiparação Salarial	13.610
	Acidentes	4.360
Cível	Acidentes / Eletroplessão	584
	Majoração Tarifária	17.943
Total		36.497

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Todas as contingências relevantes foram abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos;

Considerando que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários;

Considerando que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação;

Considerando que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

d. Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável.

Considerando que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

e. outras questões do interesse dos investidores.

Considerando que a Companhia é um emissor nacional, este item não é aplicável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

O processo de gestão de riscos da CPFL Piratininga é coordenado por uma estrutura corporativa e está alinhado às diretrizes do Grupo CPFL.

A CPFL Energia possui uma Política de Gestão Corporativa de Riscos aprovada pelo seu Conselho de Administração em reunião realizada em julho de 2009, devidamente atualizada em 2015, 2016, 2017 e 2018 e encontra-se disponível no site da CPFL Energia em www.cpfl.com.br/ri.

Todos os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são consolidados por meio da política, representados no Mapa Corporativo de Riscos. A política prevê modelos, indicadores e limites de exposição aos riscos, aprovados pelo Conselho de Administração da CPFL Energia, bem como detalha o tratamento a ser dispensado e reportes necessários em caso de extrapolação das referências de risco. Além disso, aborda a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, com definição de papéis e responsabilidades, a qual é melhor detalhada no item (b.iii) deste formulário.

A Companhia esclarece, ainda, que não adota o Código Brasileiro de Governança Corporativa e, conseqüentemente, não possui Código de Conduta ou Integridade instituído. Não obstante é importante esclarecer que todas as companhias do Grupo CPFL, inclusive a Companhia, atendem ao código de ética instituído pela CPFL Energia e descrito abaixo.

O código de ética do Grupo CPFL foi elaborado a fim de perpetuar a atuação dos colaboradores do grupo, segundo princípios que assegurem a ética, a integridade, a responsabilidade, a transparência e a eficiência, dispoendo que estes são essenciais para a construção e defesa da reputação do Grupo CPFL, bem como para que as suas atividades aconteçam em linha com as expectativas de seu público.

A conduta de ética do Grupo CPFL consolida suas crenças e tem o objetivo de orientar a conduta de todos seus colaboradores, devendo seus valores e diretrizes serem observados indistintamente por todos os seus profissionais, incluindo os membros dos: (i) Conselho de Administração; (ii) Conselho Fiscal; (iii) Comitês de Assessoramento; e (iv) Diretoria Executiva, bem como os diretores, gerentes, líderes, funcionários e terceirizados do Grupo CPFL.

Nosso Código de Conduta Ética se encontra disponível em nosso website em <https://www.cpfl.com.br/institucional/etica-na-rede/o-codigo-de-etica/Paginas/default.aspx>. (Esse URL somente deve ser considerado como referência textual. Ele não tem o propósito de ser um *hyperlink* ativo em nosso website. As informações de nosso website, que podem ser acessadas por meio de *hyperlink* resultante dessa URL, não são e não devem ser consideradas como parte integrante do presente formulário).

- b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

i. os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção por meio da Política de Gestão Corporativa de Riscos são:

- Descumprimento dos termos do contrato de concessão;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Impossibilidade de repassar integralmente o custo de compra de energia elétrica ao consumidor e a necessidade de, para satisfazer à demanda, firmar contratos de curto prazo para aquisição de energia elétrica, a preços consideravelmente mais altos do que aqueles estabelecidos nos contratos de longo prazo;
- Riscos inerentes à construção, ampliação e operação das instalações e equipamentos de distribuição de energia elétrica;
- Impacto adverso na operação de desenvolvimento de negócios decorrente da não conclusão do programa de investimento proposto no cronograma previsto;
- Risco de as apólices de seguro contratadas não serem suficientes para cobrir totalmente as perdas decorrentes da responsabilidade por quaisquer perdas e danos decorrentes da prestação inadequada de serviços de energia elétrica;
- Comprometimento da capacidade de conduzir as atividades operacionais e realizar o pagamento dos financiamentos contratados em virtude do grau de endividamento e das obrigações de serviço de dívidas;
- Efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais de uma escassez de energia elétrica e do racionamento dela decorrente, a exemplo do ocorrido em 2001 e 2002;
- Risco de o nível de inadimplência dos consumidores afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e/ou situação financeira;
- Aumento das taxas de juros praticadas pelo mercado e riscos cambiais;
- Risco regulatório;
- Aumento de obrigações e investimentos em decorrência de novas regulamentações ambientais ou de saúde; e
- Efeitos adversos de más condições hidrológicas sobre os resultados operacionais.

Para mais informações sobre esses riscos, vide o item 4.1.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia considera como mecanismos de proteção aos riscos descritos no item 4.1 (i) o monitoramento periódico das exposições frente aos limites aprovados pelo Conselho de Administração da CPFL Energia, (ii) os planos de mitigação para tratamento das principais exposições e (iii) o reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, a saber, Diretoria Executiva da CPFL Energia, Conselho de Administração da CPFL Energia e seus Comitês de Assessoramento, e do Conselho Fiscal da CPFL Energia.

Desta forma, a Companhia possui como prática, definida na Política de Gestão Corporativa de Riscos, realizar o monitoramento regular dos riscos aos quais está exposta, avaliando o nível de exposição e adotando medidas de mitigação a fim de reduzir os riscos sempre que estes se aproximarem ou extrapolarem os limites estabelecidos.

O monitoramento das exposições é feito através do uso de indicadores e/ou modelos para simulação ou projeção de cenários de risco, com base nas diretrizes previstas na Política de Gestão Corporativa de Riscos. Além disso, a Companhia trabalha com limites de exposição a estes riscos, aprovados pelo Conselho de Administração. Em casos de aumento da exposição ou extrapolação de limites, planos de mitigação devem ser estruturados pelas áreas de negócio, em conjunto com a Gerência de Auditoria Riscos e *Compliance*, posteriormente, reportados ao Conselho de Administração da CPFL Energia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Além disso, a Companhia avalia permanentemente alterações regulatórias, condições ambientais e de mercado, faz uso de mecanismos regulatórios disponíveis e monitora o desempenho de suas operações de forma a mitigar a exposição a eventuais riscos regulatórios, operacionais, ambientais e de mercado.

Outros instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos de caráter especulativo.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos do Grupo CPFL, nos termos da Política de Gestão Corporativa, é conduzida por uma estrutura que envolve: (i) o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Processo de Gestão, Riscos e Sustentabilidade; (ii) o Conselho Fiscal, com funções de *Audit Committee*; (iii) a Diretoria Executiva; e (iv) a Gerência de Auditoria, Riscos e Compliance e as áreas de negócio; com as seguintes atribuições, conforme abaixo.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia, deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da Companhia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração da CPFL Energia, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los.

Cabe aos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da CPFL Energia auxiliar o Conselho de Administração na implementação e revisão da Política de Gestão Corporativa. Em especial ao Comitê de Processos de Gestão, Riscos e Sustentabilidade, desempenhando seu papel de órgão técnico, tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Cabe ainda a este Comitê orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, (i) certificar que a Administração da CPFL Energia tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, (ii) tomar conhecimento dos relatórios da Auditoria Interna, dos auditores independentes e da controladoria, analisando as suas respectivas recomendações e pareceres, e (iii) bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles e recomendar mudanças, caso necessárias.

Cabe à Diretoria Executiva da Companhia a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição da Companhia aos riscos exceda os limites fixados pelo Conselho de Administração, bem como reportar eventuais ultrapassagens e apresentar ações de mitigação ao Conselho de Administração.

A Gerência de Auditoria, Riscos e *Compliance*, que é subordinada ao Conselho de Administração da CPFL Energia a qual está instituída no âmbito da administração da CPFL Energia, é responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto. Além disso, realiza tanto revisões regulares como ad hoc para assegurar o alinhamento dos processos às diretrizes e estratégias da Administração da CPFL Energia.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Por fim, a Companhia esclarece que o gerenciamento de riscos do Grupo CPFL também é auxiliado pelos trabalhos de Comitês de Assessoramento, os quais estão instituídos no âmbito da administração da CPFL Energia.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além do papel na melhoria da gestão de riscos do Grupo CPFL, a Gerência de Auditoria, Riscos e *Compliance*, por meio da atuação da Gerência de Riscos, Ética e *Compliance* coordena os esforços de avaliação dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras no que compreende: (i) identificação dos principais processos de negócios, controles e riscos com influência nas demonstrações financeiras; (ii) auto avaliação da efetividade de processos e controles; (iii) testes de efetividade dos controles internos relevantes para as demonstrações financeiras, realizados com técnicas e padrões de auditoria; (iv) acompanhamento das implantações dos planos de ação e melhorias nos controles internos; (v) discussão com os executivos do emissor e reporte ao Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento, todos da CPFL Energia, e outros fóruns de governança do Grupo CPFL; (vi) gestão do sistema de avaliação dos controles internos (ferramenta tecnológica); e (vii) coordenação do processo de certificação ascendente, cujo procedimento de validação dos resultados dos controles internos sobre os relatórios financeiros, realizado de forma eletrônica, é iniciada pelos gestores concluindo-se pelo Vice-Presidente Financeiro e de relações com investidores e pelo Diretor Presidente da CPFL Energia.

Como a CPFL Piratininga tem seu resultado consolidado na CPFL Energia, os resultados dos trabalhos desempenhados dão subsídio ao Diretor presidente e ao Diretor financeiro e de relações com investidores da CPFL Energia para atestarem seu estado de responsabilidade sobre a efetividade do ambiente de controles internos, conforme requerido pelas seções 302 e 404 da lei *Sarbanes-Oxley*, ao qual o emissor (CPFL Energia) está sujeito por ser uma empresa listada na NYSE (*New York Stock Exchange*), e pelo item 5.3 deste formulário de referência.

O Grupo CPFL conta ainda com a atuação da Gerência de Auditoria Interna, instituído no âmbito da administração da CPFL Energia, subordinada hierarquicamente ao Conselho de Administração da CPFL Energia, que através da execução do seu Plano Anual de Auditoria, acompanha e monitora a execução das práticas, políticas e procedimentos vigentes na Companhia.

A Companhia entende que todos os órgãos e procedimentos estabelecidos pelo Grupo CPFL são adequados para mitigar e controlar eventuais riscos. Além disso, a estrutura operacional dos órgãos de gerenciamento de riscos, liderada pela Área de Excelência empresarial, está sempre atualizando os procedimentos de controles internos, a fim de se manter em conformidade com os padrões estabelecidos pelo mercado.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

As políticas de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia são englobadas pela Política de Gestão Corporativa de Riscos do Grupo CPFL, a qual é observada e integralmente cumprida pela Companhia, conforme descrita no item 5.1 (a) deste Formulário de Referência.

Conforme reportado no item 5.1.a deste formulário, a CPFL Energia possui uma Política de Gestão Corporativa de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em julho de 2009, devidamente atualizada em 2015, 2016, 2017 e 2018 e encontra-se disponível no site da CPFL Energia em www.cpfl.com.br/ri.

Todos os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são consolidados nesta política, representados no Mapa Corporativo de Riscos. A política prevê modelos, indicadores e limites de exposição aos riscos, aprovados pelo Conselho de Administração da CPFL Energia, bem como detalha o tratamento a ser dispensado e reportes necessários em caso de extrapolação das referências de risco. Além disso, aborda a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, com definição de papéis e responsabilidades.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Companhia considera como mecanismos de proteção aos riscos descritos no item 4.2: (i) o monitoramento periódico das exposições frente aos limites aprovados pelo Conselho de Administração da CPFL Energia, (ii) os planos de mitigação para tratamento das principais exposições, e (iii) o reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, a saber, Diretoria Executiva da Companhia, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento da CPFL Energia.

Desta forma, a Companhia possui como prática, definida na Política de Gestão Corporativa de Riscos, realizar o monitoramento regular dos riscos aos quais está exposta, avaliando o nível de exposição e adotando medidas de mitigação, a fim de reduzir os riscos sempre que estes se aproximarem ou extrapolarem os limites estabelecidos.

O monitoramento dos riscos de Mercado de Energia na CPFL (Sub/Sobrecontratação), é realizado através de testes de estresse de variáveis mediante uso de modelos computacionais.

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são:

1. Risco de Mercado de Energia de Sub/Sobrecontratação:

A Companhia informa que as alterações nas previsões da demanda e nas expectativas de preços são regularmente monitoradas pela Companhia. A Companhia faz uso dos mecanismos regulatórios disponíveis para ajuste de contratos a fim de manter os níveis de contratação dentro dos limites regulatórios. Além disso, a Companhia acompanha eventuais alterações na regulação que possam, de alguma forma, impactar este risco.

2. Risco de Crédito:

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Para a Companhia, cujo mercado é pulverizado, a proteção ao risco de crédito é feita mediante monitoramento da inadimplência, ações de cobrança, negatização e corte no fornecimento de energia de clientes inadimplentes.

3. Risco de Juros e Câmbio:

A Companhia têm a prática de monitorar os riscos de variação cambial, flutuação de taxas de juros e índices de preços, e de contratar instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas.

Com relação ao risco cambial, a exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI. Ainda, o mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas relativas à possível variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu.

Com relação ao risco de taxas de juros, a Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos pré-indexados. Adicionalmente, o risco da alta de taxa de juros pode ser parcialmente compensado pela posição de ativos financeiros da concessão indexada ao IPCA.

4. Risco Regulatório:

Para os riscos relacionados aos processos de revisões e reajustes tarifários inerentes ao mercado regulado em que atua, o monitoramento é efetuado por todas as áreas diretamente envolvidas, em especial pela Vice-Presidência de Operações Reguladas, responsável pelas interações junto à Agência Reguladora.

5. Risco de Aceleração de dívidas

A Administração da Companhia monitora os índices de aceleração de dívidas e alavancagem de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Os resultados do acompanhamento são reportados periodicamente aos diretores executivos e ao Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, a Companhia atende aos requisitos da Lei *Sarbanes-Oxley* tendo, portanto, políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição aos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge):

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com sua exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. A Companhia não realiza transações envolvendo derivativos de caráter especulativo.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de software (*Luna e Bloomberg*), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos qual a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

O risco de sub/sobrecontratação das distribuidoras é monitorado através de modelos estatísticos, tendo como métricas de referência a probabilidade de qualquer perda e a perda média (média dos cenários de perda) em relação ao EBITDA das distribuidoras.

O risco de inadimplência é acompanhado através do *aging list* do "contas a receber" e da evolução da Provisão para Créditos de liquidação Duvidosas.

O risco de juros é avaliado através de análise de sensibilidade dos índices da dívida.

O risco regulatório é monitorado através de um conjunto de indicadores que visam medir aderência à legislação setorial (quantidade de notificações, taxa de conversão em penalidades, exposição total em carteira, taxa de recuperação após recursos administrativos e desembolso total), sendo também acompanhadas possíveis alterações na regulação que possam impactar os negócios do Grupo CPFL.

O Risco de Aceleração da Dívida é acompanhado com base nas projeções dos índices de alavancagem.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), mas tão somente para proteger-se contra os riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

A estrutura organizacional de controle e de gerenciamento de riscos de mercado é a mesma descrita no item 5.1.(b.iii) deste Formulário de Referência.

vii. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da política adotada é a mesma descrita no item 5.1.(c) deste Formulário de Referência.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

- b) as estruturas organizacionais envolvidas**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

- c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

- d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Considerando os trabalhos realizados pelos auditores independentes para avaliar a estrutura de controles internos, que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações financeiras, os auditores não reportaram deficiências significativas em seu relatório circunstanciado sobre controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

- e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Comunicação de Deficiências de Controles Internos, emitida pelos Auditores Independentes, é anualmente arquivada no órgão regulador, ANEEL. Os status dos planos de ação são acompanhados pelo Conselho Fiscal da nossa controladora CPFL Energia, órgão independente da Administração da CPFL Energia e da auditoria externa, que desempenha as funções do Comitê de Auditoria.

Não é de conhecimento da Administração da Companhia fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas nos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Ainda assim, as demais deficiências identificadas são encaminhadas aos diretores responsáveis para definição dos planos de ação. A Gerência de Auditoria, Riscos e *Compliance* realiza o acompanhamento e verificação do atendimento do plano de ação ao longo do exercício fiscal.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i). os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Um dos mecanismos de integridade adota pela Companhia é o Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética – SGDE, que visa tornar preocupações com comportamento ético em práticas efetivas, mantendo o foco em impedir violações e promover o desenvolvimento de qualidade ética por todos os atos da Companhia, e é composto pelos seguintes 7 elementos:

- **Código de Conduta Ética:** É o coração do sistema onde encontra-se toda as diretrizes éticas a serem seguidas por colaboradores e terceiros com relacionamento direto com o Grupo CPFL (Holding e Controladas);
- **Comitê de Ética e Conduta Empresarial:** É formado por cinco membros, sendo três vice-presidentes executivos da Holding CPFL Energia e dois Membros Externos e Independentes;
- **Regimento Interno do Comitê de Ética:** Define os fluxos de processos e procedimentos a serem adotados desde o recebimento de registros éticos até a sua conclusão;
- **Comissão de Processamento de Denúncias (CPD):** Implantada para apoiar o Comitê de Ética e Conduta Empresarial na apuração de denúncias recebidas dos colaboradores e demais públicos de relacionamento do Grupo CPFL;
- **Canal Externo de Ética:** Empresa independente especializada no recebimento de registros éticos (denúncias, consultas e sugestões), reconhecida pela qualidade de seus controles, e por assegurar a integridade e confidencialidade das informações, o anonimato dos usuários e independência durante todo o processo;
- **Plano de Divulgação:** Abrange as atividades de comunicação dos princípios éticos e das ações realizadas pelo Comitê no âmbito das empresas do Grupo;
- **Capacitação:** Treinamentos (*e-learning* e presenciais) disponibilizados para todos seus *stakeholders*.

O SGDE é composto de um conjunto de disposições, implementadas com administração direta. O SGDE visa impedir, monitorar, avaliar, revisar e melhorar atos individuais e institucionais da sociedade que impliquem, direta ou indiretamente, em comportamento ético, parcial ou total, de nossas partes interessadas.

Outro mecanismo de integridade refere-se à Política Anticorrupção da CPFL Energia (GED 16.027 Anticorrupção).

A Política Anticorrupção suplementa, mas não substitui o Código de Conduta Ética, tendo o objetivo de estabelecer os princípios para controle e combate da corrupção, orientando a conduta de colaboradores e prestadores de serviços do Grupo CPFL de forma a prevenir e combater esta prática. Este documento é aplicável a todas as empresas do Grupo CPFL que sejam abrangidas pelo Código de Conduta Ética.

5.4 - Programa de Integridade

Amparada nos preceitos da conduta anticorrupção, e também das normas internas vigentes, a Política estabelece regras e procedimentos para, por exemplo: (i) transações comerciais realizadas; (ii) vendas e prestação de serviços; (iii) contratação de representantes, prepostos e terceirizados em negócios com o poder público; (iv) viagens, refeições e entretenimentos; (v) brindes, presentes, vantagens e favores; (vi) contribuições beneficentes; (vii) contribuições a partidos políticos; (viii) patrocínios e (ix) fusões e aquisições.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Podemos destacar a nova versão do Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE) aprovado pela Diretoria Executiva da controladora CPFL Energia em dezembro de 2015. As propostas constantes na reunião da Diretoria foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CPFL na 283ª. Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de janeiro de 2016.

Em nossa diretriz nº 34 do Comitê de Ética e Conduta Empresarial (Comitê) estabelece:

- a) O número de membros será definido pelo Conselho de Administração da CPFL;
- b) De acordo com a proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração, o Comitê será composto por Diretores Vice-presidentes e, ao menos, por um membro externo ao quadro de profissionais da CPFL, com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução. O auditor interno participará como ouvinte do Comitê;
- c) O Comitê será dirigido por um presidente e por um vice-presidente, a quem cabe substituir o presidente em caso de ausência ou impedimento, sendo ambos indicados dentre os profissionais da CPFL escolhidos para participar do Comitê;
- d) O Comitê decidirá sobre as denúncias de violação do Código e orientará sobre aplicação de suas normas por meio de campanhas de divulgação, resposta a consultas e emissão de súmulas;
- e) A estrutura e o funcionamento do Comitê serão estabelecidos em regimento interno aprovado pela Diretoria Executiva da CPFL, por proposta do Comitê; e
- f) O Conselho de Administração da controladora CPFL Energia substituirá o Comitê em suas atribuições nos casos de violação das diretrizes do Código cometidos por membros do Comitê, da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Ética do Grupo CPFL foi elaborado, a fim de perpetuar a atuação dos colaboradores da Companhia, segundo princípios que assegurem a ética, a integridade, a responsabilidade, a transparência e a eficiência, dispondo que estes são essenciais para a construção e defesa da reputação do Grupo CPFL, bem como para que as suas atividades aconteçam em linha com as expectativas de seu público.

O Código de Conduta de Ética do Grupo CPFL consolida suas crenças e tem o objetivo de orientar a conduta de todos seus colaboradores, devendo seus valores e diretrizes serem observados indistintamente por todos os seus profissionais, incluindo os membros dos: (i) Conselho de Administração; (ii) Conselho Fiscal; (iii) Comitês de Assessoramento; e (iv) Diretoria Executiva, bem como os diretores, gerentes, líderes, funcionários e terceirizados do Grupo CPFL.

Além das iniciativas que envolvem diretamente nossos parceiros, buscamos garantir que os valores de nosso negócio sejam compartilhados pela cadeia de fornecedores por itens contratuais que exigem conformidade

5.4 - Programa de Integridade

com o Código de Ética. Em nossos contratos de serviços, há uma cláusula exclusiva a respeito de Código de Ética nos processos de contratação.

Encontra-se disponível em nosso website em <https://www.cpfl.com.br/institucional/etica-na-rede/o-codigo-de-etica/Paginas/default.aspx>

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.**

O Código de Conduta Ética aplica-se a toda a Companhia, bem como a terceiros, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.**

A CPFL se vale de seus canais tradicionais de comunicação interna, tais como cartazes, banners, Intranet, e-mails, por meio dos quais são divulgadas recorrentemente peças alusivas ao tema. Além disso, anualmente é realizada a Semana da Integridade, em período próximo ao Dia Internacional de Combate da Corrupção (9 de dezembro), concentrando palestras, exibição de filmes e outras ações que visam promover a reflexão sobre o tema. Buscando ir além dos limites de suas relações contratuais, a CPFL mantém programação aberta a toda a sociedade, inclusive com transmissão pela internet e veiculação em canal de televisão aberta, denominado "Café Filosófico", voltada à reflexão sobre diversos valores sociais, incluindo a ética e a integridade.

Eventualmente, são estabelecidas estratégias de comunicação com finalidades específicas, tais como o Plano de Comunicação de Integridade com o envio de pílulas sobre o tema para reflexão a todos os colaboradores.

Realização e divulgação da mensagem do Presidente da CPFL Energia, Membros do Comitê de Ética e Conduta Empresarial e profissionais da Companhia, refletindo sobre o Programa de Integridade na CPFL. O vídeo está disponível na intranet, acessível para os colaboradores do Grupo CPFL.

Realização de workshops e eventos de divulgação e discussão sobre a importância da integridade e da ética na CPFL. Em 2018 realizamos treinamentos contemplando todo o público sensível, CPFL Atende e o projeto piloto de Integridade para os eletricitistas, realizados nas bases de Campinas, Sumaré e Paulínia.

Realização de um treinamento específico para os executivos da CPFL com um *Compliance Officer* de mercado para reflexão do tema e a importância do comprometimento dos líderes das grandes empresas com a Integridade.

Adicionalmente é importante ressaltar que todos novos colaboradores em sua integração contam com o treinamento obrigatório sobre o Programa de Integridade em sua grade de conhecimentos, bem como, para os novos líderes no programa Decola Líder.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta Ética estabelece em sua diretriz nº 12, em seu item "d" que *"condutas não alinhadas com o Código serão passíveis de medidas disciplinares"*.

Assim, cabe ao Comitê de Ética e Conduta Empresarial, após análise do relatório de investigação de denúncia, e deliberação quanto à procedência da denúncia, recomendar a aplicação de medida disciplinar ao profissional denunciado. A dosimetria da medida disciplinar é definida pelo Comitê e a aplicação segue os procedimentos definidos pela Norma Administrativa nº 17055 – Medidas Disciplinares e Ressarcimento de Danos.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética foi aprovado pela Diretoria Executiva em dezembro de 2015 e está disponível no site da CPFL Energia, através do link: <https://www.cpfl.com.br/institucional/etica-na-rede/o-codigo-de-etica/Paginas/default.aspx>

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal está a cargo de terceiros, gerenciado pela empresa Contato Seguro.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal Externo de Ética está aberto à apresentação de registros por todos os públicos de relacionamento das empresas do Grupo CPFL.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Ao usuário do canal, é assegurado o anonimato, bem como o sigilo e a confidencialidade do registro apresentado. O Canal Externo de Ética, no ato do registro, atribui um número de identificação sequencial que permite o seu acompanhamento do usuário mediante número de protocolo.

Canal Executivo nº 433 A CPFL assegura a confidencialidade dessas informações e a proteção dos profissionais contra eventuais medidas de retaliação ou perseguição.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Comissão de Processamento de Denúncias (CPD) foi implantada para apoiar o Comitê de Ética e Conduta Empresarial na apuração de denúncias recebidas dos colaboradores e demais públicos de relacionamento do Grupo CPFL.

A CPD é gerida pelo Diretor Jurídico (Coordenador) – Diretor de RH (Vice Coordenador) e a área de Auditoria Interna.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, a CPFL adota as melhores práticas de mercado, buscando a identificação e mitigação de riscos e realizando, de acordo com as características de cada projeto, ações de diligência, avaliação de riscos, entre outras ações relevantes.

Tais atividades são realizadas utilizando-se de equipes internas e externas, utilizando-se das melhores informações disponíveis e aplicáveis.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, não houve alterações significativas nos riscos acompanhados. Entretanto, alguns pontos continuam sendo monitorados devido ao nível de exposição da Companhia.

As expectativas quanto à assertividade do nível de contratação da Companhia foram prejudicadas devido à desaceleração da economia brasileira, e a migração de clientes para o ambiente de contratação livre (ACL), responsáveis por variações significativas na demanda por energia. Caso nossa previsão de demanda se mostre incorreta e compramos energia elétrica em quantidade menor ou maior do que nossas necessidades poderemos não ser capazes de realizar o repasse integral dos custos de nossas compras de energia e seremos forçados a acessar o mercado *spot* liquidar essas sobras ou déficits a preços diferentes daqueles celebrados em contratos de longo prazo, acarretando uma possível perda.

Existe uma possibilidade de aumento da inadimplência em função: (i) aumento das tarifas de energia; e (ii) instabilidade econômica e política.

Quanto a alterações na Política de Gestão Corporativa de Riscos, o Conselho de Administração da CPFL Energia atualizou a Política de Gestão Corporativa de Riscos em 2018. As alterações realizadas objetivaram refletir os avanços do Modelo de Gerenciamento de Riscos da Companhia. Dentre as principais modificações, destaca-se a atualização da estrutura organizacional: a criação da Gerência de Riscos, Ética e *Compliance* que está alocada na Gerência de Auditoria, Riscos e *Compliance* e contempla as seguintes disciplinas (i) Riscos Corporativos, que identifica, avalia e gerencia o risco na estratégia de negócios da organização, incluindo ações de mitigação e define os níveis toleráveis de risco como um guia para a tomada de decisões estratégicas; (ii) Controles Internos, que verifica a eficácia dos controles internos e a necessidade de implementar novos controles para identificar, combater e prevenir erros ou fraudes nas demonstrações contábeis; e (iii) Ética e *Compliance*, que garante que os processos sejam feitos em conformidade com a regulamentação e as regras da empresa.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**5.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações pertinentes foram divulgadas nos itens 5.1 a 5.5 deste formulário de referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	01/12/2000
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	18/04/2002

6.3 - Breve Histórico

6.3 Breve histórico do emissor

A Companhia Piratininga de Força e Luz foi criada em 14 de dezembro de 2000 e incorporou parcelas do patrimônio cindido da Bandeirante Energia S.A., através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de outubro de 2001. No passado, a Companhia teve suas origens em 07 de abril de 1899 com a fundação da The São Paulo Tramway, Light and Power Co., Ltd., em Toronto, Canadá. Em 17 de julho do mesmo ano, a empresa foi autorizada, por decreto do presidente Campos Sales, a atuar no Brasil. A partir de então sua história se confundiu com o desenvolvimento do Estado de São Paulo. Em 1904, o grupo fundou a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co., Ltd. e estendeu seu mercado à capital da República, o Rio de Janeiro. A partir de 1912, as empresas passaram a ser controladas pela holding Brazilian Traction Light and Power Co., Ltd. Em 1956, o grupo reestruturou-se tendo por base a Brascan Limited. Em 1979, o governo brasileiro, através da Eletrobrás, adquiriu da Brascan o controle acionário da então Light – Serviços de Eletricidade S.A.

Em 1981, o Governo do Estado de São Paulo adquiriu da Eletrobrás o subsistema paulista da Light, criando a Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. Com a aprovação do PED – Programa Estadual de Desestatização, a partir de 01 de janeiro de 1998 a Eletropaulo, por sua vez, foi submetida a um processo de cisão parcial vertendo parcelas de seu patrimônio para a formação de mais três empresas, a saber: uma distribuidora a Bandeirante Energia S.A. (que assumiu as 4 micro regiões, compreendidas pelo Alto do Tietê, Vale do Paraíba, Baixada Santista e regional Oeste, compreendendo os municípios de Sorocaba e Jundiá), uma transmissora a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. e uma geradora a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

Em setembro de 1998, com o propósito de consolidar sua posição no setor elétrico nacional, a CPFL Paulista – por intermédio de sua controlada a Draft I, em consórcio com a Energia Paulista Ltda. (Enerpaulo), Companhia controlada pela Eletricidade de Portugal (EDP) – adquiriu o controle acionário da Empresa Bandeirante de Energia (EBE), Companhia oriunda da cisão da Eletropaulo.

Por meio da Draft I, em outubro de 2000, a CPFL Paulista elevou sua participação indireta no capital social da Bandeirante para 43,01% das ações ordinárias e 41,73% das ações preferenciais. Sua participação acionária no capital social total da empresa chegou a 42,24%.

Através da Assembleia Geral Extraordinária de dezembro de 2000, foi deliberada a aprovação do programa de cisão parcial da Bandeirante, tendo sido obtida a anuência do órgão regulador a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, através da Resolução nº 336 de 16 de agosto de 2001.

Em outubro de 2001, foi realizada a cisão parcial da Bandeirante. A parcela cindida, equivalente a 46,64% da distribuidora, foi incorporada à CPFL Piratininga, controlada pela CPFL Paulista, que detinha 96,48% do seu capital total. Após a efetivação da cisão, os controladores da antiga Bandeirante (Draft I e Enerpaulo) permutaram a totalidade de suas ações. Com isso, a Draft I passou a participar somente do capital social da CPFL Piratininga.

Em setembro de 2004, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, através da Resolução Autorizativa nº 332, anuiu a proposta de incorporação da DRAFT I pela Companhia, com a consequente transferência do controle acionário da Companhia para a Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista.

Em novembro de 2004, através de Assembleia Geral dos Acionistas das referidas empresas, foi aprovada a incorporação da DRAFT I pela Companhia.

Em novembro de 2005, através de Assembleia Geral Extraordinária os acionistas aprovaram por unanimidade de votos, a incorporação pela CPFL Paulista da totalidade das ações de emissão da Companhia e subsequentemente a incorporação pela CPFL Energia da totalidade das ações de emissão da CPFL Paulista. Como consequência e objetivo da conversão, a CPFL Piratininga passa a ser uma subsidiária integral da CPFL Paulista e está uma subsidiária integral da CPFL Energia.

Em dezembro de 2005, através da Assembleia Geral Extraordinária os acionistas aprovaram por unanimidade de votos e sem qualquer restrição, a redução do capital social da Companhia, com restituição aos acionistas na proporção de suas participações, no montante total de R\$ 300.000 mil, em função de seu excesso, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia.

6.3 - Breve Histórico

Em abril de 2006, através da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista"), foi aprovada a implementação da primeira etapa de processo de Reorganização Societária visando a segregação das participações societárias mantidas pela CPFL Paulista, em atendimento ao disposto na Lei nº 10.848/04, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 305/05, de 05 de setembro de 2005 e em conformidade com o Despacho ANEEL nº 454, de 08 de março de 2006.

Esta etapa da Reorganização Societária consistiu em redução de capital da CPFL Paulista que foi implementada sem o cancelamento de ações de referida Companhia e mediante a restituição à CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"), único acionista da CPFL Paulista. Esses ativos foram avaliados a Valores Contábeis, conforme Laudo de Avaliação elaborado por especialistas na data-base de 31 de dezembro de 2005.

Em decorrência da implementação da redução de capital da CPFL Paulista foi restituído a CPFL Energia a totalidade das ações de emissão da Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga") de que a CPFL Paulista é titular equivalente a 100% do capital social da CPFL Piratininga, no valor de R\$ 385.364 mil, conseqüentemente o controle acionário da CPFL Piratininga, passou a ser detido diretamente pela CPFL Energia.

A Companhia Piratininga de Força e Luz teve seu registro de Companhia aberta concedido em 18 de abril de 2002, código CVM 1927-5, com fundamento no art. 21 da Lei nº 6385/76, incisos I e II. Por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/Nº 456/2009, de 04 de novembro de 2009, foi aprovada a alteração do mercado de negociação dos valores mobiliários de sua emissão, de Mercado de Bolsa para Mercado de Balcão Não-Organizado.

Em decorrência da criação da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, as empresas passaram a ser classificadas como categoria A ou B. A CPFL Piratininga está classificada como categoria B. O registro na categoria B autoriza a negociação de valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados, exceto os seguintes valores mobiliários: (i) ações e certificados de depósitos de ações ou (ii) valores mobiliários que confirmam ao titular o direito de adquirir ações e certificados de depósitos de ações, em consequência da sua conversão ou do exercício dos direitos que lhe são inerentes, desde que emitidos pelo próprio emissor desses valores mobiliários ou por uma companhia pertencente ao grupo do referido emissor.

Em 23 de janeiro de 2017, a nossa controladora CPFL Energia recebeu correspondência da State Grid Brazil Power Participações SA. ("State Grid") informando que naquela data, foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações, datado de 02 de setembro de 2016, celebrado entre a State Grid, a Camargo Correa S.A., a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, a Fundação CESP, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, a Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV, e certas outras partes.

Após a finalização da transação, a State Grid se tornou a controladora da CPFL Energia com 54,64% (556.164.817 ações, diretas ou indiretas) do capital votante e total da controladora. Com a operação, a State Grid tornou-se o único controlador da CPFL Energia, de forma que o Acordo de Acionistas datado de 22 de março de 2002, celebrado entre os antigos controladores, foi rescindido.

Em novembro de 2017, através do leilão da OPA no sistema de negociação da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Leilão"), a State Grid adquiriu 408.357.085 ações ordinárias de emissão da controladora CPFL Energia, representativas de 40,12% do capital social da CPFL Energia. A State Grid passou a deter, em conjunto com a ESC Energia S.A., 94,75% do capital social total da Controladora.

Em 2 de abril de 2019, a controladora CPFL Energia informou à B3 sobre sua intenção de aumentar o seu número de ações em circulação no mercado (*free float*), em cumprimento às regras do Novo Mercado, através da realização de uma oferta subsequente das suas ações ordinárias e, em 18 de abril de 2019, a B3 aprovou seu pedido de extensão do prazo para atingir um percentual mínimo de ações em circulação no mercado (*free float*) de 15% de seu capital total até 31 de outubro de 2019.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.

Não houve pedido de falência, nem de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações a respeito do histórico do emissor já foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7. Atividades do emissor

7.1 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Em 23 de outubro de 1998, a Companhia e o Poder Concedente celebraram o Contrato de Concessão nº 009/2002 que tem por objeto concessão dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica em determinadas localidades. O Contrato de Concessão nº 14/97 tem vigência de 30 anos, terminando, portanto, em 23 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A Companhia distribui energia elétrica para uma região de concessão que abrange 6.954 quilômetros quadrados na parte sul do estado de São Paulo, com uma população de 3,8 milhões de habitantes. Sua área de concessão abrange 27 municípios, incluindo as cidades de Santos, Sorocaba e Jundiaí. A Companhia contava com 1,7 milhão de consumidores em 31 de dezembro de 2018. Em 2018, a CPFL Piratininga distribuiu 7.885 GWh de energia elétrica. Considerando as vendas em sua área de concessão, incluindo vendas para Consumidores Cativos e TUSD, a Companhia vendeu 14.140 GWh de energia elétrica em 2018, representando 10,72% do total de energia elétrica distribuída no estado de São Paulo e 3,0% do total de energia elétrica distribuída no Brasil durante o ano.

A nossa rede de distribuição possui linhas de distribuição com níveis de tensão que variam de 11,9 kV a 138 kV. Essas linhas distribuem energia elétrica a partir do ponto de conexão com a Rede Básica para nossas subestações de energia em nossa área de concessão. Todos os consumidores conectados a essas linhas de distribuição, tais como Consumidores Livres ou outras concessionárias, estão obrigados a pagar uma Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD").

A Companhia possui uma rede de distribuição composta predominantemente de linhas aéreas e subestações com níveis de tensão sucessivamente menores. Os consumidores são classificados em diferentes níveis de tensão, com base na energia elétrica consumida e em sua demanda por energia elétrica. Grandes consumidores industriais e comerciais recebem energia elétrica em níveis de tensão elevados (até 138 kV), ao passo que consumidores industriais e comerciais menores, assim como os residenciais, recebem energia elétrica em faixas de tensão mais baixas (2,3 kV e abaixo).

Em 31 de dezembro de 2018 nossa rede de distribuição consistia em 23.959 quilômetros de linhas de distribuição, incluindo 45.440 transformadores de distribuição. A Companhia tinha 702 km de linhas de distribuição de alta tensão entre 34,5 kV e 138 kV. Naquela data, detínhamos 55 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição, com capacidade total de transformação de 3.298 megavolt *amperes*. Entre os consumidores industriais e comerciais em nossa área de concessão, 72 recebiam energia elétrica em 69 kV, 88 kV ou 138 kV, distribuída por meio de conexões diretas às nossas linhas de distribuição em alta tensão.

A Companhia esclarece que (i) a receita oriunda de negócios que não sejam a distribuição de energia é irrelevante; e (ii) não possui patentes, marcas ou licenças relevantes para a sua operação.

Nossa estratégia

A Companhia faz parte do Grupo controlado pela CPFL Energia, cuja estratégia está descrita como segue:

O nosso objetivo geral consiste em consolidar a nossa posição de liderança no setor de energia elétrica do Brasil, ao mesmo tempo em que criamos valor para os acionistas da nossa controladora CPFL Energia. Buscamos atingir estas metas, com eficiência operacional (através de inovação e tecnologia) e crescimento (por meio de sinergias comerciais e novos projetos). A estratégia do Grupo CPFL baseia-se em disciplina financeira, responsabilidade social e melhoria da governança corporativa.

Foco na melhoria contínua de nossa eficiência operacional. Continuamos nos concentrando em melhorar a qualidade do nosso serviço e em manter custos operacionais eficientes, explorando sinergias e tecnologias. Fazemos igualmente um esforço para padronizar e atualizar as nossas operações regularmente, introduzindo sistemas automatizados sempre que possível. Entendemos a necessidade de investir em ativos digitais, como a tecnologia Smart Grid, e em 2018 implantamos 282 religadores automáticos, ou ACRs, elevando o número total de ACRs em nossa área de concessão para 1.672. Esses religadores automáticos são suportados por nossa infra-

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

estrutura robusta de comunicação, incluindo sistemas de comunicação de rádio digital, malha de frequência de rádio e uma rede de fibra ótica.

Manutenção de um alto nível de responsabilidade social nas comunidades em que operamos. Objetivamos manter nossas operações comerciais nos mais altos padrões de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Também apoiamos as iniciativas de fomento aos interesses econômico, cultural e social das comunidades em que operamos e de contribuição para seu contínuo desenvolvimento.

Adesão às melhores práticas de governança corporativa. Dedicamo-nos a manter os mais altos padrões de transparência gerencial e governança corporativa, oferecendo direitos equitativos aos acionistas e buscando valor para nossos acionistas por meio de várias medidas, inclusive o aumento da disponibilidade de nossas ações em circulação e sua liquidez.

Performance do Sistema

Perdas de Energia elétrica

Enfrentamos dois tipos de perdas de energia elétrica: perdas técnicas e perdas comerciais. As perdas técnicas são inerentes ao fluxo de energia elétrica através do sistema de distribuição. As perdas comerciais são perdas que resultam de conexões ilegais, fraude ou erros de faturamento e similares. Os índices históricos de perda de energia elétrica da Companhia são mais favoravelmente comparados ao percentual médio de outras importantes distribuidoras brasileiras, segundo as informações mais recentes disponibilizadas pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, ou ABRADDEE, uma associação do setor.

Estamos também nos empenhando ativamente em reduzir as perdas comerciais decorrentes de conexões ilegais, fraude ou erros de faturamento. Para isso, destacamos equipes técnicas qualificadas para realizar inspeções, aumentamos o monitoramento de consumos irregulares, aumentamos as reposições de equipamentos de medição obsoletos, desenvolvemos um programa de computador para descobrir e analisar faturamentos irregulares, e também implementamos um sistema para identificar problemas em processos internos que poderiam gerar perdas (por exemplo, faturamento incorreto, falta de leituras, medidores com parâmetros errados, entre outros). Realizamos 171 mil inspeções em 2018, o que acreditamos ter conduzido a uma recuperação de recebíveis estimada em mais de R\$ 24,4 milhões.

Interrupções de Energia

A tabela abaixo determina, para a Companhia, a frequência e duração das interrupções de energia por consumidor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

	Para o exercício findo em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016⁽³⁾
FEC ¹	3,87	4,45	3,97
DEC ²	5,92	6,97	8,44

(1) Frequência de interrupções por consumidor, por ano (número de interrupções).

(2) Duração das interrupções por consumidor, por ano (em horas).

(3) Em nosso relatório anual de 2016, publicamos um FEC de 3,80 e DEC de 6,97, cujas estatísticas excluíram o efeito de uma interrupção no fornecimento da energia fornecida pela CTEEP, em vista de uma tempestade. Uma decisão da ANEEL exigiu que incluíssemos o efeito dessa interrupção nas estatísticas para a CPFL Piratininga.

Estamos continuamente buscando melhorar a qualidade e confiabilidade de nosso fornecimento de energia, tendo como parâmetro as medições de frequência e duração de nossas interrupções de energia. De acordo com os dados da ABRADDEE de 2018, que são as informações mais recentes disponíveis, nossa frequência e duração média das interrupções por consumidor durante os últimos anos se comparam favoravelmente com as médias para as demais distribuidoras brasileiras. Ademais, os números de nosso FEC e DEC tiveram uma melhora significativa, comprovando a eficácia de nossa manutenção e investimento na Companhia.

Com base nos dados publicados pela ANEEL, a duração e frequência das interrupções da Companhia estão entre as mais baixas do Brasil em comparação com companhias de tamanho similar.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A ANEEL estabelece indicadores de desempenho por consumidor para serem seguidos pelas empresas de energia. Caso estes indicadores não sejam alcançados, somos obrigados a reembolsar nossos consumidores, e nossas receitas são negativamente afetadas. Em 2017 e 2018, de acordo com informações da ANEEL, o valor que reembolsamos aos nossos consumidores foi menor que o valor médio reembolsado por outras empresas de energia de porte similar.

A Companhia tem tecnologia de construção e manutenção que permite reparos em redes energizadas sem interrupção do serviço, permitindo-nos, assim, ter baixos índices de interrupção programada, equivalendo a aproximadamente 8,6% do total de interrupções. As interrupções não programadas em razão de acidentes ou causas naturais, incluindo descargas atmosféricas, incêndios e ventos representaram o total remanescente de nossas interrupções. Em 2018, investimos R\$ 270 milhões principalmente em: (i) expansão, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atender o crescimento do mercado, (ii) infraestrutura operacional, (iii) atendimento ao cliente, e (iv) programas de pesquisa e desenvolvimento, dentre outros. Estamos empenhados em melhorar nossos tempos de atendimento para serviços de reparos. Os indicadores de qualidade para o abastecimento de energia pela Companhia mantiveram níveis de excelência ao mesmo tempo em que cumpriram os padrões regulatórios. Isto também foi principalmente resultado de nossa logística operacional eficiente, inclusive do posicionamento estratégico de nossas equipes, da tecnologia e automação de nossa rede e centros de operação, junto a um plano de manutenção e conservação preventivo.

Compras de Energia Elétrica

A maior parte da energia elétrica que vendemos é adquirida de partes não relacionadas e o montante total de energia elétrica comprada no ano de 2018 foi de 9.634 GWh.

Em 2018, compramos 2.128 GWh de energia elétrica da Usina Hidroelétrica de Itaipu, (2.290 GWh em 2017 e 2.305 GWh em 2016), chegando a 22,1% do total da energia elétrica adquirida (19,8% em 2017 e 19,6% em 2016). Itaipu está localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai e é objeto de um tratado bilateral entre os dois países, por meio do qual o Brasil se comprometeu a comprar quantidades de energia elétrica previamente estabelecida. Este tratado irá expirar em 2023. As prestadoras de serviços públicos de energia elétrica que operam por concessões nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil são obrigadas por lei a comprar uma parte da energia elétrica que o Brasil é obrigado a comprar de Itaipu. As quantidades que essas empresas estão obrigadas a comprar são regidas por contratos *take-or-pay*, com tarifas estabelecidas em dólares norte-americanos por kW. A ANEEL determina anualmente a quantidade de energia elétrica a ser vendida por Itaipu.

Pagamos pela energia adquirida de Itaipu de acordo com a proporção entre a quantidade estabelecida pela ANEEL e nossa quota-parte estabelecida por lei, independentemente de Itaipu ter gerado essa quantidade de energia elétrica ou não por um preço de US\$ 27,87/kW. Nossas compras representam 3,7% do fornecimento total de Itaipu para o Brasil. Essa quota-parte foi fixada por lei, de acordo com a quantidade de energia elétrica vendida em 1991. As tarifas pagas são estabelecidas de acordo com o tratado bilateral e fixadas de maneira a cobrir as despesas operacionais de Itaipu, os pagamentos do principal e juros de suas dívidas expressos em dólares norte-americanos e os custos de transmissão da energia a suas áreas de concessão.

A usina de Itaipu tem uma rede de transmissão exclusiva. As companhias de distribuição pagam uma taxa para o uso dessa rede.

Em 2018, pagamos uma média de R\$ 240,05 por MWh para as compras de energia elétrica de Itaipu, em comparação com R\$ 199,58 em 2017 e R\$ 193,39 em 2016. Esses números não incluem a taxa de transmissão.

Compramos 7.506 GWh de energia elétrica em 2018 de outras empresas geradoras que não Itaipu, o que representa 77,9% do total da energia elétrica que adquirimos. Pagamos uma média de R\$ 262,28/MWh por compras de energia elétrica de empresas geradoras que não Itaipu, comparado com R\$ 262,09/MWh em 2017 e R\$ 175,21/MWh em 2016. Para obter mais informações sobre o mercado regulado e o ambiente de contratação livre, consulte “- O Setor Elétrico Brasileiro - A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico” no item 7.9 deste Formulário de Referência.

A tabela a seguir mostra as quantidades adquiridas de nossos fornecedores no mercado regulado e no ambiente de contratação livre, para os períodos indicados.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

<u>Energia comprada para revenda</u>	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Itaipu	2.128	2.128	2.290
PROINFA	194	194	201
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	7.312	7.312	9.076
Total	9.634	9.634	11.567

As disposições dos nossos contratos de fornecimento de energia elétrica são regidas por regulamentação da ANEEL. As principais disposições de cada contrato dizem respeito à quantidade de energia elétrica adquirida, o preço, inclusive os reajustes para os diversos fatores, tais como os índices de inflação e a duração do contrato.

Desde 2013, todas as companhias distribuidoras do Brasil são obrigadas a comprar energia elétrica de entidades geradoras cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/13. As tarifas e os volumes de energia elétrica a serem comprados por cada distribuidora, assim como os termos aplicáveis para cada contrato entre as companhias geradoras e distribuidoras, foram estabelecidas pela ANEEL por meio de regulamentações. Uma vez que as companhias distribuidoras são requeridas a contratar de forma antecipada 100% da sua demanda por energia, através de leilões públicos, e são autorizadas a repassar somente 105% do custo relacionado a compra de energia aos consumidores, quaisquer cotas atribuídas involuntariamente a serem adquiridas das companhias geradoras cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/13, resultando em um custo maior que os 105% permitidos de sua demanda projetada, gerando assim custo adicional para as distribuidoras. Como resultado, a Resolução Normativa nº 706 de 29 de março de 2016 definiu que os custos relacionados as cotas alocadas involuntariamente podem ser repassadas aos consumidores, e o volume de energia ser compensado em leilões de energia existente nos próximos anos. Vide Item 4.1.j – Fatores de Risco – “*Nossos resultados operacionais dependem das condições hidrológicas existentes. As más condições hidrológicas podem afetar os nossos resultados operacionais*” e item 4.1.a – Fatores de Risco – “*Somos obrigados a prever a demanda por energia no mercado. Se a demanda efetiva for diferente daquela por nós prevista, podemos ser forçados a comprar ou vender energia no mercado spot a preços que podem gerar custos adicionais, que podemos não ser capazes de repassar integralmente aos consumidores*”.

Em 10 de junho de 2018, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 824/2018, estabelecendo um novo mecanismo chamado Vendas Excedente para permitir a venda de energia excedente comprada pelas distribuidoras para Consumidores Livres e Especiais, geradores e autogeradores. O Mecanismo de Vendas Excedente é voluntário para vendedores e compradores e deve ocorrer periodicamente várias vezes ao ano por meio de contratos de 12 meses, 6 meses e 3 meses, com liquidação pelo preço de equilíbrio estabelecido para cada submercado e tipo de energia. Os dois primeiros mecanismos de vendas excedentes foram realizados em 4 de janeiro de 2019 e 29 de março de 2019; participamos de ambos.

Tarifas de Transmissão. Em 2018, pagamos um total de R\$ 467 milhões em tarifas pelo uso da rede de transmissão, inclusive as tarifas da rede básica, as tarifas de conexão e transmissão de energia elétrica de alta tensão de Itaipu às taxas estabelecidas pela ANEEL.

Consumidores

Classificamos nossos consumidores em cinco categorias principais. Consulte a Nota 23 de nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 para um detalhamento de nossas vendas por categoria.

- *Consumidores industriais.* As vendas para consumidores industriais finais responderam por 14,6% de nosso fornecimento faturado de energia elétrica em 2018, em termos de volume.
- *Consumidores residenciais.* As vendas para consumidores residenciais finais responderam por 49,6% de nosso fornecimento faturado de energia elétrica em 2018, em termos de volume.
- *Consumidores comerciais.* As vendas para consumidores comerciais finais, que incluem as empresas prestadoras de serviços, universidades e hospitais, responderam por 22,5% de nosso fornecimento faturado de energia elétrica em 2018, em termos de volume.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- *Consumidores rurais.* As vendas para consumidores rurais responderam por 1,4% de nosso fornecimento faturado de energia elétrica em 2018, em termos de volume.
- *Outros consumidores.* As vendas para os demais consumidores, que incluem serviços públicos, tais como iluminação pública, responderam por 11,9% de nosso fornecimento faturado de energia elétrica em 2018, em termos de volume.

Ademais, a Companhia esclarece que toda a sua receita é oriunda de consumidores nacionais, de forma que a Companhia não possui nenhuma dependência do mercado estrangeiro.

Tarifas

Tarifas de Distribuição no Varejo. Classificamos nossos consumidores em dois grupos diferentes: consumidores do Grupo A e consumidores do Grupo B, com base no nível de tensão em que a energia elétrica lhes é fornecida. Cada consumidor se enquadra em certo nível tarifário definido por lei e com base em sua respectiva classificação. Alguns descontos estão disponíveis dependendo da classificação do consumidor, nível tarifário ou ambiente de negociação (consumidores livres e geradoras). Os consumidores do Grupo B pagam tarifas mais altas. As tarifas no Grupo B variam por tipos de consumidor (residencial, rural, outras categorias e iluminação pública). Os consumidores no Grupo A pagam tarifas menores, decrescendo de A4 para A1, pois seu fornecimento é feito em voltagens mais elevadas, que demandam menor utilização do sistema de distribuição de energia elétrica. As tarifas que cobramos pelas vendas de energia elétrica aos consumidores finais são determinadas segundo nosso contrato de concessão e regras ratificadas pela ANEEL. Esse contrato de concessão e a regulamentação correlata estabelecem um preço máximo com reajustes anuais, periódicos e extraordinários. Para maiores informações sobre o regime regulatório aplicável as nossas tarifas e respectivos reajustes, consulte "O Setor Elétrico Brasileiro" no item 7.9 deste Formulário de Referência.

Os consumidores do Grupo A recebem energia elétrica em tensões iguais ou superiores a 2,3 kV. As tarifas para os consumidores do Grupo A têm por base os níveis de tensão de fornecimento de energia elétrica no horário do dia em que a energia elétrica é fornecida. Os consumidores podem optar por uma tarifa diferente nos períodos de pico a fim de otimizar o uso da rede elétrica. As tarifas aplicáveis aos consumidores do Grupo A contêm dois componentes: a TUSD e a tarifa para consumo de energia, ou TE. A TUSD, expressa em reais por kW, tem por base (i) a demanda de energia elétrica contratada pela parte conectada ao sistema; (ii) certas cobranças regulatórias; e (iii) perdas técnicas e não técnicas de energia no sistema de distribuição. A TE, expressa em reais por MWh, tem por base o valor da energia elétrica efetivamente consumida. Esses consumidores poderão optar pela compra de energia no Mercado Livre/Ambiente de Contratação Livre nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Consulte "O Setor Elétrico Brasileiro – Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico" no item 7.9 deste Formulário de Referência

Os consumidores do Grupo B recebem energia elétrica em tensão inferior a 2,3 kV (220 V e 127 V). As tarifas para os consumidores do Grupo B são cobradas por tarifa para usar o sistema de distribuição e também pelo consumo de energia, ambas cobradas em R\$/MWh.

A tabela a seguir contém informações relativas à média de nossos preços de fornecimento para cada categoria de consumidor em 2018, 2017 e 2016. Estes preços incluem tributos (ICMS, PIS e COFINS) e são calculados com base em nossas vendas e na quantidade de energia elétrica vendida em 2018, 2017 e 2016.

	Preço Médio (R\$/MWh)		
	2018	2017	2016
Residencial	673,63	585,98	679,76
Industrial	592,27	493,84	575,46
Comercial	624,76	532,64	609,34
Rural	420,49	361,45	419,32
Outros	457,57	383,42	436,56
Total	620,97	533,29	612,09

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

De acordo com as regras em vigor, consumidores residenciais podem ser elegíveis para pagar a Tarifa Social de Energia Elétrica, ou TSEE. As famílias elegíveis para se beneficiarem da TSEE são: (i) aquelas registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal com renda per capita mensal de ou abaixo da metade do salário mínimo nacional e (ii) aquelas que recebem o Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social. Os descontos variam de 10% a 65% no consumo de energia por mês. Além disso, esses consumidores residenciais não necessitam pagar a tarifa do PROINFA ou qualquer tarifa extraordinária aprovada pela ANEEL. Comunidades indígenas e quilombolas recebem energia elétrica de graça até um consumo máximo de 50 kWh.

TUSD. As tarifas de uso no sistema de distribuição, ou TUSD, são estabelecidas pela ANEEL e consistem de três tarifas descritas em "TUSD", no item 7.9 deste formulário. Em 2018, as receitas de tarifas pelo uso de nossa rede por Consumidores Livres totalizaram R\$ 629 milhões. A tarifa média pelo uso de nossa rede foi de R\$ 100,64/MWh, 74,23/MWh, e R\$ 102,16/MWh em 2018, 2017 e 2016, respectivamente, incluindo a TUSD que cobramos de outras distribuidoras conectadas às nossas redes de distribuição.

Tarifas Reguladas de Distribuição

Nossos resultados operacionais são significativamente afetados por mudanças nas tarifas reguladas de energia elétrica. Em particular, a maior parte de nossas receitas é derivada de vendas de energia elétrica a Consumidores Cativos a tarifas reguladas.

Nossas receitas operacionais e nossas margens dependem substancialmente do processo de definição de tarifas, e nossa Administração se concentra em manter um relacionamento construtivo com a ANEEL, o governo brasileiro e outros participantes do mercado para que o processo de tarifação reflita de forma justa nossos interesses e aqueles dos nossos consumidores e acionistas.

As tarifas são determinadas separadamente da seguinte forma:

- Nosso contrato de concessão prevê um ajuste anual para levar em conta alterações em nossos custos, que para esse fim são divididos em custos que estão além de nosso controle (conhecidos como Custos da Parcela A) e custos que podemos controlar (conhecidos como Custos da Parcela B). Os Custos da Parcela A incluem, entre outras coisas, aumento de preços nos contratos de fornecimento de longo prazo, e os Custos da Parcela B incluem, entre outros, o retorno do investimento relacionado à nossa concessão e sua expansão, bem como custos operacionais e de manutenção. Nossa capacidade de repassar integralmente nossos custos de aquisição de energia elétrica aos Consumidores Finais está sujeita a: (a) nossa capacidade de prever com precisão as nossas necessidades energéticas e (b) um teto vinculado a um valor de referência, o Valor Anual de Referência. O Valor Anual de Referência é a média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrente dos preços de energia elétrica de todos os leilões públicos realizados pela ANEEL e CCEE no Mercado Regulado de energia elétrica a serem entregues em cinco e três anos de tal leilão e aplicável apenas durante os três primeiros anos após o início da entrega da energia elétrica adquirida. Nos termos de acordos que estavam em vigor antes da promulgação dessas reformas regulatórias, repassamos os custos da energia elétrica adquirida, sujeitos a um teto determinado pelo governo brasileiro. O reajuste tarifário anual ocorre todo mês de outubro para a Companhia. Não há reajuste anual em um ano com uma revisão periódica.
- Nosso contrato de concessão prevê uma revisão periódica, a cada quatro anos para a Companhia, a fim de restaurar o equilíbrio financeiro de nossas tarifas conforme contemplado no contrato de concessão e para determinar um fator de redução (conhecido como o fator X) no valor de qualquer aumento nos Custos da Parcela B repassados a todos os nossos consumidores. A Resolução nº 457/2011 da ANEEL estabeleceu a metodologia a ser aplicada ao terceiro ciclo de revisão periódica (2011 a 2014). A partir de 2015, a ANEEL agora revisa as metodologias subjacentes aplicáveis ao setor elétrico de tempos em tempos, item por item, enquanto anteriormente todas as metodologias foram abordadas em ciclos definidos, como em 2008-2010 e 2010-2014.
- A lei brasileira também prevê uma revisão extraordinária para levar em conta alterações imprevistas em nossa estrutura de custos. As últimas revisões extraordinárias ocorreram em 24 de janeiro de 2013 e 27 de fevereiro de 2015. O evento de 2013 teve como objetivo ajustar nossas tarifas em decorrência das mudanças introduzidas pela Lei nº 12.783/13. A Lei nº 12.783/13 reduziu o encargo da Conta CDE e

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

eliminou os encargos CCC e Fundo RGR reduzindo os Custos da Parcela A (preços de energia, encargos de uso da Rede Básica e encargos regulatórios, que nós repassamos para nossos consumidores). Em 2015, as tarifas foram aumentadas para levar em conta os custos extraordinários devido ao diligenciamento integral das usinas térmicas e à exposição involuntária dos distribuidores. Nenhuma revisão extraordinária ocorreu em 2016, 2017 ou 2018.

Procedimentos de Faturamento

O procedimento que utilizamos para faturamento e pagamento da energia elétrica fornecida a nossos consumidores é determinado por categorias de consumidor e de tarifas. As leituras de medidores e o faturamento são realizados mensalmente para os consumidores de baixa tensão, com exceção dos consumidores rurais, cuja leitura é realizada em uma periodicidade que varia de um a dois meses, de acordo com a legislação em vigor. As faturas são emitidas com base nas leituras dos medidores ou se as leituras dos medidores não forem possíveis, a partir da média de consumo mensal. Os consumidores de baixas tensões são faturados no prazo máximo de três dias úteis após a leitura, sendo o respectivo vencimento no prazo de até cinco dias úteis a contar da data da apresentação da fatura. Na hipótese de inadimplência, uma notificação acompanhada da fatura do mês seguinte é encaminhada ao consumidor inadimplente, conforme a qual um prazo de 15 dias é concedido para que o saldo devedor seja quitado pelo consumidor inadimplente. Caso o pagamento não seja recebido em até três dias contados do término do prazo de 15 dias, o fornecimento de energia elétrica do consumidor poderá ser suspenso. Nós também podemos tomar outras medidas, tais como a inclusão dos consumidores nas listas de devedores das agências de informação de crédito, ou cobrança extrajudicial ou judicial através de agências de cobrança.

Os consumidores de alta tensão são lidos e faturados mensalmente, sendo o pagamento devido no prazo de cinco dias úteis após o recebimento da fatura. Na hipótese de inadimplência, uma notificação é enviada ao consumidor inadimplente em até dois dias úteis, após a data de vencimento, conforme a qual um prazo de 15 dias é concedido para o pagamento. Não ocorrendo o pagamento, em até três dias contados do término do prazo de 15 dias, o fornecimento ao consumidor é interrompido.

De acordo com dados recentes disponibilizados pela ABRADÉE, o percentual de consumidores inadimplentes da Companhia é favoravelmente comparável à média de outras principais distribuidoras brasileiras de energia elétrica. Para este fim, os consumidores inadimplentes são aqueles cujas faturas estão com mais de 90 dias em atraso. Faturas vencidas e em atraso por mais de 360 dias são consideradas incobráveis.

Atendimento ao Consumidor

Empenhamo-nos em prestar serviços de atendimento de alta qualidade aos nossos consumidores. Prestamos serviço ao consumidor 24 horas por dia, sete dias por semana. Os pedidos são recebidos por meio de várias plataformas, como *call centers*, nosso *website*, SMS e nosso aplicativo de *smartphone*. Em 2018, atendemos 14,2 milhões de protocolos. Também prestamos serviço de atendimento ao consumidor por meio de nossas agências as quais atenderam 1,0 milhões de solicitações de consumidores em 2018. O crescimento em solicitações eletrônicas nos permitiu reduzir os custos de atendimento ao consumidor e fornecer assistência através do nosso *call center* a um grande número de consumidores sem acesso à Internet. Após o recebimento de uma solicitação de serviço de consumidor, enviamos nossos técnicos para efetuar os reparos necessários.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**7.1-A Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:****a. interesse público que justificou sua criação****b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:**

- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"
- quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
- estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é uma empresa de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

- a. produtos e serviços comercializados;**
- b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**
- c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:
--

a. Características do processo de produção

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada na categoria B.

b. características do processo de distribuição;

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada na categoria B.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

- i. participação em cada um dos mercados;

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada na categoria B.

- ii. condições de competição nos mercados;

Enfrentamos concorrência de outras empresas comercializadoras e geradoras na venda de energia elétrica para Consumidores Livres. Companhias de distribuição são obrigadas a permitir o uso das suas linhas e instalações auxiliares para a distribuição de energia elétrica por outros mediante recebimento de tarifa.

Segundo a legislação brasileira e nosso contrato de concessão, a nossa concessão para distribuição pode ser renovada uma vez, desde que haja aprovação do Ministério das Minas e Energia ou da ANEEL, na qualidade de poder concedente, contanto que a concessionária solicite renovação e que determinados parâmetros em relação à prestação do serviço público ou exploração de energia hidrelétrica tenham sido atendidos. Pretendemos solicitar a renovação da nossa concessão quando da sua expiração. Poderemos enfrentar concorrência significativa de terceiros ao pleitear a renovação dessa concessão. Por se tratar de um evento futuro, caso venhamos a ter concorrência, não conseguimos indicar possíveis concorrentes à renovação da nossa concessão. O governo federal brasileiro tem total discricionariedade sobre a renovação das concessões já existentes. Além disso, não há nenhuma garantia de que a renovação da concessão será concedida com os mesmos fundamentos das concessões relevantes atuais.

Ademais, a Companhia esclarece que não há concorrentes em sua área de atuação, uma vez que, nos termos da legislação aplicável, as demais distribuidoras não podem distribuir energia no território da concessão da Companhia, de forma que os clientes localizados na respectiva região só podem adquirir energia da Companhia, com exceção dos consumidores que se tornem Consumidores Livres, os quais podem adquirir energia direto no Mercado Livre.

d. eventual sazonalidade;

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada na categoria B.

- ii. eventual dependência de poucos fornecedores;

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada na categoria B.

- iii. eventual volatilidade em seus preços.

Eventuais diferenças entre contratos de compra e venda de energia e as energias geradas ou consumidas são liquidadas no curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD. O PLD é calculado semanalmente pela CCEE com base nas condições hidrológicas, na projeção da demanda de energia, nos preços de combustível, nos custos de déficit, na entrada de novos projetos e na disponibilidade de equipamentos de geração e transmissão. Para o cálculo é utilizado um modelo computacional que obtém o despacho (geração) ótimo para o período em estudo, definindo a geração hidráulica e a geração térmica para cada submercado e os Custos Marginais de Operação (CMO) para o período estudado, para cada patamar de carga e para cada submercado. O PLD é um valor com base no Custo Marginal de Operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Estes limites são determinados anualmente pela ANEEL.

Assim, grandes variações nos dados de entrada e/ou na situação hidrológica mês a mês, podem fazer o PLD se alterar significativamente, principalmente na persistência de períodos secos, quando há um deplecionamento acima do previsto nos reservatórios, indicando a necessidade do acionamento das térmicas mais caras.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

- a. Montante total de receitas provenientes do cliente;**
- b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações;**
- b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental;**
- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:
--

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;**
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor;**
- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 Em relação a políticas socioambientais, indicar: a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais; b) A metodologia seguida na elaboração dessa informações; c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente; e d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

a) A Companhia publica relatório de sustentabilidade ou documento similar?

A Companhia divulga suas ações, os desafios e principais resultados em seu Relatório Anual, com o objetivo de manter um relacionamento transparente com todos os públicos, levando em consideração os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU). Também reporta este Relatório Anual, em português e inglês, e outros materiais e documentos corporativos com conteúdos relacionados às práticas socioambientais da empresa no site de relacionamento com investidores, além das informações divulgadas de forma contínua no site institucional da CPFL Energia, no site do Instituto CPFL (www.institutocpfl.org.br), através da assessoria de imprensa, redes sociais e outros canais de comunicação e relacionamento.

Diretrizes socioambientais estão disponíveis na Política de Sustentabilidade, na Política de Investimento Social e no Código de Conduta Ética.

b) Metodologia seguida na elaboração dessas informações:

A Companhia utiliza as metodologias GRI Standards (Global Reporting Initiative) e o framework de relato integrado IIRC (International Integrated Reporting Framework) para o Relatório Anual.

A fim de demonstrar integração da nossa estratégia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS das Organizações das Nações Unidas – ONU, inserimos no Relatório Anual as marcas dos ODS em todos os momentos em que nossas iniciativas contribuem para que um ou mais destes objetivos seja atingido. Este relatório é também uma Comunicação de Progresso – COP do Global Compact e Relatório Socioambiental requerido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

c) Tais informações são auditadas por terceiros?

Sim, o Relatório Anual 2018 foi auditado pela SGS ICS Certificadora Ltda (SGS).

d) Página na rede mundial de computadores onde possam ser encontradas essas informações:

- Site institucional: www.cpfl.com.br
- Site institucional / página sustentabilidade: www.cpfl.com.br/sustentabilidade
- Site de relacionamento com investidores: www.cpfl.com.br/ri
- Site Instituto CPFL: www.institutocpfl.org.br
- Site do Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética: www.cpfl.com.br/etica
- Link direto para a versão completa do Relatório Anual 2018:
<https://www.cpfl.com.br/institucional/relatorio-anual/Documents/ra-2018.pdf>
- Link direto para a versão resumida do Relatório Anual 2018:
<https://www.cpfl.com.br/institucional/relatorio-anual/Documents/ra-2018-versao-pocket.pdf>
- Link direto para a Política de Sustentabilidade:
<https://cpfl.riweb.com.br/Download.aspx?Arquivo=fABvJ63uWt9pU2sU/3w0Tw==&IdCanal=olsyny6JfF4xM17t4H2oqA==>
- Link direto para Política de Investimento Social:
<https://cpfl.riweb.com.br/Download.aspx?Arquivo=8uy/NGgKqI88XUdazmssfw==&IdCanal=olsyny6JfF4xM17t4H2oqA==>
- Link direto para Código de Conduta Ética <https://www.cpfl.com.br/institucional/etica-na-rede/o-codigo-de-etica/Paginas/default.aspx>

7.8 - Políticas Socioambientais

e) A Companhia possui política de Responsabilidade Socioambiental?

Sim. A Política de Sustentabilidade do Grupo CPFL tem por objetivo estabelecer as diretrizes para reduzir e/ou mitigar os impactos socioambientais negativos e, ao mesmo tempo, compartilhar e gerar valor aos públicos de interesse e prestar serviços com alta qualidade.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O Setor Elétrico Brasileiro

Segundo a ONS, em 31 de dezembro de 2018, a Capacidade Instalada de geração de energia no Brasil era de 163.441 MW. Historicamente, 65% do total da Capacidade Instalada no Brasil provêm de Usinas Hidrelétricas. Grandes Usinas Hidrelétricas tendem a estar mais distantes de centros de consumo. Isso requer a construção de grandes linhas de transmissão em alta e extra-alta tensão (230 kV a 750 kV) que frequentemente cruzam o território de vários estados. O Brasil tem um robusto sistema de rede elétrica, com mais de 141.388 km de linhas de transmissão com tensão igual ou maior que 230 kV e capacidade de processamento de mais de 333.887 MVA do Estado do Rio Grande do Sul ao longo do Estado do Amazonas.

De acordo com a EPE, o consumo de energia elétrica no Brasil aumentou 1,1% em 2018, alcançando 472.242 GWh. O MME e a EPE estimam que o consumo de energia elétrica cresça 3,6% ao ano, contudo, até 2027. De acordo com o Plano de Expansão publicado pelo MME e pela EPE, com duração de dez anos, a Capacidade Instalada do Brasil deve atingir 216,3 GW até 2027, dos quais se projeta que 119,3 GW (55,1%) corresponderão à geração hidrelétrica, 48,6 GW (22,5%) à geração termoeletrica 48,5 GW (22,4%) à geração proveniente de outras fontes e tecnologias.

Atualmente, cerca de 30,5% da Capacidade Instalada no Brasil é de propriedade da Eletrobrás, uma sociedade de economia mista e companhia de capital aberto controlada pelo governo brasileiro. Somos um dos maiores concorrentes privados no setor de geração de energia, com 2% de participação no mercado.

Principais Autoridades Regulatórias

Ministério de Minas e Energia - MME

O MME é a principal autoridade do governo brasileiro no setor elétrico. Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico em 2004, o governo brasileiro, agindo principalmente por meio do MME, assumiu determinadas obrigações que anteriormente constituíam responsabilidade da ANEEL, inclusive a redação das diretrizes que regem a outorga de concessões e a emissão de instruções para o processo de licitação em concessões relacionadas a serviços e ativos públicos.

Conselho Nacional de Política Energética - CNPE

O CNPE, comitê criado em agosto de 1997, presta assessoria ao Presidente da República do Brasil no tocante ao desenvolvimento e criação da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo Ministro de Minas e Energia e é composto por oito ministros do Governo Federal, três membros escolhidos pelo Presidente da República do Brasil, um outro representante do MME e o presidente da EPE. O CNPE foi criado com a finalidade de otimizar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurar o fornecimento nacional de energia elétrica.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

A ANEEL é uma autarquia federal autônoma cuja principal responsabilidade é regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME, junto com outras questões a ela delegadas pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica; (ii) promulgação de atos regulatórios para o setor elétrico; (iii) implementação e regulação da exploração das fontes de energia, inclusive da utilização de energia hidrelétrica; (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões; (v) solução de litígios administrativos entre entidades geradoras e compradores de energia elétrica; e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de transmissão.

Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS

O ONS é uma organização sem fins lucrativos que coordena e controla a produção e a transmissão de energia por empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O principal papel do ONS é supervisionar as operações de geração e transmissão no Sistema Interligado Nacional; de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem: (i) planejamento da operação de geração; (ii) a organização e controle da utilização da rede nacional e interconexões internacionais; (iii) a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória, a todos os agentes

7.9 - Outras Informações Relevantes

do setor; (iv) o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico; (v) apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica; e (vi) proposição de normas para operação do sistema de transmissão para aprovação pela ANEEL.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

A CCEE é uma organização sem fins lucrativos sujeita à autorização, fiscalização e regulação da ANEEL. A CCEE substituiu o Mercado Atacadista de Energia. A CCEE é responsável (i) pelo registro de todos os CCEARs e todos os contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como da quantidade de energia dos contratos celebrados no ambiente de contratação livre e (ii) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo e (iii) por administrar e operar a Conta CDE, o Fundo RGR e a Conta CCC.. A CCEE é integrada pelas entidades que possuem concessões, permissões ou autorizações de serviços de energia elétrica, e pelos Consumidores Livres e Especiais, dentre outras atribuições. O seu conselho de administração é composto por quatro membros indicados pelas referidas partes, e um membro indicado pelo MME. O membro indicado pelo MME atua como Presidente do Conselho de Administração.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

Em 16 de agosto de 2004, o governo brasileiro criou a EPE, uma empresa pública federal responsável pela condução de estudos e pesquisas estratégicos no setor elétrico, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo, gás natural, carvão mineral e fontes energéticas renováveis. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiam a formulação da política energética pelo MME.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico criou o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, ou CMSE, que atua sob a orientação do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de abastecimento do sistema e pela indicação das medidas a serem tomadas para correção dos problemas.

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Desde 1995, o governo brasileiro adotou inúmeras medidas para reformar o Setor Elétrico Brasileiro. Estas culminaram, em 15 de março de 2004, na promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que reestruturou o setor de energia elétrica, com o objetivo final de oferecer aos consumidores um abastecimento seguro de energia elétrica a uma tarifa adequada.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com a intenção de (i) proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil, com tarifas adequadas, por meio de processos de leilão competitivos de energia elétrica. Os principais elementos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- Criação de dois “ambientes” para comercialização de energia elétrica, sendo (i) o mercado regulado, mercado mais estável em termos de fornecimento de energia elétrica, o ambiente de contratação regulada; e (ii) um mercado especificamente destinado a certos participantes (ou seja, Consumidores Livres e agentes comercializadores), que permita certo grau de competição, denominado ambiente de contratação livre.
- Restrições a determinadas atividades de distribuidoras, de forma a exigir que estas se concentrem em seu negócio essencial de distribuição, para promover serviços mais eficientes e confiáveis a Consumidores Cativos.
- Eliminação do direito à chamada auto contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas.
- Manutenção de contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

7.9 - Outras Informações Relevantes

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Programa Nacional de Desestatização, originalmente criado pelo Governo Federal em 1990 com o objetivo de promover o processo de privatização de empresas estatais.

Regulamentos nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem, entre outras disposições, normas relativas a procedimentos de leilão, a forma de PPAs e o método de repasse de custos aos Consumidores Finais. Nos termos da regulamentação, todas as partes que comprem energia elétrica devem contratar a totalidade de sua demanda de energia elétrica segundo as diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As partes que venderem energia elétrica devem apresentar o correspondente lastro físico, por exemplo, a quantidade de energia vendida na CCEE deve ser previamente comprada no âmbito de PPAs e/ou gerada por usinas do próprio vendedor. Os agentes que descumprirem tais exigências ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL e CCEE.

A partir de 2005, todo agente gerador, distribuidor e transmissor de energia, Produtores Independentes de Energia ou Consumidores Livres e Especiais deverá notificar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, conforme o caso, para cada um dos cinco anos subsequentes. Cada agente de distribuição deverá notificar o MME em até sessenta dias antes de cada leilão de energia, sobre a quantidade de energia que pretende contratar nos leilões. Baseado nessa informação, o MME deve estabelecer a quantidade total de energia a ser contratada no ambiente de contratação regulado e a lista dos projetos de geração que poderão participar dos leilões.

Ambientes para Comercialização de Energia Elétrica

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica são realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (i) o ambiente de contratação regulada, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia elétrica que for necessária para fornecimento a seus consumidores e, (ii) o ambiente de contratação livre, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não regulados (como Consumidores Livres e comercializadores de energia elétrica).

Distribuidoras de energia elétrica cumprem suas obrigações de atender à totalidade de seu mercado principalmente por meio de leilões públicos. As distribuidoras podem também comprar energia elétrica sem a necessidade do processo de leilão público, proveniente: (i) de geradoras conectadas diretamente a tal distribuidora, com exceção de geradoras hidrelétricas com capacidade superior a 30 MW e certas geradoras termelétricas e geradoras afiliadas; (ii) de projetos de geração de energia elétrica participantes da primeira etapa do Programa PROINFA, programa destinado a diversificar as fontes de energia do Brasil; (iii) da Usina de Itaipu; (iv) de leilões administrados pelas distribuidoras, se o mercado que elas fornecem não for superior a 500 GWh/ano; e (v) de usinas hidrelétricas cujas concessões foram renovadas pelo governo nos termos da Lei nº 12.783/13 (nesse último caso, em "cotas de energia" distribuídas entre companhias distribuidoras pelo governo brasileiro, com preço determinado pelo MME/ANEEL). A energia elétrica gerada por Itaipu continua a ser vendida pela Eletrobrás às concessionárias de distribuição que operam no Sistema Interligado Nacional Sul/Sudeste/Centro-Oeste, embora nenhum contrato específico tenha sido firmado por essas concessionárias. O preço pelo qual a energia elétrica gerada em Itaipu é comercializada é denominado em dólar norte-americano e estabelecido de acordo com tratado celebrado entre o Brasil e Paraguai. Em consequência, o preço da energia elétrica de Itaipu aumenta ou diminui de acordo com a variação da taxa de câmbio entre o Real e o dólar norte-americano. As alterações no preço de venda da energia elétrica gerada em Itaipu estão sujeitas, no entanto, ao mecanismo de recuperação dos custos da Parcela A, exposto abaixo em "Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica". Além disso, os distribuidores de energia elétrica também podem vender energia excedente a Consumidores Livres e Especiais, geradores e autogeradores por meio do Mecanismo de Venda de Excedentes, estabelecido pela Resolução Normativa nº 824/2018 da ANEEL. O Mecanismo de Venda de Excedentes deverá ocorrer periodicamente várias vezes ao ano por meio de contratos de 12 meses, 6 meses e 3 meses, com liquidação no preço de equilíbrio estabelecido para cada submercado e tipo de energia.

Ambiente de Contratação Regulada - ACR

No ambiente de contratação regulada, as distribuidoras compram suas necessidades projetadas de energia elétrica para distribuição a seus Consumidores Cativos de geradoras por meio de leilões públicos. Os leilões são coordenados pela ANEEL, direta ou indiretamente, por intermédio da CCEE.

As compras de energia elétrica são realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (i) Contratos de Quantidade de Energia; e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia. Nos termos dos Contratos de Quantidade de

7.9 - Outras Informações Relevantes

Energia, a unidade geradora compromete-se a fornecer certa quantidade de energia elétrica e assume o risco de o fornecimento de energia elétrica ser, porventura, prejudicado por condições hidrológicas e baixo nível dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam interromper o fornecimento de energia elétrica, caso em que a unidade geradora é obrigada a comprar a energia elétrica de outra fonte para atender seus compromissos de fornecimento. Nos termos dos Contratos de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar certa capacidade ao ambiente de contratação regulada. Neste caso, a receita da unidade geradora está garantida e as distribuidoras em conjunto enfrentam o risco hidrológico. Em conjunto, esses contratos constituem os CCEARs.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, observados certos limites (conforme abaixo explicado) as distribuidoras de energia elétrica têm o direito de repassar a seus respectivos consumidores o custo relacionado à energia elétrica por elas adquirida por meio de leilões públicos, bem como quaisquer impostos e encargos do setor.

Com relação à outorga de novas concessões, os regulamentos exigem que as licitações para novas Usinas Hidrelétricas incluam, entre outras coisas, a porcentagem mínima de energia elétrica a ser fornecida ao ambiente de contratação regulada.

Ambiente de Contratação Livre

O ambiente de contratação livre engloba as operações entre concessionárias geradoras, produtores independentes de energia elétrica, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica, Consumidores Livres e Consumidores Especiais. O ambiente de contratação livre também pode incluir contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até a respectiva expiração. Quando de sua expiração, tais contratos deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. No entanto, geradoras normalmente vendem sua geração simultaneamente, dividindo o total de energia entre o Mercado Regulado e Livre. É possível vender energia separadamente em um ou mais mercados.

Os Consumidores Livres estão divididos em dois tipos: Consumidores Livres Convencionais e Consumidores Livres Especiais:

- Consumidores Livres Convencionais são aqueles cuja demanda de energia contratada é de pelo menos 2,5 MW. Este limite foi reduzido pela Portaria MME nº 514/2018 e será de 2,5 MW a partir de 1º de julho de 2019 e 2,0 MW a partir de 1º de janeiro de 2020. Esses consumidores podem optar por adquirir energia convencional, total ou parcialmente, de outro agente de vendas autorizado, nos termos da legislação vigente. Referimo-nos aos consumidores que exerceram essa opção como "Consumidores Livres Convencionais" ..
- Consumidores Livres Especiais são consumidores individuais ou grupos de consumidores cuja demanda de energia contratada varia entre 500 kW e 3 MW. Os consumidores que tenham exercido essa opção são denominados "Consumidores Livres Especiais". Os Consumidores Livres Especiais somente podem adquirir energia de fontes renováveis: (i) Pequenas Centrais Hidrelétricas com capacidade superior a 5.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW; (ii) geradores de hidrelétricas com capacidade superior a 5.000 kW e igual ou inferior a 50.000 kW, no âmbito do regime de produção independente de energia independentemente de ter ou não característica de pequena central hidrelétrica; (iii) geradores com capacidade limitada a 3.000 kW; e (iv) geradores de energia alternativa (empreendimentos solares, eólicos ou a biomassa) cuja capacidade gerada não exceda 50.000 kW. As geradoras estatais poderão vender energia elétrica aos Consumidores Livres, contudo, diferentemente das geradoras privadas, estas unidades só podem fazê-lo por meio de processos de leilão.
- Também nos referimos aos consumidores que satisfazem os respectivos requisitos de demanda, mas que não tenham exercido a opção de migrar ao Mercado Livre como "Consumidores Livres Convencionais Potenciais" ou "Consumidores Livres Especiais Potenciais", conforme o caso, e, de modo geral, como "Consumidores Livres Potenciais".

Recentes Desenvolvimentos no Mercado Livre

Em 2 de agosto de 2012, o MME promulgou a Portaria nº 455, prevendo novas normas a respeito do registro de PPAs no Mercado Livre. Atualmente os PPAs devem estar registrados com antecedência na CCEE mensalmente,

7.9 - Outras Informações Relevantes

mas o volume de energia elétrica contratada pode estar ajustado em uma base *ex post* após o consumo ter sido realizado. Sob a Portaria nº 455/2012, a partir de 1º de junho de 2014 os PPAs precisam estar registrados na CCEE com antecedência semanal e o ajuste do volume *ex post* será proibido. Como resultado, as partes terão que declarar seu volume de consumo *ex ante* esperado, exceto quando eles indicaram especificamente à CCEE que o PPA em questão se refere ao volume de consumo efetivo. No entanto, a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (ABRACEEL) obteve uma liminar contra a Portaria nº 455 /2012, impedindo a aplicação *ex ante* da regra de registro de contrato para comerciantes de energia. A aplicação desta Lei na CCEE foi suspensão para todos os agentes (geradores, comerciantes e consumidores), já que pode não se aplicar apenas a um grupo específico de agentes. O ato se aplica apenas ao Mercado Livre, não afetando os distribuidores. Além disso, em 9 de janeiro de 2018 um tribunal federal declarou a nulidade da Portaria Nº 455 /2012, alegando que o MME não tem competência para emitir regulamentos relativos à comercialização de energia elétrica. Em 4 de julho de 2018, o MME publicou a Portaria nº 269/2018 revogando a Portaria nº 455/2012 em virtude do acordo judicial alcançado no processo com a ABRACEEL.

Em 28 de dezembro de 2018, o MME emitiu a Portaria nº 514/2018, que reduz os requisitos para ser um Consumidor Livre de energia convencional, reduzindo a demanda mínima contratada de energia de 3,0 MW para 2,5 MW, com vigência a partir de 1º de julho de 2019 e de 2,5 MW a 2,0 MW, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. Antes da Portaria nº 514/2018, os Consumidores Livres com demanda de energia contratada entre 0,5 MW e 3,0 MW só poderiam comprar energia de fontes especiais (pequenas fontes hidrelétricas, solares, eólicas e de biomassa).

Leilões no Ambiente de Contratação Regulada

De acordo com o Decreto nº 9.143/2017, os leilões de energia para projetos de nova geração em andamento são realizados como leilões "n", onde "n" significa o número de anos antes da data de entrega inicial e atualmente varia de três a sete (denominados leilões "A-3", "A-4", "A-5", "A-6" e "A-7"). Os leilões de eletricidade das instalações de geração de energia existentes ocorrem (i) de um a cinco anos antes da data de entrega inicial (denominados leilões "A-1", "A-2", "A-3", "A-4" e "A-5") ou (ii) quatro meses antes da data de entrega (referidos como "ajustes de mercado"). Tradicionalmente, leilões "A-3" e "A-5" foram lançados para projetos de nova geração e leilões "A-1" para instalações de geração existentes. Anúncios de leilão são preparados pela ANEEL em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MME, que incluem a exigência de usar o menor preço de energia como critério para determinar o vencedor do leilão.

Cada empresa de geração que participa de um leilão assina um contrato de compra e venda de eletricidade com cada empresa de distribuição, o CCEAR, proporcionalmente à respectiva demanda estimada de eletricidade e preço estabelecido no leilão pelos distribuidores. A única exceção a essas regras refere-se ao leilão de ajuste de mercado, no qual os contratos são assinados diretamente entre empresas de geração e distribuição e são limitados a um prazo de dois anos. A quantidade total de energia contratada nesses leilões de ajuste de mercado não pode exceder 5,0% da quantidade total de energia contratada por cada Distribuidor. O CCEAR contém termos e condições padrão e não negociáveis que são estabelecidos pela ANEEL. Uma parcela significativa de nossos CCEARs prevê que o preço será reajustado anualmente de acordo com o IPCA. No entanto, alguns dos nossos CCEARs estabelecem outros índices para ajustar os preços, tais como preços de combustíveis. Os distribuidores concedem garantias financeiras (principalmente recebíveis do serviço de distribuição) a geradoras, a fim de garantir suas obrigações de pagamento sob o CCEAR.

Em relação aos CCEARs decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos de geração existentes, existem três possibilidades de redução permanente das quantidades contratadas, quais sejam (i) compensação pela saída de Consumidores Livres Potenciais do ambiente de contratação regulada; (ii) redução, a critério da distribuidora, de até 4,0% ao ano no montante inicial contratado a partir da geração de energia existente, excluindo o primeiro ano de fornecimento, para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à respectiva compra; e (iii) adaptação aos montantes de energia estipulados nos contratos de aquisição de energia firmados anteriormente a 17 de março de 2004. Além disso, a Resolução Normativa ANEEL nº 824/2018 instituiu o Mecanismo de Venda de Excedentes, que permite que os distribuidores de energia vendam voluntariamente energia excedente a Consumidores Livres e Especiais, geradores e autogeradores periodicamente, várias vezes ao ano, através de contratos de 12 meses, 6 meses e 3 meses.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Desde 2005, a CCEE realizou 23 leilões para novos projetos de geração, 16 leilões especificamente relativos a usinas existentes de geração de energia, três leilões para projetos de geração de energia alternativa, e nove leilões para a geração de energia eólica ou a biomassa, classificada como "energia de reserva". Até 1º de agosto de cada ano, as distribuidoras devem apresentar suas demandas de energia elétrica estimadas para os cinco anos subsequentes. Com base nessas informações, o MME estabelece o montante total de energia elétrica a ser comercializado no leilão e define as empresas de geração que poderão participar do leilão. O leilão é realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Como regra geral, os contratos celebrados no âmbito do leilão têm os seguintes prazos: (i) de 15 a 30 anos contados a partir do início do fornecimento em caso de novos projetos de geração; (ii) de um a 15 anos contados a partir do ano subsequente ao do leilão em caso de usinas existentes de geração de energia; (iii) de 10 a 30 anos contados a partir do início do fornecimento em caso de projetos de geração de energia alternativa; e (iv) 35 anos, no máximo, para energia de reserva, sendo usual a negociação de contratos de 20 anos.

Após a conclusão do leilão, geradoras e distribuidoras firmam o CCEAR, no qual as partes estabelecem o preço e a quantidade de energia contratados no leilão. Grande parte de nossos CCEARs estabelece que o preço seja corrigido anualmente pela variação do IPCA. Contudo, fazemos uso de outros indicadores para correção do preço dos nossos CCEARs, tais como o preço dos combustíveis. As distribuidoras oferecem garantias financeiras para as geradoras (principalmente valores a receber do serviço de distribuição) a fim de garantir suas obrigações de pagamento nos termos do CCEAR.

O Valor Anual de Referência

O regulamento também estabelece um mecanismo, o Valor Anual de Referência, que limita os valores dos custos que podem ser repassados aos Consumidores Finais. O Valor Anual de Referência corresponde à média ponderada dos preços da energia elétrica nos leilões "A-6", "A-5", "A-4" e "A-3", calculados para todas as empresas de distribuição. Os valores dos leilões para projetos de geração de energia alternativa e para projetos indicados como prioritários pelo CNPE não são considerados no cálculo do Valor Anual de Referência.

O Valor Anual de Referência cria um incentivo para que as empresas de distribuição contratem suas demandas esperadas de eletricidade ao menor preço nos leilões "A-6", "A-5", "A-4" e "A-3". O regulamento estabelece as seguintes limitações à capacidade das empresas de distribuição de repassar custos aos consumidores: (i) nenhum repasse de custos para compras de eletricidade que excedam 105% da demanda real; e (ii) repasse limitado de custos com compras de energia elétrica nos leilões "A-3" e "A-4", caso o volume da energia adquirida exceda 2,0% da demanda por eletricidade. De acordo com o Decreto nº 9.143/2017, os custos de projetos de nova geração de eletricidade e energia existente são repassados integralmente aos consumidores. O MME estabelece o preço máximo de aquisição para a eletricidade gerada por projetos existentes que esteja incluída nos leilões de venda de eletricidade aos distribuidores; e, se os distribuidores não cumprirem a obrigação de contratar integralmente sua demanda, o repasse dos custos da energia adquirida no mercado de commodities à vista será o menor do PLD e do Valor Anual de Referência.

O PLD é utilizado para avaliar a energia negociada no mercado de commodities à vista. Ele é calculado para cada submercado e nível de carga semanalmente e é baseado no custo marginal de operação. O valor máximo do PLD é fixado em R\$ 513,89, conforme Resolução nº 2.498/2018 da ANEEL. Antes dessa deliberação, o valor máximo do PLD era de R\$ 505,18 (Resolução nº 2.364/2017) e R\$ 533,82 (Resolução nº 2.190/2016).

Convenção de Comercialização de Energia Elétrica

As Resoluções da ANEEL nº 109 de 2004, e nº 210 de 2006, conduziram à criação da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. Tal Convenção regula a organização e administração da CCEE, assim como as condições para a comercialização de energia elétrica. Também define, entre outros: (i) os direitos e obrigações dos participantes da CCEE; (ii) as penalidades a serem impostas a participantes inadimplentes; (iii) a estrutura para a resolução de controvérsias; (iv) as regras de comercialização tanto no ambiente de contratação regulada como no ambiente de contratação livre e (v) a contabilização e processo de compensação para operações de curto-prazo.

Restrição de Atividades das Distribuidoras

As distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional não poderão (i) conduzir negócios relacionados à geração ou transmissão de energia elétrica; (ii) vender energia elétrica aos Consumidores Livres, com exceção dos situados em sua área de concessão e sob as mesmas condições e tarifas que se aplicam a Consumidores Cativos;

7.9 - Outras Informações Relevantes

(iii) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra empresa, sociedade anônima ou limitada ou; (iv) conduzir negócios que não tenham relação com suas respectivas concessões, com exceção das permitidas por lei ou no contrato de concessão pertinente. As geradoras não podem deter o controle ou participações societárias significativas nas distribuidoras.

Nos termos do Decreto nº 9.143/2017, as distribuidoras de energia elétrica foram autorizadas a negociar excedentes de energia com Consumidores Livres e outros agentes do Mercado Livre (geradoras, comercializadoras e autoprodutoras). Essa faculdade já foi substituída pelo Mecanismo de Venda de Excedentes, que foi introduzido pela Resolução Normativa nº 824/2018 da ANEEL e entrou em vigor em janeiro de 2019.

Eliminação do Direito à Autocontratação

Tendo em vista que a compra de energia elétrica para distribuição a Consumidores Cativos é atualmente efetuada no ambiente de contratação regulada, a chamada autocontratação (autorização para as distribuidoras atenderem a até 30,0% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica proveniente de autoprodução ou adquirida de partes relacionadas) não é mais permitida, exceto no contexto de contratos devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Questionamentos sobre a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Partidos políticos estão atualmente contestando a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico perante o Supremo Tribunal Federal. Em outubro de 2007, o Supremo Tribunal Federal emitiu uma sentença relativa a agravos que foram solicitados no âmbito da ação, negando referidos agravos por maioria de votos. Até o momento, não existe ainda uma decisão final sobre este mérito e não sabemos quando será proferida. Neste ínterim, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor. Independentemente da decisão final do Supremo Tribunal Federal, esperamos que certas disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição às distribuidoras que se dediquem a atividades não relacionadas à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, incluindo vendas de energia elétrica para Consumidores Livres, e a eliminação do direito à autocontratação, continuem em vigor.

Se o Supremo Tribunal Federal considerar toda ou parte relevante da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico como inconstitucional, o esquema regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não terá efeitos, o que gerará incerteza quanto à forma como e quando o governo brasileiro conseguirá reformar o setor de energia elétrica.

Limitações à Concentração no Mercado de Energia Elétrica

A ANEEL havia estabelecido limites à concentração de determinados serviços e atividades dentro do setor elétrico, os quais foram eliminados através da Resolução nº 378 de 10 de novembro de 2009.

Nos termos da Resolução nº 378, a ANEEL agora apresenta potenciais violações na livre concorrência no setor de energia elétrica para análise pela SDE, que é de responsabilidade do CADE desde a entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011. A ANEEL também tem o poder de monitorar a atividade sobre livre concorrência potencial, sejam ao seu próprio critério ou mediante solicitação do CADE, identificando: (i) o mercado relevante; (ii) a influência de partes envolvidas na troca de energia nos submercados em que elas operam; (iii) o exercício real do poder de mercado em relação aos preços do mercado; (iv) a participação das partes no mercado de geração de energia; (v) a transmissão, distribuição e comercialização de energia em todos os submercados; e (vi) os ganhos de eficiência dos agentes de distribuição durante os processos de revisão tarifária.

Em termos práticos, o papel da ANEEL limita-se a fornecer ao CADE informações técnicas para apoiar pareceres técnicos do CADE. O CADE, por sua vez, adere aos comentários e decisões da ANEEL, e só pode desconsiderá-los se demonstrar suas razões para fazê-lo. Antes da Lei nº 12.529/2011, certas responsabilidades do CADE foram desempenhadas pela SDE e pareceres técnicos relativos a questões de concorrência foram emitidos pela SDE em primeira instância e decididos pelo CADE em segunda instância.

Tarifas de Sistema

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas referentes ao uso desses sistemas e consumo de energia. Diferentes tarifas se aplicam a diferentes categorias de consumidores de acordo com a forma como eles se conectam ao sistema e compram energia. As tarifas são: (i) a

7.9 - Outras Informações Relevantes

TUSD; (ii) tarifas cobradas pelo uso do sistema de transmissão, consistindo na Rede Básica e suas instalações auxiliares, ou TUST; e (iii) a TE.

TUSD

A TUSD é paga por geradoras e consumidores pelo uso do sistema de distribuição da concessionária na qual a geradora ou consumidor está conectado. A TUSD consiste em três tarifas com objetivos distintos:

- A TUSD Fio, que é definida em R\$/kW, dividida em segmentos de tempo de acordo com a categoria tarifária, é aplicada para a demanda de energia elétrica contratada pela parte ligada ao sistema e remunera a concessionária de distribuição e transmissão para os custos de operação, manutenção e renovação do sistema de distribuição. Ele também fornece à concessionária de distribuição uma margem legal.
- A TUSD Encargos, que é definida em R\$/MWh, é aplicada ao consumo de energia elétrica (em MWh) e contempla certos encargos regulatórios aplicáveis ao uso da rede local, tais como PROINFA, a conta CDE, a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (ou TFSEE), ONS e outros. Esses encargos são definidos pelas autoridades regulatórias e vinculados à quantidade de energia realizada pelo sistema.
- A TUSD Perdas compensa perdas técnicas de energia nos sistemas de transmissão e distribuição, bem como perdas não técnicas de energia no sistema de distribuição.

TUST

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e Consumidores Livres que se conectam diretamente à Rede Básica. Ela se aplica a sua utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais das empresas concessionárias de transmissão determinadas pela ANEEL. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas de transmissão. Os usuários da rede, inclusive geradoras, distribuidoras e Consumidores Livres, diretamente se conectaram à rede de transmissão, assinaram contratos com o ONS e companhias de transmissão (representadas pelo ONS) que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de certas tarifas.

TE

A TE (Tarifa de Energia) é paga por Consumidores Cativos e Concessionárias ou Permissionárias de Distribuição pelo consumo de energia, com base no montante de energia elétrica realmente consumida, remunera o custo de energia, determinados encargos regulatórios relacionados ao uso de energia, custos de transmissão relacionados à Itaipu, certas perdas de sistema de transmissão, relacionados ao mercado de Consumidor Cativo, custos com pesquisa e desenvolvimento e Taxa de Fiscalização da ANEEL – TFSEE.

Base de Cálculo de Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica

A ANEEL tem poderes para reajustar e revisar as tarifas acima em resposta a alterações de custos de compra de energia elétrica e condições de mercado. Ao calcular ou revisar as tarifas de fornecimento de energia elétrica, a ANEEL divide os custos das distribuidoras entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora, ou custos da Parcela A, e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora, ou custos da Parcela B. O reajuste de tarifas baseia-se em uma fórmula que leva em consideração a divisão de custos entre as duas categorias.

Os custos da Parcela A incluem, entre outros, os seguintes fatores:

- custos de aquisição mandatória de energia elétrica de Itaipu e das companhias de geração, renovados nos termos da Lei 12.783/13;
- custos de aquisição de energia elétrica conforme contratos bilaterais negociados livremente entre as partes;
- custos de energia elétrica adquirida por meio de CCEARs;

7.9 - Outras Informações Relevantes

- custos referentes aos encargos de uso e conexão aos sistemas de transmissão e distribuição;
- custos de encargos regulatórios; e
- custos associados à pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.

Os custos da Parcela B incluem, entre outros, os seguintes fatores:

- taxa de retorno do investimento em ativos necessários para as atividades de distribuição de energia;
- depreciação destes ativos;
- despesas operacionais relacionadas à operação destes ativos, e
- receitas incobráveis;

Cada um determinado e periodicamente revisado pela ANEEL.

As tarifas são determinadas, levando-se em consideração os custos da Parcela A e da Parcela B e certos componentes de mercado usados pela ANEEL, como referência no reajuste de tarifas.

As concessionárias distribuidoras de energia elétrica têm direito a revisões tarifárias periódicas de suas tarifas a cada quatro ou cinco anos. Essas revisões visam:

- assegurar que as receitas serão suficientes para cobrir os custos operacionais da Parcela B e a remuneração adequada com relação a investimentos considerados essenciais aos serviços objeto da concessão de cada distribuidora,
- incentivar as concessionárias a crescer o nível de eficiência, e
- determinar o fator X, que consiste em três componentes:
 1. aumentos potenciais de produtividade, com base nos custos, conforme comparado ao crescimento de mercado;
 2. qualidade do serviço; e
 3. uma meta de despesas operacionais.

Os aumentos de produtividade e a meta de despesa operacional são determinados a cada revisão periódica. A partir do 4º ciclo de revisão periódica, a "qualidade do serviço" é determinada em cada reajuste anual e na revisão periódica. Para as concessionárias cujos contratos foram prorrogados em 2015 e que passam por revisões tarifárias após 24 de fevereiro de 2017, haverá também uma atualização anual do componente de produtividade (Pd).

O fator X é usado para ajustar a proporção da mudança no índice IGP-M usado nos reajustes anuais. Assim, após a conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X exige que as distribuidoras dividam os seus ganhos de produtividade com os Consumidores Finais.

Cada contrato de concessão de cada distribuidora também prevê um reajuste anual de tarifa. Em geral, os custos da Parcela A são totalmente repassados aos consumidores. Contudo, os custos da Parcela B são em sua maior parte corrigidos monetariamente em conformidade com o IGP-M e o Fator X. No entanto, para as concessionárias cujos contratos foram prorrogados em 2015, o índice de inflação utilizado para representar a Parcela B é o IPCA.

Ademais, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica têm direito a revisão tarifária extraordinária, caso a caso, de maneira a assegurar seu equilíbrio financeiro e a compensá-las por custos imprevistos, incluindo impostos, que modifiquem de maneira significativa sua estrutura de custos.

Com a introdução da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o MME reconheceu que os custos variáveis associados à compra de energia elétrica podem ser incluídos por meio da conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A ou CVA, criada para reconhecer alguns de nossos custos quando do reajuste das tarifas da Companhia pela ANEEL.

A partir de 2005, os custos incorridos com o PIS e COFINS deixaram de ser considerados nas revisões periódicas como parte da Parcela B, e as concessionárias de distribuição de energia elétrica passaram a ter direito de adicionar tais custos diretamente sobre as tarifas estabelecidas nas revisões periódicas, com base em uma taxa

7.9 - Outras Informações Relevantes

efetiva que é diferente da taxa nominal. O objetivo dessa mudança foi manter a neutralidade no equilíbrio financeiro da concessão, tendo em vista a alteração na forma de arrecadação desses impostos, que se tornou não cumulativa.

Em dezembro de 2011, a ANEEL estabeleceu a metodologia e os procedimentos aplicáveis às novas revisões periódicas do mesmo ano. Anteriormente todas as metodologias eram endereçadas a ciclos determinados, tais como de 2008-2010 e 2010-2014. Para informações sobre as revisões e metodologias tarifárias, consultar "Fatores de Riscos – *As tarifas que cobramos pelo fornecimento de energia elétrica a Consumidores Cativos e as tarifas de uso do sistema de distribuição que cobramos de Consumidores Livres e Especiais são determinadas pela ANEEL em conformidade com contratos de concessão celebrados com o governo brasileiro, podendo afetar adversamente a nossa receita operacional caso a ANEEL estabeleça tarifas de maneira que não nos seja favorável*" no item 4.1 (a) deste Formulário de Referência.

Desde 2013, variáveis, tais como a necessidade de despacho de usinas termelétricas, têm feito com que as distribuidoras incorram em custos extraordinários que excedem sua capacidade de pagamento. Para cobrir a exposição involuntária das distribuidoras a esses custos, uma parte dos custos de energia foram reembolsados pela Conta CDE (nos termos do Decreto nº 7.945/2013), e a Conta ACR (nos termos do Decreto nº 8.221/2014). Esses reembolsos visam cobrir a totalidade ou parte dos custos incorridos pelas distribuidoras no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014, referentes: (i) à exposição involuntária no mercado spot; e (ii) ao despacho de usinas termelétricas relacionado ao CCEAR. A CCEE, que gerencia a Conta ACR, obteve um empréstimo com 13 bancos para financiar esse pagamento. Desde janeiro de 2015, as distribuidoras têm cobrado tarifas de energia elétrica adicionais de consumidores a fim de amortizar o reembolso da Conta CDE, no período de cinco anos, e o empréstimo, no período de 54 meses. As quotas de CDE definidas pela ANEEL e repassadas aos consumidores já levam em consideração essas obrigações. Além disso, como os custos da Conta CDE e de compra de energia permaneceram altos, a ANEEL aumentou suas tarifas por meio de uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicável a todas as companhias de distribuição, de acordo com a Resolução nº 1.858 de 27 de fevereiro de 2015. O objetivo da RTE é repassar os custos projetados no período de março de 2015 até a data da próxima revisão ou ajuste tarifário das distribuidoras.

Em janeiro de 2015, o setor elétrico começou a implementar um mecanismo de "bandeiras tarifárias" mensais, em que as faturas do consumidor podem estar sujeitas a acréscimos tarifários em uma base mensal, quando os custos de fornecimento de energia chegarem a certos níveis, permitindo que os consumidores adaptem o seu uso para os custos de energia atuais. Anteriormente, o repasse de custos de energia nas tarifas era fixado anualmente. O sistema de bandeira tarifária foi inicialmente aprovado em 2011 e testado durante 2013 e 2014. Inicialmente tratava-se de uma bandeira tarifária verde (normal), amarelo (elevada) ou vermelha (crítica), determinada pela ANEEL com base nas condições de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015. A partir de 1º de fevereiro de 2016, o modelo das bandeiras foi alterado pela ANEEL e atualmente consiste em verde (normal), amarela (alerta) e 2 níveis de vermelho (crítico nível 1 ou 2). As receitas cobradas no âmbito do sistema de bandeira tarifária são cobradas pelas empresas de distribuição e transferidas para uma Conta de Centralização de Recursos de Bandeira Tarifária administrada pela CCEE, cujos rendimentos são pagos para as distribuidoras com base nos seus custos de energia relativos ao período.

Devido às condições hidrológicas desfavoráveis que têm sido observadas desde 2013 a 2015, as bandeiras tarifárias vermelhas foram aplicadas desde a introdução deste sistema em todo ano de 2015. Em 2016, em vista da melhora das condições hidrológicas, as bandeiras tarifárias verdes foram aplicadas na maioria dos meses do ano, mas 2017 consistiu principalmente de bandeiras tarifárias amarela e vermelha. Embora esse mecanismo reduza, em parte, o descasamento do fluxo de caixa, pode ser insuficiente para cobrir os custos de fornecimento de energia termelétrica, além dos distribuidores ainda suportarem o risco de descasamento de fluxo de caixa no curto prazo.

Incentivos Governamentais ao Setor Elétrico

Em 2000, um decreto federal criou o Programa Prioritário de Termelétricidade, ou PPT, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das usinas hidrelétricas. Os incentivos conferidos às usinas termelétricas nos termos do PPT incluem (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos, de acordo com regulamentação do MME; (ii) garantia do repasse dos custos referentes à aquisição da energia elétrica produzida por usinas termelétricas até o limite do valor normativo de acordo com a regulamentação da ANEEL; e (iii) acesso garantido ao programa de financiamento especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou BNDES para o setor elétrico.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Em 2002, o governo brasileiro estabeleceu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, ou Programa PROINFA. Nos termos do Programa PROINFA, a Eletrobrás oferece garantias de compra de até 20 anos para a energia gerada por fontes alternativas, sendo a energia adquirida por empresas de distribuição para entrega aos Consumidores Finais. O custo de aquisição dessa energia alternativa é arcado pelos Consumidores Finais em base mensal (exceto por Consumidores Finais de baixa renda, que são isentos desses pagamentos), com base em planos estimados de compras anuais, preparados pela Eletrobrás e aprovados pela ANEEL. Em sua fase inicial, o PROINFA estava limitado a uma capacidade contratada total de 3.299 MW. O objetivo dessa iniciativa era atingir uma capacidade contratada de até 10% do consumo anual total de energia elétrica do Brasil em 20 anos, a partir de 2002.

Visando criar incentivos para geradores de energia alternativa, o governo brasileiro estabeleceu que uma redução não inferior a 50% se aplica aos valores da TUSD devida por (i) Pequenas Centrais Hidrelétricas com capacidade entre 3.000 kW e 30.000 kW; (ii) Usinas Hidrelétricas com capacidade de até 3.000 kW; e (iii) geradores de energia alternativa (empreendimentos solares, eólicos ou a biomassa) com capacidade de até 30.000 kW. A redução é aplicável à TUSD devida pela entidade de geração e também por seu consumidor. O valor da redução da TUSD é revisto e aprovado pela ANEEL e reembolsado mensalmente através da Conta CDE por meio de depósitos realizados pela Eletrobrás.

Encargos Tarifários

Encargo de Energia de Reserva - EER

O Encargo de Energia de Reserva, EER, é uma taxa regulatória cobrada mensalmente, criada para arrecadar fundos para energia de reserva contratada pela CCEE. Essas reservas de energia são utilizadas para aumentar a segurança do suprimento de energia no Sistema Interligado Nacional. O EER é arrecadado mensalmente dos Consumidores Finais do Sistema Interligado Nacional registrado junto à CCEE.

Fundo RGR e UBP

Em certas circunstâncias, empresas de energia elétrica são indenizadas com relação a certos ativos usados em função de uma concessão, em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1957, o governo brasileiro criou um fundo de reserva destinado a prover fundos para tal indenização, conhecido como Fundo RGR. As empresas que operam em regimes de serviço público são obrigadas a efetuar a título de contribuição mensal ao Fundo RGR, a uma alíquota anual igual a 2,5% dos investimentos em ativos fixos da empresa relacionados ao serviço público, sem exceder, contudo, 3,0% das receitas operacionais totais em qualquer exercício. A Lei nº 12.431 de 2011 estendeu a vigência desta taxa até 2035. Entretanto, a Lei n.º 12.783/13 estabeleceu que, a partir de 1º de janeiro de 2013, esse encargo não mais incide sobre as companhias de distribuição, geração ou transmissão cujas concessões foram estendidas nos termos da referida lei, ou as novas concessionárias de geração e transmissão.

Os Produtores Independentes de Energia Elétrica que utilizam fontes hidrelétricas devem também pagar uma taxa similar cobrada de empresas de serviço público com relação ao Fundo RGR. Os Produtores Independentes de Energia Elétrica são obrigados a efetuar pagamentos ao Fundo de Uso de Bem Público, ou UBP, de acordo com as regras estabelecidas no processo licitatório referente à concessão correspondente. A Eletrobrás recebeu pagamentos referentes ao Fundo UBP até 31 de dezembro de 2002. Todos os encargos relativos ao Fundo UBP desde 31 de dezembro de 2002 foram pagos diretamente ao governo brasileiro.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Em 2002, o governo brasileiro instituiu a Conta de Desenvolvimento Energético, ou CDE, que é suprida por meio de pagamentos anuais efetuados por concessionárias a título de uso do bem público, multas e sanções impostas pela ANEEL e as taxas anuais pagas por agentes que fornecem energia elétrica a Consumidores Finais, por meio de encargo a ser acrescido às tarifas relativas ao uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Essas taxas são ajustadas anualmente. A CDE foi originalmente criada para dar suporte: (i) ao desenvolvimento da produção de energia elétrica por todo o país; (ii) à produção de energia elétrica por meio de fontes alternativas de energia; e (iii) à universalização do serviço público de energia elétrica em todo o Brasil. Além disso, a CDE subsidia as operações de companhias de geração de energia termelétrica para a compra de combustível em áreas isoladas não conectadas ao Sistema Interligado Nacional, cujos custos eram arcados pela (Conta de Consumo de Combustível), ou CCC, antes da promulgação da Lei n.º 12.783/13. Desde 23 de janeiro de 2013 (Decreto nº 7.891/13), a CDE

7.9 - Outras Informações Relevantes

subsidiar o desconto de certas categorias de consumidores, tais como Consumidores Especiais, consumidores rurais, concessionárias de distribuição e permissionárias, entre outros. Pelo Decreto 7.945 de 7 de março de 2013, o governo brasileiro decidiu usar a CDE para subsidiar: (i) a parte dos custos de energia de geração térmica adquiridas pelas distribuidoras em 2013; (ii) riscos hidrológicos das concessões de geração renovadas pela lei 12.783/13; (iii) sub contratação de energia involuntária em função de alguns geradores não renovarem seus contratos e a energia produzida destas concessões não ser realocada entre os distribuidores; (iv) parte do ESS e da CVA, de forma que o impacto destes reajustes tarifários em conexão com estes dois componentes foi limitado a 3% de reajuste de 8 de março de 2013 a 7 de março de 2014. A CDE está em vigor por 25 anos a partir de 2002. É regulamentada pela ANEEL e administrada pela Eletrobrás.

Encargo do Serviço do Sistema - ESS

A Resolução nº 173 de 28 de novembro de 2005 estabeleceu o ESS, que, desde janeiro de 2006, tem sido incluído nas correções de preço e taxas para concessionárias de distribuição que fazem parte do Sistema Interligado Nacional. Este encargo é baseado nas estimativas anuais feitas pelo ONS em 31 de outubro de cada ano.

Em 2013, devido às condições hidrológicas adversas, o ONS despachou um número de Usinas Termelétricas, levando a um aumento dos custos. Estes despachos causaram um aumento significativo no Encargo do Serviço do Sistema Relacionados à Segurança Energética, ou ESS-SE. Uma vez que o encargo ESS-SE se aplica apenas a distribuidoras (embora possa posteriormente ser transferido aos consumidores) e para Consumidores Livres, o CNPE decidiu, através da Resolução nº 03/2013, repartir os custos, ampliando o encargo ESS-SE a todos os participantes do setor de energia elétrica.

Taxa pelo Uso de Recursos Hídricos – CFURH

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico exige que os detentores de uma concessão e autorização de uso de recursos hídricos paguem uma taxa de 7,0% do valor da energia que geram pela utilização de tais instalações. Esse encargo deve ser pago ao distrito federal, estados e municípios nos quais a usina ou seu reservatório esteja localizado.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE

A TFSEE é uma taxa anual devida pelos detentores de concessões, permissões ou autorizações na proporção de seu porte e atividades.

Taxa do ONS

A Taxa do ONS, devida mensalmente pelas concessionárias de distribuição, é utilizada para financiar o orçamento do ONS em sua função de coordenação e controle de produção e transmissão de energia no Sistema Interligado Nacional.

Inadimplimento no Pagamento de Encargos Regulatórios

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabeleceu que a falta de pagamento das contribuições ao agente regulatório, ou a não realização de outros pagamentos, tais como os devidos em função da compra de energia elétrica no ambiente de contratação regulada ou de Itaipu, impedirá a parte inadimplente de proceder com reajustes ou revisões de sua tarifa (exceto por revisões extraordinárias) e que receba recursos oriundos do Fundo RGR e da CDE.

Mecanismo de Realocação de Energia

Proteção contra certos riscos hidrológicos para geradores hidrelétricos com despacho centralizado é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica determinando que geradores hidrelétricos compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Interligado Nacional. De acordo com a legislação brasileira, a cada usina hidrelétrica é atribuída uma Energia Assegurada, determinada em cada contrato de concessão pertinente, independentemente da quantidade de energia elétrica gerada pela usina. O MRE transfere a energia excedente daqueles que geraram além de sua Energia Assegurada para aqueles que geraram abaixo. O despacho efetivo de geração é determinado pelo ONS tendo em vista a demanda de energia em âmbito nacional e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da

7.9 - Outras Informações Relevantes

Energia Assegurada, é precificada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização (ou "TEO"), que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional deve ser contabilizada mensalmente para cada gerador.

Fator de Escalonamento de Geração

O Fator de Escalonamento de Geração, ou GSF, é um índice que compara a soma do volume de energia gerada pelas empresas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia, ou MRE e o volume de Energia Assegurada que elas estão obrigadas a entregar por contrato. Se o índice GSF for inferior a 1,0, ou seja, caso esteja sendo gerada menos energia do que a Energia Assegurada total, as empresas hidrelétricas devem comprar energia no mercado spot para cobrir a carência de energia e cumprir os volumes de Energia Assegurada, nos termos do MRE. De 2005 a 2012, o GSF permaneceu acima de 1,0. O GSF começou a decrescer em 2013, piorando em 2014, quando permaneceu abaixo de 1,0 por todo o ano. Em 2015, o GSF variou entre 0,783 e 0,825, exigindo que as geradoras de energia elétrica adquirissem energia no mercado spot, incorrendo, portanto, em custos significativos.

Subsequentemente às discussões mantidas entre as empresas geradoras e o governo brasileiro sobre esses custos, o governo emitiu a Lei Federal nº 13.203, em 8 de dezembro de 2015. Essa lei abordou o risco GSF separadamente para o Mercado Regulado e Mercado Livre. Para o Mercado Regulado, a Lei Federal nº 13.203/15 permitiu que as empresas de geração renegociassem seus contratos de energia, estabelecendo um teto para o custo GSF a um prêmio de risco de R\$9,50/MWh por ano, até o final do contrato de compra de energia ou término da concessão, o que ocorresse primeiro. Esse prêmio de risco será pago à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, ou CCRBT.

8.1 - Negócios Extraordinários

8. Negócios Extraordinários

8.1 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve nenhuma aquisição não enquadrada na operação normal nos negócios da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.
--

Não há contratos relevantes que não estejam diretamente relacionados com nossas atividades operacionais da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.**8.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Não houve negócios extraordinários nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**9 Ativos relevantes****9.1 Descrever os bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:**

- a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização;**
- b) ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:**
- (i). duração;
 - (ii). eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos; e
 - (iii). possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor;
- c) as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:**
- (i). denominação social;
 - (ii). sede;
 - (iii). atividades desenvolvidas;
 - (iv). participação do emissor;
 - (v). se a sociedade é controlada ou coligada;
 - (vi). se possui registro na CVM;
 - (vii). valor contábil da participação;
 - (viii). valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários;
 - (ix). valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil;
 - (x). valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados;
 - (xi). montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais; e
 - (xii). razões para aquisição e manutenção de tal participação.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações a serem divulgadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

As demonstrações financeiras de 2018, 2017 e 2016 estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

▪ Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Os diretores esclarecem que em 2018, a Companhia cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 1,8 milhão de clientes, em 27 municípios do Estado de São Paulo.

Os diretores esclarecem que as vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 0,4% em relação ao exercício de 2017. Destaca-se a classe industrial, que registrou uma redução de 7,9% ante 2017, refletindo principalmente a migração de clientes para o mercado livre.

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2018, o endividamento bruto (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos incluindo a posição líquida dos derivativos) da Companhia atingiu R\$ 1.938 milhões, apresentando um aumento de 19,6% em comparação com 31 de dezembro de 2017. As disponibilidades (caixa e equivalente de caixa) totalizaram R\$ 92 milhões, uma redução de 75,4% com relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017. Com isso, o endividamento líquido (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos incluindo a posição líquida dos derivativos, caixa e equivalentes de caixa) passou para R\$ 1.846 milhões, registrando um aumento de 48,0% quando comparado ao endividamento líquido em 31 de dezembro de 2017.

Os diretores esclarecem que os índices de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) e liquidez geral ajustada ((ativo circulante + ativo não circulante - intangível) / (passivo circulante + passivo não circulante)) da Companhia foram respectivamente de 1,12 e 0,86 ao final de 2018 (redução de 34,9% no índice de liquidez corrente e 2,4% no índice de liquidez geral ajustada, em relação a posição em 31 de dezembro 2017). Em 2018, o índice de retorno sobre patrimônio líquido (lucro líquido / patrimônio líquido) foi de 0,355, apresentando um aumento de 7,6% quando comparado a 0,330 de 2017. O Lucro Líquido do exercício de 2018 atingiu R\$ 183 milhões, um aumento de 20,4% comparado ao lucro líquido do mesmo período de 2017. Os motivos desta variação estão descritos na variação da Demonstração do Resultado no item 10.1.h.

A diretoria entende que a Companhia apresenta atualmente (e também apresentou nos três últimos exercícios) condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. A diretoria acredita que a Companhia, por meio de uma análise de seu ativo circulante e de seu passivo circulante, possui capital de giro compatível com seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. A diretoria da Companhia não tem como garantir que tal situação permanecerá inalterada, mas caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, acredita que terá capacidade para contratá-los.

▪ Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os diretores esclarecem que o início de 2017 foi marcado pelas novas perspectivas e possibilidades para a Companhia, após a conclusão da operação de compra do controle de sua Controladora CPFL Energia pela chinesa State Grid, maior *player* global do setor elétrico. Sua visão estratégica de longo prazo e seu desenvolvimento tecnológico trarão grande contribuição para os próximos passos da Companhia. O grupo CPFL também continuou bastante ativo neste ano, promovendo melhorias em suas operações e gestão, participando ativamente nas discussões sobre aperfeiçoamento do marco legal do setor elétrico e acompanhando os desdobramentos dos cenários político e econômico do Brasil em seus mercados.

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2017, o endividamento bruto (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos incluindo a posição líquida dos derivativos) da Companhia atingiu R\$ 1.621 milhões, apresentando um aumento de 2,9% em comparação com 31 de dezembro de 2016. As disponibilidades (caixa e equivalente de caixa, mais investimento de curto prazo) totalizaram R\$ 374 milhões, uma redução de 52,3% com relação ao saldo em 31 de dezembro de 2016. Com isso, o endividamento líquido (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos incluindo a posição líquida dos derivativos, caixa e equivalentes de caixa) passou para R\$ 1.247 milhões, registrando um aumento de 57,6% quando comparado ao endividamento líquido em 31 de dezembro de 2016.

Os diretores esclarecem que os índices de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) e liquidez geral ajustada ((ativo circulante + ativo não circulante - intangível) / (passivo circulante + passivo não circulante)) da Companhia foram respectivamente de 0,83 e 0,84 ao final de 2017 (redução de 25,2% no índice de liquidez corrente e no índice de liquidez geral ajustada não houve variação, em relação a posição em 31 de dezembro 2016). Em 2017, o índice de retorno sobre patrimônio líquido (lucro líquido / patrimônio líquido) foi de 0,330, apresentando um aumento quando comparado a 0,191 de 2016. O Lucro Líquido do exercício de 2017 atingiu R\$ 152 milhões, um aumento de 123,5% comparado ao lucro líquido do mesmo período de 2016, refletindo principalmente um aumento de R\$ 105 milhões no EBITDA. Os motivos desta variação estão descritos na variação da Demonstração do Resultado no item 10.1.h.

A diretoria entende que a Companhia apresenta atualmente (e também apresentou nos três últimos exercícios) condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. A diretoria acredita que a Companhia, por meio de uma análise de seu ativo circulante e de seu passivo circulante, possui capital de giro compatível com seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. A diretoria da Companhia não tem como garantir que tal situação permanecerá inalterada, mas caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, acredita que terá capacidade para contratá-los.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 254 milhões. A Companhia vem trabalhando nos planos de redução do capital circulante líquido negativo e em janeiro de 2018 captou debentures no montante de R\$ 215 milhões. Adicionalmente, a Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

▪ Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Os diretores esclarecem que o ano de 2016 foi marcado por grandes mudanças para a nossa Controladora CPFL Energia, no início de julho foi informada por um de seus acionistas controladores, a Camargo Corrêa S.A., que esta havia recebido e aceitado proposta da State Grid Corporation of China ("State Grid") para aquisição de sua participação no bloco de controle do Grupo pelo valor de R\$ 25,00 por ação. No dia 2 de setembro, foi assinado o contrato definitivo de compra e venda de ações (SPA) entre State Grid e Camargo Corrêa. Em seguida, a proposta foi estendida aos demais acionistas controladores que, ao longo do mês de setembro, decidiram alienar suas participações em conjunto com a Camargo Corrêa.

Os diretores esclarecem que a referida transação passou por todas as aprovações cabíveis e foi concluída no dia 23 de janeiro de 2017, quando a State Grid se tornou acionista controlador da CPFL Energia, com participação acionária de 54,64%. Em virtude do fechamento da transação que resultou na alienação direta do controle da CPFL Energia, e em atendimento à regulamentação aplicável, a State Grid irá realizar ofertas públicas para aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Energia.

Os diretores esclarecem que a Companhia continuou impactada pela retração econômica, que afetou o consumo na área de concessão. O mercado faturado na área de concessão da Companhia registrou queda de 8,9%, com

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

quedas de 3,9%, 2,0% e 15,3% respectivamente para as classes residencial, comercial e industrial. O cenário macroeconômico desfavorável também influenciou os níveis de inadimplência, exigindo que a Companhia fortalecesse suas ações de cobrança, incrementando em mais de 50% o número de cortes, cobranças e negativas, entre outras ações.

Os diretores esclarecem que em dezembro, a Companhia acumulava um passivo financeiro setorial de R\$ 355 milhões, reflexo dos reajustes tarifários e da redução de custos com compra de energia e encargos verificados ao longo de 2016.

Os diretores esclarecem que a Companhia já se encontra no 4º ciclo de Revisão Tarifária, auferindo benefícios relacionados aos investimentos realizados no ciclo anterior e às melhores condições oferecidas no novo ciclo. Ainda a respeito de tarifas, foi aplicada bandeira verde em grande parte do ano de 2016, o que contribuiu para menores tarifas, após as fortes elevações de 2015.

Os diretores esclarecem que a sobrecontratação, tema regulatório de grande importância, foi amplamente discutida pelos agentes em 2016 e muitos avanços já foram obtidos. Diversas medidas foram tomadas para mitigação de sobras e definição de seu caráter involuntário, tais como o tratamento de sobras involuntárias decorrentes de quotas, a viabilização de acordos bilaterais entre geradores e distribuidoras, o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSO de energia nova e as mudanças nas regras dos leilões.

Os diretores esclarecem que a Lei no. 13.360/2016 também implantou mudanças importantes para o setor, com impactos e oportunidades para os diferentes segmentos de negócio da CPFL Energia. A segurança de um marco regulatório sólido é fundamental para que haja uma retomada de investimentos e crescimento sustentável no longo prazo.

Os diretores esclarecem que no final de 2016, o endividamento bruto (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debêntures e respectivos encargos incluindo a posição líquida dos derivativos) da Companhia atingiu R\$ 1.575 milhões, apresentando uma redução de 6,4%. As disponibilidades totalizaram R\$ 784 milhões, um aumento de 36,1%. Com isso, o endividamento líquido passou para R\$ 791 milhões, registrando uma queda de 28,5%. Comparado ao EBITDA do exercício, nossa alavancagem líquida ficou em 2,50, um aumento de 21,3% em relação a 2015 (reapresentado).

Os diretores esclarecem que os índices de liquidez corrente e liquidez geral da Companhia foram respectivamente de 1,11 e 0,84 ao final de 2016 (aumento de 7,8% e redução de 7,4% em relação a 2015, respectivamente). Este resultado foi obtido majoritariamente devido à liquidação do ativo financeiro setorial circulante de R\$ 400 milhões e à constituição de passivo financeiro setorial circulante de R\$ 261 milhões no exercício (para maiores detalhes sobre as variações patrimoniais, ver item 10.1.c).

Os diretores esclarecem que em 2016 o índice de Retorno sobre Patrimônio Líquido foi de 0,191, redução de 51,4% em relação a 2015 (reapresentado). O Lucro Líquido do período atingiu R\$ 68 milhões, com redução de 67,9% (R\$ 144 milhões), compreendendo a redução de 41,1% no EBITDA (R\$ 221 milhões). Os motivos desta variação estão descritos na Variação da Demonstração do Resultado no item 10.1.h.

A diretoria entende que a Companhia apresenta atualmente (e também apresentou nos três últimos exercícios) condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. A diretoria acredita que a Companhia, por meio de uma análise de seu ativo circulante e de seu passivo circulante, possui capital de giro compatível com seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. A diretoria da Companhia não tem como garantir que tal situação permanecerá inalterada, mas caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e possíveis aquisições, acredita que terá capacidade para contratá-los.

Os diretores esclarecem que nesse momento de transição para a CPFL Energia e o setor, a chegada da State Grid fortalece a estratégia de crescimento, assim como seu protagonismo no setor elétrico brasileiro. A State Grid traz a confiança de que a CPFL Energia irá reforçar sua posição de liderança nos segmentos de distribuição, recursos renováveis e comercialização no Brasil. Sua sólida situação financeira fortalece o perfil de crédito do Grupo e amplia possibilidades de financiamento para novos projetos e aquisições. Temos, portanto, uma plataforma de negócios preparada para aproveitar as novas oportunidades do mercado.

b. estrutura de capital

A diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura de capital, mensurada pelo percentual de capital próprio (patrimônio líquido / total do passivo) e de terceiros indicada ((passivo circulante + passivo não circulante) / total

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

do passivo) na tabela abaixo, apresenta níveis de alavancagem consideradas, pela Diretoria da Companhia, como adequados.

Estrutura de Capital	2018	2017	2016
Capital próprio ¹	13%	13%	10%
Capital de terceiros ²	87%	87%	90%

¹ Patrimônio Líquido

² Passivo circulante e não circulante

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar os investimentos em sua concessão.

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Liquidez e Recursos de Capital

▪ Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2018, nosso capital de giro refletia um superávit (excedente do ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$ 153 milhões, um aumento de R\$ 407 milhões quando comparado com o déficit de R\$ 254 milhões em 31 de dezembro de 2017. As principais causas desse superávit foram:

- Aumento de R\$ 320 milhões com ativos e passivos financeiros setoriais;
- Aumento de R\$ 113 milhões com consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Aumento de R\$ 26 milhões com derivativos ativo;
- Redução de R\$ 133 milhões com fornecedores decorrente principalmente dos suprimentos de energia elétrica (R\$ 108 milhões) e dos encargos do uso da rede elétrica (R\$ 20 milhões);
- Redução de R\$ 89 milhões com taxas regulamentares;

Compensados parcialmente por:

- Redução de R\$ 282 milhões com o caixa e equivalente de caixa;

Vide mais informações sobre as variações acima no item 10.1.h deste relatório.

Os diretores esclarecem que a tabela abaixo resume as obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31 de dezembro de 2018 (inclui outras obrigações contratuais de longo prazo):

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2018	Pagamentos devidos por período				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	384	384	-	-	-
Empréstimos, derivativos, debêntures e financiamentos - principal e encargos ¹	2.547	634	1.255	283	375
Entidade de Previdência Privada ²	291	40	81	79	91
Taxas regulamentares	22	22	-	-	-
Outros	44	33	3	3	5
Total dos itens do Balanço Patrimonial¹	3.288	1.113	1.339	365	471
Contratos de compra de energia ³	27.039	2.582	5.127	5.513	13.817
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão ⁴	7.078	426	1.173	1.545	3.934
Projetos de construção de subestação	3	3	-	-	-
Total de outros compromissos	34.120	3.011	6.300	7.058	17.751
Total das Obrigações contratuais	37.408	4.124	7.639	7.423	18.222

1. Inclui pagamentos de juros, incluindo juros futuros projetados sobre fluxo de caixa não descontado, através de projeções de índices. Estes juros futuros não são registrados em nosso balanço.

2. Futuras contribuições estimadas para os planos de pensão.

3. Valores a pagar nos termos de contratos de compra de energia elétrica de longo prazo, que estão sujeitas a variações de preços e estabelecem a renegociação em determinadas circunstâncias. A tabela representa os valores a serem pagos pelos volumes contratados aplicando-se os preços ao final do ano 2018. Veja nota explicativa 32 das nossas demonstrações financeiras auditadas.

4. Despesas estimadas com encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão, até o fim do período de concessão.

Os diretores esclarecem que nossas necessidades de recursos destinam-se principalmente aos seguintes objetivos:

- Investimentos para continuar a melhorar e expandir os nossos sistemas de distribuição;
- Amortizar ou refinar dívidas a vencer. Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos um saldo de endividamento (circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) não amortizado com vencimento programado para os próximos 12 meses de R\$ 534 milhões; e
- A Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

▪ Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2017, nosso capital de giro refletia um déficit (excedente do passivo circulante em relação ao ativo circulante) de R\$ 254 milhões, uma redução de R\$ 405 milhões quando comparado com o superávit de R\$ 151 milhões em 31 de dezembro de 2016. As principais causas desse déficit foram:

- Redução de R\$ 410 milhões com o caixa e equivalente de caixa;
- Aumento de R\$ 320 milhões com empréstimos, debêntures e respectivos encargos decorrente das parcelas da dívida que se tornaram de curto prazo;
- Aumento de R\$ 51 milhões com fornecedores decorrente principalmente dos encargos do uso da rede elétrica (R\$ 40 milhões) e materiais e serviços (R\$ 12 milhões);
- Aumento de R\$ 42 milhões com taxas regulamentares;
- Aumento de R\$ 25 milhões com ICMS;
- Aumento de R\$ 12 milhões com PIS e COFINS;

Compensados parcialmente por:

- Redução de R\$ 224 milhões com passivo financeiro setorial;
- Aumento de R\$ 96 milhões com derivativos ativo líquido;
- Aumento de R\$ 92 milhões com consumidores, concessionárias e permissionárias; e
- Redução de R\$ 72 milhões com dividendos.

Vide mais informações sobre as variações acima no item 10.1.h deste relatório.

Os diretores esclarecem que a tabela abaixo resume as obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31 de dezembro de 2017 (inclui outras obrigações contratuais de longo prazo):

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2017	Pagamentos devidos por período				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	517	517	-	-	-
Empréstimos, derivativos, debêntures e financiamentos - principal e encargos ¹	2.063	602	930	458	72
Entidade de previdência privada ²	279	29	60	65	125
Taxas regulamentares	111	111	-	-	-
Outros	45	31	-	-	14
Total dos itens do Balanço Patrimonial ³	3.016	1.291	990	523	212
Arrendamentos e aluguéis	2	1	1	-	-
Contratos de compra de energia ³	23.227	2.314	4.557	4.646	11.710
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão ⁴	5.802	498	994	1.176	3.134
Projetos de construção de subestação	5	5	-	-	-
Total de outros compromissos	29.034	2.817	5.551	5.822	14.844
Total das Obrigações contratuais	32.050	4.107	6.541	6.346	15.056

1. Inclui pagamentos de juros, incluindo juros futuros projetados sobre fluxo de caixa não descontado, através de projeções de índices. Estes juros futuros não são registrados em nosso balanço.

2. Futuras contribuições estimadas para os planos de pensão.

3. Valores a pagar nos termos de contratos de compra de energia elétrica de longo prazo, que estão sujeitas a variações de preços e estabelecem a renegociação em determinadas circunstâncias. A tabela representa os valores a serem pagos pelos volumes contratados aplicando-se os preços ao final do ano 2017. Veja nota explicativa 31 das nossas demonstrações financeiras auditadas.

4. Despesas estimadas com encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão, até o fim do período de concessão.

Os diretores esclarecem que nossas necessidades de recursos destinam-se principalmente aos seguintes objetivos:

- Investimentos para continuar a melhorar e expandir os nossos sistemas de distribuição;
- Amortizar ou refinar dadas a vencer. Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos um saldo de endividamento (circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) não amortizado com vencimento programado para os próximos 12 meses de R\$ 522 milhões; e
- A Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

▪ Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2016, nosso capital de giro refletia um superávit (excedente de ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$ 151 milhões, um aumento de R\$ 87 milhões quando comparado com R\$ 64 milhões em 31 de dezembro de 2015.

As principais causas deste aumento são:

- Redução de empréstimos, debêntures e respectivos encargos de R\$ 335 milhões.
- Aumento do caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 208 milhões conforme explicado no item 10.1.h;
- Redução das contas a pagar de fornecedores de R\$ 180 milhões decorrente basicamente de suprimento de energia elétrica (R\$ 162 milhões), encargos do serviço do uso do sistema (R\$ 37 milhões) compensado por materiais e serviços (R\$ 19 milhões);
- Redução de dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 127 milhões);
- Redução de taxas regulamentares de R\$ 115 milhões, principalmente bandeiras tarifárias (R\$ 68 milhões) e Conta de desenvolvimento energético – CDE (R\$ 47 milhões);

Compensados parcialmente por:

- Redução do ativo e passivo financeiro setorial líquidos de R\$ 661 milhões, saindo de uma posição ativa de R\$ 400 milhões em 2015 para uma posição passiva de R\$ 261 milhões em 2016 (vide nota 8 de nossas demonstrações financeiras);
- Redução de derivativos ativo líquido de R\$ 147 milhões;

Os diretores esclarecem que a tabela abaixo resume as obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31 de dezembro de 2016 (inclui outras obrigações contratuais de longo prazo):

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2016	Pagamentos devidos por período				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	466	466	-	-	-
Empréstimos, derivativos, debêntures e financiamentos - principal e encargos ⁽¹⁾	2.143	353	1.284	485	21
Entidade de Previdência Privada ⁽²⁾	423	23	84	91	225
Taxas regulamentares	69	69	-	-	-
Outros	39	25	-	-	14
Total dos itens do Balanço Patrimonial ⁽³⁾	3.140	936	1.368	576	260
Contratos de compra de energia ⁽³⁾	32.633	2.342	5.009	5.231	20.050
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão ⁽⁴⁾	8.114	366	1.250	1.528	4.970
Fornecedores - Suprimentos	373	162	185	26	-
Total de outros compromissos	41.119	2.870	6.444	6.785	25.020
Total das obrigações contratuais	44.259	3.806	7.813	7.361	25.279

- (1) Inclui pagamentos de juros, incluindo juros futuros projetados sobre fluxo de caixa projetado não descontado, através de projeções de índices. Estes juros futuros não são registrados em nosso balanço.
- (2) Futuras contribuições estimadas para os planos de pensão.
- (3) Valores a pagar nos termos de contratos de compra de energia elétrica de longo prazo, que estão sujeitas a variações de preços e estabelecem a renegociação em determinadas circunstâncias. A tabela representa os valores a serem pagos pelos volumes contratados aplicando-se os preços ao final do ano 2016. Veja nota explicativa 31 às nossas demonstrações financeiras auditadas.
- (4) Despesas estimadas com encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão, até o fim do período de concessão.

Nossas necessidades de recursos destinam-se principalmente aos seguintes objetivos:

- Investimentos para continuar a melhorar e expandir os nossos sistemas de distribuição;
- Amortizar ou refinanciar dívidas a vencer. Em 31 de dezembro de 2016, possuíamos um saldo de dívida não amortizado com vencimento programado para os próximos 12 meses de R\$ 202 milhões;
- Pagamento semestral de dividendos. Pagamos R\$ 268 milhões de dividendos e juros sobre o capital próprio em 2016.

Os diretores esclarecem que a Companhia possui capacidade financeira para fazer frente a seus passivos não circulantes. Uma das principais estratégias utilizadas para gerir os passivos de longo prazo é chamada de *pre-funding*, ou seja, a Companhia antecipa-se nas necessidades de caixa para o horizonte de 18 a 24 meses e prioriza a liquidez de caixa.

Os diretores esclarecem que houve uma redução do endividamento bruto, o índice de Liquidez Geral da Companhia foi de 0,836 em 2016, representando uma redução de 7,4% em relação ao índice de 2015.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os diretores esclarecem que as principais fontes de recursos são provenientes da geração própria de caixa e financiamentos.

Os diretores esclarecem que nos exercícios sociais encerrados em 2018, 2017 e 2016, a Companhia captou recursos principalmente para realização de investimentos programados, bem como reforçar o capital de giro.

Os diretores esclarecem que foram contratados novos empréstimos junto ao BNDES, captações com instituições financeiras na modalidade de empréstimos em moeda estrangeira e emissões de debêntures. (vide maiores detalhes dessa emissão nos itens 18.5 e 18.12).

Os diretores esclarecem que ao longo dos últimos anos, a Companhia tem adotado a estratégia de *pre-funding* de suas dívidas. Caso ocorra necessidade adicional de caixa, a Companhia tem fácil acesso ao mercado de capitais para captar recursos para cobrir essas necessidades adicionais.

Os diretores esclarecem que utilizando esta estratégia, a Companhia busca reduzir a exposição de fluxo de caixa assim como reduzir a exposição ao risco de taxas de juros, além de manter a liquidez e um bom perfil de endividamento por meio do alongamento do prazo médio da dívida e redução do seu custo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os diretores esclarecem que para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 10.1.

Endividamento

- **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018**

Os diretores esclarecem que o endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) apresentou um aumento de R\$ 369 milhões, ou 20,9%, de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018, alcançando R\$ 2.138 milhões, principalmente em decorrência: (i) da captação de recursos (empréstimos/debêntures) líquida dos gastos com captação de R\$ 1.072 milhões, (ii) dos encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais R\$ 238 milhões, compensado parcialmente por (iii) amortizações (empréstimos/debêntures) de R\$ 850 milhões e (iv) pelo pagamento dos encargos no montante de R\$ 92 milhões.

Os diretores esclarecem que o endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) apresentou um aumento de 20,9%, assim como o endividamento bruto (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos incluindo a posição líquida dos derivativos), que também apresentou um aumento de R\$ 317 milhões, ou 19,6%, passando para cerca de R\$ 1.938 milhões.

- **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017**

Os diretores esclarecem que o endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) apresentou um aumento de R\$ 83 milhões, ou 4,9%, de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2017, alcançando R\$ 1.769 milhões, principalmente em decorrência (i) da emissão de debêntures (líquida dos gastos com emissão) R\$ 303 milhões, (ii) dos encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais R\$ 134 milhões, compensado parcialmente por (iii) amortização dos empréstimos e financiamentos de R\$ 169 milhões e debêntures de R\$ 66 milhões, (iv) pelo pagamento dos encargos no montante de R\$ 119 milhões.

Os diretores esclarecem que apesar do endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) ter aumentado (4,9%), quando analisamos o endividamento bruto (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos incluindo a posição líquida dos derivativos), houve um aumento (2,9%).

- **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016**

Os diretores esclarecem que o endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) apresentou uma redução de R\$ 389 milhões, ou 18,7%, de 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016 alcançando R\$ 1.686 milhões (não considerados os derivativos), principalmente em decorrência da amortização do principal de empréstimos no montante de R\$ 438 milhões; compensadas parcialmente pela captação de recursos no valor de R\$ 244 milhões, sendo R\$ 236 milhões em dívida expressa em dólares norte-americanos, para reforçar o capital de giro e alongamento do perfil da dívida e R\$ 8 milhões do BNDES por meio do FINEM basicamente para cumprir o plano de investimento da Companhia. Os diretores esclarecem que quando analisamos o endividamento bruto (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos incluindo a posição líquida dos derivativos), a redução do endividamento de R\$ 389 milhões passa para cerca de R\$ 108 milhões. Isso decorre principalmente da significativa redução na conta de derivativo ativo em função da estabilidade do real frente ao dólar no ano de 2016.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores esclarecem que em 2019 e 2020, esperamos continuar a nos beneficiar das oportunidades de financiamento oferecidas pelo mercado através da emissão de debêntures e dívida para capital de giro, tanto

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

interna como externa, e as oferecidas pelo governo por meio de linhas de financiamento fornecidas pelo BNDES, para expandir e modernizar nosso sistema de energia.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

• Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2018, nosso endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) era de R\$ 2.138 milhões. Deste total R\$ 960 milhões ou 44,9% eram expressos em moeda estrangeira, sendo R\$ 858 milhões em dólares norte-americanos e R\$ 102 milhões em euros. Foram contratadas operações de *swap* para redução da exposição às variações cambiais decorrentes destas obrigações. O montante de R\$ 534 milhões de nosso endividamento (circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) vencerá no prazo de 12 meses.

• Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2017, nosso endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) era de R\$ 1.769 milhões. Deste total R\$ 966 milhões ou 54,6% eram expressos em moeda estrangeira, sendo R\$ 746 milhões em dólares norte-americanos e R\$ 220 milhões em euros. Foram contratadas operações de *swap* para redução da exposição às variações cambiais decorrentes destas obrigações. O montante de R\$ 522 milhões de nosso endividamento (circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) vencerá no prazo de 12 meses.

• Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2016, nosso endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) era de R\$ 1.686 milhões. Deste total, aproximadamente R\$ 984 milhões ou 58,3% estavam expressos em moeda estrangeira, substancialmente dólares norte-americanos. Foram contratadas operações de *swap* de modo a reduzir nossa exposição às taxas de câmbio que decorrem de parte dessas obrigações. O montante de R\$ 202 milhões de nosso endividamento (circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) tem vencimento em 12 meses.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os diretores esclarecem que os principais contratos de financiamentos em 31 de dezembro de 2018 (incluindo encargos) eram os seguintes:

- *Pós fixado.* Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos pós fixados totalizava R\$ 262 milhões, sendo os índices TLP e TJLP (R\$ 232 milhões) e Selic (R\$ 30 milhões). Estes empréstimos são denominados em reais.
- *Pré-fixado.* Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos pré-fixados totalizava R\$ 61 milhões. Estes empréstimos são denominados em reais.
- *Debêntures.* Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em debêntures era de R\$ 859 milhões, dividido em cinco emissões. Os termos e condições das debêntures encontram-se resumidos na nota explicativa 15 das nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.
- *Dívidas denominadas em moeda estrangeira.* Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos financiamentos denominados em dólares norte-americanos e euros cujos saldos devedores eram de R\$ 858 milhões e R\$ 102 milhões, respectivamente. Contratamos *swap* visando reduzir nossa exposição a taxas de câmbio decorrentes dessas obrigações.

Os diretores esclarecem que para mais detalhes sobre nossos empréstimos, debêntures e derivativos, favor ver notas explicativas 14, 15 e 30 das nossas demonstrações financeiras auditadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os diretores esclarecem que os principais contratos de financiamentos em 31 de dezembro de 2017 (incluindo encargos) eram os seguintes:

- *BNDES.* Em 31 de dezembro de 2017, tínhamos R\$ 202 milhões de saldo devedor em diversas linhas de financiamentos liberados pelo BNDES. Esses empréstimos são denominados em Reais e dizem respeito a empréstimos para financiamento do programa de investimentos.
- *Debêntures.* Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor em debêntures era de R\$ 602 milhões, dividido em três emissões. Os termos e condições das debêntures encontram-se resumidos na nota explicativa 15 das nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.
- *Dívidas denominadas em moeda estrangeira.* Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos financiamentos denominados em dólares norte-americanos e euros cujos saldos devedores eram de R\$ 746 milhões e R\$ 220 milhões, respectivamente. Contratamos *swap* visando reduzir nossa exposição a taxas de câmbio decorrentes dessas obrigações.

Os diretores esclarecem que para mais detalhes sobre nossos empréstimos, debêntures e derivativos, favor ver notas explicativas 14, 15 e 30 das nossas demonstrações financeiras auditadas.

Os diretores esclarecem que os principais contratos de financiamentos em 31 de dezembro de 2016 (incluindo encargos) eram os seguintes:

- *BNDES.* Em 31 de dezembro de 2016, tínhamos R\$ 271 milhões de saldo devedor em diversas linhas de financiamentos liberados pelo BNDES. Esses empréstimos são denominados em Reais. A parte mais significativa destes empréstimos diz respeito a financiamento de programas de investimento por meio das linhas de crédito concedidas de acordo com o empréstimo BNDES – FINEM/FINAME.
- *Debêntures.* Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor em debêntures era de R\$ 365 milhões, dividido em duas séries de debêntures emitidas pela Companhia. Os termos e condições das debêntures encontram-se resumidos na nota explicativa 15 das nossas demonstrações financeiras auditadas.
- *Capital de giro.* Em 31 de dezembro de 2016, existia um saldo de R\$ 67 milhões de empréstimos de capital de giro indexados em CDI.
- *Dívidas denominadas em moeda estrangeira.* Em 31 de dezembro de 2016, possuíamos o equivalente a R\$ 984 milhões de outras dívidas denominadas em moeda estrangeira, substancialmente dólares norte-americanos (USD 795 milhões). Contratamos *swap* visando reduzir nossa exposição a taxas de câmbio decorrentes dessas obrigações.

Os diretores esclarecem que para mais detalhes sobre nossos empréstimos, debêntures e derivativos, favor ver notas explicativas 14, 15 e 30 das nossas demonstrações financeiras auditadas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores esclarecem que na data deste Formulário de Referência, não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas no item (i) acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores esclarecem que não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência até o limite da garantia real constituída.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Condições Restritivas:

Empréstimos e Financiamentos

Os diretores esclarecem que os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Os diretores esclarecem que as apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,50 e 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,72.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A.

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

Os diretores esclarecem que a definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Os diretores esclarecem que em 2018, a Companhia obteve do BNDES e bancos repassadores a autorização de dispensa da obrigação de apuração do índice financeiro Dívida Líquida dividida pelo EBITDA contidos nos contratos de financiamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Os diretores esclarecem que a Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

Debêntures

Os diretores esclarecem que as debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

Os diretores esclarecem que as apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Os diretores esclarecem que a Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

Os diretores esclarecem que para mais informações sobre as cláusulas financeiras, vide as notas explicativas 14 e 15 de nossas demonstrações financeiras.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os Diretores esclarecem que a Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2018, no montante de R\$ 347 milhões, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando recursos destinados à implantação do plano de investimentos para o período compreendido entre janeiro de 2018 e dezembro de 2019 com o objetivo de realizar a expansão e a modernização da rede elétrica na área de concessão. No exercício de 2018 houve liberações de R\$ 176 milhões (R\$ 171 milhões líquidos dos gastos com captação) e o saldo remanescente de R\$ 171 milhões deverá ser utilizado até março de 2020.

- Em 2017, não foram contratados e/ou liberados recursos junto ao BNDES

Os diretores esclarecem que os percentuais utilizados dos nossos financiamentos já contratados, referentes aos exercícios sociais de 2018 e 2016, estão apresentados na tabela abaixo:

1) Empréstimos contratados junto ao BNDES (investimentos) – (R\$ mil)

Modalidade	Aprovação	Em 2018	
		Limites contratados	Percentual utilizado
BNDES Finem	2018	347.264	51%

Modalidade	Aprovação	Em 2016	
		Limites contratados	Percentual utilizado
BNDES / Investimento - FINEM VI	Em 2014	194.862	73% ¹

¹ Saldo remanescente foi cancelado.

Os diretores esclarecem que:

- em 31 de dezembro de 2017 não havia contratos aprovados com percentuais ainda a serem liberados;
- a Companhia utilizou o limite contratado nas operações de captação para capital de giro, realizadas nos exercícios fiscais findos em 2016, 2017 e 2018;
- o percentual utilizado dos limites contratados com o BNDES estão expressamente descritos na tabela 1 acima.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os diretores esclarecem que a Administração da Companhia apresenta os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 com a demonstração de todas as variações e comentários sobre as mais relevantes.

Os diretores esclarecem que a moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis estão sendo apresentadas em milhões de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

forma, os valores em milhões apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Comentários sobre as variações mais relevantes do Ativo:

ATIVO	Balanco Patrimonial (em milhões de reais)									
	31/12/2018	AH%	AH-R\$	AV%	31/12/2017	AH%	AH-R\$	AV%	31/12/2016	AV%
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	92	-75,4%	(282)	2,4%	374	-52,3%	(410)	10,3%	784	21,4%
Consumidores, concessionárias e permissionárias	747	17,8%	113	19,1%	634	17,0%	92	17,5%	542	14,8%
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	450,0%	9	0,3%	2	-81,8%	(9)	0,1%	11	0,3%
Outros tributos a compensar	26	-	-	0,7%	26	4,0%	1	0,7%	25	0,7%
Derivativos	118	28,3%	26	3,0%	92	-	92	2,5%	-	-
Ativo financeiro setorial	283	-	283	7,2%	-	-	-	-	-	-
Estoques	4	33,3%	1	0,1%	3	50,0%	1	0,1%	2	0,1%
Outros créditos	124	29,2%	28	3,2%	96	-5,9%	(6)	2,7%	102	2,8%
Total do circulante	1.406	14,6%	179	36,0%	1.227	-16,3%	(239)	33,9%	1.466	40,1%
Não circulante										
Consumidores, concessionárias e permissionárias	16	14,3%	2	0,4%	14	-	-	0,4%	14	0,4%
Depósitos judiciais	213	1,9%	4	5,4%	209	-	-	5,8%	209	5,7%
Outros tributos a compensar	25	31,6%	6	0,6%	19	-	-	0,5%	19	0,5%
Ativo financeiro setorial	-	-	(114)	-	114	-	114	3,2%	-	-
Derivativos	82	7,9%	6	2,1%	76	-42,0%	(55)	2,1%	131	3,6%
Créditos fiscais diferidos	30	57,9%	11	0,8%	19	-63,5%	(33)	0,5%	52	1,4%
Ativo financeiro da concessão	1.138	17,6%	170	29,1%	968	12,4%	107	26,8%	861	23,6%
Outros créditos	8	-11,1%	(1)	0,2%	9	50,0%	3	0,2%	6	0,2%
Ativo contratual em curso	218	-	218	5,6%	-	-	-	-	-	-
Intangível	773	-19,3%	(185)	19,8%	958	6,7%	60	26,5%	898	24,6%
Total do não circulante	2.504	4,9%	116	64,0%	2.388	9,0%	198	66,1%	2.190	59,9%
Total do Ativo	3.910	8,2%	295	100,0%	3.615	-1,1%	(41)	100,0%	3.656	100,0%

Caixa e equivalentes de caixa:

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 92 milhões em 2018, que representa 2,4% do total do ativo, apresentou uma redução de 75,4% (R\$ 282 milhões), comparado com 2017, decorrente:

- (i) do consumo de caixa líquido de R\$ 284 milhões nas atividades operacionais, em função basicamente: a) do lucro líquido ajustado (R\$ 541 milhões); b) do aumento do contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias (R\$ 186 milhões); c) do aumento do ativo financeiro setorial líquido (R\$ 145 milhões); d) da redução do contas a pagar com fornecedores (R\$ 134 milhões); e) dos encargos de dívidas e debêntures pagos (R\$ 92 milhões); f) da redução das taxas regulamentares (R\$ 89 milhões); g) com imposto de renda e contribuição social pagos (R\$ 78 milhões) e h) pelo aumento de outras contas a receber e ou a pagar (R\$ 48 milhões). (vide comentários sobre estas variações nos comentários das respectivas rubricas abaixo);
- (ii) do consumo de caixa líquido de R\$ 270 milhões nas atividades de investimentos basicamente pela aquisição de ativo contratual em curso, principalmente pelos investimentos em infraestrutura da concessão; e
- (iii) da geração de caixa líquido de R\$ 271 milhões nas atividades de financiamentos, decorrente: a) das captações de empréstimos e emissões de debêntures líquidas dos gastos com emissão (R\$ 1.072 milhões); b) das liquidação de operações com derivativos (R\$ 77 milhões); compensados parcialmente por c) amortizações de empréstimos e debêntures (R\$ 850 milhões) e d) dividendos e juros sobre o capital próprio pagos (R\$ 28 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 374 milhões em 2017, que representa 10,3% do total do ativo, apresentou uma redução de 52,3% (R\$ 410 milhões), comparado com 2016, decorrente:

- (i) do consumo de caixa líquido de R\$ 39 milhões nas atividades operacionais, em função basicamente: a) do lucro líquido ajustado (R\$ 594 milhões); b) da redução do ativo financeiro setorial líquido (R\$ 443 milhões), c) do aumento do contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias (R\$ 136 milhões); d)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dos encargos de dívidas e debêntures pagos (R\$ 119 milhões) compensado parcialmente; e) pelo aumento do contas a pagar com fornecedores (R\$ 51 milhões). (vide comentários sobre estas variações nos comentários das respectivas rubricas abaixo);

- (ii) do consumo de caixa líquido de R\$ 249 milhões nas atividades de investimentos pela aquisição de intangível, principalmente pelos investimentos em infraestrutura da concessão; e
- (iii) do consumo de caixa líquido de R\$ 121 milhões nas atividades de financiamentos, decorrente: a) das amortizações de empréstimos e debêntures (R\$ 235 milhões), b) dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos (R\$ 113 milhões), c) das liquidação de operações com derivativos (R\$ 77 milhões), compensado d) pelas emissões de debêntures líquida dos gastos com emissão (R\$ 303 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 784 milhões em 2016, que representa 21,4% do total do ativo, apresentou um aumento de 36,1% (R\$ 208 milhões), comparado a 2015, decorrente:

- (i) da geração de caixa líquido de R\$ 874 milhões oriunda das atividades operacionais, basicamente do lucro líquido ajustado (R\$ 551 milhões); das reduções i) do ativo financeiro setorial líquido (R\$ 876 milhões); e pelas reduções i) dos contas a pagar com fornecedores (R\$ 179 milhões), ii) taxas regulamentares (R\$ 115 milhões); iii) outros tributos e contribuições sociais (R\$ 65 milhões); pelo pagamento i) imposto de renda e contribuição social (R\$ 125 milhões) e ii) de encargos de dívidas e de debêntures (R\$ 98 milhões);
- (ii) do consumo de caixa líquido de R\$ 173 milhões nas atividades de investimentos basicamente pela aquisição de intangível e imobilizado (R\$ 172 milhões) principalmente pelos investimentos em infraestrutura.
- (iii) do consumo de caixa líquido de R\$ 494 milhões oriunda das atividades de financiamentos, decorrente basicamente i) da amortização de empréstimos líquidas das captações (R\$ 198 milhões) e ii) dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos (R\$ 268 milhões).

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante):

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 763 milhões em 2018, que representa 19,5% do total do ativo, apresentou um aumento de 17,7% (R\$ 115 milhões) comparado com 2017, devido basicamente (i) aumento do contas a receber de clientes (R\$ 90 milhões) decorrente principalmente do aumento nas tarifas em função do reajuste tarifário anual (RTA); (ii) aumento nos saldos a receber de operações realizadas no âmbito da CCEE (R\$ 35 milhões), (iii) aumento nos parcelamentos de débitos de clientes (R\$ 10 milhões) compensados parcialmente por (iv) aumento nas provisões para crédito de liquidação duvidosa (R\$ 20 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 648 milhões em 2017, que representa 17,9% do total do ativo, apresentou um aumento de 16,5% (R\$ 92 milhões) comparado com 2016, devido basicamente (i) aumento nas tarifas decorrente dos reajustes tarifários anuais (RTA) e (ii) aumento nas vendas (mês de Dez/2017 comparado a Dez/2016).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 556 milhões em 2016, que representa 15,2% do total do ativo, apresentou uma redução de 14,5% (R\$ 94 milhões), comparado a 2015, devido basicamente (i) redução nas tarifas decorrente dos reajustes tarifários anuais (RTA), dos efeitos da revisão tarifária extraordinária e dos faturamentos das bandeiras tarifárias e (ii) redução nas vendas (mês de Dez/2016 comparado a Dez/2015).

Derivativos (circulante e não circulante):

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 200 milhões em 2018, que corresponde a 5,1% do total do ativo apresentou aumento de 19,0% (R\$ 32 milhões) comparado com 2017, em função principalmente dos ganhos das liquidações de operações com derivativos.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 168 milhões em 2017, que corresponde a 4,6% do total do ativo apresentou aumento de 28,2% (R\$ 37 milhões) comparado com 2016, em função principalmente dos ganhos das liquidações de operações com derivativos.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 131 milhões em 2016, que representa 3,6% do total do ativo, apresentou uma redução de R\$ 265 milhões comparado com 2015, principalmente pela redução da dívida em moeda estrangeira, variação cambial negativa ocorrida no período e redução do spread de risco.

Ativo e passivo financeiro setorial (circulante e não circulante):

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo do ativo financeiro setorial líquido (ativos menos passivos financeiros) de R\$ 237 milhões em 2018 apresentou um aumento de 207,8% ou R\$ 160 milhões, em comparação ao ativo financeiro setorial líquido de (R\$ 77 milhões) em 2017, decorrente principalmente: (i) sobrecontratação (R\$ 290 milhões); (ii) da CVA (conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A") (R\$ 33 milhões) principalmente: (a) conta de desenvolvimento energético "CDE" (R\$ 240 milhões), (b) energia elétrica comprada de Itaipu (R\$ 100 milhões), (c) encargo do serviço do sistema e encargo de energia de reserva (R\$ 29 milhões), compensado parcialmente por (d) custo com energia elétrica (R\$ 336 milhões); compensado parcialmente por (iii) neutralidade dos encargos setoriais (R\$ 81 milhões) e (iv) outros componentes financeiros (R\$ 82 milhões), vide nota 8 de nossas demonstrações financeiras.

Os diretores esclarecem que o saldo do ativo financeiro setorial líquido (ativos menos passivos financeiros) de R\$ 77 milhões em 2017 apresentou um aumento de 121,7% ou R\$ 432 milhões, em comparação ao passivo financeiro setorial líquido de (R\$ 355 milhões) em 2016, decorrente principalmente: (i) da CVA (conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A") (R\$ 702 milhões) principalmente: (a) custo com energia elétrica (R\$ 549 milhões), (b) energia elétrica comprada de Itaipu (R\$ 257 milhões) compensado parcialmente por (c) encargo do serviço do sistema e encargo de energia de reserva (R\$ 140 milhões); compensado parcialmente por (ii) sobrecontratação (R\$ 306 milhões) vide nota 8 de nossas demonstrações financeiras.

Os diretores esclarecem que o saldo passivo do ativo e passivo financeiro setorial de R\$ 355 milhões em 2016, apresentou uma redução de R\$ 884 milhões, em comparação ao saldo ativo de R\$ 529 milhões registrados em 2015, decorrente: i) dos itens da CVA (conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A") no montante de R\$ 735 milhões, principalmente com a) CDE (R\$ 355 milhões), b) repasse de Itaipu (R\$ 319 milhões) e c) custo de energia elétrica (R\$ 67 milhões), ii) outros componentes financeiros no montante de R\$ 179 milhões, iii) sobrecontratação no montante de R\$ 59 milhões; compensado iv) pela neutralidade dos encargos setoriais no montante de R\$ 90 milhões (vide nota 8 de nossas demonstrações financeiras).

Créditos fiscais diferidos:

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 30 milhões em 2018, que corresponde a 0,8% do total do ativo, apresentou aumento de 57,9% (R\$ 11 milhões) comparado com 2017, basicamente: (i) aumento dos créditos fiscais líquidos decorrentes de diferenças temporárias (R\$ 19 milhões), compensado parcialmente por (ii) benefício fiscal do ágio incorporado de imposto de renda e contribuição social (R\$ 5 milhões) e (iii) dos créditos de bases negativas e prejuízos fiscais (R\$ 3 milhões).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 19 milhões em 2017, que corresponde a 0,5% do total do ativo, apresentou redução de 63,5% (R\$ 33 milhões) comparado com 2016, basicamente das reduções: (i) dos créditos de bases negativas e prejuízos fiscais (R\$ 17 milhões); (ii) dos créditos fiscais líquidos decorrentes de diferenças temporárias (R\$ 11 milhões) e (iii) do benefício fiscal do ágio incorporado de imposto de renda e contribuição social (R\$ 5 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 52 milhões em 2016 que corresponde a 1,4% do total do ativo, contra um saldo passivo de R\$ 46 milhões em 2015, apresentou uma variação de R\$ 98 milhões, em função do aumento dos créditos fiscais líquidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis de imposto de renda de R\$ 108 milhões e contribuição social de R\$ 39 milhões, e de PIS e Cofins de R\$ 5 milhões, compensado pela redução dos créditos fiscais decorrentes i) do benefício fiscal do ágio incorporado de R\$ 5 milhões e do prejuízo fiscal de imposto de renda de R\$ 37 milhões e bases negativas de contribuição social de R\$ 13 milhões.

Ativo Financeiro da Concessão:

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 1.138 milhões em 2018, que representam 29,1% do total do ativo, apresentou aumento de 17,6% (R\$ 170 milhões) comparado com 2017, devido basicamente aos investimentos na infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica (R\$ 133 milhões), para ampliação, manutenção, melhoria, modernização e reforço do sistema elétrico, bem como pelo ajuste de expectativa de fluxo de caixa (R\$ 41 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 968 milhões em 2017, que representam 26,8% do total do ativo, apresentou aumento de 12,4% (R\$ 107 milhões) comparado com 2016, devido basicamente aos investimentos na infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica (R\$ 89 milhões), para ampliação, manutenção, melhoria, modernização e reforço do sistema elétrico, bem como pelo ajuste de expectativa de fluxo de caixa (R\$ 25 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 861 milhões em 2016, que representam 23,6% do total do ativo, apresentou aumento de 9,7% (R\$ 76 milhões) devido basicamente i) dos investimentos na infraestrutura (R\$ 72 milhões), para ampliação, manutenção, melhoria, modernização e reforço do sistema elétrico; ii) do ajuste de expectativa de fluxo de caixa (R\$ 8 milhões); compensado iii) pelas baixas decorrentes da infraestrutura (R\$ 4 milhões).

Outros créditos (circulante e não circulante):

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e (ii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 132 milhões em 2018, que representa 3,4% do total do ativo, apresentou um aumento de R\$ 27 milhões comparado com 2017, devido principalmente i) despesas antecipadas R\$ 43 milhões, compensado parcialmente por ii) contas a receber CDE R\$ 20 milhões.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 108 milhões em 2016, que representa 3,0% do total do ativo, apresentou uma redução de R\$ 23 milhões comparado com 2015, devido principalmente i) ordens em curso R\$ 15 milhões, ii) convênios de arrecadação R\$ 14 milhões compensado por iii) contas a receber Aporte CDE/CCEE R\$ 8 milhões.

Os diretores esclarecem que os comparativos referentes a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não estão descritos neste item por suas comparações serem materialmente irrelevantes.

Ativo Contratual em Curso:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 218 milhões em 2018, que representa 5,6% do total do ativo, decorre da reclassificação de (R\$ 175 milhões) do "intangível" para "Ativo contratual, pela adoção do CPC 47, (vide item abaixo do período de 2018), bem como das demais movimentações: (i) adição em função dos investimentos para ampliação, manutenção, melhoria, modernização e reforço do sistema elétrico (R\$ 274 milhões), compensado parcialmente por: (ii) transferência para o ativo financeiro da concessão (R\$ 133 milhões) e (iii) transferência para o intangível (R\$ 98 milhões).

Intangível:

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 773 milhões em 2018, que representa 19,8% do total do ativo, apresentou uma redução de 19,3% (R\$ 185 milhões) comparado com 2017, decorrente principalmente da adoção do CPC 47 que estabeleceu que os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção. Dessa forma, atendendo os critérios do CPC, a Companhia reclassificou o valor de (R\$ 175 milhões) do "intangível" para "Ativo contratual em curso" (vide item acima), bem como das demais movimentações: (i) amortização do exercício (R\$ 100 milhões); (ii) baixas e transferências para outros ativos (R\$ 8 milhões); compensados parcialmente por (iii) transferência do ativo contratual em curso (R\$ 98 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 958 milhões em 2017, que representa 26,5% do total do ativo, apresentou um aumento de 6,7% (R\$ 60 milhões) comparado com 2016, decorrente principalmente: (i) da adição em função dos investimentos para ampliação, manutenção, melhoria, modernização e reforço do sistema elétrico no montante de (R\$ 253 milhões) compensado parcialmente (ii) pela amortização do exercício (R\$ 97 milhões); (iii) pela transferência para o ativo financeiro da concessão de (R\$ 89 milhões) e (iv) pelas baixas e transferências para outros ativos no montante de (R\$ 8 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 898 milhões em 2016, que representa 24,6% do total do ativo, se manteve no mesmo patamar quando comparado a 2015. Apesar da: (i) adição em função dos investimentos para ampliação, manutenção, melhoria, modernização e reforço do sistema elétrico no montante de (R\$ 174 milhões), compensada (ii) pela amortização do exercício de (R\$ 93 milhões); (iii) pela transferência para o ativo financeiro da concessão no montante de (R\$ 72 milhões) decorrente de adições no exercício, (iv) pela baixa e transferências para outros ativos no montante de (R\$ 10 milhões).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comentários sobre as variações mais relevantes do Passivo:

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Balanco Patrimonial (em milhões de reais)									
	31/12/2018	AH%	AH-R\$	AV%	31/12/2017	AH%	AH-R\$	AV%	31/12/2016	AV%
Circulante										
Fornecedores	384	-25,7%	(133)	9,8%	517	10,9%	51	14,3%	466	12,7%
Empréstimos e financiamentos	473	6,3%	28	12,1%	445	200,7%	297	12,3%	148	4,0%
Debêntures	61	-20,8%	(16)	1,6%	77	42,6%	23	2,1%	54	1,5%
Entidade de previdência privada	21	50,0%	7	0,5%	14	133,3%	8	0,4%	6	0,2%
Taxas regulamentares	22	-80,2%	(89)	0,6%	111	60,9%	42	3,1%	69	1,9%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	(2)	-	2	-	2	0,1%	-	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	130	-13,9%	(21)	3,3%	151	32,5%	37	4,2%	114	3,1%
Dividendo e juros sobre o capital próprio	38	-	38	1,0%	-	-	(72)	-	72	2,0%
Obrigações estimadas com pessoal	16	-	-	0,4%	16	-	-	0,4%	16	0,4%
Derivativos	-	-	-	-	-	-	(4)	-	4	0,1%
Passivo financeiro setorial	-	-	(37)	-	37	-85,8%	(224)	1,0%	261	7,1%
Outras contas a pagar	109	-1,8%	(2)	2,8%	111	6,7%	7	3,1%	104	2,8%
Total do circulante	1.253	-15,4%	(228)	32,0%	1.481	12,6%	167	41,0%	1.315	36,0%
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	806	11,6%	84	20,6%	722	-38,4%	(451)	20,0%	1.173	32,1%
Debêntures	798	52,0%	273	20,4%	525	68,8%	214	14,5%	311	8,5%
Entidade de previdência privada	191	49,2%	63	4,9%	128	-4,5%	(6)	3,5%	134	3,7%
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	260	7,9%	19	6,6%	241	3,0%	7	6,7%	234	6,4%
Derivativos	-	-	(20)	-	20	25,0%	4	0,6%	16	0,4%
Passivo financeiro setorial	46	-	46	1,2%	-	-	(94)	-	94	2,6%
Outras contas a pagar	41	10,8%	4	1,0%	37	60,9%	14	1,0%	23	0,6%
Total do não circulante	2.141	28,0%	468	54,8%	1.673	-15,7%	(312)	46,3%	1.985	54,3%
Patrimônio líquido										
Capital social	240	-	-	6,1%	240	1,7%	4	6,6%	236	6,5%
Reserva de capital	56	-	-	1,4%	56	-6,7%	(4)	1,5%	60	1,6%
Reserva legal	16	100,0%	8	0,4%	8	-	8	0,2%	-	-
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	-	-	(200)	-	200	14,9%	26	5,5%	174	4,8%
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	356	709,1%	312	9,1%	44	-	44	1,2%	-	-
Dividendo	-	-	(28)	-	28	-	28	0,8%	-	-
Resultado abrangente acumulado	(152)	32,2%	(37)	-3,9%	(115)	0,9%	(1)	-3,2%	(114)	-3,1%
Total patrimônio líquido	516	11,9%	55	13,2%	461	29,5%	105	12,8%	356	9,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	3.910	8,2%	295	100,0%	3.615	-1,1%	(41)	100,0%	3.656	100,0%

Fornecedores:

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 384 milhões em 2018, que representa 9,8% do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou uma redução de 25,7% (R\$ 133 milhões) comparado a 2017, decorrente principalmente: (i) da redução de suprimentos de energia elétrica (R\$ 108 milhões), (ii) da redução nos encargos de uso da rede elétrica (R\$ 20 milhões), (iii) da redução no fornecimento de materiais e serviços (R\$ 19 milhões), compensado parcialmente por (iv) aumento nos encargos de serviço do sistema (R\$ 11 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 517 milhões em 2017, que representa 14,3% do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou um aumento de 10,9% (R\$ 51 milhões) comparado a 2016, decorrente principalmente: (i) do aumento nos encargos de uso da rede elétrica (R\$ 40 milhões) e (ii) do aumento no fornecimento de materiais e serviços (R\$ 12 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 466 milhões em 2016, que representa 12,7 do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou uma redução de 27,9% (R\$ 180 milhões) comparado a 2015, decorrente da (i) redução no suprimento de energia elétrica de R\$ 162 milhões; (ii) redução de encargos do serviço do sistema de R\$ 37 milhões; (iii) redução dos encargos do uso da rede elétrica de R\$ 3 milhões compensado (iv) pelo aumento com fornecedores de materiais e serviços no montante de R\$ 19 milhões e (v) pelo aumento com energia livre de R\$ 4 milhões. Essas variações ocorreram basicamente em função da renegociação para pagamento de faturas de 2015 para 2016.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante):

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 2.138 milhões em 2018, do endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos, que representam 54,7% do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou um aumento de 20,9% (R\$ 369 milhões) comparado a 2017, decorrente basicamente: (i) da captação de recursos (empréstimos/debêntures) líquida dos gastos com captação de R\$ 1.072 milhões, (ii) dos encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais R\$ 238 milhões, compensado parcialmente por (iii) amortizações (empréstimos/debêntures) de R\$ 850 milhões e (iv) pelo pagamento dos encargos (R\$ 92 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 1.769 milhões em 2017, do endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos, que representam 48,9% do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou um aumento de 4,92% (R\$ 83 milhões) comparado a 2016, decorrente basicamente: (i) da emissão de debêntures (líquida dos gastos com emissão) R\$ 303 milhões, (ii) dos encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais R\$ 134 milhões, compensado parcialmente por (iii) amortização dos empréstimos e financiamentos de R\$ 169 milhões e debêntures de R\$ 66 milhões, (iv) pelo pagamento dos encargos no montante de R\$ 119 milhões.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 1.686 milhões em 2016, do endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos), que representam 46,1% do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou uma redução de 18,7% (R\$ 389 milhões) comparado a 2015, decorrente basicamente (i) amortizações de principal de R\$ 438 milhões; (ii) atualizações monetárias R\$ 193 milhões compensado por (iii) captação de novos recursos no montante de R\$ 240 milhões, para aquisição de equipamentos do sistema elétrico e reforço do capital de giro.

Os diretores esclarecem que as principais captações de 2018, 2017 e 2016 estão divulgadas nas notas explicativas das nossas Demonstrações Financeiras.

Taxas regulamentares:

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 22 milhões em 2018 que corresponde a 0,6% do total do passivo e patrimônio líquido apresentou uma redução de 80,2% (R\$ 89 milhões) comparado com 2017, devido basicamente (i) cota CDE (R\$ 57 milhões) em função da antecipação do pagamento da cota ref. dez/18 e (ii) bandeira tarifária (R\$ 32 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 111 milhões em 2017 que corresponde a 3,1% do total do passivo e patrimônio líquido apresentou um aumento de 60,9% (R\$ 42 milhões) comparado com 2016, devido basicamente (i) bandeira tarifária (R\$ 53 milhões) compensado por (ii) cota CDE (R\$ 11 milhões) efeito da cota da CDE definida para 2017.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 69 milhões em 2016 que corresponde a 1,9% do total do passivo e patrimônio líquido apresentou uma redução de 62,5% (R\$ 115 milhões) comparado com 2015, devido basicamente (i) bandeira tarifária (R\$ 68 milhões) e (ii) cota CDE (R\$ 47 milhões) efeito da cota da CDE definida para 2016.

Dividendo e juros sobre o capital próprio:

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (ii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os diretores esclarecem que a variação de R\$ 72 milhões em 2017 comparado com 2016 é devido basicamente (i) pagamento de dividendo ref. RCA de ago/2016 (R\$ 60 milhões) e (ii) retificação do dividendo em função do prejuízo remanescente acumulado do 2º semestre de 2017 conforme AGO de abril/2017 (R\$ 12 milhões).

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 72 milhões em 2016 que corresponde a 2,0% do total do passivo e patrimônio líquido apresentou uma redução de 63,8% (R\$ 127 milhões) comparado com 2015, devido basicamente (i) pagamento de juros sobre capital próprio e dividendo (R\$ 268 milhões); compensado por (ii) dividendo adicional proposto a pagar aprovado na AGOE de abril/2016 (R\$ 68 milhões) e (iii) dividendo aprovado na RCA de ago/2016 (R\$ 72 milhões).

Os diretores esclarecem que os comparativos referentes a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não estão descritos neste item por suas comparações serem materialmente irrelevantes.

Capital social:

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (ii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 240 milhões em 2017, que representa 6,6% do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou um aumento de 1,7% (R\$ 4 milhões) devido capitalização do benefício fiscal do ágio.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 236 milhões em 2016, que representa 6,5% do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou um aumento de 31,8% (R\$ 57 milhões), devido (i) capitalização da reserva de doações e subvenções para investimento (reserva de capital) R\$ 45 milhões, (ii) capitalização do benefício fiscal do ágio R\$ 6 milhões e (ii) capitalização de reserva legal R\$ 6 milhões.

Os diretores esclarecem que os comparativos referentes a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não estão descritos neste item por suas comparações serem materialmente irrelevantes.

Reserva estatutária – ativo financeiro da concessão:

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e (iii) 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os diretores esclarecem que a redução de (R\$ 200 milhões) em 2018 é referente a aprovação na AGOE de 27 de abril de 2018 da extinção da reserva estatutária de ativo financeiro da concessão e a transferência do respectivo saldo para a conta de Lucros Acumulados.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 200 milhões em 2017, que representa 5,5% do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou um aumento de 14,9% (R\$ 26 milhões) referente o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão no exercício, líquido dos impostos.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 174 milhões em 2016, que representa 4,8% do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou uma redução de R\$ 4 milhões referente o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão no exercício, líquido dos impostos.

Reserva estatutária – reforço de capital de giro:

Os diretores esclarecem que os dados abaixo são comparativos entre os exercícios findos em: (i) 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e (ii) 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 356 milhões em 2018, que representa 9,1% do total do passivo e patrimônio líquido, apresentou um aumento de (R\$ 312 milhões) referente a constituição da reserva estatutária

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

através de destinação do lucro em função da consideração do atual cenário com uma incipiente retomada econômica e, também considerando as incertezas quanto à hidrologia.

Os diretores esclarecem que o saldo de R\$ 44 milhões em 2017, que representa 1,2% do total do passivo e patrimônio líquido, se refere a constituição da reserva estatutária através de destinação do lucro em função da consideração do atual cenário macro com uma incipiente retomada econômica e, também considerando as incertezas quanto à hidrologia.

Os diretores esclarecem que os comparativos referentes a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não estão descritos neste item em função de não haver saldo neste exercício.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comentários sobre as variações mais relevantes da Demonstração de Resultado:

	Demonstração do Resultado (em milhões de reais)									
	2018	AH%	AH-R\$	AV%	2017	AH%	AH-R\$	AV%	2016	AV%
Receita operacional bruta	6.447	0,7%	45	166,2%	6.402	11,5%	660	160,2%	5.742	183,3%
Fornecimento de energia elétrica	3.176	17,8%	479	81,9%	2.697	-14,4%	(455)	67,5%	3.152	100,6%
Suprimento de energia elétrica	153	-78,3%	(552)	3,9%	705	232,5%	493	17,6%	212	6,8%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	265	-4,7%	(13)	6,8%	278	36,9%	75	7,0%	203	6,5%
Outras receitas operacionais	2.852	4,8%	131	73,5%	2.721	25,2%	547	68,1%	2.174	69,4%
Deduções da receita operacional	(2.567)	6,7%	(162)	-66,2%	(2.405)	-7,8%	204	-60,2%	(2.609)	-83,3%
Receita operacional líquida	3.880	-2,9%	(117)	100,0%	3.997	27,6%	864	100,0%	3.133	100,0%
Custo com energia elétrica	(2.726)	-3,6%	102	-70,3%	(2.828)	29,3%	(641)	-70,8%	(2.187)	-69,8%
Energia comprada para revenda	(2.258)	-13,8%	363	-58,2%	(2.621)	37,6%	(716)	-65,6%	(1.905)	-60,8%
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(468)	126,1%	(261)	-12,1%	(207)	-26,6%	75	-5,2%	(282)	-9,0%
Despesa operacional	(832)	-1,3%	11	-21,4%	(843)	16,8%	(121)	-21,1%	(722)	-23,0%
Pessoal	(149)	-9,7%	16	-3,8%	(165)	12,2%	(18)	-4,1%	(147)	-4,7%
Entidade de previdência privada	(16)	-5,9%	1	-0,4%	(17)	88,9%	(8)	-0,4%	(9)	-0,3%
Material	(25)	8,7%	(2)	-0,6%	(23)	27,8%	(5)	-0,6%	(18)	-0,6%
Serviços de terceiros	(156)	11,4%	(16)	-4,0%	(140)	14,8%	(18)	-3,5%	(122)	-3,9%
Amortização	(100)	4,2%	(4)	-2,6%	(96)	3,2%	(3)	-2,4%	(93)	-3,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(265)	-4,7%	13	-6,8%	(278)	36,9%	(75)	-7,0%	(203)	-6,5%
Outros	(121)	-2,4%	3	-3,1%	(124)	-3,9%	5	-3,1%	(129)	-4,1%
Resultado do serviço	322	-0,9%	(3)	8,3%	325	45,1%	101	8,1%	224	7,1%
Resultado financeiro	(49)	-51,5%	52	-1,3%	(101)	-5,6%	6	-2,5%	(107)	-3,4%
Receitas financeiras	99	-16,1%	(19)	2,6%	118	-26,3%	(42)	3,0%	160	5,1%
Despesas financeiras	(147)	-32,6%	71	-3,8%	(218)	-18,4%	49	-5,5%	(267)	-8,5%
Resultado antes dos tributos	274	21,8%	49	7,1%	225	90,7%	107	5,6%	118	3,8%
Contribuição social	(24)	26,3%	(5)	-0,6%	(19)	46,2%	(6)	-0,5%	(13)	-0,4%
Imposto de renda	(67)	26,4%	(14)	-1,7%	(53)	47,2%	(17)	-1,3%	(36)	-1,1%
Lucro Líquido	183	20,4%	31	4,7%	152	123,5%	84	3,8%	68	2,2%

Receita operacional líquida:

Os diretores esclarecem que a receita operacional líquida corresponde a receita de operações com energia elétrica, outras receitas operacionais e as deduções da receita operacional (impostos e contribuições setoriais). Abaixo demonstramos quadro comparativo das receitas em 2018, 2017 e 2016.

	2018			2017			2016	
	R\$	GWh	AH %	R\$	GWh	AH %	R\$	GWh
Receita operacional líquida								
Residencial	2.630	3.905	16,2%	2.264	3.864	-11,5%	2.557	3.762
Industrial	679	1.147	10,4%	615	1.245	-38,6%	1.001	1.740
Comercial	1.108	1.774	14,6%	967	1.816	-22,9%	1.255	2.059
Rural	46	108	21,1%	38	104	-11,6%	43	102
Poderes Públicos	129	218	16,2%	111	219	-13,3%	128	218
Iluminação Pública	124	329	13,8%	109	326	-9,2%	120	323
Serviço Público	141	279	43,9%	98	224	-29,5%	139	271
Fornecimento faturado	4.858	7.761	15,6%	4.202	7.798	-19,8%	5.242	8.475
Consumo Próprio	-	5	-	-	5	-	-	5
Fornecimento não faturado (Líquido)	24	-	-1300,0%	(2)	-	-94,9%	(39)	-
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.706)	-	13,5%	(1.503)	-	-26,7%	(2.050)	-
Fornecimento de energia elétrica	3.176	7.766	17,8%	2.697	7.803	-14,5%	3.153	8.480
Outras concessionárias e permissionárias	38	119	72,7%	22	118	22,2%	18	114
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(10)	-	233,3%	(3)	-	50,0%	(2)	-
Energia elétrica de curto prazo	125	350	-81,8%	687	2.293	252,3%	195	1.856
Suprimento de energia elétrica	153	469	-78,3%	705	2.411	232,5%	212	1.970
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.716	-	13,9%	1.506	-	-26,6%	2.052	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	629	-	45,9%	431	-	-14,8%	506	-
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(4)	-	-	-	-	-	-	-
Receita de construção da infraestrutura de concessão	265	-	-4,7%	278	-	36,9%	203	-
Ativo e passivo financeiro setorial	190	-	-64,4%	533	-	-174,5%	(715)	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	39	-	77,3%	22	-	340,0%	5	-
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	172	-	8,2%	159	-	-38,1%	257	-
Outras receitas e rendas	110	-	57,1%	70	-	-	70	-
Outras receitas operacionais	3.118	-	4,0%	2.999	-	26,1%	2.378	-
Receita operacional bruta	6.447	-	0,7%	6.402	-	11,5%	5.742	-
ICMS	(1.044)	-	17,3%	(890)	-	-19,2%	(1.101)	-
PIS	(102)	-	1,0%	(101)	-	9,8%	(92)	-
COFINS	(468)	-	0,6%	(465)	-	10,2%	(422)	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(852)	-	23,3%	(691)	-	-16,8%	(831)	-
Programa de P & D e Eficiência Energética	(36)	-	-2,7%	(37)	-	27,6%	(29)	-
PROINFA	(41)	-	-29,3%	(58)	-	65,7%	(35)	-
Bandeiras tarifárias e outros	(22)	-	-86,3%	(160)	-	66,7%	(96)	-
Outros	(4)	-	-	(4)	-	-	(4)	-
Deduções das receitas	(2.567)	-	6,7%	(2.405)	-	-7,8%	(2.609)	-
Receita operacional líquida	3.880	-	-2,9%	3.997	-	27,6%	3.133	-

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Principais variações da Receita Operacional Líquida de 2018, comparado a 2017:

Receita operacional bruta:

Os diretores esclarecem que a Receita Operacional Bruta de 2018 foi de R\$ 6.447 milhões, representando um aumento de 0,7% (R\$ 45 milhões) quando comparado com 2017.

Os diretores esclarecem que os principais fatores desta variação foram:

- Aumento de 16,2% (R\$ 682 milhões) no fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado (considerando TUSD dos consumidores cativos), justificado principalmente pelo aumento de 16,1% (R\$ 675 milhões) nas tarifas médias praticadas, resultado do reajuste tarifário de outubro de 2018 de 19,25%.
- Redução de 78,3% (R\$ 552 milhões) no suprimento de energia elétrica, motivado principalmente pela redução no volume de energia comercializada no curto prazo, associado a redução no PLD em 2018;
- Redução de 6,1% (R\$ 91 milhões) em outras receitas operacionais (que excluem a receita de TUSD dos consumidores cativos) devido principalmente: (i) redução de 64,4% (R\$ 343 milhões) na receita de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, impactado principalmente pela amortização dos ativos e passivos homologados associados pelas constituições: do custo de energia compensado pela sobrecontratação e CDE; compensado parcialmente por (ii) aumento de 45,9% (R\$ 198 milhões) na receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre principalmente em função dos reajustes tarifários ocorridos e aumento no volume de energia vendida; (iii) ressarcimento de P&D (R\$ 34 milhões) e (iv) ressarcimento de acordos bilaterais (R\$ 15 milhões).

Deduções da Receita Operacional:

Os diretores esclarecem que as Deduções da Receita Operacional em 2018 foram de R\$ 2.567 milhões, apresentando um aumento de 6,7% (R\$ 162 milhões) comparado com 2017. Os principais fatores desta variação foram:

- Aumento de 23,3% (R\$ 161 milhões) da Conta de Desenvolvimento Energético, devido ao novo valor da cota estabelecido pela ANEEL;
- Aumento de 17,3% (R\$ 154 milhões) no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido ao aumento no faturamento;
- Redução de 86,3% (R\$ 138 milhões) nos encargos de bandeiras tarifárias;
- Redução de 29,3% (R\$ 17 milhões) no PROINFA.

Principais variações da Receita Operacional Líquida de 2017, comparado a 2016:

Receita operacional bruta:

Os diretores esclarecem que a Receita Operacional Bruta de 2017 foi de R\$ 6.402 milhões, representando um aumento de 11,5% (R\$ 660 milhões) quando comparado com 2016.

Os diretores esclarecem que os principais fatores desta variação foram:

- Aumento de 232,5% (R\$ 493 milhões) no suprimento de energia elétrica, motivado principalmente pelo aumento no preço médio associado ao aumento no PLD em 2017 e aumento no volume de energia comercializada no curto prazo;
- Aumento de 358,0% (R\$ 1.167 milhões) em outras receitas operacionais (que excluem a receita de TUSD dos consumidores cativos) devido principalmente: (i) aumento de R\$ 1.248 milhões na receita de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, o que representou uma receita de R\$ 533 milhões em 2017 em comparação com uma despesa de R\$ 715 milhões em 2016 impactado principalmente pela amortização dos ativos e passivos homologados associados pelas constituições: do custo de energia e do custo de energia de Itaipu compensado pela sobrecontratação; compensado parcialmente pela (ii) redução de 38,1% (R\$ 98 milhões) em aporte CDE (subvenções baixa renda, demais subsídios tarifários, descontos tarifários, liminares);

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Redução de 19,3% (R\$ 1.003 milhões) no fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado (considerando TUSD dos consumidores cativos), justificado pela: (i) redução de 11,8% (R\$ 615 milhões) nas tarifas médias praticadas, resultado dos reajustes tarifários ocorridos e (ii) redução de 8,4% (R\$ 387 milhões) na quantidade de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).

Deduções da Receita Operacional:

Os diretores esclarecem que as Deduções da Receita Operacional em 2017 foram de R\$ 2.405 milhões, apresentando uma redução de 7,8% (R\$ 204 milhões) comparado com 2016. Os principais fatores desta variação foram:

- Redução de 19,2% (R\$ 211 milhões) no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido à redução do faturamento;
- Redução de 16,8% (R\$ 140 milhões) da Conta de Desenvolvimento Energético, devido ao novo valor da cota estabelecido pela Aneel;
- Aumento de 66,7% (R\$ 64 milhões) nos encargos de bandeiras tarifárias;
- Aumento de 10,1% (R\$ 52 milhões) no PIS e COFINS em função basicamente do aumento de nossas receitas operacionais bruta (base de cálculo desses impostos).

Principais variações do Custo com Energia Elétrica de 2018, comparado com 2017:

Os diretores esclarecem que o Custo com Energia Elétrica em 2018 totalizou R\$ 2.726 milhões, representando uma redução de 3,6% (R\$ 102 milhões) comparado com 2017, apresentando as seguintes variações:

- Energia Elétrica Comprada para Revenda:

Redução de 13,8% (R\$ 363 milhões), devido principalmente: (i) redução de 20,3% (R\$ 485 milhões) da energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo, refletindo a redução de 19,4% no volume de energia comprada, compensado parcialmente por (ii) aumento na energia adquirida de Itaipu 11,7% (R\$ 54 milhões); (iii) redução de 17,2% (R\$ 46 milhões) dos créditos de PIS e Cofins relativos a compra de energia e (iv) aumento de 54,2% (R\$ 22 milhões) na energia adquirida do PROINFA refletindo aumento de 59,8% no preço médio de compra compensado pela redução de 3,5% no volume de energia comprada.

- Encargos de Uso do Sistema de Distribuição:

Aumento de 126,1% (R\$ 261 milhões) devido principalmente aos aumentos: (i) de 75,3% (R\$ 180 milhões) com encargo da rede básica; (ii) de 76,5% (R\$ 59 milhões) com os Encargos de serviço de sistema – ESS e (iii) R\$ 23 milhões de Encargos de energia de reserva – EER.

Principais variações do Custo com Energia Elétrica de 2017, comparado com 2016:

Os diretores esclarecem que o Custo com Energia Elétrica em 2017 totalizou R\$ 2.828 milhões, representando um aumento de 29,3% (R\$ 641 milhões) comparado com 2016, apresentando as seguintes variações:

- Energia Elétrica Comprada para Revenda:

Aumento de 37,6% (R\$ 716 milhões), devido principalmente: (i) aumento 52,6% (R\$ 824 milhões) da energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo, refletindo aumento de 39,7% no preço médio de compra justificado principalmente pelo aumento do PLD compensado por redução de 1,5% no volume de energia comprada, compensado parcialmente por (ii) aumento de 37,6% (R\$ 73 milhões) dos créditos de PIS e Cofins relativos a compra de energia, (iii) redução de 53,1% (46 milhões) da energia adquirida do Proinfa.

- Encargos do Uso do Sistema de Distribuição:

Redução de 26,6% (R\$ 75 milhões) devido principalmente as reduções: (i) de 198,3% (R\$ 156 milhões) com os Encargos de serviço de sistema – ESS referente ao superávit do PLD sobre a energia de reserva repassado aos consumidores abatendo os custos com ESS, compensado parcialmente (ii) pelo aumento de 41,6% (R\$ 70 milhões) com encargo da rede básica e (iii) pelo aumento de 165,9% (R\$ 19 milhões) com encargos de transporte de Itaipu.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Principais variações dos Custos e Despesas Operacionais de 2018, comparado com 2017:

Os diretores esclarecem que os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$ 832 milhões, uma redução de 1,3% (R\$ 11 milhões) quando comparado com 2017. Esta variação deve-se principalmente ao:

- redução de 9,7% (R\$ 16 milhões) em despesas com pessoal, principalmente por conta da mudança em 2018 na forma de compartilhamento de recursos de pessoal entre empresas reguladas, nos termos da Resolução Normativa Aneel nº 699/2016;
- redução de 4,7% (R\$ 13 milhões) em despesas relacionadas à construção da infraestrutura da concessão;
- aumento de 11,4% (R\$ 16 milhões) em despesa de serviço de terceiros, principalmente em: (i) leitura de medidores e uso (R\$ 4 milhões), (ii) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 2 milhões), (iii) reaviso, corte e religação (R\$ 2 milhões), (iv) manutenção de máquinas e equipamentos (R\$ 2 milhões), (v) poda de árvores (R\$ 1 milhão) e (vi) serviços terceirizados (R\$ 1 milhão);

Principais variações dos Custos e Despesas Operacionais de 2017, comparado com 2016:

Os diretores esclarecem que os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$ 843 milhões, um aumento de 16,8% (R\$ 121 milhões) quando comparado com 2016. Esta variação deve-se principalmente ao:

- aumento de 36,6 % (R\$ 74 milhões) em custos de construção de infraestrutura da concessão, decorrente dos investimentos em melhoria e expansão do sistema, sem impactos no resultado da empresa, pois o mesmo valor é registrado na receita operacional;
- aumento de 15,0% (R\$ 18 milhões) em despesa de serviço de terceiros, principalmente em: (i) poda de árvores (R\$ 4 milhões), (ii) leitura de medidores e uso (R\$ 3 milhões), (iii) manutenção de Hardware e Software (R\$ 2 milhões), (iv) serviços terceirizados (R\$ 2 milhões), (v) reaviso, corte e religação (R\$ 1 milhão), (vi) call center (R\$ 1 milhão), (vii) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1 milhão);
- aumento de 12,2% (R\$ 18 milhões) em despesas com pessoal, principalmente pelos efeitos do acordo coletivo de trabalho, aumento no número de colaboradores, aumento nas despesas com desligamentos e gastos entre empresas e PLR;
- aumento de 96,2% (R\$ 8 milhões) em entidade de previdência privada, pelos registros dos impactos do laudo atuarial do exercício de 2017;
- aumento de 23,9% (R\$ 4 milhões) com consumo de materiais em nossas operações;

Compensado parcialmente por:

- redução de 4,0% (R\$ 5 milhões) em outros custos e despesas operacionais, principalmente em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 15 milhões), compensado parcialmente por (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 9 milhões).

Principais variações do Resultado Financeiro de 2018, comparado com 2017:

Os diretores esclarecem que o Resultado Financeiro Líquido apresentou uma despesa de R\$ 49 milhões em 2018, representando redução de 51,5% (R\$ 52 milhões) comparado com 2017. Esta variação decorre basicamente da:

- Redução nas receitas financeiras de 16,1% (R\$ 19 milhões), devido principalmente: (i) redução nas rendas de aplicações financeiras (R\$ 45 milhões), compensado parcialmente pelos aumentos em: (ii) atualização dos ativos financeiros setoriais (R\$ 15 milhões), (iii) atualização monetária (R\$ 8 milhões) e (iv) deságio na aquisição de crédito de ICMS (R\$ 6 milhões).
- Redução nas despesas financeiras de 32,6% (R\$ 71 milhões), principalmente pelas reduções: (i) encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais dos empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 57 milhões); (ii) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 11 milhões), (iii) atualização de contingências (R\$ 2 milhões) e (iv) variação cambial de Itaipu (R\$ 1 milhão).

Principais variações do Resultado Financeiro de 2017, comparado com 2016:

Os diretores esclarecem que o Resultado Financeiro Líquido apresentou uma despesa de R\$ 101 milhões em 2017, representando redução de 5,6% (R\$ 6 milhões) comparado com 2016. Esta variação decorre basicamente da:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Redução nas receitas financeiras de 26,3% (R\$ 42 milhões), devido principalmente a: (i) acréscimos e multas moratórias (R\$ 13 milhões), (ii) atualização subsídios concedidos (R\$ 13 milhões), (iii) atualização de parcelamento de débitos (R\$ 10 milhões) e (iv) atualização de depósitos judiciais (R\$ 4 milhões).
- Redução nas despesas financeiras de 18,4% (R\$ 49 milhões), principalmente pelas reduções: (i) encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais dos empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 46 milhões); (ii) parcelamento de débitos (R\$ 5 milhões), (iii) atualização de contingências (R\$ 4 milhões), (iv) compensado parcialmente por (v) aumento na variação cambial de Itaipu (R\$ 8 milhões).

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

Os diretores esclarecem que nosso segmento reflete primordialmente as vendas a consumidores cativos e tarifa pelo uso do sistema de distribuição (TUSD) junto a consumidores livres, cujos preços são estabelecidos pelo órgão regulador. A quantidade vendida varia de acordo com fatores externos como clima, nível de renda e crescimento econômico.

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores esclarecem que a receita operacional da Companhia é proveniente em grande parte de fornecimento de energia elétrica para clientes cativos, bem como recebimentos da tarifa referente ao uso da rede de distribuição.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultados das Operações — comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017

Receita Operacional líquida

Os diretores esclarecem que em comparação a 2017, as receitas operacionais líquidas apresentaram redução de 2,9% (R\$ 117 milhões) em 2018, totalizando R\$ 3.880 milhões. A redução na receita operacional líquida refletiu principalmente: (i) redução de 78,3% (R\$ 552 milhões) na receita de suprimento de energia elétrica, motivado principalmente pela redução no volume de energia comercializada no curto prazo, associado a redução no PLD em 2018; (ii) redução de 64,4% (R\$ 343 milhões) na receita de ativos e passivos financeiros setoriais; (iii) aumento de 6,7% (R\$ 162 milhões) nas deduções à receita devido basicamente CDE (R\$ 161 milhões), ICMS (R\$ 154 milhões), compensado parcialmente por bandeiras tarifárias (R\$ 138 milhões) e PROINFA (R\$ 17 milhões), compensado parcialmente por (iv) aumento de 16,2% (R\$ 682 milhões) na receita de fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado (considerando TUSD dos consumidores cativos), justificado principalmente pelo aumento de 16,1% (R\$ 675 milhões) nas tarifas médias praticadas, resultado dos reajustes tarifários ocorridos; (v) aumento de 45,9% (R\$ 198 milhões) na receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre principalmente em função dos reajustes tarifários ocorridos e aumento no volume de energia vendida; (vi) ressarcimento de P&D (R\$ 34 milhões) e (vii) ressarcimento de acordos bilaterais (R\$ 15 milhões).

Vendas a Consumidores Finais

Os diretores esclarecem que comparado a 2017, nossa receita operacional bruta de vendas a Consumidores Finais, considerando o fornecimento faturado, não faturado e a receita de TUSD de consumidores cativos, aumentou 16,5% em 2018, para R\$ 4.920 milhões. Nossas receitas operacionais brutas refletem principalmente as vendas para consumidores cativos na área de concessão da Companhia, bem como a receita de TUSD a partir do uso de nossa rede por consumidores cativos e estão sujeitas a reajuste tarifário conforme mostrado abaixo:

Os diretores esclarecem que as tarifas aplicadas pela Companhia são reajustadas a cada ano, sendo os percentuais específicos para cada classe de consumo. Em 16 de outubro de 2018, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 2018 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao reajuste econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 19,25% a partir de 23 de outubro de 2018 (vide nota explicativa 23.2 as nossas demonstrações financeiras auditadas).

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Os diretores esclarecem que a redução de 0,4% na quantidade total de energia elétrica faturada aos Consumidores Finais, de 7.886 GWh em 2018, em comparação com 7.921 GWh em 2017, estão explicadas a seguir:

- Classes Residencial: aumento de 1,0% refletindo a retomada da atividade econômica.
- Classe Industrial e Comercial: redução de 7,9% e 2,3%, respectivamente, refletindo principalmente a migração de clientes para o mercado livre.

Suprimento de Energia Elétrica

Os diretores esclarecem que em 2018 comparado com 2017, a Companhia registrou redução de receita de suprimento de energia elétrica no montante de R\$ 552 milhões (78,3%), motivado principalmente pela redução no volume de energia comercializada no curto prazo, associado a redução no PLD em 2018.

Outras Receitas Operacionais

Os diretores esclarecem que comparado a 2017, nossas outras receitas operacionais (que excluem a receita de TUSD de consumidores cativos) apresentaram redução de 6,1% (R\$ 91 milhões), devido principalmente: (i) redução de 64,4% (R\$ 343 milhões) na receita de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, impactado principalmente pela amortização dos ativos e passivos homologados associados pelas constituições: do custo de energia compensado pela sobrecontratação e CDE; compensado parcialmente por (ii) aumento de 45,9% (R\$ 198 milhões) na receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre principalmente em função dos reajustes tarifários ocorridos e aumento no volume de energia vendida; (iii) ressarcimento de P&D (R\$ 34 milhões) e (iv) ressarcimento de acordos bilaterais (R\$ 15 milhões).

Deduções da receita operacional

Os diretores esclarecem que deduzimos determinados tributos e encargos setoriais da nossa receita operacional bruta para o cálculo da receita líquida. O imposto estadual sobre valor agregado (ICMS) é calculado com base na receita bruta de venda para consumidores finais (fornecimento faturado); o PIS e COFINS federais, são calculados com base na receita operacional bruta total, e os programas de eficiência energética e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor de energia elétrica (encargos regulatórios) são calculados com base na receita operacional líquida, enquanto outros encargos setoriais podem variar dependendo da tarifa ou da quota determinada pela ANEEL. Estas deduções representaram 39,8% de nossa receita operacional bruta em 2018 e 37,6% em 2017. Comparado com 2017, essas deduções aumentaram 6,7% (ou R\$ 162 milhões) atingindo R\$ 2.567 milhões em 2018, devido principalmente:

- Aumento de 23,3% (R\$ 161 milhões) da Conta de Desenvolvimento Energético, devido ao novo valor da cota estabelecido pela Aneel;
- Aumento de 17,3% (R\$ 154 milhões) no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido ao aumento no faturamento;
- Redução de 86,3% (R\$ 138 milhões) nos encargos de bandeiras tarifárias;
- Redução de 29,3% (R\$ 17 milhões) no PROINFA.

Custo de Energia Elétrica

Os diretores esclarecem que a Energia comprada para revenda reduziu 13,8% (R\$ 363 milhões), devido principalmente: (i) redução de 20,3% (R\$ 485 milhões) da energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo, refletindo a redução de 19,4% no volume de energia comprada, compensado parcialmente por (ii) aumento na energia adquirida de Itaipu 11,7% (R\$ 54 milhões); (iii) redução de 17,2% (R\$ 46 milhões) dos créditos de PIS e Cofins relativos a compra de energia e (iv) aumento de 54,2% (R\$ 22 milhões) na energia adquirida do PROINFA refletindo aumento de 59,8% no preço médio de compra compensado pela redução de 3,5% no volume de energia comprada.

Os diretores esclarecem que os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição apresentaram aumento de 126,1% (R\$ 261 milhões) devido principalmente os aumentos: (i) de 75,3% (R\$ 180 milhões) com encargo da

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

rede básica; (ii) de 76,5% (R\$ 59 milhões) com os Encargos de serviço de sistema – ESS e (iii) R\$ 23 milhões de Encargos de energia de reserva – EER.

Para obter mais informações sobre os custos de uso da rede elétrica, veja a nota 24 da nossa demonstração financeira anual auditada.

Outros Custos e Despesas Operacionais

Os diretores esclarecem que nossos outros custos e despesas operacionais abrangem nosso custo operacional, serviços prestados para terceiros, custos relacionados à construção da infraestrutura da concessão, despesas de vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais.

Os diretores esclarecem que nossos outros custos e despesas operacionais foram de R\$ 832 milhões, apresentando redução de 1,3% (R\$ 11 milhões) quando comparado a 2017, decorrente basicamente das reduções de: (i) R\$ 16 milhões em despesas com pessoal, principalmente por conta da mudança em 2018 na forma de compartilhamento de recursos de pessoal entre empresas reguladas, nos termos da Resolução Normativa Aneel nº 699/2016; (ii) R\$ 13 milhões em despesas relacionadas à construção da infraestrutura da concessão, sem impactos no resultado da empresa, pois o mesmo valor é registrado na receita operacional; compensado parcialmente (ii) pelo aumento de R\$ 16 milhões em despesa de serviço de terceiros, principalmente em: (a) leitura de medidores e uso (R\$ 4 milhões), (b) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 2 milhões), (c) reaviso, corte e religação (R\$ 2 milhões), (d) manutenção de máquinas e equipamentos (R\$ 2 milhões), (e) poda de árvores (R\$ 1 milhão) e (f) serviços terceirizados (R\$ 1 milhão).

Resultado do Serviço de energia elétrica

Os diretores esclarecem que o resultado do serviço em 2018 totalizou R\$ 322 milhões, apresentando redução de 0,9% (R\$ 3 milhões) em relação a 2017, em função da redução da receita operacional líquida (R\$ 117 milhões) compensado pela redução do custo de energia elétrica (R\$ 102 milhões) e das despesas operacionais (R\$ 11 milhões).

Resultado financeiro

Os diretores esclarecem que o Resultado Financeiro Líquido em 2018, apresentou uma despesa de R\$ 49 milhões, representando uma redução de 51,5% (R\$ 52 milhões), comparado a 2017. Esta variação decorreu basicamente da (i) redução nas receitas financeiras de 16,1% (R\$ 19 milhões) principalmente pela redução nas rendas de aplicações financeiras (R\$ 45 milhões), compensado parcialmente pelo aumento na atualização dos ativos financeiros setoriais (R\$ 15 milhões), pelo aumento na atualização monetária (R\$ 8 milhões) e deságio na aquisição de crédito de ICMS (R\$ 6 milhões) e (ii) redução nas despesas financeiras de 32,6% (R\$ 71 milhões) principalmente pelos encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais dos empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 57 milhões), pela atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 11 milhões), pela atualização de contingências (R\$ 2 milhões) e pela variação cambial de Itaipu (R\$ 1 milhão).

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2018, nosso endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) somou R\$ 2.138 milhões (frente a R\$ 1.769 milhões em 31 de dezembro de 2017), sobre o qual incidem juros e inflação, calculados com base em diversas taxas e índices do mercado financeiro brasileiro. Possuíamos ainda o equivalente a R\$ 960 milhões (frente a R\$ 966 milhões em 31 de dezembro de 2017) de endividamento expressos em moeda estrangeira, sendo R\$ 858 milhões em dólares norte-americanos e R\$ 102 milhões em euros. A fim de reduzir o risco de perdas cambiais no que tange a este endividamento expressos em moeda estrangeira e variações nas taxas de juros, nós temos a política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os diretores esclarecem que nosso encargo líquido do imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 72 milhões em 2017 para R\$ 91 milhões em 2018. A alíquota efetiva de 33,2% sobre o lucro antes dos tributos em 2018, foi menor do que a alíquota oficial de 34%.

Lucro líquido

Comparado a 2017 e devido aos fatores discutidos acima, o lucro líquido de (R\$ 183 milhões) de 2018 apresentou aumento de 20,4% (R\$ 31 milhões).

Resultados das Operações — comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016

Receita Operacional líquida

Os diretores esclarecem que em comparação a 2016, as receitas operacionais líquidas apresentaram aumento de 27,6% (R\$ 864 milhões) em 2017, totalizando R\$ 3.997 milhões. O aumento na receita operacional líquida refletiu principalmente o: (i) aumento nos ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 1.248 milhões), (ii) aumento de 232,5% (R\$ 493 milhões) na receita de suprimento de energia elétrica principalmente pelo aumento no preço médio associado ao aumento no PLD e aumento no volume de energia comercializada no curto prazo, (iii) redução de 7,8% (R\$ 204 milhões) nas deduções à receita devido basicamente ICMS (R\$ 211 milhões), CDE (R\$ 140 milhões) compensado parcialmente por bandeiras tarifárias (R\$ 64 milhões) e PIS e COFINS (R\$ 52 milhões), compensado parcialmente por (iv) redução de 19,3% (R\$ 1.003 milhões) na receita de fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado (considerando TUSD dos consumidores cativos) decorrente principalmente da redução de 11,8 (R\$ 615 milhões) na tarifa média praticada, principalmente em função dos reajustes tarifários ocorridos compensado pelo efeito positivo da aplicação das bandeiras tarifárias e redução de 8,4% (R\$ 387 milhões) na quantidade de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada) e (v) redução de 38,1% (R\$ 98 milhões) em aporte CDE (subvenção baixa renda, demais subsídios tarifários, descontos tarifários, liminares).

Vendas a Consumidores Finais

Os diretores esclarecem que comparado a 2016, nossa receita operacional bruta de vendas a Consumidores Finais, considerando o fornecimento faturado, não faturado e a receita de TUSD de consumidores cativos, reduziu 19,1% em 2017, para R\$ 4.222 milhões. Nossas receitas operacionais brutas refletem principalmente as vendas para consumidores cativos na área de concessão da Companhia, bem como a receita de TUSD a partir do uso de nossa rede por consumidores cativos e estão sujeitas a reajuste tarifário conforme mostrado abaixo:

Os diretores esclarecem que as tarifas aplicadas pela Companhia são reajustadas a cada ano, sendo os percentuais específicos para cada classe de consumo. Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 2017 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 7,69%, sendo 6,33% relativos ao reajuste econômico e 1,37% referentes aos componentes financeiros. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 17,28% a partir de 23 de outubro de 2017 (vide nota explicativa 23.2 as nossas demonstrações financeiras auditadas).

Os diretores esclarecem que a redução de 7,8% na quantidade total de energia elétrica faturada aos Consumidores Finais, de 7.921 GWh em 2017, em comparação com 8.594 GWh em 2016, estão explicadas a seguir:

- Classes Residencial: aumento de 2,7% refletindo a retomada da atividade econômica.
- Classe Industrial e Comercial: redução de 28,5% e 11,8%, respectivamente, refletindo principalmente a migração de clientes para o mercado livre.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Suprimento de Energia Elétrica

Os diretores esclarecem que em 2017 comparado com 2016, a Companhia registrou aumento de receita de suprimento de energia elétrica no montante de R\$ 493 milhões (232,5%), devido principalmente o volume de energia elétrica comercializada no curto prazo e aumento no preço médio associado ao aumento no PLD em 2017.

Outras Receitas Operacionais

Os diretores esclarecem que comparado a 2016, nossas outras receitas operacionais (que excluem a receita de TUSD de consumidores cativos) apresentaram aumento de 358,0% (R\$ 1.167 milhões), devido principalmente: (i) aumento de R\$ 1.248 milhões na receita de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, o que representou uma receita de R\$ 533 milhões em 2017 em comparação com uma despesa de R\$ 715 milhões em 2016 impactado principalmente pela amortização dos ativos e passivos homologados associados pelas constituições: do custo de energia e do custo de energia de Itaipu compensado pela sobrecontratação; compensado parcialmente pela (ii) redução de 38,1% (R\$ 98 milhões) em aporte CDE (subvenções baixa renda, demais subsídios tarifários, descontos tarifários, liminares).

Deduções da receita operacional

Os diretores esclarecem que deduzimos determinados tributos e encargos setoriais da nossa receita operacional bruta para o cálculo da receita líquida. O imposto estadual sobre valor agregado (ICMS) é calculado com base na receita bruta de venda para consumidores finais (fornecimento faturado); o PIS e COFINS federais, são calculados com base na receita operacional bruta total, e os programas de eficiência energética e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor de energia elétrica (encargos regulatórios) são calculados com base na receita operacional líquida, enquanto outros encargos setoriais podem variar dependendo da tarifa ou da quota determinada pela ANEEL. Estas deduções representaram 37,6% de nossa receita operacional bruta em 2017 e 45,4% em 2016. Comparado com 2016, essas deduções reduziram 7,8% (ou R\$ 204 milhões) atingindo R\$ 2.405 milhões em 2017, devido principalmente:

- Redução de 19,2% (R\$ 211 milhões) no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido à redução do faturamento;
- Redução de 16,8% (R\$ 140 milhões) da Conta de Desenvolvimento Energético, devido ao novo valor da cota estabelecido pela Aneel;
- Aumento de 66,7% (R\$ 64 milhões) nos encargos de bandeiras tarifárias;
- Aumento de 10,1% (R\$ 52 milhões) no PIS e COFINS em função basicamente do aumento de nossas receitas operacionais bruta (base de cálculo desses impostos).

Custo de Energia Elétrica

Os diretores esclarecem que a Energia comprada para revenda aumentou 37,6% (R\$ 716 milhões), devido principalmente: (i) aumento 52,6% (R\$ 824 milhões) da energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo, refletindo aumento de 39,7% no preço médio de compra justificado principalmente pelo aumento do PLD compensado por redução de 1,5% no volume de energia comprada, compensado parcialmente por (ii) aumento de 37,6% (R\$ 73 milhões) dos créditos de PIS e Cofins relativos a compra de energia, (iii) redução de 53,1% (46 milhões) da energia adquirida do Proinfa.

Os diretores esclarecem que encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição apresentaram redução de 26,6% (R\$ 75 milhões) devido principalmente as reduções: (i) de 198,3% (R\$ 156 milhões) com os Encargos de serviço de sistema – ESS referente ao superávit do PLD sobre a energia de reserva repassado aos consumidores abatendo os custos com ESS, compensado parcialmente (ii) pelo aumento de 41,6% (R\$ 70 milhões) com encargo da rede básica e (iii) pelo aumento de 165,9% (R\$ 19 milhões) com encargos de transporte de Itaipu.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Para obter mais informações sobre os custos de uso da rede elétrica, veja a nota 24 da nossa demonstração financeira anual auditada.

Outros Custos e Despesas Operacionais

Os diretores esclarecem que nossos outros custos e despesas operacionais abrangem nosso custo operacional, serviços prestados para terceiros, custos relacionados à construção da infraestrutura da concessão, despesas de vendas, despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais.

Os diretores esclarecem que nossos outros custos e despesas operacionais foram de R\$ 843 milhões, apresentando aumento de 16,8% (R\$ 121 milhões) quando comparado a 2016, decorrente basicamente dos aumentos de: (i) R\$ 74 milhões em custos de construção de infraestrutura da concessão, decorrente dos investimentos em melhoria e expansão do sistema, sem impactos no resultado da empresa, pois o mesmo valor é registrado na receita operacional; (ii) R\$ 18 milhões em despesa de serviço de terceiros, principalmente em: (a) poda de árvores (R\$ 4 milhões), (b) leitura de medidores e uso (R\$ 3 milhões), (c) manutenção de Hardware e Software (R\$ 2 milhões), (d) serviços terceirizados (R\$ 2 milhões), (e) reaviso, corte e religação (R\$ 1 milhão), (f) call center (R\$ 1 milhão), (g) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1 milhão); (iii) R\$ 18 milhões em despesas com pessoal, principalmente pelos efeitos do acordo coletivo de trabalho, aumento no número de colaboradores, aumento nas despesas com desligamentos, gastos entre empresas e PLR; (iv) R\$ 8 milhões em entidade de previdência privada, pelos registros dos impactos do laudo atuarial do exercício de 2017; (v) R\$ 4 milhões com consumo de materiais em nossas operações; compensado parcialmente pelas reduções: (vi) R\$ 5 milhões em outros custos e despesas operacionais, principalmente em: (a) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 15 milhões), compensado parcialmente por (b) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 9 milhões).

Resultado do Serviço de energia elétrica

Os diretores esclarecem que o resultado do serviço em 2017 totalizou R\$ 325 milhões, apresentando aumento de 45,1% (R\$ 101 milhões) em relação a 2016, em função do aumento da receita operacional líquida (R\$ 864 milhões) compensado pela redução do custo de energia elétrica (R\$ 641 milhões) e das despesas operacionais (R\$ 121 milhões).

Despesa Financeira Líquida

Os diretores esclarecem que o Resultado Financeiro Líquido em 2017, apresentou uma despesa de R\$ 101 milhões, representando uma redução de 5,6% (R\$ 6 milhões), comparado a 2016. Esta variação decorreu basicamente da (i) redução nas receitas financeiras de 26,3% (R\$ 42 milhões) principalmente pelos acréscimos e multas moratórias (R\$ 13 milhões), atualização subsídios concedidos (R\$ 13 milhões), atualização de parcelamento de débitos (R\$ 10 milhões) e atualização de depósitos judiciais (R\$ 4 milhões) e (ii) redução nas despesas financeiras de 18,4% (R\$ 49 milhões) principalmente pelos encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais dos empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 46 milhões); parcelamento de débitos (R\$ 5 milhões), atualização de contingências (R\$ 4 milhões), compensado parcialmente pelo aumento na variação cambial de Itaipu (R\$ 8 milhões).

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2017, nosso endividamento total (circulante e não circulante dos empréstimos e financiamentos, debentures e respectivos encargos) somou R\$ 1.769 milhões (frente a R\$ 1.686 milhões em 31 de dezembro de 2016), sobre o qual incidem juros e inflação, calculados com base em diversas taxas e índices do mercado financeiro brasileiro. Possuíamos ainda o equivalente a R\$ 966 milhões (frente a R\$ 984 milhões em 31 de dezembro de 2016) de endividamento expressos em moeda estrangeira, sendo R\$ 746 milhões em dólares norte-americanos e R\$ 220 milhões em euros. A fim de reduzir o risco de perdas cambiais no que tange a este endividamento expressos em moeda estrangeira e variações nas taxas de juros, nós temos a política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

taxas de juros. A variação da taxa média de CDI diminuiu para 9,93% em 2017, contra 14% em 2016; e a TJLP diminuiu para 7,1% em 2017, em comparação com 7,5% em 2016.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os diretores esclarecem que nosso encargo líquido do imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 49 milhões em 2016 para R\$ 72 milhões em 2017. A alíquota efetiva de 32,0% sobre o lucro antes dos tributos em 2017, foi menor do que a alíquota oficial de 34%.

Lucro líquido

Comparado a 2016 e devido aos fatores discutidos acima, o lucro líquido de (R\$ 152 milhões) de 2017 apresentou aumento de 123,5% (R\$ 84 milhões).

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

Item facultativo em função de a Companhia ser uma empresa classificada na categoria B.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Item facultativo em função de a Companhia ser uma empresa classificada na categoria B.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores esclarecem que este item não é aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores esclarecem que este item não é aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício.

c. eventos ou operações não usuais

Os diretores esclarecem que este item não é aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no exercício.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

- **Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

Os diretores esclarecem que as demonstrações financeiras de 2018 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC, contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamentos aplicáveis a partir de 2018, sendo os mais relevantes o CPC 48 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

CPC 48 – Instrumentos financeiros

Aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, a norma CPC 48, estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros passam a ser classificados em três categorias, baseados no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado e; (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, no lugar do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Isso significa dizer que não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

Com relação às modificações relacionadas à contabilização de hedge, o CPC 48 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos no CPC 38, mas traz maior flexibilidade no que tange aos tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge. Houve a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

A Companhia possui ativos relevantes registrados na rubrica de Ativo financeiro da concessão, anteriormente classificados como "disponíveis para venda", de acordo com os requerimentos do CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão da Companhia. A designação destes instrumentos como disponíveis para venda ocorreu em função da não classificação nas outras três categorias descritas no CPC 38 (empréstimos e recebíveis, valor justo contra o resultado e mantidos até o vencimento). Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma (CPC 48) e os efeitos da mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício. No exercício de 2018 o valor registrado referente a este ativo era de R\$ 1.137.915 (R\$ 968.375 em 2017) e não houve impactos na mensuração dos saldos decorrentes da mudança de classificação proveniente da adoção do CPC 48.

Os ativos financeiros setoriais registrados na Companhia relativos ao mecanismo de definição de tarifa, quanto a diferença temporal entre os custos orçados e aqueles que são efetivamente incorridos, eram registrados anteriormente como "empréstimos e recebíveis" de acordo com os requerimentos do CPC 38. Após a aplicação do CPC 48, estes ativos financeiros passaram a ser classificados como custo amortizado. No exercício de 2018 o valor registrado referente a estes ativos é de R\$ 237.466 (R\$ 77.503 em 2017) e não houve impactos nos

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

saldos decorrentes da mudança de classificação.

Desta forma, não houve nenhum impacto relevante de mensuração nas demonstrações financeiras da Companhia em função da adoção inicial relacionada à classificação de ativos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia não aplica a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não houve impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras em função das alterações da norma sobre este tópico.

Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, os efeitos acumulados da adoção inicial foram reconhecidos de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2018, totalizando uma redução da rubrica de "consumidores, concessionárias e permissionárias" de R\$ 18.176 (R\$ 11.996 líquido dos efeitos tributários).

Com as mudanças do risco de crédito, os passivos financeiros que estavam designados a valor justo contra o resultado até o exercício de 2017, geraram impactos nos registros referentes às mudanças no risco de crédito em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício. Os efeitos acumulados da adoção inicial foram reconhecidos de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2018, totalizando uma perda de R\$ 9.389 (R\$ 6.197 líquido dos efeitos tributários) em lucros acumulados, cuja contrapartida foi a conta de outros resultados abrangentes.

CPC 47 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituiu o antigo guia de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) - Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

De acordo com os requerimentos do pronunciamento a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelece um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Administração da Companhia avaliou os efeitos em suas demonstrações financeiras contemplando o novo modelo das cinco etapas mencionadas acima e a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos considerados como contraprestação variável de acordo com o passo (iii) acima e passou a ser registrada como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro de 2017 era registrada em Outras Despesas Operacionais. O montante registrado no exercício de 2018 foi de R\$ 4.476 (nota 23).

A Companhia possui ativos de infraestrutura da concessão que durante o período de construção, anteriormente registrados na rubrica de intangível. Estes ativos passaram a ser registrados na rubrica de ativo contratual em curso de acordo com os requerimentos do CPC 47. Esta mudança não apresentou impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia (nota 3.4 – intangíveis e ativos contratuais em curso).

ICPC 21 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Divulgada em 21 de dezembro de 2017, a ICPC 21 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. A ICPC 21 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

As transações em moeda estrangeira da Companhia restringem-se, atualmente, aos instrumentos de dívida com instituições financeiras internacionais, mensuradas a valor justo, e à aquisição de energia de Itaipu. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo desta interpretação e que não há antecipações de pagamentos nas operações com Itaipu, a Administração da Companhia avalia que a ICPC 21 não causou nem causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

• Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Os diretores esclarecem que as demonstrações financeiras de 2017 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC, contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamentos aplicáveis a partir de 2017. Estes pronunciamentos não tiveram impactos significativos em nossas demonstrações financeiras. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

• Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Os diretores esclarecem que as demonstrações financeiras de 2016 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC, contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamentos aplicáveis a partir de 2016. Estes pronunciamentos não tiveram impactos significativos em nossas demonstrações financeiras.

Os diretores esclarecem que adicionalmente, a Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluíram que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que:

- i. Investir em infraestrutura é a atividade indispensável do negócio de distribuição de energia elétrica, cujo modelo de gestão está suportado em construir, manter e operar essa infraestrutura;
- ii. Parte da indústria de distribuição de energia, bem como a indústria de transmissão de energia, já adota tal classificação, dessa forma a Companhia estaria aumentando a comparabilidade de suas demonstrações financeiras;
- iii. O aumento nas taxas de inflação experimentado nos últimos anos no país, que influenciam diretamente no acréscimo do valor do ativo financeiro da concessão, contribuíram para aumentar a relevância dessa receita no resultado do exercício.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores esclarecem que as mudanças nas práticas contábeis em 2018 e seus efeitos estão divulgadas no item 10.4.a

Os diretores esclarecem que não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, no exercício social de 2017.

Os diretores esclarecem que em 2016, conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho de seu negócio (conforme descrito no item a acima) e, portanto, procedeu às reclassificações de forma retrospectiva em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente emitidas em 07 de março de 2016.

Os diretores esclarecem que as reclassificações efetuadas não alteram o total do ativo, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a Demonstração do Fluxo de Caixa. Os efeitos das reclassificações na Demonstração de

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Resultado e na Demonstração do Valor Adicionado estão apresentados na nota explicativa 2.6 às nossas demonstrações financeiras de 2016.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os diretores esclarecem que o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, datado de 11 de março de 2019, emitido pela KPMG Auditores Independentes, não contém parágrafos de ênfases ou ressalvas.

Os diretores esclarecem que o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, datado de 20 de março de 2018, emitido pela KPMG Auditores Independentes, não contém parágrafos de ênfases ou ressalvas.

Os diretores esclarecem que no relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras – DFPs referente ao exercício social findos em 31 de dezembro de 2016, datado de 13 de março de 2017, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, contem parágrafo de ênfase, conforme segue:

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Os diretores esclarecem que Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em decorrência da mudança de política contábil adotada pela Companhia, referente a classificação do ajuste da expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão, os valores correspondentes das demonstrações financeiras relativos às demonstrações do resultado e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Os diretores esclarecem que conforme descrito no parágrafo acima, a opinião da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não está modificada com relação a alteração de política contábil ocorrida no exercício.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:
--

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. contratos de construção não terminada**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamento**

Os diretores esclarecem que em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 não há itens que não constem em nosso balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em nossa condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos, tais como os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para compra e venda de energia, que estão apresentados em forma de tabela no item 10.1.c deste Formulário de Referência.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores esclarecem que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os diretores esclarecem que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Os diretores esclarecem que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os diretores esclarecem que não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os diretores esclarecem que os principais investimentos nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da nossa rede de distribuição. Os investimentos da Companhia nos três anos encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, foram R\$ 270 milhões, R\$ 249 milhões e R\$ 172 milhões, respectivamente.

Os diretores esclarecem que em 2018, o montante de R\$ 270 milhões foi aplicado na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

Os valores dos investimentos previstos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Projeção de Investimentos- R\$ milhões (Valores Constantes)	2019e	2020e	2021e	2022e	2023e	Total
Ativos elétricos da distribuição	201	195	201	226	278	1.100
Ativos não elétricos	34	43	33	32	32	174
Total	236	238	233	257	310	1.274

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de recursos da Companhia são provenientes da geração de caixa operacional e de financiamentos. Para o biênio de 2019 e 2020, pretendemos captar recursos por meio de (i) novos financiamentos junto ao BNDES, (ii) captações com instituições financeiras nacionais e internacionais e (iii) emissões de debêntures.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os diretores esclarecem que este item não é aplicável em razão de não estar em andamento qualquer desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os diretores esclarecem que este item não é aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os diretores esclarecem que não há novos produtos ou serviços em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os diretores esclarecem que não há novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

10.8 - Plano de Negócios

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os diretores esclarecem que não há novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os diretores esclarecem que não há novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção
--

Os diretores esclarecem que não existem outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não foram mencionados nesta seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11. Projeções

11.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção;

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção;

Não aplicável, nos termos do item "a" acima.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle.

Não aplicável, nos termos do item "a" acima.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão, (em milhões de reais).

Não aplicável, nos termos do item "a" acima.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário;**

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela.

- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções;**

Não aplicável, nos termos do item "a" acima.

- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.**

Não aplicável, nos termos do item "a" acima.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12. Assembleia geral e administração

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

ÓRGÃOS DA COMPANHIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, que são compostos e funcionam em conformidade com o Estatuto Social.

a.1) Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é um órgão colegiado, eleito pela Assembleia Geral, que é constituído por três membros titulares, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, nomeados por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros, bem como um integrante indicado pelos empregados da Companhia.

O Conselho de Administração é o fórum central de decisões da Companhia e é responsável por determinar as diretrizes estratégicas globais. Suas competências e atribuições estão dispostas tanto na Lei nº 6.404/1976, bem como no Art. 17 e respectivas alíneas do Estatuto Social da Companhia, destacando-se, dentre elas, o estabelecimento das políticas gerais de negócios, a eleição da Diretoria e supervisão do exercício de suas funções, a manifestação sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, a aprovação da contratação de instituição depositária para prestação de serviços de ações escriturais, a deliberação sobre aquisição, alienação ou oneração de ativos fixos, a autorização para celebração de contratos de qualquer natureza, contratos com acionistas e com pessoas por eles controladas ou a eles coligadas ou relacionadas, a seleção e/ou destituição dos auditores externos da Companhia, a constituição de garantias em negócios relacionados aos interesses da Companhia, a deliberação sobre a criação de Comitês de assessoramento, a aprovação de alteração em contratos de concessão firmados pela Companhia.

O Estatuto Social da Companhia, e o Regimento Interno do Conselho de Administração, estão disponíveis na sede da Companhia, em seu website (<http://www.cpfl.com.br/institucional/governanca-corporativa>) e, ainda, no website de Relações com Investidores (www.cpfl.com.br/ri).

a.2) Diretoria

A Diretoria Executiva compor-se-á de até 09 (nove) membros, sendo: um Diretor Presidente, um Diretor de Assuntos Regulatórios, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Adjunto, um Diretor Administrativo, um Diretor Administrativo Adjunto, um Diretor Comercial, um Diretor Comercial Adjunto e um Diretor de Operações, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições da Diretoria Executiva estão descritas no item 5.1.iii acima.

a.3) Auditoria interna

A Companhia não tem instalado auditoria interna no âmbito da sua administração.

- i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados.**

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

As atribuições do Conselho de Administração e dos comitês permanentes que a ele se reportam encontram-se descritas acima. O Conselho de Administração e seus Comitês de assessoria possuem regimentos internos, ambos aprovados pelo Conselho de Administração, tendo sido as últimas atualizações aprovadas em 15 de dezembro de 2017 (Conselho de Administração) e 08 de maio de 2017 (Regimento dos Comitês e Comissões de Assessoria ao Conselho de Administração).

Os referidos documentos podem ser consultados no site da Companhia: www.cpfl.com.br/ri

ii. Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário, tendo em vista tratar-se de órgão opcional.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente por meio de *reports* e esclarecimentos. Os serviços de extra-auditoria são submetidos à aprovação prévia do Conselho de Administração Companhia e do Conselho fiscal da CPFL Energia, com a declaração dos auditores de sua independência e da ausência de impedimentos para a realização dos trabalhos contratados.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não tem instalado o conselho fiscal, bem como não criou nenhum comitê ou comissão no âmbito da sua Administração

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**
- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**
- iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

O Regimento Interno do Conselho de Administração prevê que, no último mês de cada exercício social, o Presidente do Conselho de Administração deverá encaminhar aos seus membros um questionário de avaliação para ser preenchido individualmente pelos conselheiros. Os resultados desta avaliação são posteriormente divulgados a todos os Conselheiros, com o objetivo de aprimorar cada vez mais o desempenho do Conselho de Administração.

A avaliação abrange o desempenho do Conselho de Administração como um todo (sem que haja avaliação individual de seus membros) e é realizada anualmente por meio de questionário encaminhado aos membros do Conselho. Para a avaliação referente ao exercício de 2018 não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

A Companhia realiza também uma avaliação da Diretoria Executiva, de acordo com metas corporativas e individuais estabelecidas de acordo com o plano estratégico da Companhia e métricas do Sistema de Geração de Valor ao Acionista (GVA®), previamente definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, e com relação à remuneração variável da Diretoria Executiva, a Companhia realiza a avaliação da sua Diretoria Executiva, verificando o desempenho de seus membros, conforme metas corporativas e individuais, estabelecidas de acordo com o plano estratégico da Companhia, previamente definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração conta com a assessoria do Comitê de Gestão de Pessoas para acompanhar e avaliar o desempenho da Diretoria Executiva em relação ao cumprimento de suas metas.

Compete, ainda, ao Comitê de Gestão de Pessoas acompanhar o Plano de Sucessão da Diretoria Executiva e validar os cálculos previstos na norma administrativa que estabelece diretrizes do Plano de Incentivos de Curto e Longo Prazo para a Diretoria Executiva da Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:
--

- a) **prazos de convocação**
- b) **competências**
- c) **endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**
- d) **identificação e administração de conflitos de interesses**
- e) **solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**
- f) **formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**
- g) **formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notorização e consularização;**
- h) **se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância;**
- i) **instruções para que acionista ou grupo de acionista inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância;**
- j) **se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.**
- k) **Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

- a) **número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**
- b) **se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**
- c) **regras de identificação e administração de conflitos de interesses**
- d) **se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**
 - i. **órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
 - ii. **principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Carlos Zamboni Neto	09/07/1965	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2019	2 anos – até a data da 1ª RCA que se realizar posteriormente à AGO do exercício social de 2020	3
081.496.848-16	Engenheiro Eletricista	10 - Diretor Presidente / Superintendente	03/05/2019	Não	0.00%
Sheng Xu	19/03/1983	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2019	2 anos – até a data da 1ª RCA que se realizar posteriormente à AGO do exercício social de 2020	0
239.865.998-43	Analista de Sistemas	19 - Outros Diretores Diretor Comercial Adjunto	03/05/2019	Não	0.00%
Mingzhi Han	05/05/1984	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2019	2 anos – até a data da 1ª RCA que se realizar posteriormente à AGO do exercício social de 2020	0
240.791.968-81	Financista	19 - Outros Diretores Diretora Financeiro e de Relações com Investidores Adjunto	03/05/2019	Não	0.00%
Jiyong Chai	12/06/1985	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2019	2 anos – até a data da 1ª RCA que se realizar posteriormente à AGO do exercício social de 2020	0
239.885.748-48	Engenheiro elétrico e de automação	19 - Outros Diretores Diretor Administrativo Adjunto	03/05/2019	Não	0.00%
André Luiz Gomes da Silva	10/08/1976	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2019	2 anos – até a data da 1ª RCA que se realizar posteriormente à AGO do exercício social de 2020	0
246.744.258-67	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores Diretor de Assuntos Regulatórios	03/05/2019	Não	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Thiago Freire Guth	11/03/1978	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2019	2 anos – até a data da 1ª RCA que se realizar posteriormente à AGO do exercício social de 2020	3
694.710.021-68	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores Diretor de Operações	03/05/2019	Não	0.00%
Rafael Lazzaretti	30/11/1983	Pertence apenas à Diretoria	16/09/2019	Restante do período de 2 anos - até a 1ª RCA que se realizar após à AGO do exercício social de 2020	0
312.219.028-14	Engenheiro de controle e automação	19 - Outros Diretores Diretor Comercial	14/10/2019	Não	0.00%
Flavio Henrique Ribeiro	02/06/1979	Pertence apenas à Diretoria	24/01/2020	Até a data da 1ª RCA que se realizar posteriormente à AGO do exercício social de 2020	0
276.489.428-79	Admininstrador	19 - Outros Diretores Diretor Administrativo	24/01/2020	Não	0.00%
Luis Henrique Ferreira Pinto	26/03/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	2 anos – até AGO que se realizar em 2020	4
029.352.408-47	Engenheiro Eletricista	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2019	Sim	100.00%
Ubirajú José Pereira	30/10/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	2 anos - até a AGO que se realizar em 2020.	0
045.527.538-60	Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2019	Não	0.00%
Yuehui Pan	18/07/1981	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2019	2 anos até a data da 1ª RCA que se realizar posteriormente à AGO do exercício social de 2020	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
061.539.517-16	Contador	35 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Rel. Invest.	29/04/2019	Sim	0.00%

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Eleição em: 03/05/2019 - Posse em: 03/05/2019 - Mandato: 2 anos – até a data da 1ª RCA que se realizar posteriormente à AGO do exercício social de 2020. Número de Mandatos Consecutivos: 0.

Experiência profissional / Critérios de Independência

Carlos Zamboni Neto - 081.496.848-16

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (USP) Possui MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e participação nos cursos de Formação de Líderes pelo IBMEC e Desenvolvimento de Executivos pela Fundação Dom Cabral. Na Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), desde 1988, exerceu diversos cargos, como: Engenheiro de Planejamento da Expansão da Transmissão, Engenheiro Líder e Gerente Regional. Em 2010, assumiu a Presidência das empresas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Sul Paulista, sendo que não atua mais nessa função nas sociedades mencionadas. Desde 2015 é Diretor Presidente das seguintes sociedades que integram o grupo econômico da Companhia: CPFL Paulista e CPFL Piratininga. As experiências do administrador ocorreram no setor de energia elétrica.

Sheng Xu - 239.865.998-43

Graduado em Ciência da Computação pela Universidade de New Brunswick, Canadá (2008) e Mestrado em Engenharia de Controle pela North University of China (2011). O Sr. Xu trabalhou no Departamento de Despacho e Telecomunicação da State Grid Corporation da China, como Gerente de Despacho e Controle de Automação (2008 a 2017); Gerente de Construção do Centro de despacho e controle (2009 a 2012); Gerente dos sistemas PAS, AGC, AVC e SE (2009 a 2017); e Gerente de Projetos de Inovação (2014 a 2017).

Mingzhi Han - 240.791.968-81

Atuou na State Grid Shaanxi Company, de 2009 a 2017. Em 08/2017 atuou na State Grid International Development Company, e em 2019 foi eleita como Diretora Financeira e de Relações com investidores Adjunta da Companhia.

Jiyong Chai - 239.885.748-48

Atuou na Hubei Electric Power Company, uma subsidiária da State Grid, de 2012 a 2016. Nos primeiros anos, trabalhou como engenheiro de planejamento de energia. Em seguida, atuou como secretário e analista de governança corporativa. Jiyong Chai entrou no grupo CPFL em 2017 como membro da Diretoria Executiva da CPFL Atende.

André Luiz Gomes da Silva - 246.744.258-67

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Engenharia de Itajubá - UNIFEI em 1999. Cursou programa de desenvolvimento de liderança na Darden School of Business, University of Virginia, em 2010. Atuou como Engenheiro de Comissionamento de Relés Digitais em Subestações de Transmissão e Distribuição pela Agnus Engenharia (empresa terceirizada da General Electric do Brasil Ltda.) em 2000, como Engenheiro de Aplicação pela Nexans Brasil S.A. de 2000 a 2005, como Coordenador do Processo de Revisão Tarifária das Distribuidoras e Transmissoras de Energia pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de 2005 a 2008, e como Diretor de Regulação, Gestão de Energia e Gestão de Ativos pela AES Eletropaulo de 2008 a 2018. Foi Conselheiro Titular do Conselho de Orientação de Energia do Estado de São Paulo (COE-ARSESP) e como Vice Presidente do Sindicato das Indústrias de Energia do Estado de São Paulo (SindiEnergia). Em 2018, foi eleito o Diretor de Assuntos Regulatórios das distribuidoras do Grupo CPFL.

Thiago Freire Guth - 694.710.021-68

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Itajubá. Possui mestrado em Engenharia Elétrica com ênfase em automação do sistema elétrico pela UFS, pós-graduação em gerenciamento de projetos pelo INPG, certificação pelo Project Management Institute (PMI) e possui pós MBA em Inovação pelo HSM. Ao longo de sua carreira, trabalhou nas empresas Hewlett Packard, Embraer e Energisa onde adquiriu prévia experiência no setor Elétrico. Ingressou na CPFL em 2012 à frente da Gerência de Gestão Operacional e posteriormente Gerência de Operações onde promoveu a implantação da gestão de processos para otimização das atividades e adequação ao novo modelo de operação por dados. Desde 2015 é Diretor de Distribuição das seguintes sociedades que integram o grupo econômico da Companhia: CPFL Piratininga, RGE e demais subsidiárias de distribuição do grupo CPFL Energia. As experiências do administrador ocorreram nos setores aeronáutico, de tecnologia e de energia elétrica.

Rafael Lazzaretti - 312.219.028-14

Graduado em Engenharia de Controle e Automação pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) em 2006 e em Administração de Empresas pela FACAMP (Faculdades de Campinas) em 2005. Possui especialização em Inovação Estratégica pela HSM, em 2013. Atuou como consultor de estratégia na Roland Berger de 2006 a 2009. Desde 2009 está no Grupo CPFL, tendo atuado como Gerente de Estratégia, Gerente de Inovação e posteriormente como Diretor de Estratégia e Inovação. Desde 2017 atua também como Conselheiro Fiscal do Instituto CPFL. Em setembro de 2019, foi eleito Diretor Comercial das empresas de Distribuição do Grupo CPFL.

Flavio Henrique Ribeiro - 276.489.428-79

Executivo com 22 anos de experiência em áreas como Digital, TI, Infraestrutura, Instalações, Operação, Negócios, BPO e RH. Carreira desenvolvida em países como Chile, Peru, Argentina, Colômbia, México e Brasil. Vice-Presidente de TI, Infraestrutura e Operações (COO), sendo responsável pela estratégia de Infraestrutura e Operações de TI e KPIs, Desenvolvimento, Produtos de TI, Segurança, Telecomunicações, Instalações, Novos Edifícios, Design de Processos, Transformação de TI e NOC Global, Serviço Compartilhado, SOC e Atendimento. Em janeiro de 2020, foi eleito Diretor Administrativo das empresas de Distribuição e Geração do Grupo CPFL.

Luis Henrique Ferreira Pinto - 029.352.408-47

Formado em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia de Barretos em 1985. cursou pós-graduação em Engenharia do Sistema Elétrico de Potência pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) em 1990, e em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2001; e duas especializações, dentre as quais MBA em Gestão Empresarial (2004) e MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria (2011), na Fundação Getúlio Vargas - FGV. Na Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), exerceu diversos cargos, como: Engenheiro de Planejamento da Operação (1986 a 2000); Gerente da Divisão de Serviços da Transmissão da CPFL (2000 a 2001); Gerente da Divisão de Planejamento do Sistema Elétrico da CPFL (2001 a 2002); Gerente do Departamento de Controle Operacional da CPFL Paulista e CPFL Piratininga (2002 a 2006); Diretor de Operações da RGE (2006 a 2009); Diretor Executivo da RGE (2009 a 2011); Diretor Presidente da RGE (2011 a 2013); Diretor Presidente da CPFL Paulista e CPFL Piratininga (2013 a 2015). Em maio de 2015, foi eleito o Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas da CPFL Energia, responsável pelo negócio de Distribuição do Grupo e Presidente dos Conselhos de Administração da CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE e RGE Sul. Ao longo da carreira foi: Representante da CPFL no Grupo Coordenador da Operação Interligada do Sistema Elétrico Sul/Sudeste do Brasil - GCOI/GTPO/ELETOBRAS (1986 a 1996); Representante da CPFL na definição da configuração das empresas para a privatização do Setor de Distribuição no Estado de São Paulo (1995); Representante das distribuidoras Paulista, Piratininga e RGE no grupo de trabalho para Oferta de Ações da CPFL Energia, na Bolsa de Valores de São Paulo e de Nova Iorque (Initial Public Offering – IPO) (2006); Coordenador do Grupo de Perdas Técnicas na Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) (2005 a 2006); Professor do Curso de Perdas Técnicas no Setor Elétrico da Fundação COGI (2005 a 2006); Membro do Conselho da ONG Parceiros Voluntários (2009 a 2012); Comandou o agrupamento das cinco distribuidoras CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguariúna, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Leste Paulista (2017); e o agrupamento das duas distribuidoras RGE e RGE Sul (2018); Membro do Conselho Diretor da ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica) de 2017 a 2019.

Ubirajú José Pereira - 045.527.538-60

Formado em Gestão Empresarial na Universidade Unimonte em Santos – SP, formado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em Conselheiro de Administração, Técnico em Eletrotécnica formado pela Escola Técnica Aristoteles Ferreira - Santos - SP. Profissionalmente ingressou em 06 de agosto de 1.981 na Eletropaulo, atualmente CPFL - Piratininga, onde atuou nas áreas comercial e técnica, por último exercia o cargo de Técnico Líder de Recuperação de Energia na Baixada Santista - SP. Foi eleito em 30 de abril de 2009, permanecendo por 4 gestões consecutivas até 26 de Maio de 2017, como representante dos empregados no Conselho de Administração da Companhia Piratininga de Força e Luz e também Representante dos Empregados na SA 8000. Atualmente exerce o cargo de Vice-Presidente do Sindicato dos Urbanitários de Santos eleito em 01 de dezembro de 2015.

Yuehui Pan - 061.539.517-16

Graduado em Gestão Financeira pela Changsha University of Science and Technology (2000-2004) e mestre em administração na North China Electric Power University. Começou sua trajetória no Departamento de Finanças na China Power Technology Import and Export Company (2007-2009), Vice-Diretor do Departamento de Ativos Financeiros da State Grid International Development Co., Ltd. (2009-2010). Ocupou, no Departamento Financeiro da State Grid Brazil Holding S.A., os cargos de Gerente (2011-2013) e de Vice-Diretor (2013-2016). Também atuou como Presidente do Conselho Fiscal da Belo Monte Transmissora de Energia S.A. e Presidente do Conselho Fiscal da CPFL Energia nos anos de 2017 e 2018. É certificado pelo American Institute of the Chartered Financial Analyst e pelo China Institute of the Certified Public Accountants. Em 2018 assumiu o cargo de Diretor Vice-Presidente Financeiro Adjunto da CPFL Energia, terminando seu mandato em 31 de janeiro de 2019, assumindo então, o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Carlos Zamboni Neto - 081.496.848-16

N/A

Sheng Xu - 239.865.998-43

N/A

Mingzhi Han - 240.791.968-81

N/A

Jiyong Chai - 239.885.748-48

N/A

André Luiz Gomes da Silva - 246.744.258-67

N/A

Thiago Freire Guth - 694.710.021-68

N/A

Rafael Lazzaretti - 312.219.028-14

N/A

Flavio Henrique Ribeiro - 276.489.428-79

N/A

Luis Henrique Ferreira Pinto - 029.352.408-47

N/A

Ubirajuí José Pereira - 045.527.538-60

N/A

Yuehui Pan - 061.539.517-16

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês e comissões instituídos no âmbito de sua administração.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

12.12 - Outras informações relevantes**12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**Informações complementares relacionadas ao item 12.6:

Em complemento as informações divulgadas no item 12.6 demonstramos abaixo o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração durante o exercício de 2018:

Conselho de Administração		
Membros	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão	% de participação do membro nas reuniões realizadas
Luis Henrique Ferreira Pinto	11	91%
Gustavo Estrella	12	100%
Wilson Roberto Pereira	12	100%

Conforme ata da RCA realizada em 24/01/2020, o cargo de diretor administrativo que se encontrava vago até a presente data passou a ser ocupado pelo Flávio Henrique Ribeiro para cumprimento do restante do mandato, permanecendo o mandato vigente até a primeira RCA que ocorrer após a AGO que aprovar o exercício de 31/12/2020.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13. Remuneração de Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;
- b) composição da remuneração indicando:
 - (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;
 - (ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento da remuneração total;
 - (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;
 - (iv) razões que justificam a composição da remuneração;
 - (v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato;
- c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;
- d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;
- e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;
- f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos; e
- g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.
- h) Práticas e procedimento adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:
 - i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
 - ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;
 - iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração de emissor;

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	9,00		12,00
Nº de membros remunerados	1,00	8,00		9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	85.000,00	2.883.000,00		2.968.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	561.000,00		561.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	17.000,00	807.000,00		824.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a INSS	Refere-se a INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.494.000,00		1.494.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	317.000,00		317.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a INSS e ILP. Contempla a reversão de provisão do ILP.		
Pós-emprego	0,00	220.000,00		220.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 03/2019.		
Total da remuneração	102.000,00	6.282.000,00		6.384.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,67		8,67
Nº de membros remunerados	1,00	3,67		4,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	80.000,00	1.236.000,00		1.316.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	311.000,00		311.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	16.000,00	1.103.000,00		1.119.000,00

Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a INSS	Refere-se a INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	687.000,00		687.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	690.000,00		690.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a INSS e ILP. Contempla a reversão de provisão do ILP.		
Pós-emprego	0,00	80.000,00		80.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	96.000,00	4.107.000,00		4.203.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,33		8,33
Nº de membros remunerados	0,92	3,33		4,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	78.000,00	859.000,00		937.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.000,00		1.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	15.000,00	655.000,00		670.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a INSS	Refere-se a INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	962.000,00		962.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	508.000,00		508.000,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a INSS e ILP. Contempla a reversão de provisão do ILP.		
Pós-emprego	0,00	40.000,00		40.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 02/2018.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 02/2018.		
Total da remuneração	93.000,00	3.025.000,00		3.118.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	6,00		9,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	113.000,00	812.000,00		925.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	3.000,00		3.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	23.000,00	472.000,00		495.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a INSS	Refere-se INSS e FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	469.000,00		469.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	301.000,00		301.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a INSS e ILP. Contempla a reversão de provisão do ILP.		
Pós-emprego	0,00	49.000,00		49.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 02/2018.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM nº 02/2018.		
Total da remuneração	136.000,00	2.106.000,00		2.242.000,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação ao bônus:**
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**
- e. em relação a participação no resultado:**
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais;**
- b. principais objetivos do plano;**
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos;**
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor;**

- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;**
- f. número máximo de ações abrangidas;**
- g. número máximo de opções a serem outorgadas;**
- h. condições de aquisição de ações;**
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;**
- j. critérios para fixação do prazo de exercício;**
- k. forma de liquidação;**
- l. restrições à transferência das ações;**
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;**
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**
 - i. data de outorga;**
 - ii. quantidade de opções outorgadas;**
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis;**
 - iv. prazo máximo para exercício das opções;**
 - v. prazo de restrição à transferência das ações;**
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - em aberto no início do exercício social;**
 - perdidas durante o exercício social;**
 - exercidas durante o exercício social;**
 - expiradas durante o exercício social;**
- e. valor justo das opções na data de outorga;**
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. preço médio ponderado de exercício**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;**
- b. número de membros;**
- c. número de membros remunerados;**
- d. em relação às opções exercidas informar:**
 - i. número de ações;**
 - ii. preço médio ponderado de exercício;**
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas;**
- e. em relação às ações entregues informar:**
 - i. número de ações;**
 - ii. preço médio ponderado de aquisição;**
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.**

Não há plano de remuneração baseado em ações para os administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão;**
- b. número de membros;**
- c. número de membros remunerados;**
- d. nome do plano;**
- e. quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar;**
- f. condições para se aposentar antecipadamente;**
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições;**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

EXERCÍCIO DE 2016			
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	0%	0%	46%

EXERCÍCIO DE 2017			
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	0%	0%	54%

EXERCÍCIO DE 2018			
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	0%	0%	37%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

EXERCÍCIO DE 2016 ⁽¹⁾ - DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	-	-	3.009	3.009
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	2.818	2.818

⁽¹⁾ Remuneração a título de honorário. No valor estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.

EXERCÍCIO DE 2016 - REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO NO EMISSOR				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

EXERCÍCIO DE 2017 ⁽¹⁾ - DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	-	-	4.818	4.818
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	4.665	4.665

⁽¹⁾ Remuneração a título de honorário. No valor estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.

EXERCÍCIO DE 2017 - REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO NO EMISSOR				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

EXERCÍCIO DE 2018 ⁽¹⁾ - DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	-	-	4.561	4.561
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	4.115	4.115

⁽¹⁾ Remuneração a título de honorário. No valor estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.

EXERCÍCIO DE 2018 - REMUNERAÇÃO RECEBIDA EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO NO EMISSOR				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras Informações Relevantes**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do item 10.2.13.b do Ofício-Circular/CVM/SEP/ nº 03/2019, conforme detalhado nas planilhas abaixo em cada exercício social:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Conselho de Administração	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretoria Estatutária	5	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6	6

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Conselho de Administração	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretoria Estatutária	6	6	6	6	5	5	5	5	5	5	5	5

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Conselho de Administração	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diretoria Estatutária	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14. Recursos humanos

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica);

O número de colaboradores divulgado abaixo compreende todas as localidades atendidas pela CPFL Piratininga:

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Número de Colaboradores 2018	Número de Colaboradores 2017	Número de Colaboradores 2016
São Paulo	Distribuição	935	940	919
	Corporativo	361	348	340
	Total São Paulo	1.296	1.288	1.259
Total Geral		1.296	1.288	1.259

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica);

A CPFL Piratininga terceiriza algumas atividades inerentes a concessão do serviço público de energia elétrica por meio de contrato de prestação de serviços medido em unidades por atividades. Não há, assim, controle das pessoas envolvidas e nem o controle quantitativo de homem/hora (Hh)

c. índice de rotatividade;

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3	Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:
-------------	---

- a. política de salários e remuneração variável**
- b. política de benefícios**
- c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:**
 - i. grupos de beneficiários;**
 - ii. condições para exercício;**
 - iii. preços de exercício;**
 - iv. prazos de exercício;**
 - v. quantidade de ações comprometidas pelo plano.**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A CPFL Piratininga mantém relacionamento com 5 sindicatos, reconhecendo-os como os representantes legais e legítimos dos colaboradores para o encaminhamento de suas reivindicações.

Os instrumentos coletivos celebrados com essas entidades sindicais representam para a CPFL Piratininga o instrumento fundamental a reger as relações de trabalho e suas disposições serão integralmente cumpridas no período de sua vigência.

A CPFL Piratininga considera indispensável para o desenvolvimento saudável das relações com os Sindicatos, o permanente respeito mútuo entre as partes e a lisura nos procedimentos, garantindo total imparcialidade, seja qual for a entidade sindical. A empresa acredita manter boas relações com os sindicatos que representam seus colaboradores, evidenciado pelo fato de não termos ocorrência de nenhuma greve que tenha afetado materialmente as operações da empresa nos últimos 29 anos. Nos últimos 05 exercícios sociais tivemos na CPFL Piratininga, com Sindicatos dos Urbanitários de Santos, Eletricitários de Campinas e Eletricitários de São Paulo, mobilizações que foram deflagradas dentro de um processo natural de negociação, que não trouxeram prejuízos materiais para a Companhia nem comprometeram a essencialidade de sua prestação de serviço.

A empresa garante aos seus colaboradores a livre associação sindical em conformidade com disposto no Artigo 8º da Constituição Federal.

Atualmente a empresa possui instrumentos de acordo coletivo com os sindicatos abaixo listados:

- **SINTEC** - Sindicato dos técnicos industriais de nível médio do estado de São Paulo;
- **STIEEC** - Sindicato dos trabalhadores na indústria de energia elétrica de Campinas;
- **STIEESP** – Sindicato dos trabalhadores na indústria de energia elétrica de São Paulo;
- **SINTIUS** – Sindicato dos trabalhadores nas indústrias urbanas de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira
- **SEESP** - Sindicato dos engenheiros no estado de São Paulo.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
--

A Companhia esclarece que não possui política específica acerca das atividades do departamento de recursos humanos.

Todas as demais informações relevantes sobre recursos humanos foram divulgados nos itens 14.1 e 14.4.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
CPFL ENERGIA S.A.						
02.429.144/0001-93	Brasileira-SP	Não	Sim	26/12/2017		
Não						
53.096.770.180	100,000%	0	0,000%	53.096.770.180	100,000%	
OUTROS						
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	
TOTAL						
53.096.770.180	100,000%	0	0,000%	53.096.770.180	100,000%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CPFL ENERGIA S.A.				02.429.144/0001-93		
ESC Energia S.A.						
15.146.011/0001-51	Brasileira-SP	Não	Sim	27/06/2019		
Não						
234.086.204	20,315	0	0,000	234.086.204	20,315	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
187.732.538	16,293	0	0,000	187.732.538	16,293	
State Grid Brazil Power Participações S.A.						
26.002.119/0001-97	Brasileira-SP	Não	Sim	27/06/2019		
Não						
730.435.698	63,392	0	0,000	730.435.698	63,392	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
1.152.254.440	100,000	0	0,000	1.152.254.440	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ESC Energia S.A.				15.146.011/0001-51		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
State Grid Brazil Power Participações S.A.						
26.002.119/0001-97	Brasileira-SP	Não	Sim	23/01/2017		
Não						
1.042.392.615	100,000	0	0,000	1.042.392.615	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
1.042.392.615	100,000	0	0,000	1.042.392.615	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
State Grid Brazil Power Participações S.A.				26.002.119/0001-97		
International Grid Holdings Limited						
11.823.391/0001-60	Ilhas Virgens Britânicas	Não	Sim	14/08/2018		
Sim	Jiang Xiaojun/Li Hong/ Li Lequan		Física			
14.299.999.999	99,999	0	0,000	14.299.999.999	99,999	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Top View Grid Investment Limited						
11.823.389/0001-91	Ilhas Virgens Britânicas	Não	Não	28/03/2017		
Sim	Jiang Xiaojun/Li Hong/ Li Lequan		Física			
1	0,001	0	0,000	1	0,001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
14.300.000.000	100,000	0	0,000	14.300.000.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
International Grid Holdings Limited				11.823.391/0001-60		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
State Grid International Development Limited						
12.906.328/0001-50	Hong Kong	Não	Sim	31/07/2017		
Sim		Hu Yuhai.	Fisica			
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Top View Grid Investment Limited				11.823.389/0001-91		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
State Grid International Development Limited						
12.906.328/0001-50	Hong Kong	Não	Sim	31/07/2017		
Sim		Hu Yuhai.	Fisica			
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
State Grid International Development Limited				12.906.328/0001-50		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
State Grid International Development Co., Ltd						
18.022.960/0001-18	China	Não	Sim	31/07/2017		
Sim	Hu Yuhai.		Física			
21.429.327.845	100,000	0	0,000	21.429.327.845	21,320	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
State Grid Overseas Investment Ltd						
	Hong Kong	Não	Não	31/07/2017		
Sim	Li Ronghua.		Física			
0	0,000	79.091.019.116	100,000	79.091.019.116	78,680	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
TOTAL						
21.429.327.845	100,000	79.091.019.116	100,000	100.520.346.961	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
State Grid International Development Co., Ltd				18.022.960/0001-18		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
State Grid Corporation of China						
Sim	China	Não	Sim	31/07/2017		
7.131.288.000	100,000	0	0,000	7.131.288.000	100,000	
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL		0	0.000			
TOTAL						
7.131.288.000	100,000	0	0,000	7.131.288.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
State Grid Overseas Investment Ltd						
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
State Grid Corporation of China						
Sim	China	Não	Sim	31/07/2017		
100	100,000	0	0,000	100	100,000	
Classe ação						
Qtde. de ações (Unidades)		Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
100	100,000	0	0,000	100	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

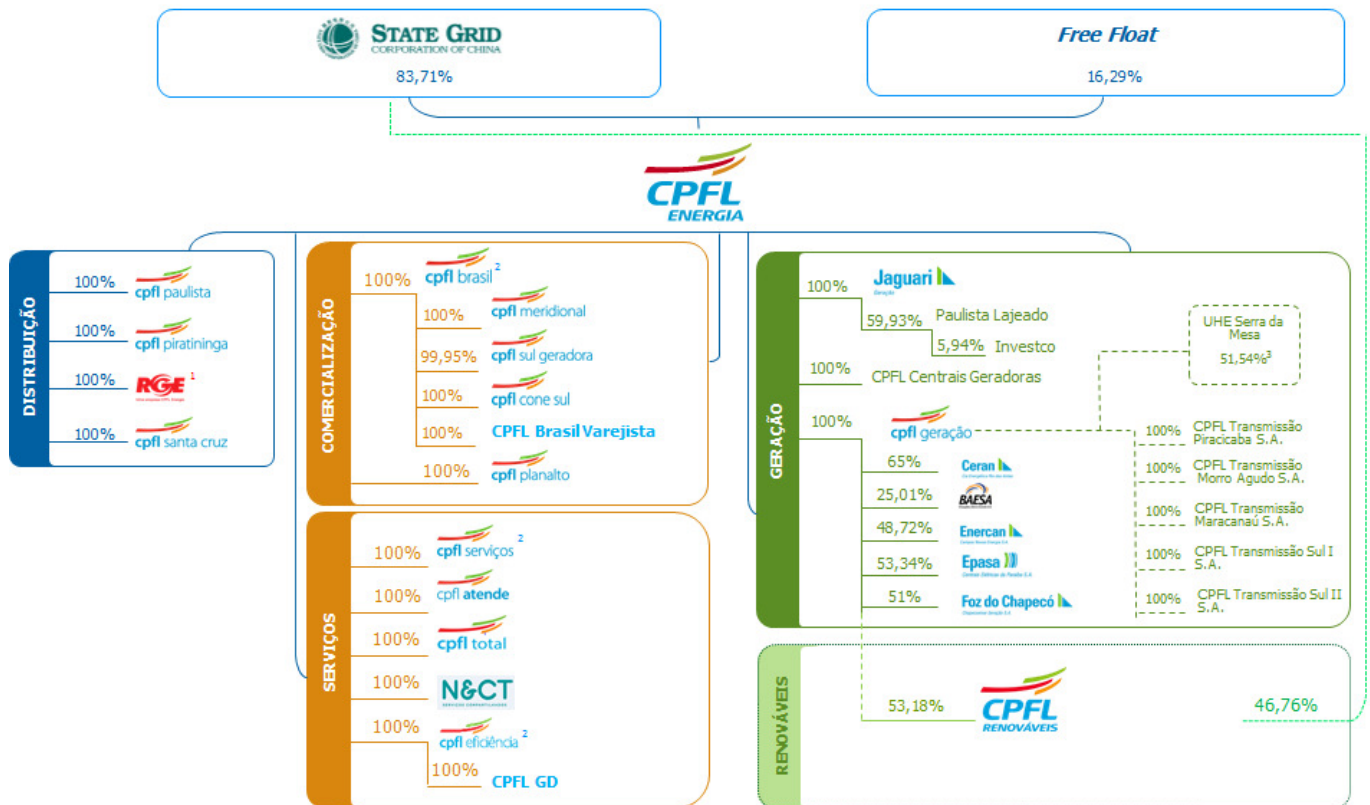
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:



(1) RGE Sul é controlada pela CPFL Energia (89,0107%) e pela CPFL Brasil (10,9893%); (2) CPFL Soluções = CPFL Brasil + CPFL Serviços + CPFL Eficiência; (3) Parcela de 51,54% da disponibilidade da potência e de energia da UHE Serra da Mesa, referente ao Contrato de Suprimento de Energia entre a CPFL Geração e Furnas;

Data base: 27/06/2019 (data de aprovação da emissão das ações do Lote Suplementar no âmbito da Oferta Pública de Distribuição de Ações da Companhia realizada em junho de 2019).

Notas:

- (1) A RGE é detida pela CPFL Energia (89,01%) e CPFL Brasil (10,99%).
- (2) CPFL Soluções = CPFL Brasil + CPFL Serviços + CPFL Eficiência;
- (3) Parcela de 51,54% da garantia física e de energia da UHE Serra da Mesa, nos termos do Contrato de Compra de Energia entre a CPFL Geração e Furnas.

A Companhia esclarece que o organograma ora apresentado possui um rol exemplificativo das empresas do Grupo CPFL. As empresas do Grupo CPFL descritas na íntegra encontram-se no item 15.4.(e) abaixo.

a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações;

A CPFL Energia é a controladora da Companhia, e tem como acionista controlador direto a empresa State Grid Brazil Power Participações S.A ("SGBP"), companhia controlada pela State Grid Corporate of China ("SGCC"). A SGCC é uma companhia de propriedade estatal do governo da República Popular da China, fundada em 2002.

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Mais informações sobre a composição acionária da Companhia, bem como a indicação de todos os nossos controladores diretos e indiretos, estão informados nos itens 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.

b. principais controladas e coligadas do emissor;

A Companhia não possui controladas e ou coligadas.

c. participações do emissor em sociedades do grupo;

A Companhia não possui participação em outras empresas.

d. participações de sociedades do grupo no emissor;

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

e. principais sociedades sob controle comum.

Apresentamos abaixo sociedades sob controle comum, controladas da CPFL Energia, por segmento de atuação, em 31 de março de 2019:

Distribuidoras

- ✓ Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista
- ✓ Companhia Jaguari de Energia – CPFL Santa Cruz
- ✓ RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. – RGE

Geradoras e Transmissoras

- ✓ CPFL Geração de Energia S.A. – CPFL Geração
- ✓ Paulista Lajeado Energia S.A. – Paulista Lajeado
- ✓ Companhia Energética Rio das Antas – CERAN
- ✓ Energética Barra Grande S.A. – BAESA (controlada em conjunto)
- ✓ Campos Novos Energia S.A. – ENERCAN (controlada em conjunto)
- ✓ Foz do Chapecó Energia S.A. (controlada em conjunto)
- ✓ Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA (controlada em conjunto)
- ✓ CPFL Energias Renováveis S.A. – CPFL Renováveis (subsidiárias da CPFL Renováveis podem ser verificadas em seu Formulário de Referência)
- ✓ CPFL Centrais Geradoras Ltda. – CPFL Centrais Geradoras
 - ✓ CPFL Transmissão Piracicaba S.A. – CPFL Piracicaba
 - ✓ CPFL Transmissão Morro Agudo S.A. – CPFL Morro Agudo
 - ✓ CPFL Transmissão Maracanaú S.A. – CPFL Maracanaú
 - ✓ CPFL Transmissão Sul I S.A. – CPFL Sul I¹
 - ✓ CPFL Transmissão Sul II S.A. – CPFL Sul II¹

¹ constituídas em março de 2019.

Comercializadoras

- ✓ CPFL Comercialização Brasil S.A. – CPFL Brasil
- ✓ Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. – CPFL Meridional

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

- ✓ CPFL Comercialização Cone Sul S.A. – CPFL Cone Sul
- ✓ CPFL Planalto Ltda. – CPFL Planalto
- ✓ CPFL Brasil Varejista S.A. – CPFL Brasil Varejista

Serviços

- ✓ CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. – CPFL Serviços
- ✓ CPFL Atende Centro de Contratos e Atendimento Ltda. – CPFL Atende
- ✓ NECT Serviços Administrativos Ltda. – Nect
- ✓ CPFL Total Serviços Administrativos Ltda. – CPFL Total
- ✓ CPFL Eficiência Energética S.A. – CPFL Eficiência
- ✓ TI Nect Serviços de Informática Ltda. – Authi
- ✓ CPFL GD S.A. – CPFL GD

Outras

- ✓ CPFL Jaguari de Geração de Energia Ltda. – CPFL Jaguari Geração
- ✓ Chapecoense Geração S.A – Chapecoense (controlada em conjunto)
- ✓ Sul Geradora Participações S.A. – Sul Geradora
- ✓ CPFL Telecom S.A. – CPFL Telecom

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

- a. partes;**
- b. data de celebração;**
- c. prazo de vigência;**
- d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle;**
- e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais;**
- f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las;**
- g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.**

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

- a. evento
- b. principais condições do negócio
- c. sociedades envolvidas
- d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor
- e. quadro societário antes e depois da operação
- f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Evento	Alienação de controle societário da CPFL Energia
Principais Condições do Negócio	<p>Em 23 de janeiro de 2017 foi realizado o fechamento do Contrato de Aquisição de Ações datado de 02 de setembro de 2016 e celebrado entre a State Grid Brazil Power Participações S.A., a Camargo Corrêa S.A., a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, a Fundação CESP, a Fundação Sistel de Seguridade Social, a Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS e a Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV.</p> <p>Na mesma data, a State Grid Brazil Power Participações S.A. também adquiriu 100% do capital social da ESC Energia S.A.</p> <p>Conseqüentemente, a partir desta data, a State Grid Brazil Power Participações S.A., tornou-se o único controlador da CPFL Energia.</p>
Sociedades Envolvidas	<p>(i) CPFL Energia (ii) Camargo Corrêa S.A. (iii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI (iv) Fundação CESP (v) Fundação SISTEL de Seguridade Social (vi) Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS (vii) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV (viii) State Grid Brazil Power Participações S.A.</p>
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da CPFL Energia	Houve alteração completa do quadro de controle da CPFL Energia, com alienação integral das ações vinculadas ao Bloco de Controle da CPFL Energia para a State Grid Brazil Power Participações S.A., que passou a ser a única controladora da CPFL Energia.
Quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes: Controladores: Camargo Corrêa S.A. e ESC Energia S.A. 239.983.515 ações ordinárias (23,6%) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil</p>

15.7 - Principais Operações Societárias

	<p>– PREVI 299.787.559 ações ordinárias (29,5%) Fundação CESP 51.048.952 ações ordinárias (5,0%) Fundação SISTEL de Seguridade Social 37.070.292 ações ordinárias (3,6%) Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS 28.056.260 ações ordinárias (2,8%) Fundação SABESPREV de Seguridade Social 696.561 ações ordinárias (0,1%)</p> <p>Depois: Controlador: State Grid Brazil Power Participações S.A. 556.164.817 ações ordinárias (54,6%), direta e indiretamente pela aquisição de 100% do capital social da ESC Energia.</p>
<p>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</p>	<p>Como a aquisição foi uma transação entre partes não relacionadas, as condições estabelecidas foram condições normais de mercado.</p>

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico**15.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Complemento às informações dos itens 15.1/2 e 15.4:

Conforme ordenamento jurídico chinês, a população da República Democrática da China é a proprietária da State Grid Corporation of China, de forma que a entidade não possui acionistas.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Companhia Paulista de Força e Luz	01/01/2018	13.613.169,62	2.172.554,85	13.613.169,62	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Alocação de despesas de RH - Recuperação de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Paulista de Força e Luz	01/01/2018	9.975.800,01	1.744.992,12	9.975.800,01	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Alocação de despesas de RH - Absorção de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Paulista de Força e Luz	24/03/2015	2.075.786,63	0,00	2.075.786,63	23/03/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Alocação de despesas de Condomínio - Recuperação de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Jaguarí de Energia	01/01/2018	4.657.418,44	742.126,07	4.657.418,44	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Alocação de despesas de RH - Recuperação de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Jaguarí de Energia	01/01/2018	915.525,50	127.653,58	915.525,50	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Alocação de despesas de RH - Absorção de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Rio Grande Energia S.A.	01/01/2018	6.182.923,58	1.268.297,27	6.182.923,58	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Alocação de despesas de RH - Recuperação de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Rio Grande Energia S.A.	01/01/2018	534.574,81	73.341,83	534.574,81	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Alocação de despesas de RH - Absorção de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Energia S.A.	01/01/2018	559.167,27	89.616,01	559.167,27	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Alocação de despesas de RH - Recuperação de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CPFL Energia S.A.	01/01/2018	456,36	0,00	456,36	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Alocação de despesas de RH - Absorção de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Renováveis	15/01/2018	33.908,07	0,00	33.908,07	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Alocação de despesas de Condomínio - Recuperação de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	01/01/2018	711,52	711,52	711,52	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Alocação de despesas de RH - Recuperação de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Nect Serviços Administrativos Ltda.	01/01/2018	13.868,76	13.868,76	13.868,76	Indefinido	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Alocação de despesas de RH - Recuperação de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CPFL Eficiência Energética S.A.	15/01/2015	56.400,00	0,00	56.400,00	14/01/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Alocação de despesas de Condomínio - Recuperação de custo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Paulista de Força e Luz	24/03/2015	3.112.778,70	0,00	3.112.778,70	23/03/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Aluguel de imóvel - Sede						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Renováveis	15/05/2017	484.796,52	42.605,63	484.796,52	15/05/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Aluguel de imóvel - Sede						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
CPFL Eficiência Energética S.A.	15/01/2015	28.800,00	0,00	28.800,00	14/01/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Aluguel de imóvel - Sede						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Araraquara Transmissora de Energia S.A.	01/01/2018	404.202,75	0,00	404.202,75	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Atlantico - Concessionária de Transmissão de Energia Do Brasil S.A	01/01/2018	79.234,57	0,00	79.234,57	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	01/01/2018	9.316.880,36	0,00	9.316.880,36	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Canarana Transmissoras de Energia S.A.	01/01/2018	435.318,25	0,00	435.318,25	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Catxere Transmissora de Energia S.A	01/01/2018	981.163,70	0,00	981.163,70	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Expansion Transmissão de Energia Eletrica S.A	01/01/2018	1.924.550,57	0,00	1.924.550,57	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A	01/01/2018	1.229.406,64	0,00	1.229.406,64	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A	01/01/2018	1.380.472,51	0,00	1.380.472,51	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Iracema Transmissora de Energia S.A	01/01/2018	632.890,79	0,00	632.890,79	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Itumbiara Transmissora de Energia S.A	01/01/2018	3.446.136,73	0,00	3.446.136,73	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A	01/01/2018	508.708,22	0,00	508.708,22	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Linhas de Transmissão do Itatim S.A	01/01/2018	815.484,76	0,00	815.484,76	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Luziania Niquelandia Transmissora S.A	01/01/2018	67.777,66	0,00	67.777,66	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A	01/01/2018	175.473,41	0,00	175.473,41	31/12/2018	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Matrincha Transmissora de Energia (TP Norte) S.A	01/01/2018	2.912.083,44	0,00	2.912.083,44	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	01/01/2018	2.055.124,31	0,00	2.055.124,31	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A	01/01/2018	617.769,19	0,00	617.769,19	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A	01/01/2018	1.416.442,71	0,00	1.416.442,71	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A	01/01/2018	501.378,08	0,00	501.378,08	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A	01/01/2018	2.073.041,11	0,00	2.073.041,11	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	01/01/2018	553.135,98	0,00	553.135,98	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Companhia Paulista de Força e Luz	01/01/2018	17.168.271,45	1.366.793,66	17.168.271,45	31/12/2018	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Enc. Uso do Sistema de Distribuição						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Geração de Energia S.A.	18/10/2002	2.774.580.936,47	6.202.809,01	2.774.580.936,47	31/12/2027	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	As partes negociam entre si						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Geração de Energia S.A.	01/01/2018	54.416,49	16.981,83	54.416,49	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Cotas de energia de centrais geradoras						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Paulista Lajeado Energia S.A.	13/03/2006	1.057.836,68	3.130,98	1.057.836,68	31/12/2037	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, inadimplência.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	01/10/2018	164.771,30	0,00	164.771,30	20/02/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	REFORMA DE EQUIPAMENTOS						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	11/12/2018	23.233.915,31	0,00	23.233.915,31	08/12/2023	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	REFORMA DE EQUIPAMENTOS						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	11/12/2018	2.817.259,71	0,00	2.817.259,71	08/12/2023	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	REFORMA DE EQUIPAMENTOS						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	12/12/2018	1.679.736,52	0,00	1.679.736,52	01/12/2023	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	INSPEÇÃO, RADIOGRAFIA E AUDITORIA DE MAT						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	12/05/2014	4.208.348,38	0,00	4.208.348,38	28/02/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	OBRAS EM LINHAS DE TRANSMISSÃO (LT)						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	27/01/2015	13.745.162,59	1.243.061,48	13.745.162,59	26/01/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	REFORMA DE EQUIPAMENTOS						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	27/09/2018	5.833.791,46	0,00	5.833.791,46	05/07/2019	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	OBRAS EM SUBESTAÇÃO						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	18/10/2018	872.160,00	0,00	872.160,00	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	SERVIÇOS DE ENGENHARIA						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	14/10/2016	27.223.291,50	0,00	27.223.291,50	13/10/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	OBRAS EM LINHAS DE TRANSMISSÃO (LT)						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	14/01/2008	891.854.527,64	4.876.611,72	891.854.527,64	31/12/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladas em conjunto						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, inadimplência.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	18/12/2014	27.644.463,53	69.036,28	27.644.463,53	31/12/2038	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladas em conjunto						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Campos Novos Energia S.A.	18/10/2002	2.405.536.452,44	21.781.997,64	2.405.536.452,44	31/12/2027	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladas em conjunto						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	17/10/2002	1.745.710.079,40	5.235.300,61	1.745.710.079,40	31/12/2027	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	As partes negociam entre si						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	10/02/2010	504.895,58	1.657,58	504.895,58	31/12/2039	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, inadimplência.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Foz do Chapecó Energia S.A.	18/10/2002	3.821.445.737,47	11.985.949,65	3.821.445.737,47	06/11/2036	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladas em conjunto						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Falência, inadimplência						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Foz do Chapecó Energia S.A.	25/02/2008	287.317.055,05	851.694,69	287.317.055,05	31/12/2041	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladas em conjunto						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, inadimplência.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
SPE Arvoredo Energia S.A.	01/07/2010	47.352.464,27	118.254,04	47.352.464,27	31/12/2039	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
SPE Varginha Energia S.A.	01/11/2010	27.085.997,59	80.030,50	27.085.997,59	31/12/2039	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
SPE Salto Góes Energia S.A.	01/01/2013	21.265.910,85	85.222,13	21.265.910,85	31/12/2042	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
SPE Costa Branca Energia S.A.	01/05/2014	15.693.040,80	2.882,78	15.693.040,80	31/12/2032	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
SPE Juremas Energia S.A.	01/05/2014	12.523.764,00	91.687,20	12.523.764,00	31/12/2032	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
SPE Macacos Energia S.A.	01/05/2014	16.197.441,60	123.753,07	16.197.441,60	31/12/2032	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
SPE Pedra Preta Energia S.A.	01/05/2014	16.173.463,20	1.836,64	16.173.463,20	31/12/2032	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
ATLANTICA I PARQUE EOLICO S A	01/09/2013	21.712.452,00	0,00	21.712.452,00	31/12/2032	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	01/11/2015	166.405.355,81	0,00	166.405.355,81	31/10/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	CCM / STC						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	01/10/2018	382.972,60	0,00	382.972,60	20/02/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	CADEIA REVERSA						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	01/11/2018	8.113.899,99	0,00	8.113.899,99	31/10/2023	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	CADEIA REVERSA						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	01/06/2015	1.394.237,44	0,00	1.394.237,44	01/06/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	TRANSFORMADORES DE DISTRIBUIÇÃO						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	12/12/2018	265.290,75	0,00	265.290,75	30/04/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	VEÍCULOS						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	01/12/2016	49.062.840,93	-819.032,80	49.062.840,93	01/12/2021	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	AUTO ATENDIMENTO VIA INTERNET						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Service Level Agreement (SLA) e multas por descumprimento de índices e outras não conformidades						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nect Serviços Administrativos Ltda.	05/05/2014	11.645.660,94	0,00	11.645.660,94	28/02/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	CENTRO DE SERVIÇOS						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nect Serviços Administrativos Ltda.	01/03/2015	29.554.720,76	-118.830,54	29.554.720,76	28/02/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	CENTRO DE SERVIÇOS						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Nect Serviços Administrativos Ltda.	01/03/2019	23.054.852,39	0,00	23.054.852,39	28/02/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	CENTRO DE SERVIÇOS						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Nect Serviços Administrativos Ltda.	14/12/2018	51.134.326,47	0,00	51.134.326,47	28/02/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	CENTRO DE SERVIÇOS						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Telecom S.A.	15/01/2015	651.093,00	0,00	651093,00	14/01/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compatilhamento de aluguel						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	01/03/2015	41.930.309,66	-282.109,07	41.930.309,66	28/02/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	CENTRO DE SERVIÇOS						
Garantia e seguros	Multas por atrasos na conclusão dos serviços e em caso de rescisão						
Rescisão ou extinção	Inobservância contratual; inadimplência; requerimento de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; ocorrência de fatos que desabonem a idoneidade das partes; dentre outras						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Energia S.A.	31/12/2018	6.226.329,95	6.226.329,95	6.226.329,95	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Dividendos a pagar						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Dividendos a pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CPFL Energia S.A.	31/12/2018	31.708.176,63	31.708.176,63	31.708.176,63	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	JCP a pagar						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	JCP a pagar						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Instituto CPFL	01/01/2018	1.148.092,69	0,00	1.148.092,69	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades de terceiro setor						
Objeto contrato	Contribuições Associativas						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
ATLANTICA II PARQUE EOLICO S A	01/09/2013	21.380.990,40	0,00	21.380.990,40	31/12/2032	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
ATLANTICA IV PARQUE EOLICO S A	01/09/2013	21.546.727,20	0,00	21.546.727,20	31/12/2032	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
ATLANTICA V PARQUE EOLICO S A	01/09/2013	22.706.916,00	0,00	22.706.916,00	31/12/2032	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Santa Luzia Energética S.A.	01/09/2012	94.800.994,53	280.107,39	94.800.994,53	31/12/2039	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Bio Ester Ltda.	01/11/2012	25.003.774,80	191.934,72	25.003.774,80	31/12/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
DESA MORRO DOS VENTOS II S.A.	24/09/2013	11.232.079,20	0,00	11.232.079,20	31/12/2035	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
MATA VELHA ENERGÉTICA S.A.	05/09/2014	13.460.702,41	12.478,07	13.460.702,41	31/12/2047	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Compra de energia						
Garantia e seguros	Contrato de Constituição de Garantia						
Rescisão ou extinção	Falência, dissolução ou liquidação, entre outros.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	01/01/2018	43.589,94	0,00	43.589,94	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	01/01/2018	36.648,58	0,00	36.648,58	31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidades sob controle comum						
Objeto contrato	Encargos de transmissão						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A controladora CPFL Energia, preservando seu compromisso com a defesa e a criação de valor em sintonia com as melhores práticas de governança corporativa e com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, possui mecanismos internos para acompanhamento e controle das transações envolvendo Partes Relacionadas.

Até a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019 o Estatuto Social da controladora CPFL Energia, previa, em seu o Art. 17 alínea "m", que o Conselho de Administração da controladora CPFL Energia tem por atribuição autorizar prévia e expressamente a celebração de seus contratos ou pelas sociedades direta ou indiretamente controladas, com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a eles coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a R\$ 11.851.000,00 (onze milhões, oitocentos e cinquenta e um mil reais). Em razão da reforma de determinadas disposições do Estatuto Social da CPFL Energia aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2019, esse limite foi alterado, e passou a prever valor superior a R\$ 12.746.000,00 (doze milhões, setecentos e quarenta e seis mil reais).

Vale ressaltar que o próprio Regimento Interno do Conselho de Administração da nossa controladora CPFL Energia dispõe que: (i) cabe ao Conselho de Administração prevenir e administrar situações de conflito de interesses ou de divergência de opiniões; e (ii) qualquer conselheiro que possua efetivo ou potencial conflito de interesse ou que esteja ligado à parte relacionada, cujas atividades preponderantes impliquem existência, efetiva ou potencial, de conflito de interesses com determinada matéria a ser examinada pelo conselho, deverá abster-se de participar da parte da reunião na qual tal matéria for analisada.

Por prática interna de governança corporativa, as operações envolvendo Partes Relacionadas aos acionistas da controladora CPFL Energia são deliberadas previamente pelo seu Conselho de Administração, submetidas ao seu Comitê de Partes Relacionadas, órgão de assessoramento do Conselho cuja atribuição é examinar e manifestar opinião sobre o atendimento a práticas usuais de mercado nas transações com Partes Relacionadas aos Acionistas Controladores da CPFL Energia. Neste sentido, de acordo com as competências que lhe foram atribuídas pelo Conselho de Administração, cabe ao Comitê de Partes Relacionadas avaliar tais transações.

Visando garantir a identificação de transações realizadas entre a Companhia, sua controladora CPFL Energia e outras sociedades controladas ou coligadas de controle comum, evitando eventuais conflitos de interesse, o acionista da controladora CPFL Energia forneceu uma lista atualizada de empresas afiliadas consideradas Partes Relacionadas. Com base nessa lista, a controladora CPFL Energia identifica as transações com Partes Relacionadas e previamente à submissão para deliberação do seu Conselho de Administração, o Comitê de Partes Relacionadas se manifesta sobre o atendimento às práticas usuais de mercado.

Adicionalmente, na condição de concessionária do serviço público de distribuição de energia, a Companhia esta sujeita às regras da ANEEL. Nesse contexto, a Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016 dispõe que determinados atos e negócios jurídicos entre concessionárias, permissionárias, autorizadas e suas partes relacionadas estão sujeitos a controles prévios ou a *posteriori* da ANEEL, dependendo do caso concreto.

A Companhia esclarece que todas as transações descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência estão sujeitas às políticas e dispositivos legais descritos neste item 16.3.(a).

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

A Companhia formaliza os contratos com Partes Relacionadas sempre observando os preços e condições praticados em mercado, para que não sejam gerados benefícios ou prejuízos à Companhia. Os contratos são negociados individualmente, sendo analisadas as condições usuais do mercado de cada região, respeitadas as particularidades de cada operação (exemplo: valores, prazos, sigilo das informações, qualidade dos serviços e produtos, etc.). Ainda, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016, todos os atos e negócios jurídicos entre agentes do

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

setor elétrico e suas partes relacionadas devem ser estabelecidos em condições estritamente comutativas, incluindo, quando couber, processos licitatórios, de forma a não onerar as partes desproporcionalmente.

Ademais, todas as transações, inclusive aquelas com Partes Relacionadas, devem ser pactuadas por escrito, especificando-se as suas principais características (preços, prazos, direitos, responsabilidades, etc.).

Neste sentido, todo processo de contratação de fornecedores ou prestadores de serviços se inicia com a cotação de no mínimo três empresas, para garantir que os preços, prazos e demais condições comerciais são aquelas praticadas em mercado ou com base em negociações anteriores. É também analisada a viabilidade financeira de cada operação em comparação às operações semelhantes no mercado, verificando-se, portanto, a comutatividade das operações.

A Companhia esclarece que todas as transações descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência estão sujeitas aos procedimentos, forma e condições de contratação descritos neste item 16.3.(b).

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Informações adicionais sobre o item 16.2

A Companhia esclarece que as partes (i) Araraquara Transmissora de Energia S.A.; (ii) Atlântico - Concessionária de Transmissão de Energia Do Brasil S.A.; (iii) Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.; (iv) Canarana Transmissoras de Energia S.A.; (v) Catxere Transmissora de Energia S.A.; (vi) Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.; (vii) Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.; (viii) Guaraciaba Transmissora de Energia S.A.; (ix) Iracema Transmissora de Energia S.A.; (x) Itumbiara Transmissora de Energia S.A.; (xi) Linha de Transmissão de Montes Claros S.A.; (xii) Linha de Transmissão do Itatim S.A.; (xiii) Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.; (xiv) Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.; (xv) Matrincha Transmissora de Energia S.A.; (xvi) Paranaíba Transmissora de Energia S.A.; (xvii) Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.; (xviii) Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.; (xix) Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.; (xx) Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.; e (xxi) Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A., são sociedades pertencentes ao grupo econômico da State Grid, porém não fazem parte do Grupo CPFL.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/04/2019	249.320.577,83		53.096.770.180	0	53.096.770.180
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/04/2019	249.320.577,83		53.096.770.180	0	53.096.770.180
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2019	249.320.577,83		53.096.770.180	0	53.096.770.180

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
--

Todas as informações relevantes sobre Capital Social foram divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Nota Promissória Comercial
Data de emissão	03/01/2019
Data de vencimento	27/12/2019
Quantidade (Unidades)	50
Valor total (Reais)	125.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para maiores detalhes sobre hipótese e cálculo do valor de resgate, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
Características dos valores mobiliários de dívida	Remuneração: 103,40% do CDI Garantia e, se real, descrição do bem objeto: Aval da CPFL Energia Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: (i) à distribuição de dividendos; (ii) à alienação de determinados ativos; (iii) à contratação de novas dívidas; e (iv) à emissão de novos valores mobiliários; Não há
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As seguintes deliberações relativas às alterações das características originais das Notas Comerciais, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Titulares de Notas Comerciais que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Comerciais em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração ou repactuação programada; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Notas Comerciais; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Notas Comerciais; (v) a alteração, substituição ou o reforço da garantia; (vi) destinação de recursos; (vii) resgate antecipado; (viii) a modificação dos eventos de vencimento antecipado estabelecidos na Cláusula 13 desta Cártula; (ix) a concessão waiver ou perdão no âmbito dos eventos de vencimento antecipado estabelecidos na Cláusula 13 desta Cártula; e/ou (x) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula 14.
Outras características relevantes	Para maiores detalhes sobre as condições de vencimento antecipado, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	7ª emissão de debêntures
Data de emissão	05/02/2013
Data de vencimento	05/02/2021
Quantidade (Unidades)	23.500
Valor total (Reais)	235.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	121.588.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para maiores detalhes sobre hipótese e cálculo do valor de resgate, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
Características dos valores mobiliários de dívida	Juros: CDI + 0,83% a.a Garantia e, se real, descrição do bem objeto: Fiança da CPFL Energia Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Não aplicável Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: (i) à distribuição de dividendos; (ii) à alienação de determinados ativos; (iii) à contratação de novas dívidas; e (iv) à emissão de novos valores mobiliários; Restrição de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora e/ou pela Garantidora caso a Emissora e/ou a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias contidas na escritura. Agente fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Para maiores detalhes sobre as condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
Outras características relevantes	Para maiores detalhes sobre as condições de vencimento antecipado, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	9ª Emissão de debêntures
Data de emissão	09/01/2018
Data de vencimento	09/01/2021
Quantidade (Unidades)	215.000
Valor total (Reais)	215.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	221.947.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para maiores detalhes sobre hipótese e cálculo do valor de resgate, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
Características dos valores mobiliários de dívida	Juros: CDI + 0,48% Garantia e, se real, descrição do bem objeto: Fiança da CPFL Energia Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: subordinada; Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: (i) à distribuição de dividendos; (ii) à alienação de determinados ativos; (iii) à contratação de novas dívidas; e (iv) à emissão de novos valores mobiliários; Não há Agente fiduciário: Pentágono S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Para maiores detalhes sobre as condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
Outras características relevantes	Para maiores detalhes sobre as condições de vencimento antecipado, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	10ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	06/09/2018

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Data de vencimento	15/08/2025
Quantidade (Unidades)	197.000
Valor total (Reais)	197.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	201.913.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Juros: IPCA + 5,80% Garantia e, se real, descrição do bem objeto: Fiança da CPFL Energia Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário; Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: (i) à distribuição de dividendos; (ii) à alienação de determinados ativos; (iii) à contratação de novas dívidas; e (iv) à emissão de novos valores mobiliários; Não há Agente fiduciário: Pentágono S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração ou repactuação programada; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) a alteração, substituição ou o reforço da garantia; (vi) destinação de recursos; (vii) resgate antecipado; e/ou (viii) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula 7.
Outras características relevantes	Para maiores detalhes sobre as condições de vencimento antecipado, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª emissão de debêntures
Data de emissão	28/05/2019
Data de vencimento	28/05/2024
Quantidade (Unidades)	215.000
Valor total (Reais)	215.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para maiores detalhes sobre hipótese e cálculo do valor de resgate, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
Características dos valores mobiliários de dívida	Remuneração: 107% do CDI Garantia e, se real, descrição do bem objeto: Fiança da CPFL Energia Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: (i) à distribuição de dividendos; (ii) à alienação de determinados ativos; (iii) à contratação de novas dívidas; e (iv) à emissão de novos valores mobiliários; Não há Agente fiduciário: Pentágono S.A.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Para maiores detalhes sobre as condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários

Outras características relevantes Para maiores detalhes sobre as condições de vencimento antecipado, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures (liquidada)
Data de emissão	03/07/2012
Data de vencimento	03/07/2019
Quantidade (Unidades)	110
Valor total (Reais)	110.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e prêmio máximo de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), que decrescerá conforme transcurso do prazo das Debêntures, conforme será estabelecido na Escritura de Emissão ("Prêmio" e "Resgate Antecipado").

Características dos valores mobiliários de dívida - Juros: CDI + 0,80% a.a. - Garantia e, se real, descrição do bem objeto: Fiança da CPFL Energia - Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Quirografário - Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: (i) à distribuição de dividendos; (ii) à alienação de determinados ativos; (iii) à contratação de novas dívidas; e (iv) à emissão de novos valores mobiliários: Restrição de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora e/ou pela Garantidora caso a Emissora e/ou a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias contidas na escritura. - Agente fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Para detalhes sobre as condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários.

Outras características relevantes Para detalhes sobre as condições de vencimento antecipado, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	8ª emissão de debêntures
Data de emissão	15/02/2017
Data de vencimento	15/02/2024
Quantidade (Unidades)	306.000
Valor total (Reais)	306.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	317.016.000,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para maiores detalhes sobre hipótese e cálculo do valor de resgate, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Juros: As Debêntures da Primeira Série farão jus a juros remuneratórios a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e limitado à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+2024, com vencimento em 2024, subtraída exponencialmente de 0,05%. As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios equivalentes a um determinado percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, limitado a 111,25% Garantia e, se real, descrição do bem objeto: Fiança da CPFL Energia</p> <p>Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Não aplicável</p> <p>Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: (i) à distribuição de dividendos; (ii) à alienação de determinados ativos; (iii) à contratação de novas dívidas; e (iv) à emissão de novos valores mobiliários; Restrição de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora e/ou pela Garantidora caso a Emissora e/ou a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias contidas na escritura.</p> <p>Agente fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Para maiores detalhes sobre as condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários
Outras características relevantes	Serão emitidas 306.000 debêntures, não conversíveis em ações, da 8ª Emissão, em 2 (duas) séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, sendo (i) 60.000 Debêntures da Primeira Série; e (ii) 246.000 Debêntures da Segunda Série. Para maiores detalhes sobre as condições de vencimento antecipado, vide texto anexo ao item 18.12 - Outras inf.relev. - Val. mobiliários

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Pela impossibilidade de preenchimento detalhado no quadro 18.5-A as informações referentes os titulares dos valores mobiliários emitidos pela Companhia foram disponibilizadas no item 18.12.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação.

As Debêntures da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário, no CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21") operacionalizado pela CETIP, com os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP e/ou no Sistema de Negociação BOVESPA FIX, administrado pela B3, com os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

As Notas Comerciais são depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente através da B3. Concomitantemente à liquidação, as Notas Comerciais serão depositadas eletronicamente em nome do Titular das Notas Comerciais no Sistema de Custódia Eletrônica da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Todas as debêntures foram emitidas unicamente em mercado nacional.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor.

No exercício social de 2018 houve a 9ª emissão de debêntures em 09 de janeiro e a 10ª emissão de debêntures em 06 de setembro, e no exercício social de 2017 houve a 8ª emissão de debêntures em 15 de fevereiro, cujos detalhes estão descritos nos itens 18.5, 18.10 e 18.12 deste Formulário de Referência.

No exercício social de 2016 não houve emissão de debêntures.

Nos últimos três exercícios sociais, não ocorreu nenhuma oferta pública de ações do emissor, seja ela primária ou secundária.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

(I) Em 15 de fevereiro de 2017, foram emitidas 306.000 debêntures, não conversíveis em ações, da 8ª Emissão, em 2 (duas) séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, sendo (i) 60.000 Debêntures da Primeira Série; e (ii) 246.000 Debêntures da Segunda Série. As debêntures são no valor nominal unitário na data da emissão de R\$ 1.000,00 gerando uma captação total de R\$ 306.000.000,00 A remuneração das duas series serão pagas semestralmente, no dia 15 (quinze) de cada mês, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de agosto de 2017. Os recursos líquidos obtidos foram destinados: (i) primeira série: pagamento e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas passíveis de reembolso relacionados à implementação/desenvolvimento de Projeto de Investimento; e (ii) segunda série: para refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro.

(II) Em 09 de janeiro de 2018, foram emitidas 215.000 debêntures, não conversíveis em ações, da 9ª Emissão, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. As debêntures são no valor nominal unitário na data da emissão de R\$ 1.000,00 gerando uma captação total de R\$ 215.000.000,00 A remuneração será paga semestralmente, no dia 9 (nove) dos meses de janeiro e julho, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 09 de julho de 2018. Os recursos líquidos obtidos serão utilizados para reforço do capital de giro da Emissora.

(III) Em 06 de setembro de 2018, foram emitidas 197.000 debêntures, não conversíveis em ações, da 10ª Emissão, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. As debêntures são no valor nominal unitário na data da emissão de R\$ 1.000,00 gerando uma captação total de R\$ 197.000.000,00 A remuneração será paga no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2019 e o último pagamento na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o vencimento antecipado ou oferta de resgate antecipado das Debêntures). Os recursos oriundos da captação por meio desta Emissão serão destinados para: (i) implementação e desenvolvimento do projeto de investimento enquadrado como prioritário nos termos das Portarias do MME ("Projeto de Investimento") que: (a) compreende valores anuais de investimentos limitados aos constantes da última versão do Plano de Desenvolvimento da Distribuição ("PDD") apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL no Ano Base (A) denominado PDD de referência, correspondentes às obras classificadas como expansão, renovação ou melhoria, de acordo com Módulo 2 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional ("PRODIST"); (b) não inclui os investimentos em obras classificadas como Programa "LUZ PARA TODOS" ou Participação Financeira de Terceiros, de acordo com Módulo 2 do PRODIST; (c) não contempla investimentos em projetos aprovados como prioritários sob a égide da Portaria do MME nº 505, de 24 de outubro de 2016; e (d) poderá contemplar investimentos anuais realizados no ano anterior (A-1) e previstos para os dois primeiros anos (A e A+1), apresentados no PDD de referência, não coincidentes com projeto de investimento aprovado anteriormente nos termos da Portaria MME 245; (ii) o pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridas a partir da data de integralização da Oferta e relacionados ao Projeto de Investimento, nos termos da Lei 12.431; ou (iii) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas ao Projeto de Investimento ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da publicação do comunicado de encerramento da Oferta Restrita.

(IV) Em 03 de janeiro de 2019, foram emitidas 50 Notas Promissórias Comerciais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. As Notas Promissórias são no valor nominal unitário na data da emissão de R\$ 2.500.000,00 gerando uma captação total de R\$ 125.000.000,00 O vencimento das Notas promissórias ocorrerá em 27 de dezembro de 2019. Os recursos obtidos serão utilizados para reforço do capital de giro da Emissora.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

(V) Em 28 de maio de 2019, foram emitidas 215.000 debêntures, não conversíveis em ações, da 11ª Emissão, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. As debêntures são no valor nominal unitário na data da emissão de R\$ 1.000,00 gerando uma captação total de R\$ 215.000.000,00. O vencimento da Debênture ocorrerá, em 28 de maio de 2024. Os recursos obtidos pelas emissoras serão utilizados exclusivamente para o resgate antecipado da 9ª Emissão de debêntures. A referida debênture já foi emitida, restando apenas a conclusão do processo de registro na Junta Comercial e Cartório de Títulos e Documentos, sendo que o desembolso está estimado para ocorrer até 11 de junho de 2019.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro.

Não houve nenhuma oferta pública de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro, seja ela primária ou secundária, nos últimos três exercícios sociais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

A Companhia esclarece que o item 18.1 não foi preenchido por ser facultativo em função da mesma ser uma empresa classificada como categoria B.

Seguem abaixo as informações referentes às condições de vencimento antecipado de cada Emissão de Debêntures, bem como da emissão da Nota Promissória Comercial da Companhia:

6ª emissão da CPFL Piratininga

Condições de vencimento antecipado: as Debêntures e todas as suas obrigações constantes na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Companhia o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, a partir de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

(a) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, ressalvada a hipótese da Companhia e/ou da Garantidora, ou qualquer de suas subsidiárias, conforme o caso, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;

(b) alteração do atual controle da Companhia ou da Garantidora sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Companhia ou Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas: Camargo Corrêa S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Companhia ou da Garantidora¹;

(c) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Companhia e/ou da Garantidora, exceto se após a conclusão da referida operação ao menos um dos seguintes acionistas: Camargo Corrêa S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Garantidora ou da Companhia²;

(d) realização de redução de capital social da Companhia e/ou da Garantidora, após a data de assinatura da Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(e) proposta pela Companhia e/ou Garantidora, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores, de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Companhia e/ou Garantidora, ou por qualquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Companhia ou pela Garantidora;

(f) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, suas subsidiárias e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Companhia, suas subsidiárias e/ou pela Garantidora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) foram prestadas garantias em juízo;

¹ Visando obter anuência prévia dos debenturistas para a alteração do controle da Companhia, foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas em 13 de dezembro de 2016 para alteração das cláusulas de vencimento antecipado, de forma que tal cláusula não seja ativada caso a State Grid Corporate of China ou quaisquer entidades por ela controladas ou controladas em conjunto façam parte do bloco de controle majoritário da CPFL Energia

² Idem

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(g) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão de Debêntures ("Escritura de Emissão"), não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário da Emissão;

(h) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia, suas subsidiárias e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Companhia, suas subsidiárias e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos;

(i) não pagamento pela Companhia e/ou pela Garantidora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas datas previstas na Escritura de Emissão;

(j) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia e/ou pela Garantidora caso a Companhia e/ou a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão;

(k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia e/ou a Garantidora em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;

(l) não observância pela Garantidora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, ao final de 2 (dois) semestres consecutivos, dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão verificados pelo agente fiduciário da Emissão, com base em demonstrativo elaborado pela Garantidora ao final de cada semestre do ano civil, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do cálculo, devendo tal demonstrativo ser entregue ao agente fiduciário da Emissão em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das demonstrações financeiras da Garantidora, relativas ao respectivo semestre ("Índices Financeiros"): (i) relação entre a Dívida Líquida verificada ao final de cada semestre do ano civil da Garantidora e o EBITDA da Garantidora dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil menor ou igual a 3,75 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" a soma dos valores relativos a (1) empréstimos e financiamentos; (2) saldo líquido de operações swaps, futuros e opções relacionadas a taxas de juros e de câmbio; e (3) dívidas resultantes de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures, notas promissórias comerciais e/ou bonds ou notes da Garantidora no Brasil ou no exterior, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Garantidora, estando excluída deste cálculo a dívida com a Fundação Cesp ("Funcesp"); e considera-se como "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) da Garantidora, (1) o lucro da Garantidora antes de juros, tributos, amortização e depreciação, ajustados com os ativos e passivos de CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – Sobrecontratação e Neutralidade dos Encargos Setoriais, divulgados em Nota Explicativa das demonstrações financeiras da Garantidora (mas não nas informações financeiras trimestrais), calculados conforme regulamentação do setor, no período de 12 (doze) meses anteriores ao final de cada semestre do ano civil, e (2) em caso de aquisição(ões), será(ão) considerado(s) para fins de cálculo do EBITDA da Garantidora, de acordo com a definição do item (1) acima, o(s) EBITDA(s) gerado(s) no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil pela(s) empresa(s) adquirida(s) ("EBITDA Histórico"); e (ii) relação entre EBITDA da Garantidora e Resultado Financeiro da Garantidora, maior ou igual a 2,25 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro" da Garantidora, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao final de cada semestre do ano civil, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo não será considerado para cálculo. Estão excluídos destes cálculos os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à Funcesp, bem como as variações cambiais e monetárias sobre as dívidas e caixa e, por fim as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Garantidora, mas apenas registro contábil. Para fins do cálculo a que se referem os itens (i) e (ii) acima, a Garantidora deverá (a) consolidar, em seus números, os resultados e os itens do balanço patrimonial de todas as sociedades em que detenha participação acionária igual ou superior a 10% (dez por cento), de forma proporcional à participação por ela detida no capital das referidas sociedades, independentemente da forma de apresentação das demonstrações financeiras do respectivo semestre da Garantidora à CVM, e (b) apresentar relatório contendo memória de cálculo de tais números, devidamente auditado por empresa de auditoria independente registrada na CVM, até a liquidação de todas as obrigações assumidas na Escritura de Emissão;

(m) transformação da Companhia ou da Garantidora em sociedade limitada;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(n) perda, não renovação ou cassação, por qualquer motivo, das concessões de uma ou mais subsidiárias da Garantidora detidas na Data de Emissão, excetuada a hipótese de não renovação de concessão pela (i) Companhia Força e Luz Santa Cruz; (ii) Companhia Leste Paulista de Energia; (iii) Companhia Sul Paulista de Energia; (iv) Companhia Luz e Força de Mococa; e (v) Companhia Jaguari de Energia.

Os valores mencionados nas alíneas (a), (f) e (k) deste item serão corrigidos, a partir da Data de Emissão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em fevereiro de 2017, antecipamos duas parcelas referente ao pagamento da debenture de 6º emissão, o restante foi liquidado antecipadamente em dezembro de 2018.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores (inclusive da Garantidora) ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

Exceto conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive: (i) com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas na Escritura de Emissão que não apresentem outro quorum específico; (ii) alteração e/ou renúncia a qualquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13. da escritura; (iii) modificação dos quoruns de deliberação estabelecidos na Cláusula Sétima da escritura; (iv) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta da escritura; (v) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta da escritura; e/ou (vi) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Cláusula Sétima da escritura.

As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures.

em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; e/ou (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7ª emissão da CPFL Piratininga

Hipótese e cálculo do valor de resgate

A partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) por meio de comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com antecedência de 10 (dez) dias úteis da data prevista para o Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) se o resgate será total ou parcial e, se for parcial, a adoção do critério de sorteio, nos termos do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP, (b) a data prevista para o efetivo resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (c) o Preço de Resgate, conforme abaixo definido; e (d) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas;
- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.9 da Escritura de Emissão, devendo ainda incidir sobre este valor, prêmio a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio de Resgate"):

$$\text{Prêmio de Resgate} = P \times \text{PU}$$

Onde:

$$P = \frac{\text{DD} \times 0,50\%}{\text{DT}}; \text{ e}$$

PU = Valor Nominal Unitário das Debêntures (já descontadas eventuais amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação ocorridas na forma do item 4.8 da Escritura de Emissão, inclusive na data do Resgate Antecipado), acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado.

Onde:

DD Dias a decorrer entre a data de resgate da operação e a data de vencimento da operação;
 DT Dias a decorrer entre a primeira data possível de resgate e a data de vencimento da operação.

- (iii) o pagamento do Prêmio de Resgate deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.17 da Escritura de Emissão, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data e canceladas pela Emissora.

Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização. Adicionalmente, a Comunicação de Resgate deverá ser enviada ao Banco Liquidante, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data do Resgate Antecipado.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Os valores relativos ao Prêmio de Resgate serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

Condições de vencimento antecipado

Observado o disposto nos itens abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, a partir de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, ressalvada a hipótese da Emissora e/ou da Garantidora ou qualquer de suas subsidiárias, conforme o caso, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (b) alteração do atual controle da Emissora ou da Garantidora sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora ou Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas: Camargo Corrêa S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Garantidora ou da Emissora³;
- (c) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se após a conclusão da referida operação ao menos um dos seguintes acionistas: Camargo Corrêa S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Garantidora ou da Emissora⁴;
- (d) realização de redução de capital social da Emissora e/ou da Garantidora, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) proposta pela Emissora e/ou Garantidora, ou por qualquer de suas subsidiárias, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Emissora e/ou Garantidora ou por qualquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora ou pela Garantidora;
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, suas subsidiárias, e/ou Garantidora, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora, suas subsidiárias e/ou pela Garantidora que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) foram prestadas garantias em juízo;

³ Visando obter anuência prévia dos debenturistas para a alteração do controle da Companhia, foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas em 17 de outubro de 2016 para alteração das cláusulas de vencimento antecipado, de forma que tal cláusula não seja ativada caso a State Grid Corporate of China ou quaisquer entidades por ela controladas ou controladas em conjunto façam parte do bloco de controle majoritário da CPFL Energia

⁴ Idem

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

- (g) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (h) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, suas subsidiárias, e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Emissora, suas subsidiárias, e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (i) não pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas datas previstas nesta Escritura de Emissão;
- (j) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora e/ou pela Garantidora caso a Emissora e/ou a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Garantidora em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão pelo IGP-M, ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;
- (l) não observância pela Garantidora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, ao final de 2 (dois) semestres consecutivos, dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão acompanhados pelo Agente Fiduciário, com base em demonstrativo elaborado pela Garantidora ao final de cada semestre do ano civil, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do cálculo, devendo tal demonstrativo ser entregue ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das demonstrações financeiras da Garantidora, relativas ao respectivo semestre ("Índices Financeiros"):
 - (i) relação entre a Dívida Líquida verificada ao final de cada semestre do ano civil da Garantidora e o EBITDA da Garantidora dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil menor ou igual a 3,75 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" a soma dos valores relativos a (1) empréstimos e financiamentos; (2) saldo líquido de operações swaps, futuros e opções relacionadas a taxas de juros e de câmbio; e (3) dívidas resultantes de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures, notas promissórias comerciais e/ou bonds ou notes da Garantidora no Brasil ou no exterior, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Garantidora, estando excluída deste cálculo a dívida com a Fundação Cesp ("Funcesp") e considera-se como "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) da Garantidora, (1) o lucro da Garantidora antes de juros, tributos, amortização e depreciação, ajustados com os ativos e passivos de CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – Sobrecontratação e Neutralidade dos Encargos Setoriais, divulgados em Nota explicativa das demonstrações financeiras da Garantidora (mas não nas informações financeiras trimestrais), calculados conforme regulamentação do setor, no período de 12 (doze) meses anteriores ao final de cada semestre do ano civil, e (2) em caso de aquisição(ões), será(ão) considerado(s) para fins de cálculo do EBITDA da Garantidora, de acordo com a definição deste item (i) acima, o(s) EBITDA(s) gerado(s) no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil pela(s) empresa(s) adquirida(s) ("EBITDA Histórico"); e
 - (ii) relação entre EBITDA da Garantidora e Resultado Financeiro da Garantidora, maior ou igual a 2,25 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro" da Garantidora, a diferença entre receitas e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao final de cada semestre do ano civil, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo. Estão excluídos destes cálculos os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à Funcesp, bem

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

como as variações cambiais e monetárias sobre as dívidas e caixa, e por fim as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Garantidora, mas apenas registro contábil.

Para fins do cálculo a que se referem os itens (i) e (ii) acima, a Garantidora deverá (a) consolidar, em seus números, os resultados e os itens do balanço patrimonial de todas as sociedades em que detenha participação acionária igual ou superior a 10% (dez por cento), de forma proporcional à participação por ela detida no capital das referidas sociedades, independentemente da forma de apresentação das demonstrações financeiras do respectivo semestre da Garantidora à CVM, e (b) apresentar relatório contendo memória de cálculo de tais números, devidamente auditado por empresa de auditoria independente registrada na CVM, até a liquidação de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; e

- (m) transformação da Emissora ou da Garantidora em sociedade limitada.

As referências a "controle" encontradas na Cláusula Quarta da Escritura de Emissão deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Os eventos a que se referem os subitens (f), (g), (h), (i) e (k) acima somente serão considerados eventos de vencimento antecipado para os fins da Escritura de Emissão, ensejando a adoção dos procedimentos descritos nos itens abaixo, após o final do prazo de 30 (trinta) dias corridos ou, especificamente para o item (i), o prazo de 2 (dois) dias, neles referidos.

Para os fins da Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (e), (h), (i), (k) e/ou (m) acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do fato e imediatamente declarar o vencimento antecipado das Debêntures, por meio de notificação enviada à Emissora e à Garantidora, nos termos da Cláusula Nona da Escritura de Emissão; e (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (b), (d), (f), (g), (j) e/ou (l) acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (e), (h), (i), (k) e/ou (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo Debenturista, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora e à Garantidora. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item 4.13.1 da Escritura de Emissão, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação o edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.5 da Escritura de Emissão, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula Sétima da Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, desde que por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 da Escritura de Emissão.

A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.13.8 da Escritura de Emissão, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

Em dezembro de 2018, antecipamos uma parcela referente ao pagamento da debenture de 7ª emissão.

Condições para alteração dos direitos assegurados

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores (inclusive da Garantidora) ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

Exceto conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive: (i) com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas na Escritura de Emissão que não apresentem outro quorum específico; (ii) alteração, perdão e/ou renúncia temporária a qualquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13 da Escritura de Emissão; (iii) modificação dos quoruns de deliberação estabelecidos na Cláusula Sétima da Escritura de Emissão; (iv) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta da Escritura de Emissão; (v) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta da Escritura de Emissão; e/ou (vi) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Cláusula Sétima da Escritura de Emissão.

As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; e/ou (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8ª emissão da CPFL Piratininga

Condições de vencimento antecipado:

Observado o disposto abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da Primeira Série e saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, calculada pro rata temporis, desde a data da primeira integralização das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento:

(a) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, pelo Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), não sanado no prazo de até 05 (cinco) dias corridos da data para pagamento, ressalvada a hipótese da Emissora, Garantidora e/ou qualquer de suas subsidiárias, conforme o caso, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;

(b) alteração do atual controle da Garantidora e/ou da Emissora sem prévia aprovação dos Debenturistas, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, na qual, após a conclusão da alteração de controle da Emissora e/ou da Garantidora, ao menos um dos seguintes acionistas permaneça, ou passe a fazer parte, individual ou coletivamente, direta ou indiretamente, do bloco de controle da Emissora e/ou da Garantidora: (i) Camargo Corrêa S.A.; (ii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ; ou (iii) quaisquer empresas direta ou indiretamente controladoras, controladas ou sob controle comum da State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China;

(c) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se após a conclusão da referida operação que resultar na alteração de controle da Emissora ao menos um dos seguintes acionistas permaneça, ou passe a fazer parte, individual ou coletivamente, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Emissora e/ou da Garantidora: (i) Camargo Corrêa S.A.; (ii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ; ou (iii) quaisquer empresas direta ou indiretamente controladoras, controladas ou sob controle comum da State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China;

(d) realização de redução de capital social da Garantidora e/ou da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(e) proposta pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por quaisquer de suas subsidiárias, (i) de plano de recuperação extrajudicial ou (ii) de plano de recuperação judicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por quaisquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela Garantidora;

(f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora ou suas subsidiárias, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais),

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

sendo estes valores atualizados mensalmente, pelo IGP-M, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, e/ou pelas suas subsidiárias, ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi suspenso ou cancelado, ou (iii) foram prestadas garantias e aceitas em juízo;

(g) descumprimento pela Garantidora e/ou pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, o que ocorrer primeiro, não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Garantidora e/ou pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;

(h) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e/ou de suas subsidiárias e não devidamente elidido no prazo de 30 (trinta) dias corridos;

(i) não pagamento pela Garantidora e/ou pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas no prazo de até 2 (dois) dias corridos das datas previstas nesta Escritura de Emissão;

(j) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;

(k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial e/ou de qualquer decisão arbitral ou administrativa não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra a Garantidora ou suas subsidiárias em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pelo IGP-M, ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;

(l) não observância pela Garantidora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, ao final de 2 (dois) semestres consecutivos, dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão verificados pelo Agente Fiduciário com base em demonstrativo elaborado pela Garantidora ao final de cada semestre do ano civil, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do cálculo ("Índices Financeiros"):

(i) divisão entre a Dívida Líquida verificada ao final de cada semestre do ano civil e o EBITDA dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil menor ou igual a 3,75 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" a soma dos valores relativos a (1) empréstimos e financiamentos; (2) saldo líquido de operações swaps, futuros e opções relacionadas a taxas de juros e de câmbio; e (3) dívidas resultantes de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures, notas promissórias comerciais e/ou bonds ou notes da Garantidora no Brasil ou no exterior, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, estando excluída deste cálculo a dívida com a Funcesp e considera-se como "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization), (1) o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação, ajustados com os ativos e passivos de CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – Sobrecontratação e Neutralidade dos Encargos Setoriais, divulgados em Nota explicativa das demonstrações financeiras (mas não nas informações financeiras trimestrais), calculados conforme regulamentação do setor, no período de 12 (doze) meses anteriores ao final de cada semestre do ano civil, e (2) em caso de aquisição(ões) será(ão) considerado(s) para fins de cálculo do EBITDA, de acordo com a definição deste item (i), o(s) EBITDA(s) gerado(s) no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil pela(s) empresa(s) adquirida(s) ("EBITDA Histórico"); e

(ii) relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro", a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada semestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo não será considerado para cálculo. Estão excluídos destes cálculos os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à Funcesp, bem como as variações cambiais e monetárias sobre as dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa, mas apenas registro contábil.

Para fins do cálculo a que se referem os itens (i) e (ii) deste item "(l)", a Garantidora deverá (a) consolidar, em seus números, os resultados e os itens do balanço patrimonial de todas as sociedades em que detenha participação acionária igual ou superior a 10% (dez por cento), de forma proporcional à participação por ela detida no capital das referidas sociedades, independentemente da forma de apresentação das demonstrações financeiras do respectivo semestre da Garantidora à CVM; (b) apresentar relatório contendo memória de cálculo dos Índices Financeiros, baseado nos números auditados ou objeto de revisão por empresa de auditoria independente

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

registrada na CVM, até a liquidação de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; (c) Os Índices Financeiros serão calculados a partir de 31 de dezembro de 2017;

(m) alteração do tipo societário da Emissora nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(n) comprovada violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei nº 12.846"), o Decreto nº 8.420/15 e desde que aplicável, a US Foreign Corrupt Practices Act of 1977 (em conjunto, as "Leis Anticorrupção") pela Emissora ou pela Garantidora; e

(o) descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido no item 3.12 desta Escritura de Emissão.

4.6.2. As referências a "controle" encontradas neste item 4.6 deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.6.2.1. Os eventos a que se referem os subitens (f), (g) e (i) acima somente serão considerados eventos de vencimento antecipado para os fins desta Escritura de Emissão, ensejando a adoção dos procedimentos descritos nos itens abaixo, após o final do prazo neles mencionado.

4.6.3. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

(i) ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (e), (h), (i), (j), (k) e/ou (m) acima do item 4.6.1 acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do fato e imediatamente declarar o vencimento antecipado das Debêntures, por meio de notificação enviada à Emissora e à Garantidora, nos termos da Cláusula 9 abaixo; e

(ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (b), (d), (f), (g), (l), (n) e/ou (o) acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (e), (h), (i), (j), (k) e/ou (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para que os Debenturistas da Primeira Série e/ou os Debenturistas da Segunda Série deliberem, cada qual em relação à sua Série, sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o quórum estabelecido. A Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação o edital deverá ser publicado no primeiro Dia Útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série nos termos da primeira convocação.

Na Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Escritura de Emissão, os Debenturistas da Primeira Série poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures da Segunda Série, observado o quórum estabelecido na Escritura.

A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas da respectiva Série em não declarar antecipadamente vencidas as respectivas Debêntures.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures de qualquer uma das Séries, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a data da primeira integralização das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, fora do âmbito da CETIP, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada ou encaminhada com aviso de recebimento no endereço constante na Escritura de

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Escritura.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Os Debenturistas poderão deliberar, a qualquer tempo, em sede de assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, sobre matérias de seu interesse.

A Assembleia Geral de Debenturistas de cada Série poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas da respectiva Série que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

A Assembleia Geral dos titulares das Debêntures da Primeira Série poderá ser realizada de forma separada da Assembleia Geral dos titulares das Debêntures da Segunda Série, exceto quando tratar de matérias de interesse comum dos Debenturistas de ambas séries, tais como, mas não se limitando, a substituição do Agente Fiduciário e a alteração dos prazos de obrigações previstas na presente Escritura de Emissão (para os quais não haja quórum específico).

A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

As Assembleias Gerais de Debenturistas de cada uma das Séries deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas de cada uma das Séries em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva Série, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar ao Debenturista as informações que lhe forem solicitadas.

As deliberações tomadas pelos respectivos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora.

A Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da respectiva Série, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação da Primeira Série e/ou pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, inclusive com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas na Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico.

As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série e/ou pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração ou repactuação programada da respectiva Série; (ii)

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

a Data de Pagamento da Remuneração da respectiva Série; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures da respectiva Série; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures da respectiva Série; (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias da respectiva Série; (vi) destinação de recursos da respectiva Série; (vii) resgate antecipado da respectiva Série; e/ou (viii) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima.

Para efeito de fixação de quórum da Escritura de Emissão, definem-se como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures de cada Série subscritas e integralizadas, e ainda não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Resgate Antecipado Facultativo. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série, a seu exclusivo critério e independentemente da anuência dos Debenturistas da Segunda Série, a partir do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série, ou seja, a partir de 15 de fevereiro de 2020, mediante o envio de comunicado individual a cada um dos Debenturistas da Segunda Série, com cópia ao Agente Fiduciário, ou mediante a publicação (na forma da Cláusula 4.12.1 abaixo) da Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data prevista para realização do referido resgate ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

O Resgate Antecipado Facultativo Total, com o conseqüente cancelamento das Debêntures da Segunda Série, será realizado mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (ii) da Remuneração Segunda Série, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração Segunda Série, conforme o caso) até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, (iii) de eventuais Encargos Moratórios e (iv) de prêmio de resgate correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano incidente sobre os valores indicados nos itens (i) e (ii) ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total" e "Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total"). O percentual do Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total será aplicado de acordo com a formula abaixo e pago integralmente na Data do Resgate Antecipado Facultativo Total:

$$\text{Prêmio} = 0,30\% \times (\text{DU})/252$$

Sendo:

DU = quantidade de Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, inclusive, e a Data de Vencimento Segunda Série, exclusive.

Observado o disposto nos itens acima, o Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação individual a todos os Debenturistas da Segunda Série, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de Anúncio da Emissora dirigida aos Debenturistas da Segunda Série nos termos da Cláusula abaixo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total"), que deverá, necessariamente, ser um Dia Útil. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverão constar (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (ii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser comunicado à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Facultativo Total.

O pagamento das Debêntures da Segunda Série objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures da Segunda Série custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas da Segunda Série a ser realizado pelo Banco Liquidante e/ou pelo Escriturador, no caso de Debêntures da Segunda Série que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar o resgate antecipado de qualquer das Debêntures da Primeira Série.

Resgate Antecipado Obrigatório. Não haverá resgate antecipado obrigatório. Contudo, as Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado ou de amortização antecipada na hipótese de indisponibilidade do IPCA e/ou da Taxa DI, ressalvado o disposto na Lei 12.431 para as Debêntures da Primeira Série.

Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Primeira Série, observado o disposto abaixo, ou das Debêntures da Segunda Série, endereçadas a todos os Debenturistas da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo assegurado a todos os Debenturistas, sem distinção, igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos da presente Escritura de Emissão e das demais legislações aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas ou a serem expedidas pelo CMN. Para as Debêntures da Primeira Série, a Companhia deverá observar o prazo previsto na regulamentação vigente, conforme disposto na Lei 12.431, Decreto 8.874 e na Resolução CMN 4.476, ou em quaisquer outras leis ou regras que as venham substituir e/ou complementar, e, para as Debêntures da Segunda Série, a oferta de resgate antecipado total poderá ser realizada a qualquer tempo, a exclusivo critério da Emissora

O valor a ser pago aos Debenturistas da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, na hipótese de realização do resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série ou Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração da respectiva série devida na data de resgate e ainda não paga até a data do resgate, calculada pro rata temporis desde a data da primeira integralização das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou a Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a exclusivo critério da Emissora

Amortização Extraordinária Facultativa. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá realizar a amortização extraordinária facultativa limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures da Segunda Série, a seu exclusivo critério e independentemente da anuência dos Debenturistas da Segunda Série, a partir do 3º (terceiro) ano de vigência das Debêntures da Segunda Série, mediante o envio da Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data prevista para realização da referida amortização

A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento (i) do respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (ii) da Remuneração Segunda Série, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração Segunda Série, conforme o caso) até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, (iii) de eventuais Encargos Moratórios e (iv) de prêmio de amortização correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano incidente sobre os valores indicados nos itens (i) e (ii) ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa" e "Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"). O percentual do Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa descrito no item (iv) acima será aplicado de acordo com a fórmula abaixo e pago integralmente na data do Data da Amortização Extraordinária Facultativa:

$\text{Prêmio} = 0,30\% \times (\text{DD})/252$

Sendo:

DD = quantidade de Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, inclusive, e a Data de Vencimento Segunda Série, exclusive

Observado o disposto nos itens, a Amortização Extraordinária Facultativa somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação individual a todos os Debenturistas da Segunda Série, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de Anúncio da Emissora dirigida aos Debenturistas da Segunda Série nos termos da Cláusula 4.5.1.3 abaixo ("Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa"), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa ("Data da Amortização Extraordinária Facultativa"), que deverá, necessariamente, ser um Dia Útil. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverão constar (i) a Data da Amortização Extraordinária Facultativa; e (ii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser comunicada à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da Data da Amortização Extraordinária Facultativa.

O pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures da Segunda Série custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas da Segunda Série a ser realizado pelo Banco Liquidante e/ou

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

pelo Escriturador, no caso de Debêntures da Segunda Série que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

A Emissora não poderá, voluntariamente, realizar a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da Primeira Série.

9ª emissão da CPFL Piratininga

Condições de vencimento antecipado

Observado o disposto nos itens 0 e seguintes abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures, ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento:

- (a) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, pelo Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias corridos da data para pagamento, ressalvada a hipótese da Emissora, Garantidora e/ou qualquer de suas subsidiárias, conforme o caso, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (b) alteração do atual controle da Garantidora e/ou da Emissora sem prévia aprovação dos Debenturistas, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, na qual quaisquer empresas direta ou indiretamente controladoras, controladas ou sob controle comum da State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China permaneça no bloco de controle da Emissora e/ou da Garantidora;
- (c) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se após a conclusão da referida operação, quaisquer empresas direta ou indiretamente controladoras, controladas ou sob controle comum da State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China permanecer no bloco de controle da Emissora e/ou da Garantidora;
- (d) realização de redução de capital social da Garantidora e/ou da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) proposta pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por quaisquer de suas subsidiárias, (i) de plano de recuperação extrajudicial ou (ii) de plano de recuperação judicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; requerimento pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por quaisquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela Garantidora;
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora ou suas subsidiárias, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, pelo IGP-M, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, e/ou

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

- pelas suas subsidiárias, ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi suspenso ou cancelado, ou (iii) foram prestadas garantias e aceitas em juízo;
- (g) descumprimento pela Garantidora e/ou pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Garantidora e/ou pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;
- (h) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e/ou de suas subsidiárias e não devidamente elidido no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (i) não pagamento pela Garantidora e/ou pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas no prazo de até 2 (dois) dias corridos das datas previstas nesta Escritura de Emissão;
- (j) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial e/ou de qualquer decisão arbitral ou administrativa não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra a Garantidora ou suas subsidiárias em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pelo IGP-M, ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (l) não observância pela Garantidora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, por 2 (dois) semestres consecutivos, dos índices e limites financeiros abaixo indicados, os quais serão acompanhados pelo Agente Fiduciário com base em demonstrativo elaborado pela garantidora ao final de cada semestre civil, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do cálculo ("Índices Financeiros"). Caso até a Data de Vencimento das Debêntures a Garantidora seja submetida a índices e limites financeiros mais restritivos ("Novos Índices") que os abaixo, ela deverá comunicar o Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) dias contados da celebração do instrumento que instituir os Novos Índices ou, de forma a impactar a próxima medição dos Índices Financeiros aqui previstos, o que ocorrer primeiro:
- (i) razão entre a Dívida Líquida verificada ao final de cada semestre do ano civil e o EBITDA dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil menor ou igual a 3,75 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" a soma dos valores relativos a (1) empréstimos e financiamentos; (2) saldo líquido de operações swaps, futuros e opções relacionadas a taxas de juros e de câmbio; e (3) dívidas resultantes de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures, notas promissórias comerciais e/ou bonds ou notes da Garantidora no Brasil ou no exterior, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, estando excluída deste cálculo a dívida com a Funcesp e considera-se como "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization), (1) o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação, ajustados com os ativos e passivos de CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – Sobrecontratação e Neutralidade dos Encargos Setoriais, divulgados em Nota explicativa das demonstrações financeiras (mas não nas informações financeiras trimestrais), calculados conforme regulamentação do setor, no período de 12 (doze) meses anteriores ao final de cada semestre do ano civil, e (2) em caso de aquisição(ões) será(ão) considerado(s) para fins de cálculo do EBITDA, de acordo com a definição deste item (i), o(s) EBITDA(s) gerado(s) no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil pela(s) empresa(s) adquirida(s) ("EBITDA Histórico") e

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(ii) relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro", a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada semestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo não será considerado para cálculo. Estão excluídos destes cálculos os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à Funcesp, bem como as variações cambiais e monetárias sobre as dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa, mas apenas registro contábil.

Para fins do cálculo a que se referem os itens (i) e (ii) deste item "(I)", a Garantidora deverá (a) consolidar, em seus números, os resultados e os itens do balanço patrimonial de todas as sociedades em que detenha participação acionária igual ou superior a 10% (dez por cento), de forma proporcional à participação por ela detida no capital das referidas sociedades, independentemente da forma de apresentação das demonstrações financeiras do respectivo semestre da Garantidora à CVM; e (b) os Índices Financeiros serão calculados a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;

- (m) alteração do tipo societário da Emissora nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) comprovada violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei nº 12.846"), o Decreto nº 8.420/15 e desde que aplicável, a *US Foreign Corrupt Practices Act of 1977* (em conjunto, as "Leis Anticorrupção") pela Emissora ou pela Garantidora; e
- (o) descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido no item 3.12 desta Escritura de Emissão.

0 As referências a "controle" encontradas neste item 4.6 deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

0 .1. Os eventos a que se referem os subitens (f), (g) e (i) acima somente serão considerados eventos de vencimento antecipado para os fins desta Escritura de Emissão, ensejando a adoção dos procedimentos descritos nos itens abaixo, após o final do prazo neles mencionado.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração ou repactuação programada; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) a alteração, substituição ou o reforço da garantia; (vi) destinação de recursos; (vii) resgate antecipado; e/ou (viii) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula 7.

Hipótese e cálculo do valor de resgate:

4.5.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo Total, com o conseqüente cancelamento das Debêntures, será realizado mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso) até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, (iii) de

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

eventuais Encargos Moratórios (se houver) e (iv) de prêmio de resgate, calculado de acordo com a fórmula prevista na cláusula 4.5.1.2 abaixo ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total" e "Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total"). O Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total será pago integralmente na Data do Resgate Antecipado Facultativo Total. Os percentuais a serem aplicados na fórmula da cláusula 4.5.1.2 para obtenção do Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente a:

Período	Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total (cada um, um "Fator Prêmio Resgate")
De 9 de julho de 2018 (inclusive) até 9 de janeiro de 2019 (exclusive)	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
De 9 de janeiro até 2019 (inclusive) até 9 de janeiro de 2020 (exclusive)	0,20% (vinte centésimos por cento)
De 9 de janeiro de 2020(inclusive) até 8 de janeiro de 2021 (inclusive)	0,10% (dez centésimos por cento)

4.5.1.2. O Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total, será calculado de acordo com as seguintes fórmulas e observada as datas de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total:

(A) Se o Resgate Antecipado Facultativo Total ocorrer até 9 de janeiro de 2020 (exclusive):

Valor Total do Prêmio = Fator Prêmio Resgate × SD

(B) Se o Resgate Antecipado Facultativo Total ocorrer a partir de 9 de janeiro de 2020 (inclusive):

Valor Total do Prêmio = Fator Prêmio Resgate × (DU)/252 × SD

Sendo:

Fator Prêmio Resgate = percentual indicado na cláusula 4.5.1.1, observadas as datas de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total

DU = quantidade de Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

SD = somatório dos valores indicados nos itens (i) e (ii) da Cláusula 4.5.1.1 acima.

4.5.4.1. A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento (i) de parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso) até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver) e (iv) de prêmio de amortização calculado conforme a fórmula prevista na cláusula 4.5.4.2 abaixo ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa" e "Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"). O Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa descrito no item (iv) acima será pago integralmente na data do Data da Amortização Extraordinária Facultativa. Os percentuais a serem aplicados na fórmula da cláusula 4.5.4.2 para obtenção do Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa e será equivalente a:

Período	Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa (cada um, um "Fator Prêmio Amortização")
De 9 de julho de 2018 (inclusive) até 9 de janeiro de 2019 (exclusive)	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
De 9 de janeiro até 2019 (inclusive) até 9 de janeiro de 2020 (exclusive)	0,20% (vinte centésimos por cento)
De 9 de janeiro de 2020(inclusive) até 8 de janeiro de 2021 (inclusive)	0,10% (dez centésimos por cento)

4.5.4.2. O Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa, será calculado de acordo com a seguinte fórmula, conforme o caso:

(A) Se a Amortização Extraordinária Facultativa ocorrer até 9 de janeiro de 2020 (exclusive):

Valor Total do Prêmio = Fator Prêmio Amortização × VA

(B) Se a Amortização Extraordinária Facultativa ocorrer a partir de 21 de dezembro de 2019 (inclusive):

Valor Total do Prêmio = Fator Prêmio Amortização × (DD)/252 × VA

Sendo:

Fator Prêmio Amortização = percentual indicado na cláusula 4.5.4.1, observadas as datas de realização da Amortização Extraordinária Facultativa.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

DD = quantidade de Dias Úteis entre a Data da Amortização Extraordinária Facultativa, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

VA = somatório dos valores indicados nos itens (i) e (ii) da Cláusula 4.5.4.1 acima.

10ª emissão da Companhia Piratininga de Força e Luz

Condições de vencimento antecipado

Observado o disposto nos itens 0 e seguintes abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização das Debêntures, ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento:

- (a) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente, pelo Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias corridos da data para pagamento, ressalvada a hipótese da Emissora, Garantidora e/ou qualquer de suas subsidiárias, conforme o caso, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (b) Alteração do atual controle da Garantidora e/ou da Emissora sem prévia aprovação dos Debenturistas, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, na qual quaisquer empresas direta ou indiretamente controladoras, controladas ou sob controle comum da State Grid Corporation of China ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China permaneça no bloco de controle da Emissora e/ou da Garantidora;
- (c) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se após a conclusão da referida operação, a(s) sociedade(s) resultante(s) esteja(m) sob controle direto ou indireto da State Grid Corporation of China ou que a State Grid Corporation of China permaneça direta ou indiretamente no bloco de controle da Emissora ou Garantidora;
- (d) realização de redução de capital social da Garantidora e/ou da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) proposta pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por quaisquer de suas subsidiárias: (i) de plano de recuperação extrajudicial; ou (ii) de plano de recuperação judicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (iii) requerimento pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por quaisquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela Garantidora;
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora ou suas subsidiárias, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sendo

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

este valor atualizado mensalmente, pelo IGP-M, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, e/ou pelas suas subsidiárias, ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi suspenso ou cancelado, ou (iii) foram prestadas garantias e aceitas em juízo;

- (g) descumprimento pela Garantidora e/ou pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Garantidora e/ou pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (h) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e/ou de suas subsidiárias e não devidamente elidido no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (i) não pagamento pela Garantidora e/ou pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas no prazo de até 2 (dois) dias corridos das datas previstas nesta Escritura de Emissão;
- (j) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora acima do mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial e/ou de qualquer decisão arbitral ou administrativa não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra a Garantidora ou suas subsidiárias em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pelo IGP-M, ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (l) não observância pela Garantidora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, por 2 (dois) semestres consecutivos, dos índices e limites financeiros abaixo indicados, os quais serão acompanhados pelo Agente Fiduciário com base em demonstrativo elaborado pela garantidora ao final de cada semestre civil, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do cálculo ("Índices Financeiros"). Caso até a Data de Vencimento das Debêntures a Garantidora seja submetida a índices e limites financeiros mais restritivos ("Novos Índices") que os abaixo, ela deverá comunicar o Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) dias contados da celebração do instrumento que instituir os Novos Índices ou, de forma a impactar a próxima medição dos Índices Financeiros aqui previstos, o que ocorrer primeiro:

- (i) razão entre a Dívida Líquida verificada ao final de cada semestre do ano civil e o EBITDA dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil menor ou igual a 3,75 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" a soma dos valores relativos a (1) empréstimos e financiamentos; (2) saldo líquido de operações swaps, futuros e opções relacionadas a taxas de juros e de câmbio; e (3) dívidas resultantes de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures, notas promissórias comerciais e/ou bonds ou notes da Garantidora no Brasil ou no exterior, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, estando excluída deste cálculo a dívida com a Funcesp e considera-se como "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization), (1) o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação, ajustados com os ativos e passivos de CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – Sobrecontratação e Neutralidade dos Encargos

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Setoriais, divulgados em Nota explicativa das demonstrações financeiras (mas não nas informações financeiras trimestrais), calculados conforme regulamentação do setor, no período de 12 (doze) meses anteriores ao final de cada semestre do ano civil, e (2) em caso de aquisição(ões) será(ão) considerado(s) para fins de cálculo do EBITDA, de acordo com a definição deste item (i), o(s) EBITDA(s) gerado(s) no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil pela(s) empresa(s) adquirida(s) ("EBITDA Histórico"); e

(ii) relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro", a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada semestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo não será considerado para cálculo. Estão excluídos destes cálculos os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à Funcesp, bem como as variações cambiais e monetárias sobre as dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa, mas apenas registro contábil.

Para fins do cálculo a que se referem os itens (i) e (ii) deste item "(I)", a Garantidora deverá (a) consolidar, em seus números, os resultados e os itens do balanço patrimonial de todas as sociedades em que detenha participação acionária igual ou superior a 10% (dez por cento), de forma proporcional à participação por ela detida no capital das referidas sociedades, independentemente da forma de apresentação das demonstrações financeiras do respectivo semestre da Garantidora à CVM; e (b) os Índices Financeiros serão calculados a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;

- (m) alteração do tipo societário da Emissora nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) comprovada violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei nº 12.846"), o Decreto nº 8.420/15 e desde que aplicável, a *US Foreign Corrupt Practices Act of 1977* (em conjunto, as "Leis Anticorrupção") pela Emissora ou pela Garantidora; e
- (o) descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido no item 3.12 desta Escritura de Emissão.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração ou repactuação programada; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) a alteração, substituição ou o reforço da garantia; (vi) destinação de recursos; (vii) resgate antecipado; e/ou (viii) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula 7.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Hipótese e cálculo do valor de resgate:

Resgate Antecipado Facultativo Total. A Emissora não poderá realizar o resgate antecipado total das Debêntures.

Resgate Antecipado Obrigatório. Não haverá resgate antecipado obrigatório.

Oferta de Resgate Antecipado.

Não será permitida a realização de oferta de resgate antecipado das Debêntures, a menos que o resgate antecipado das Debêntures passe a ser permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, hipótese em que a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão e o que venha a ser determinado por legislação substituta, realizar oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Oferta de Resgate"). A Oferta de Resgate deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurada igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os seguintes procedimentos (neste caso, desde que permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431):

- (a) a Emissora somente poderá realizar a Oferta de Resgate mediante o envio de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de Anúncio da Emissora dirigida aos Debenturistas, a critério da Emissora ("Edital de Oferta de Resgate"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate, incluindo: (i) a quantidade de Debêntures que se pretende resgatar, (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista, que em nenhum caso poderá ser negativo; (iii) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, observado o item (b) abaixo; (iv) a forma e prazo de manifestação à Emissora dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (b) após o envio ou a publicação, conforme o caso, do Edital de Oferta de Resgate, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate deverão se manifestar nesse sentido à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate, após o qual a Emissora, terá o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate, a qual ocorrerá em uma única data;
- (c) na hipótese da adesão pelos Debenturistas exceder a quantidade de Debêntures objeto da Oferta de Resgate proposta pela Companhia, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que todas as etapas do processo, como validação, apuração e quantidade serão realizadas fora da B3; e
- (d) o valor a ser pago aos Debenturistas em razão do resgate será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, o resgate deverá ocorrer segundo os procedimentos operacionais da B3. Para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 o resgate deverá ocorrer segundo os procedimentos operacionais do Escriturador.

Amortização Extraordinária Facultativa. A Emissora não poderá realizar a amortização extraordinária das Debêntures.

2ª emissão da Nota Promissória Comercial Condições de vencimento antecipado

Observado o disposto nos itens abaixo, todas as obrigações constantes desta Cártula serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora e/ou da Avalista, conforme o caso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Notas Comerciais, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento:

- (a) Vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Avalista ou por qualquer de suas subsidiárias, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias corridos da data para pagamento, ressalvada a hipótese da Emissora, Avalista e/ou qualquer de suas subsidiárias, conforme o caso, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (b) Alteração do atual controle da Avalista e/ou da Emissora sem prévia aprovação dos Titulares das Notas Comerciais, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora e/ou da Avalista, conforme o caso, na qual quaisquer empresas direta ou indiretamente controladoras, controladas ou sob controle comum da State Grid Corporation of China ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China permaneça no bloco de controle da Emissora e/ou da Avalista, neste caso específico fica dispensada a prévia aprovação por Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais;
- (c) Liquidação, dissolução, extinção, cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Avalista, exceto se após a conclusão da referida operação, a(s) sociedade(s) resultante(s) esteja(m) sob controle direto ou indireto da State Grid Corporation of China ou que a State Grid Corporation of China permaneça direta ou indiretamente no bloco de controle da Emissora e/ou Avalista ou Garantidora, neste caso específico fica dispensada a prévia aprovação por Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais, conforme prevê o artigo 231 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações");
- (d) Realização de redução de capital social da Avalista e/ou da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Titulares das Notas Comerciais, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

- (e) Proposta pela Emissora e/ou pela Avalista e/ou por quaisquer de suas subsidiárias: (i) de plano de recuperação extrajudicial; ou (ii) de plano de recuperação judicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (iii) requerimento pela Emissora e/ou pela Avalista e/ou por quaisquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela Avalista;
- (f) Protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou a Avalista ou suas subsidiárias, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, desde a Data de Emissão, pelo IGP-M, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Avalista, e/ou pelas suas subsidiárias, ao Agente de Notas que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi suspenso ou cancelado, ou (iii) foram prestadas garantias e aceitas em juízo;
- (g) Descumprimento pela Avalista e/ou pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Cártula, não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Avalista e/ou pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente de Notas;
- (h) Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Avalista e/ou de suas subsidiárias e não devidamente elidido no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (i) Não pagamento pela Avalista e/ou pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Titulares das Notas Comerciais no prazo de até 1 (um) Dia Útil das datas previstas nesta Cártula;
- (j) Pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas controladoras (ou grupo de controle) ou coligadas à Emissora caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Cártula ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) Não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial e/ou de qualquer decisão arbitral ou administrativa não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra a Avalista ou suas subsidiárias em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pelo IGP-M, ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (l) Alteração do tipo societário da Emissora nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) Comprovada violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei nº 12.846"), a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada, o Decreto nº 8.420/15 e desde que aplicável, a US Foreign Corrupt Practices Act of 1977 ("FCPA") e a UK Bribery Act (em conjunto, as "Leis Anticorrupção") pela Emissora ou pela Avalista;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

- (n) Se esta Cártula e/ou qualquer de suas disposições, for considerada judicialmente inválida, nula ou inexecutável;
- (o) Questionamento judicial ou extrajudicial, pela Emissora e/ou pela Avalista, por qualquer controlada e/ou por qualquer de seus controladores, visando anular, cancelar ou repudiar esta Cártula ou o Aval;
- (p) Descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Notas Comerciais conforme estabelecido no item desta Nota Promissória de Emissão;
- (q) Provarem-se falsas, incorretas, omissas, imprecisas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Avalista no âmbito da Emissão; e
- (r) Transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em partes, pela Emissora e/ou Avalista de qualquer das respectivas obrigações assumidas nesta Cártula.

Hipótese e cálculo do valor de resgate:**Resgate Antecipado**

Sujeito ao atendimento das condições abaixo e observados os termos dos parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 5º da Instrução CVM 566, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir do final do 183 (cento e oitenta e três) dias posterior à Data de Emissão, ou seja, a partir de [06] de julho de 2019, inclusive, o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Não haverá o pagamento de prêmio em razão do Resgate Antecipado Facultativo.

O Resgate Antecipado Facultativo deverá ser comunicado pela Emissora aos Titulares das Notas Comerciais, por meio de publicação de anúncio, nos termos da Cláusula 19 abaixo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do evento de Resgate Antecipado Facultativo. Tal comunicado aos Titulares das Notas Comerciais deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo: (a) prévia do Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido); (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo; e (c) as demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo").

O valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Notas Comerciais objeto do Resgate Antecipado Facultativo será o Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão, e de eventuais encargos moratórios, até a data do efetivo pagamento ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo").

A Emissora deverá com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data do Resgate Antecipado Facultativo, comunicar o Custodiante, o Agente de Notas e à B3 a respectiva data do Resgate Antecipado Facultativo.

Não será permitido resgate antecipado facultativo parcial das Notas Comerciais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

11ª emissão da CPFL Piratininga

Condições de vencimento antecipado

Observando o disposto abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização, ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento:

- (a) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora ou por qualquer de suas respectivas subsidiárias de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, pelo Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias corridos da data para pagamento, ressalvada a hipótese da Emissora, Garantidora e/ou qualquer de suas subsidiárias conforme o caso, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (b) alteração do atual controle da Garantidora e/ou da Emissora sem prévia aprovação dos Debenturistas, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, na qual quaisquer empresas direta ou indiretamente controladoras, controladas ou sob controle comum da State Grid Corporation of China ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China permaneça no bloco de controle da Emissora e/ou da Garantidora, neste caso específico fica dispensada a prévia aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas, conforme prevê o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (c) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se após a conclusão da referida operação, a(s) sociedade(s) resultante(s) esteja(m) sob controle direto ou indireto da State Grid Corporation of China ou que a State Grid Corporation of China permaneça direta ou indiretamente no bloco de controle da Emissora e/ou Garantidora, neste caso específico fica dispensada a prévia aprovação por Assembleia Geral de Debenturistas, conforme prevê o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) realização de redução de capital social da Garantidora e/ou da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, na hipótese prevista no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) proposta pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por quaisquer de suas subsidiárias: (i) de plano de recuperação extrajudicial; ou (ii) de plano de recuperação judicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (iii) requerimento pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por quaisquer de suas subsidiárias, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela Garantidora;
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora ou suas respectivas subsidiárias, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, pelo IGP-M, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, e/ou pelas suas respectivas subsidiárias, ao Agente

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (ii) o protesto foi suspenso ou cancelado, ou (iii) foram prestadas garantias e aceitas em juízo;

(g) descumprimento pela Garantidora e/ou pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento, pela Garantidora e/ou pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

(h) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e/ou de suas respectivas subsidiárias e não devidamente elidido no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data do pedido;

(i) não pagamento pela Garantidora e/ou pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis das datas previstas nesta Escritura de Emissão;

(j) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora acima do mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;

(k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial e/ou de qualquer decisão arbitral ou administrativa não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra a Garantidora ou suas respectivas subsidiárias em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão pelo IGP-M, ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;

(l) não observância pela Garantidora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, por 2 (dois) semestres consecutivos, dos índices e limites financeiros abaixo indicados, os quais serão acompanhados pelo Agente Fiduciário com base em demonstrativo elaborado pela garantidora ao final de cada semestre civil, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do cálculo ("**Índices Financeiros**"). Caso até a Data de Vencimento das Debêntures a Garantidora seja submetida a índices e limites financeiros mais restritivos ("**Novos Índices**") que os abaixo, ela deverá comunicar o Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) dias contatos da celebração do instrumento que instituir os Novos Índices ou, de forma a impactar a próxima medição dos Índices Financeiros aqui previstos, o que ocorrer primeiro:

(i) razão entre a Dívida Líquida verificada ao final de cada semestre do ano civil e o EBITDA dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil menor ou igual a 3,75 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "**Dívida Líquida**" a soma dos valores relativos a (1) empréstimos e financiamentos; (2) saldo líquido de operações swaps, futuros e opções relacionadas a taxas de juros e de câmbio; e (3) dívidas resultantes de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures, notas promissórias comerciais e/ou bonds ou notes da Garantidora no Brasil ou no exterior, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, estando excluída deste cálculo a dívida com a Funcesp e considera-se como "**EBITDA**" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization), (1) o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação, ajustados com os ativos e passivos de CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – Sobrecontratação e Neutralidade dos Encargos Setoriais, divulgados em Nota explicativa das demonstrações financeiras (mas não nas informações financeiras trimestrais), calculados conforme regulamentação do setor, no período de 12 (doze) meses anteriores ao final de cada semestre do ano civil, e (2) em caso de aquisição(ões) será(ão) considerado(s) para fins de cálculo do EBITDA, de acordo com a definição deste item (i), o(s)

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

EBITDA(s) gerado(s) no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao final de cada semestre do ano civil pela(s) empresa(s) adquirida(s) ("**EBITDA Histórico**"); e

(ii) relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro", a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada semestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo não será considerado para cálculo. Estão excluídos destes cálculos os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à Funcesp, bem como as variações cambiais e monetárias sobre as dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa, mas apenas registro contábil.

Para fins do cálculo a que se referem os itens (i) e (ii) deste item "(I)", a Garantidora deverá (a) consolidar, em seus números, os resultados e os itens do balanço patrimonial de todas as sociedades em que detenha participação acionária igual ou superior a 10% (dez por cento), de forma proporcional à participação por ela detida no capital das referidas sociedades, independentemente da forma de apresentação das demonstrações financeiras do respectivo semestre da Garantidora à CVM; e (b) os Índices Financeiros serão calculados a partir do semestre social encerrado em 30 de junho de 2019, inclusive;

(m) alteração do tipo societário da Emissora nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(n) comprovada violação, por meio de decisão judicial de exigibilidade imediata, de qualquer dispositivo legal ou regulatório relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("**Lei nº 12.846**"), o Decreto nº 8.420/15 e desde que aplicável, a *US Foreign Corrupt Practices Act of 1977* (em conjunto, as "**Leis Anticorrupção**") pela Emissora ou pela Garantidora; e

(o) descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido no item 3.12 da Escritura de Emissão.

As referências a "controle" encontradas no item 4.6 da escritura devem ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Os eventos a que se referem os subitens (a), (f), (g), (h) e (i) acima somente serão considerados eventos de vencimento antecipado para os fins desta Escritura de Emissão, ensejando a adoção dos procedimentos descritos nos itens abaixo, caso, após o final do prazo neles mencionado, referidos eventos não tenham sido sanados.

Para os fins desta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

(i) ocorrendo qualquer dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (e), (h), (i), (j), (k) e/ou (m) acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do fato e imediatamente considerar o vencimento antecipado das Debêntures, observada a notificação a ser enviada à Emissora e à Garantidora, nos termos da Cláusula 9 abaixo; e

(ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (b), (d), (f), (g), (l), (n) e/ou (o) acima, a data de vencimento antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, observado o quanto disposto na Cláusula 4.7.7 abaixo.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (e), (h), (i), (j), (k) e/ou (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para que os Debenturistas deliberem sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures, observado o quórum estabelecido na escritura. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação o edital deverá ser publicado no primeiro Dia Útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima, será instalada de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula 7 desta Escritura de Emissão. Os Debenturistas poderão optar por declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, observado o quórum estabelecido na escritura.

A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, por falta de quórum ou a não obtenção de quórum para deliberação, em segunda convocação, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a Data de Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, fora do âmbito da B3, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada ou encaminhada com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8. da escritura.

O Agente Fiduciário, deverá comunicar a B3 sobre o vencimento antecipado, imediatamente após sua ocorrência conforme o Manual de Operações da B3.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Os Debenturistas poderão deliberar a qualquer tempo em sede de assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, sobre matérias de seu interesse.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar ao Debenturista as informações que lhe forem solicitadas.

As deliberações tomadas pelos respectivos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quóruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora.

A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quórum*.

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro *quórum* específico.

As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração da Remuneração ou repactuação programada; (ii) alteração da Data de Pagamento da Remuneração; (iii) alteração do prazo de vencimento das Debêntures; (iv) alteração dos valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) a alteração, substituição ou o reforço da garantia; (vi) destinação de recursos; (vii) resgate antecipado; e/ou (viii) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos na Cláusula 7 da escritura.

Para efeito de fixação de *quórum* desta Escritura de Emissão, definem-se como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures, subscritas e integralizadas, e ainda não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

Hipótese e cálculo do valor de resgate:

Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 28 de maio de 2021 (inclusive), e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos desta Escritura ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo**"), mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures,

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, (sendo os valores referidos nos itens "i" e "ii" retro, o "Valor Base de Resgate") e (iii) de um prêmio sobre o Valor Base de Resgate de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, aplicado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = \text{Prêmio de Resgate Antecipado} \times [(\text{Dvencimento} - \text{Dresgate})/360] \times \text{Valor Base do Resgate}$$

Sendo:

Dvencimento = Data de Vencimento

Dresgate = Data do Resgate Antecipado Facultativo Total

Onde:

(Dvencimento – Dresgate) será calculado com base em dias corridos.

Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, o resgate deverá ocorrer segundo os procedimentos operacionais da B3. Para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 o resgate deverá ocorrer segundo os procedimentos operacionais do Escrirador.

Resgate Antecipado Obrigatório. Não haverá Resgate Antecipado Obrigatório.

Oferta de Resgate Antecipado: A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério realizar oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, com o conseqüente cancelamento de tais Debêntures ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurada igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os seguintes procedimentos:

- a)** a Emissora somente poderá realizar a Oferta de Resgate Antecipado mediante o envio de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio da Emissora dirigida aos Debenturistas, a critério da Emissora ("**Edital de Oferta de Resgate Antecipado**"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) a quantidade de Debêntures que se pretende resgatar, (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista, que em nenhum caso poderá ser negativo; (iii) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, observado o item (b) abaixo; (iv) a forma e prazo de manifestação à Emissora dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- b)** após o envio ou a publicação, conforme o caso, do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, após o qual a Emissora, terá o prazo de até 10 (dez) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;
- c)** na hipótese da adesão pelos Debenturistas exceder a quantidade de Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado proposta pela Emissora, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que todas as etapas do processo, como validação, apuração e quantidade serão realizadas fora da B3;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

d) o valor a ser pago aos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado em razão do resgate será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo; e

e) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, o resgate deverá ocorrer segundo os procedimentos operacionais da B3. Para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 o resgate deverá ocorrer segundo os procedimentos operacionais do Escriturador.

Amortização Extraordinária Facultativa. A Emissora poderá realizar a amortização extraordinária facultativa limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a seu exclusivo critério e independentemente da anuência dos Debenturistas, mediante o envio da Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis contados da data prevista para realização da referida amortização ("**Amortização Extraordinária Facultativa**").

A Amortização Extraordinária Facultativa somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de anúncio da Emissora dirigida aos Debenturistas ("**Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa**"), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis contados da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa ("**Data da Amortização Extraordinária Facultativa**") que deverá, necessariamente, ser um Dia Útil. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverão constar (i) a Data da Amortização Extraordinária Facultativa; (ii) parcela do saldo do Valor Nominal Unitário objeto da Amortização Extraordinária Facultativa; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser comunicada à B3, ao Banco Liquidante e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da Data da Amortização Extraordinária Facultativa.

valor Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente (i) à parcela do saldo do Valor Nominal Unitário objeto da Amortização Extraordinária Facultativa acrescido (ii) da parcela proporcional da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (sendo os valores referidos nos itens "i" e "ii" retro, o "**Valor Base de Amortização**") e (iii) de um prêmio sobre o Valor Base de Amortização de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, aplicado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = \text{Prêmio de Amortização Extraordinária} \times \left[\frac{(\text{Dvencimento} - \text{Damortização})}{360} \right] \times \text{Valor Base de Amortização}$$

Sendo:

$$\text{Dvencimento} = \text{Data de Vencimento}$$

$$\text{Damortização} = \text{Data da Amortização Extraordinária Facultativa}$$

Onde:

(Dvencimento – Damortização) será calculado com base em Dias corridos

O pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante e/ou pelo Escriturador, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**Informações relacionadas ao item 18.5-A:**

Debêntures - 7ª emissão da Companhia Piratininga de Forçar e Luz – “Piratininga”	Número de Titulares
a) Pessoas físicas	0
b) Pessoas jurídicas	0
c) Institucionais	1

Debêntures - 8ª emissão da Companhia Piratininga de Forçar e Luz – “Piratininga”	Número de Titulares
a) Pessoas físicas	329
b) Pessoas jurídicas	0
c) Institucionais	8

Debêntures - 8ª emissão da Companhia Piratininga de Forçar e Luz – “Piratininga”	Número de Titulares
a) Pessoas físicas	0
b) Pessoas jurídicas	3
c) Institucionais	122

Debêntures - 9ª emissão da Companhia Piratininga de Forçar e Luz – “Piratininga”	Número de Titulares
a) Pessoas físicas	0
b) Pessoas jurídicas	0
c) Institucionais	5

Debêntures - 10ª emissão da Companhia Piratininga de Força e Luz – “Piratininga”	Número de Titulares
a) Pessoas físicas	48
b) Pessoas jurídicas	0
c) Institucionais	1

Nota Promissória Comercial - 2ª emissão da Companhia Piratininga de Forçar e Luz – “Piratininga”	Número de Titulares
a) Pessoas físicas	0
b) Pessoas jurídicas	0
c) Institucionais	1

Debentures - 11ª emissão da Companhia Piratininga de Forçar e Luz – “Piratininga”	Número de Titulares
a) Pessoas físicas	0
b) Pessoas jurídicas	0
c) Institucionais	1

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 19.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

AUTORIZAÇÃO PARA NEGOCIAÇÃO

As Pessoas Vinculadas poderão negociar Valores Mobiliários:

- (a) em todos os períodos nos quais não se apliquem as vedações contidas na Política, nos regimentos internos dos órgãos societários de que fizerem parte, ou na regulamentação aplicável;
- (b) no caso de negociações com Ações que estejam em tesouraria, vinculadas ao exercício de opção de compra, de acordo com plano de outorga de opção de compra de Ações que porventura venha a ser aprovado pela assembleia geral da Companhia, e no caso de eventuais recompras pela Companhia ou de opções de compra de Ações vinculadas ao mesmo programa.

RESPONSABILIDADES

O Diretor Vice-Presidente Financeiro, que acumula as funções de Diretor de Relações com Investidores da CPFL Energia, é o responsável pelo acompanhamento e execução da Política de Negociação, competindo-lhe o dever de informar às Pessoas Vinculadas e aos órgãos públicos competentes sobre os períodos de vedação a negociação de Valores Mobiliários.

O Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia deverá fazer com que as Pessoas Vinculadas que sejam colaboradores da Companhia e de suas sociedades controladas firmem o Termo de Adesão à Política de Negociação, conforme modelo constante do Anexo I da Política de Negociação da Companhia, de forma a documentar a adesão aos seus termos.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações privilegiadas têm o dever de guardar sigilo até a divulgação de tais informações por meio de Comunicação de Ato ou Fato Relevante feita pela Companhia nos termos da regulamentação aplicável, e de zelar para que seus subordinados hierárquicos e terceiros com quem mantenham contato que tenham tido acesso a informações privilegiadas também o façam.

As Pessoas Vinculadas deverão informar a espécie, a classe e a quantidade de Valores Mobiliários de que são titulares, bem como quaisquer alterações nessas posições. A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia e, por este, à Comissão de Valores Mobiliários e às Bolsas de Valores, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo II da Política de Negociação, (i) imediatamente após a investidura no cargo e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o último dia do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Os Acionistas Controladores e os demais acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração da Companhia deverão comunicar à Comissão de Valores Mobiliários e divulgar ao mercado quaisquer aquisições ou alienações de Participação Acionária Relevante, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo III da Política de Negociação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

As vedações da Política de Negociação não se aplicam a negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as Pessoas Vinculadas, desde que (i) tais fundos não sejam exclusivos e (ii) as Pessoas Vinculadas não possam efetivamente influenciar a decisão de investimento do administrador ou gestor do fundo.

Quaisquer alterações, aditamentos ou modificações dos termos da Política de Negociação devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração da CPFL Energia, reunido para deliberar sobre este fim.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Quaisquer casos omissos na Política de Negociação devem ser apreciados pelo Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia e, quando for o caso, encaminhados para o Conselho de Administração da CPFL Energia para serem aprovados.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21. Política de divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

Item facultativo em função da Companhia ser uma empresa classificada como categoria B.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
--

Não há outras informações sobre políticas de divulgação que não tenham sido abrangidas anteriormente.
